

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**A CONSTRUÇÃO DA CARREIRA E IDENTIDADE PROFISSIONAL DAS
MULHERES JORNALISTAS QUE ATUAM NOS SETORES DE COMUNICAÇÃO
DOS INSTITUTOS FEDERAIS:
uma abordagem étnico-racial**

Ana Maria Teles

Brasília/DF

2024

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**A CONSTRUÇÃO DA CARREIRA E IDENTIDADE PROFISSIONAL DAS
MULHERES JORNALISTAS QUE ATUAM NOS SETORES DE COMUNICAÇÃO
DOS INSTITUTOS FEDERAIS:
uma abordagem étnico-racial**

Ana Maria Teles

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Linha de pesquisa: Poder e Processos Comunicacionais.

Orientadora: Professora Titular Dione Oliveira Moura.

Brasília/DF

2024

Ana Maria Teles

**A CONSTRUÇÃO DA CARREIRA E IDENTIDADE PROFISSIONAL DAS MULHERES
JORNALISTAS QUE ATUAM NOS SETORES DE COMUNICAÇÃO DOS INSTITUTOS
FEDERAIS:
uma abordagem étnico-racial**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Comunicação.

Aprovada em 03/04/2024.

Banca Examinadora:

Professora Titular Dione Oliveira Moura – UnB
Orientadora – Presidente da Banca

Profa. Dra. Paula Melani Rocha - UEPG
Avaliadora

Prof. Dr. Felipe Simão Pontes - UEPG
Avaliador

Profa. Dra. Liziane Soares Guazina – UnB
Avaliadora

Profa. Dra. Tânia Mara Campos de Almeida – UnB
Avaliadora suplente

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

TA532c Teles, Ana Maria
A CONSTRUÇÃO DA CARREIRA E IDENTIDADE PROFISSIONAL DAS
MULHERES JORNALISTAS QUE ATUAM NOS SETORES DE COMUNICAÇÃO
DOS INSTITUTOS FEDERAIS: uma abordagem étnico-racial / Ana
Maria Teles; orientador Dione Oliveira Moura. -- Brasília,
2024.
359 p.

Tese(Doutorado em Comunicação) -- Universidade de
Brasília, 2024.

1. Mulheres jornalistas. 2. Instituto Federal. 3. gênero.
4. identidade étnico-racial. 5. carreira. I. Moura, Dione
Oliveira, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Começo minha seção de agradecimentos a Deus, meu guia, minha força, a quem eu recorro nos momentos de desespero e a quem eu agradeço por todas as graças e bençãos que me são concedidas todos os dias.

Agradeço à minha base, minha família, que desde criança me incentivou a estudar e a mudar a minha história por meio do conhecimento, dos estudos. Agradeço aos meus pais, José Alexandre Teles e Maria José Teles, que fizeram o que estavam ao seu alcance para me proporcionar condições de seguir adiante nos estudos.

Agradeço aos meus irmãos, que aguentaram os momentos de ausência, o computador ligado nos almoços de finais de semana, o mau-humor quando os prazos apertavam e que estiveram sempre na torcida por mim. Especialmente, agradeço à minha irmã, Marta Cristina, pelo apoio e pela colaboração. Você fez o doutorado comigo, irmã.

Não posso deixar de mencionar todos os professores que, desde a pré-escola, enxergaram em mim algum potencial e, com isso, não mediram esforços nos incentivos. Agradeço aos professores do PPGCOM, que me proporcionaram altos voos com seus conhecimentos compartilhados. Aos professores da UFSC, Jacques Mick e Samuel Lima, meu agradecimento por terem sido tão solícitos com a minha pesquisa desde o início, no SBPJor de Goiânia.

Ao encerrar esta etapa, agradeço especialmente à minha orientadora, Dione Oliveira Moura, por todo aprendizado e orientação, todo incentivo, as palavras amigas nos momentos críticos, a calma quando parecia que eu não ia dar conta.

Meus agradecimentos aos membros da banca de qualificação, Jacques Mick, João Curvello e Fábio Pereira, que me permitiram enriquecer esta pesquisa com as contribuições oferecidas naquela etapa. Também agradeço aos professores Felipe Pontes, Paula Melani, Liziane Guazina e Tânia Mara que aceitaram meu convite para participarem da defesa da tese.

Aos meus colegas do IFMG e do IFMG campus Formiga, especialmente aqueles que se desdobraram para realizar minhas atividades enquanto estive licenciada e todos aqueles que, desde o processo seletivo para o doutorado, estiveram na torcida para que este momento chegasse.

Aos meus colegas de turma e de UnB, especialmente Wênnya Alecrim, Rose Dayane, William França, Mariana Fagundes, Bruna Mastrella e Mayara Costa, que me acolheram e com os quais pude compartilhar momentos de estudo e de descontração.

Agradeço ao meu colega de graduação professor Dôuglas Ferreira, ao qual recorri para a escrita do projeto e que prontamente me ofereceu todos os conselhos e contribuições de alguém que já havia passado brilhantemente por este momento. Agradeço também ao Paulo, que me incentivou a ingressar no doutorado e que, mesmo sem ser da área, me ajudou a construir o projeto de pesquisa.

Aos meus amigos de longa data Eliane Estevão, Isaac D'Leon, Roberta Garcia e Anna Karenina, obrigada por existirem, por me ouvirem, por torcerem por mim, por me proporcionarem momentos de distração em meio ao caos da produção da tese.

Por fim, agradeço a todos que, de uma forma ou de outra, com ações ou orações, contribuíram para que eu chegasse neste momento de conclusão de um doutorado.

“As mulheres não podem se isolar. Na comunicação solidária entre mulheres e no assumir o próprio destino como um ‘fazer’ reside o milagre: o milagre possível, o milagre nosso” (Carmen Silva).

RESUMO

Esta pesquisa procura identificar a construção da carreira e identidade profissional das mulheres jornalistas que atuam nos setores de comunicação dos Institutos Federais (IFs), estabelecendo, para além do recorte de gênero, uma perspectiva étnico-racial. A partir de uma abordagem exploratória e descritiva do objeto de pesquisa, o trabalho das e dos jornalistas nos IFs, o estudo contextualiza a atuação dessa profissional em comunicação organizacional e nas assessorias de comunicação, abordando o jornalismo enquanto uma profissão que vem passando por transformações. A metodologia proposta consiste no levantamento de dados abertos em portais do Governo Federal, aplicação de questionário, à semelhança do realizado por Lima *et al.* (2022), para a produção do perfil do jornalista brasileiro, e a realização de entrevistas em profundidade, que nos permitiram relacionar a construção de carreira de quatro mulheres, cada uma pertencente a uma identidade étnico-racial brasileira, dentro da perspectiva da sócio-história. Diante das etapas de pesquisa realizadas, apontam-se como resultados que o perfil das e dos jornalistas dos Institutos Federais se converge com o do jornalista brasileiro, o que nos permite falar em jornalistas, do gênero feminino, com menos de 40 anos e brancas. Outro resultado é que a maioria dessas profissionais atuou, anteriormente, em outras assessorias. Destaca-se também a ida para o serviço público como uma forma de obter estabilidade profissional e qualidade de vida em meio a cortes e condições precárias de trabalho nas empresas privadas. Os e as jornalistas que atuam nos IFs, em resposta ao questionário *on-line*, apontam para precarizações estruturais, mas se dizem satisfeitos com o seu trabalho, principalmente no que se relaciona à carga horária respeitada, além de uma atuação em assessorias de comunicação, evidenciando maior autonomia no serviço público. A pesquisa revela um perfil predominante de mulheres jornalistas, brancas, pós-graduadas, casadas, com estabilidade de 9 a 12 anos no IF. Ao abordar desigualdades étnico-raciais e socioeconômicas, com destaque para a necessidade de políticas de inclusão, aponta ainda para a presença do triplo teto de vidro gênero/raça/classe (Moura e Costa, 2018; Moura, 2019) nas carreiras, com ênfase nos desafios enfrentados por mulheres jornalistas. Conclui com a evidência da feminilização do jornalismo nos IFs e da busca por qualidade de vida e estabilidade na carreira.

Palavras-chave: mulheres jornalistas; Instituto Federal; gênero; identidade étnico-racial; carreira.

ABSTRACT

This research seeks to identify the construction of the career and professional identity of women journalists who work in the communication sectors of the Federal Institutes (IFs), establishing, beyond the gender perspective, an ethnic-racial perspective. Using an exploratory and descriptive approach to the research object, the work of journalists in IFs, the study contextualizes the work of this professional in organizational communication and communication consultancy, approaching journalism as a profession that has been undergoing transformations. The proposed methodology consists of the collection of open data on Federal Government portals, the application of a questionnaire, similar to the one carried out by Lima et al. (2022), to produce the profile of the Brazilian journalist, and conducting in-depth interviews, which allowed us to relate the career construction of four women, each belonging to a Brazilian ethnic-racial identity, within the perspective of socio-history. Given the research stages carried out, the results are that the profile of journalists from the Federal Institutes converges with that of the Brazilian journalist, which allows us to talk about female journalists, under 40 years old and white. Another result is that majority of these professionals previously worked in other advisory services. Also noteworthy is going into the public service as a way to obtain professional stability and quality of life in the midst of cuts and precarious working conditions in private companies. Journalists who work in IFs, in response to the online questionnaire, point to structural precariousness, but say they are satisfied with their work, especially in relation to the respected workload, in addition to working in communication advisories, evidencing greater autonomy in the public service. The survey reveals a predominant profile of female journalists, white, post-graduate, married, with stability of 9 to 12 years in the IF. When addressing ethnic-racial and socioeconomic inequalities, with emphasis on the need for inclusion policies, it also points to the presence of the triple glass ceiling of gender/race/class (Moura and Costa, 2018; Moura, 2019) in careers, with an emphasis on the challenges faced by women journalists. It concludes with evidence of the feminization of journalism in IFs and the search for quality of life and career stability.

Key-words: women journalists; Federal Institute; Gender; ethnic-racial identity; career.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1: ESTUDOS DE GÊNERO, INTERSECCIONALIDADE E MULHERES JORNALISTAS	24
1.1 Gênero e jornalismo.....	34
1.2 Interseccionalidade e mulheres jornalistas.....	38
1.3 Mulheres e mercado de trabalho.....	41
1.4 As barreiras horizontais e verticais nas carreiras das jornalistas mulheres	47
1.5 A proposição de ampliação do conceito de <i>glass ceiling</i> : o triplo telhado de vidro e outras barreiras	54
CAPÍTULO 2: OS ESTUDOS SOBRE IDENTIDADE E CARREIRA	59
2.1 O jornalismo como profissão.....	62
2.1.1 <i>Perfil do jornalista brasileiro</i>	70
2.2 Identidade profissional e dos jornalistas	75
2.3 Os diversos conceitos de carreira.....	79
CAPÍTULO 3: COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E JORNALISMO	85
3.1 Da comunicação organizacional à comunicação pública	87
3.2 Comunicação científica e divulgação científica	98
3.3 A setorização das assessorias de comunicação	101
3.3.1 <i>Jornalistas nas assessorias de comunicação no Brasil</i>	103
CAPÍTULO 4: PERCURSO METODOLÓGICO.....	111
4.1 O percurso metodológico em detalhes.....	114
4.2 Entrevista em profundidade.....	115
4.3 Pré-teste da metodologia (etapa 2)	117
CAPÍTULO 5: O PERFIL DO JORNALISTA QUE ATUA NOS INSTITUTOS FEDERAIS A PARTIR DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E DO PAINEL ESTATÍSTICO DE PESSOAL (ETAPA 1)	121
5.1 O perfil do jornalista do IF com base nos dados do Portal da Transparência e do Painel Estatístico de Pessoal	126
CAPÍTULO 6: CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DAS E JORNALISTAS DOS IFs (ETAPA 2)	139
CAPÍTULO 7: MULHERES JORNALISTAS NOS IFs: PERSPECTIVA ÉTNICO-RACIAL (ETAPA 2)	187

CAPÍTULO 8: QUATRO TRAJETÓRIAS, MUITOS DESAFIOS (ETAPA 3)	225
10.1 Apresentação do perfil das nossas entrevistadas.....	225
10.2 Perspectiva da sócio-história.....	227
10.3 Trajetórias marcadas por um contexto sócio-histórico e étnico-racial.....	229
10.3.1 A trajetória de uma jornalista branca.....	232
10.3.2 A trajetória de uma jornalista indígena.....	235
10.3.3 A trajetória de uma jornalista amarela.....	238
10.3.4 A trajetória de uma jornalista preta.....	239
10.4 As diversas motivações para mudanças.....	245
10.5 O início da carreira e reconhecimento profissional.....	247
10.6 A hora do concurso público.....	250
10.7 O trabalho no IF: rotinas produtivas e percepções.....	254
10.8 A comunicação institucional e a função do jornalismo na divulgação e promoção de uma instituição.....	258
10.9 A interação com outros atores do mundo social.....	260
10.10 Desafios para as mulheres jornalistas.....	263
10.11 Assédio: um problema persistente na profissão.....	265
10.12 Ser jornalista e identidade profissional.....	272
10.13 A percepção da profissional sobre si mesma.....	274
10.14 Ideologias partilhadas pelas jornalistas dos institutos federais.....	280
10.15 À guisa de conclusão.....	282
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	285
REFERÊNCIAS.....	292
APÊNDICES.....	311

INTRODUÇÃO

Este trabalho refletirá, a partir de uma abordagem exploratória e descritiva, o perfil das e dos jornalistas que atuam nos setores de comunicação organizacional dos Institutos Federais (IFs) no Brasil, com um foco especial sob o prisma da interseccionalidade de gênero, identidade étnico-racial e classe social. Criados em 2008, os IFs têm a missão de levar ensino médio técnico e superior a todas as regiões do país, principalmente àquelas desprovidas de instituições com essa finalidade. Apesar de terem completado 15 anos de existência em 2023, destaca-se que algumas unidades já tinham história, pois os Institutos, além dos novos *campus* criados, também agregaram Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e Escolas Agrotécnicas. Existem, no Brasil, 38 IFs, os quais empregam 298 jornalistas concursados, segundo levantamento que fizemos em julho de 2021, no Portal da Transparência.

Discutir como as e os jornalistas se reconhecem e como vêem sua profissão em um cenário de serviço público, considerando-se a estabilidade empregatícia, as mudanças de gestão e as visões distintas acerca do setor de comunicação, o enfrentamento à dualidade jornalista e/ou assessor, se faz necessário devido à quantidade de jornalistas que exercem essa atividade, conforme aponta o levantamento na pesquisa do Perfil do Jornalista (Lima *et al.*, 2022). Também vem somar às pesquisas realizadas sobre a temática comunicação e trabalho, sociologia profissional, identidade profissional e estudos de carreira.

O olhar para a atuação do jornalista no serviço público é algo que se destaca nesta pesquisa. O trabalho do jornalista tem sido bastante estudado, principalmente no período de 2000 a 2020, e os pesquisadores Mick e Kikuti (2020) realizaram um levantamento bibliográfico que demonstra os vários estudos produzidos, praticamente todos voltados para os jornalistas que atuam nas redações ou em arranjos alternativos aos veículos de mídia.

As assessorias passaram a representar, a partir dos anos 1990, um mercado promissor e paulatinamente ocupado por jornalistas. Pesquisas realizadas por sindicatos da categoria em localidades como o Distrito Federal e Ceará chegaram a apontar, em 1993 e em 1997, respectivamente, que metade dos jornalistas brasileiros atuava em assessorias de algum tipo (Duarte, 2001). Em 2012, foi realizada a primeira edição da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro (Mick; Lima, 2013), a qual pontua que quase a metade dos profissionais do país atuava em assessorias. Em 2017, quando se analisa a trajetória de parte dos respondentes da mesma pesquisa, era possível constatar um grande número de profissionais que havia deixado a área do jornalismo e não apenas que haviam migrado de atividade dentro do campo (Tavares; Xavier; Pontes, 2021). Na segunda edição da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro, em

2021, foi possível afirmar que mais de um terço dos jornalistas brasileiros trabalham fora da mídia (Lima *et al.*, 2022).

A pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro, com a primeira edição realizada em 2012 (Mick; Lima, 2013) e a segunda realizada no ano de 2021 (Lima *et al.*, 2022) é aqui um ponto de referência e de fundamental importância para este estudo, pois tratam-se de dados que contemplam a categoria em termos nacionais. Os parâmetros utilizados, bem como o questionário elaborado e os dados obtidos, serão norteadores e comparativos neste estudo. Diante da grandeza da pesquisa realizada e da amplitude alcançada, os dados levantados nesta pesquisa, que é apenas no segmento técnico-administrativo dos Institutos Federais, tendo em vista que lá também se encontram docentes e servidores terceirizados, é uma segmentação e pode ajudar a mapear o cenário da atuação dos jornalistas no serviço público no Brasil. Este trabalho também se propõe a complementar o produzido por Meneses (2019) que pesquisou os jornalistas nas Universidades Federais brasileiras a partir de um olhar da sociologia das profissões, trazendo o profissional para o foco e fugindo dos padrões apenas funcionalistas, tendo como referência teórica o interacionismo, que também influencia conceitualmente o presente trabalho.

Na tradição do interacionismo, o compartilhamento de ideias, ou seja, a interação, acontece no mundo social. Becker (1963) concebe mundo social ou *mundos sociais* como uma rede de pessoas agindo juntas, envolvidas na realização de uma atividade cooperativa com diferentes graus de comprometimento, cujas práticas são coordenadas, baseadas em um corpo de entendimentos, interesses e outros itens necessários ao desenvolvimento de um ato social maior, produzindo realidades que também define essas pessoas. A participação do indivíduo está associada às formas convencionais de atuar na realização dessa atividade, que, no caso do jornalismo, o ato social maior é a produção de formas de representação da sociedade.

No ato social estão envolvidos jornalistas, fontes, públicos e qualquer outro que colabore com a produção do noticiário, vista como uma dinâmica interativa. Um ponto de abordagem interessante nesse contexto é a participação do público, que tem o seu próprio sistema de valores, ou seja, ele avalia, discute e questiona os critérios de seleção das notícias, buscando questões de seu interesse, assim, acaba “por remodelar as representações midiáticas a partir de suas próprias convenções, produzindo formas específicas de apropriação do jornalismo” (Pereira, 2018a, p. 16-17).

Com o jornalista não é diferente, ele não pode estar só, ele não existe sozinho. Ruellan (2017) afirma que o jornalista existe por meio de suas mais diversas relações e também pela cultura, que foi, de certa forma, prescrita e adquirida ao longo da vida. A história do jornalismo

e dos jornalistas revela uma disputa com outras atividades que também tinham a intenção de descrever a realidade, por isso uma história densa.

O *habitus* (Bourdieu, 2007) jornalístico é o que possibilita que o código seja compartilhado por meio de um saber implícito e de um saber explícito, é uma característica profissional que molda a concepção do que seria o jornalista e, assim, tem a capacidade de discernir o que é ou não notícia. O agente do campo só é identificado como tal se tiver tal saber de fato, caso contrário, é excluído automaticamente da identificação (Rosso, 2017).

No jornalismo, prossegue Rosso (2017), algumas dimensões o caracterizam, assim como valores e códigos, que são compartilhados pelos agentes do campo. Na dimensão técnica estão a definição e a estrutura da notícia, considerada a motriz do trabalho jornalístico, e que tem atrelada a ela os valores-notícia ou critérios de noticiabilidade, separando e categorizando o que deve ser publicado ou não e quando.

Na dimensão ética encontra-se a máxima de que o jornalismo tem o dever de informar e zelar por aquilo que é de interesse público e, na mitológica, o discurso de autolegitimação e sua reprodução são utilizados como idealização do bom jornalismo. Entre os códigos-chave compartilhados estão a noção de tempo e o ideal da objetividade (Rosso, 2017).

Para Pereira (2018a), a construção da notícia pode ser entendida como um conjunto de convenções, ou seja, uma série de acordos mais ou menos estáveis que irá permitir o estabelecimento e coordenação de base de cooperação entre os participantes do mundo social dos jornalistas, do qual fazem parte outros atores, na escolha do que é noticiado.

Esse é o entendimento de processos comunicacionais em situação de visibilidade, conforme aborda Henriques (2012), que acontece em, no mínimo, duas frentes: uma relacionada ao conjunto de interações entre os sujeitos e outra relacionada às estratégias de visibilidade que envolvem posicionamento e conquista do envolvimento de outros públicos. Essa situação é sempre direcionada a alguém, ou seja, aos públicos que se agrupam pelos interesses comuns, cuja constituição pode ser descrita a partir dos aspectos de afetação, controvérsia, virtualidade e performance.

Por isso as organizações lidam com uma mudança de conceitos no que tange ao público. O que era “público-alvo” agora é “público de interesse” quando não empregado ainda no plural. O que antes era endereçado via ações de marketing agora o público interage, reivindica, problematiza e questiona, não sendo de um discurso ou de uma postura adotada pela organização.

Para aproximarmos mais do tema a presente pesquisa, uma vez que estudaremos jornalistas nos IFs, temos que levar em conta que, no Brasil, no contexto da segunda década do

século XXI, todas as instituições autárquicas federais têm autonomia para definirem sua própria estrutura administrativa e acadêmica, dentro de uma gama de possibilidades, ou seja, caso tenham vagas e pleiteiem completar o quadro de pessoal podem optar por quais setores serão preenchidos. Ao escolherem profissionais da comunicação, os gestores selecionam se desejam jornalista, relações públicas, designer gráfico ou publicitário. Portanto, podem escolher se e como irão criar e estruturar seus setores de comunicação, o que provoca a diversidade de nomenclaturas setoriais e de profissionais que integram essas equipes de trabalho. Por exemplo, em uma unidade pode haver um profissional de designer no setor de comunicação e na maioria das outras estruturas não haver essa especialidade ou essa função ser exercida por um publicitário.

Algumas unidades dos IFs foram criadas do zero, no entanto outras unidades passaram por uma mudança de nomenclatura. Portanto, seja em um cenário de transição de nome e identidade visual, no caso das unidades que já existiam, ou de criação de uma nova marca, o impacto na visibilidade dessas instituições é evidente, assim como os impactos financeiros e organizacionais. Dados disponibilizados na Plataforma Nilo Peçanha (PNP) (Brasil, 2020a), um ambiente virtual em que constam as estatísticas oficiais da Rede Federal, apontam uma expansão no atendimento a estudantes em 2019 quando se compara ao ano anterior. Segundo o levantamento, foram mais de um milhão de estudantes atendidos em cursos que vão desde a educação básica até a pós-graduação, sendo que 47% do total dos estudantes estão matriculados em cursos técnicos e 18% em cursos de qualificação profissional (Brasil, 2020a). O perfil que predomina dentre os estudantes dos Institutos Federais, a partir de uma amostragem de informações declaradas pelos ingressantes, destaca que 55,8% têm renda familiar per capita de até um salário mínimo e prevalece a classificação racial parda, com 48,7%. Dos professores, afirma-se que mais da metade tem mestrado (51,39%) e 34,09% já concluiu o doutorado (Brasil, 2020b).

Com uma rede de tamanha importância no país, são necessários altos valores para a manutenção tanto de servidores quanto de investimentos materiais para a manutenção das atividades acadêmicas, assim, uma redução do orçamento destinado a tais instituições tem impactos em todas as ações praticadas dentro da instituição. Em 2021, os IFs, assim como toda a rede federal de educação, profissional e tecnológica, foram atingidos por um corte orçamentário. Em nota, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), em maio de 2021, afirmou que, com a redução, os cortes e o bloqueio no orçamento, a Rede Federal corria o risco de até interromper suas atividades no segundo semestre do ano. Algumas medidas já haviam sido tomadas naquele

momento com relação a escolhas no pagamento de despesas correntes, como serviços de vigilância, limpeza, energia, água e insumos, além de atrasos e cancelamentos nos editais de ensino, pesquisa e extensão (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, 2021). Para além disso, houve sucessivos cortes orçamentários nos anos seguintes, que também impactaram bastante no orçamento dos IFs.

No contexto citado, por exemplo, menciona-se a importância do setor de comunicação para lidar com os públicos. Em organizações com estruturas amplas de comunicação, vários profissionais da área, que engloba jornalismo, relações públicas e publicidade e propaganda, integram o quadro funcional. No caso de instituições com estruturas menores, como pode acontecer em unidades dos Institutos Federais, pode não haver outros profissionais de comunicação, sobrecarregando a atuação dos jornalistas.

Com base em pesquisas já realizadas, Lima *et al.* (2022) aponta que, ao contrário do mercado de mídia, as equipes que atuam fora de veículos da mídia são pequenas, sendo que 32,3% dos respondentes da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro, realizada em 2021, afirmaram ser o único jornalista contratado pelo empregador, e 40% trabalham com dois a quatro colegas. Assim, quando se tem apenas um profissional de comunicação à disposição, um único servidor acumularia funções de todas as áreas: prepararia as notícias, faria a diagramação, tiraria fotos, elaboraria desenhos e gráficos, atenderia à imprensa, cuidaria do marketing, da publicidade, dos eventos, de cerimoniais e tudo mais que a instituição tenha ligada à área de comunicação, tanto na parte de planejamento como no operacional. Almeida (2001) destaca que essa situação é comum em empresas de pequeno porte ou quando se trabalha para pessoas físicas, em que o jornalista será mais do que um assessor de imprensa por executar, também, todas essas outras funções.

Rebechi (2014) mencionou, em sua tese, que, ao jornalista, era cada vez mais exigido o domínio de diferentes meios e linguagens, ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC's), além da capacidade de transitar entre variados assuntos, ou seja, a formação não específica não impede a cobrança pelo desenvolvimento de competências em outros terrenos. A cobrança se acentua quando se trata, por exemplo, de empresas assessoradas que são líderes em seus segmentos e que, por isso, teriam os melhores produtos e serviços do mercado. Seriam inaceitáveis matérias que atribuíssem essas qualificações aos concorrentes e, nesse caso, a cobrança por tal acontecido recairia sobre o assessor (Mafei, 2007).

No entanto Pereira (2018a) destaca que, por mais que os manuais acadêmicos e de redação tentem detalhar o que é noticiável, principalmente em grandes centros, a transformação de uma ocorrência em notícia depende de fatores como a pauta do dia, já que a quantidade de

eventos na agenda midiática pode ocupar ou liberar espaço, a disponibilidade dos repórteres e o tempo ou espaço destinado ao noticiário. O autor afirma que, em dias “quentes”, a seleção dos eventos podia ser mais exigente do que em dias menos movimentados, quando ocorrências com “pouco valor-notícia” poderiam ser publicadas. Vários fatores podem interferir na classificação do release recebido e estão inclusos o espaço disponível para publicação e/ou a necessidade de se manter um site atualizado.

Assim, o cenário de trabalho do jornalista brasileiro tem sido objeto de várias pesquisas, muitas delas desenvolvidas no campo da sociologia das profissões, seja investigando construção identitária, carreira profissional ou as relações com outros atores que integram o mundo dos jornalistas, cada estudo deixa sua contribuição por meio de um objeto de pesquisa e de formas metodológicas diversificadas e que, às vezes, se complementam.

A pesquisa de Travancas (1993), com um viés antropológico, procura mergulhar no mundo dos jornalistas, relatando o cotidiano nas redações e do trabalho desenvolvido por diversos profissionais, buscando a constituição da identidade social do jornalista. Ao realizar uma etnografia em veículos impressos, de rádio e televisão, a autora faz uma análise da profissão, das implicações efetivas e afetivas nas relações de trabalho e pessoais, dos problemas que envolvem as empresas jornalísticas e destaca o papel fundamental que o jornalismo tem na vida desses profissionais.

Pereira (2008) objetivou, em sua tese, analisar a construção identitária dos “jornalistas-intelectuais”, ou seja, profissionais que dividem sua atividade jornalística com intervenções em outros espaços sociais convencionalmente associados a representações sociais do intelectual. Com base em conceitos oriundos do interacionismo, o trabalho abordou valores e ideologias partilhados por esses jornalistas, formas de apresentação de si, gestão estatutária e concepção das carreiras profissionais.

Em continuidade à sua pesquisa sobre a constituição de carreiras dos jornalistas-intelectuais, Pereira (2020) faz uma análise sobre a carreira e a identidade profissional dos jornalistas, que vai, de certa forma, também abordar as reconfigurações do jornalismo brasileiro nos últimos 40 anos. Ao entrevistar 32 jornalistas que atuavam no mercado de trabalho de Brasília, o pesquisador buscou construir, junto com os entrevistados, uma narrativa sobre suas trajetórias, destacando os motivos da escolha do jornalismo, suas experiências na universidade, nos estágios e a passagem por diferentes empregos e funções.

A construção identitária também foi o tema central da pesquisa de Agnez (2014), que teve como objeto empírico os correspondentes internacionais brasileiros. Além de identificar o percurso do trabalho dos correspondentes internacionais em um determinado período, o estudo

mostrou tensões e possíveis mutações na rotina e no perfil profissional, destacando que fases de ruptura podem desencadear mudanças identitárias e processos estratégicos de defesa de uma identidade profissional.

O processo de autodefinição identitária também foi tema da dissertação de mestrado feita por Meneses (2019). O estudo analisou a construção da identidade dos jornalistas que atuam nas universidades públicas federais, utilizando a base teórica do interacionismo simbólico. A pesquisa procurou descrever o processo de autodefinição identitária dos jornalistas, analisar o processo de negociação identitária deles com os atores que interage, identificar as ideologias presentes na atuação e compreender o processo de segmentação desse grupo profissional. O estudo está voltado para a sociologia das profissões, com foco nas interações do dia a dia dos jornalistas e a conclusão é de que existem identidades plurais que convivem e se entrelaçam dentro de um mesmo grupo profissional.

Analisar as mudanças e permanências do campo do jornalismo apresenta descobertas e confirmações. O tema vem sendo discutido por pesquisadores da área e algumas análises foram reunidas na obra *Mudanças e permanências do jornalismo* (Moura, Pereira e Arghirni, 2015) com o objetivo de analisar as reais mutações e constâncias do jornalismo, pois, ao longo do tempo, a área e os profissionais se transformam e permanecem na história. Em toda a sua amplitude, a imprensa incentivou a participação do público na difusão e na produção da informação e isso se torna realidade com a informação contemporânea via rede mundial, *online*. Os estudos que abarcam a temática buscam discutir o jornalismo como práxis, as formas de (auto)regulação da profissão e seu papel na promoção da democracia e da cidadania, além de avançar em uma teoria do jornalismo e da notícia.

As transições de carreiras, as ocupações de outros espaços e, com isso, as adaptações que os profissionais realizam vão reconfigurando os espaços de trabalho. As pesquisas realizadas no campo da sociologia profissional, como os estudos sobre trajetórias profissionais de jornalistas, no qual esta pesquisa também se insere, são úteis, como afirmam Mick e Kikuti (2020), porque permitem investigar como esses profissionais entram no mercado de trabalho, o que fazem enquanto permanecem nele e em que momento deixam a profissão, além de aferir a influência que fatores como escolarização, gênero e raça tiveram nas tomadas de decisão sobre a vida profissional dos sujeitos. Os desafios metodológicos se mostram presentes nesses estudos porque envolvem a dinâmica de escolhas dos indivíduos ou imposições ao longo do tempo, assim, os investigadores e pesquisados se esbarram nos riscos da ilusão biográfica (Mick; Kikuti, 2020).

Mick e Lima (2013) relatam que, de acordo com os indicadores coletados na pesquisa

Perfil do Jornalista Brasileiro, parece mais evidente o *habitus* profissional, que já foi abordado por autores como Charron e De Bonville (2016), algo que é comum a grande parte dos jornalistas do país, e que existem relações de colaboração, não propriamente de conflito, dentro do campo, principalmente pelo trânsito entre as atividades de um tipo, como atuação em mídia, e de outro, atuação fora da mídia, ao longo da carreira. No entanto, nada está consolidado. Enfrentam-se ainda problemas relacionados à estratificação, ao status profissional, ao prestígio pertinente a cada área de atuação.

Nesse contexto de trabalho dentro de uma organização que não é um veículo de mídia, o cenário brasileiro é extremamente singular por abrigar jornalistas nas assessorias de imprensa, enquanto essa atividade, em outros países, é exercida por formados em relações públicas. Mais adiante, na parte de fundamentação teórica da tese, será abordado como essa área foi paulatinamente ocupada pelos jornalistas no Brasil.

Os jornalistas como grupo profissional têm evoluído ao longo do tempo, conquistando reconhecimento social, mas também enfrentando desafios complexos relacionados à sua imagem, estatuto e papéis. Brin, Charron e Bonville (2007) chamam de “anomalias” essas observações e resultados que já não são possíveis de serem entendidos ou explicados a partir do que já se conhece e, com a necessidade de novas teorias, novas explicações para os problemas, novas maneiras de interpretar o fenômeno, atribui-se o termo de *paradigma*, aplicado aos estudos jornalísticos originou-se a expressão *paradigmas jornalísticos*. Essa evolução não é estática, pois é moldada por interações contínuas com outros atores sociais e influenciada pelas mudanças tecnológicas que afetam o ingresso e a mobilidade na profissão.

Os jornalistas são profissionais que, ao longo de suas carreiras, enfrentam uma série de desafios e oportunidades, cada um representando um movimento em seu trajeto. Esses movimentos podem incluir a transição de um veículo de comunicação para outro, a mudança de área de cobertura, a busca por especializações ou até mesmo a migração para diferentes tipos de mídia, como do jornalismo impresso para o digital ou da iniciativa privada para a área pública. Esta mudança aparece claramente em nossa pesquisa, como veremos mais adiante nas etapas empíricas 2 e 3, as formas de transição dos veículos de mídia ou outras empresas de comunicação para o serviço público, considerando a diversidade de movimentos na carreira jornalística.

Na maior parte das vezes, os movimentos de carreira não são estrategicamente planejados, e acontecem motivados por diversos fatores, como a busca por maior realização profissional, o desejo de impactar a sociedade de maneira mais significativa ou a necessidade

de adaptação às mudanças no cenário midiático. Cada movimento é um passo em direção a um destino específico, uma decisão ponderada sobre "para onde" direcionar sua carreira.

Nossa pesquisa aborda ainda temas cruciais nas discussões contemporâneas que dizem respeito à equidade de gênero e promoção da diversidade, principalmente no jornalismo. A interseccionalidade étnico-racial emerge como uma dimensão essencial para compreender as complexidades da construção da carreira e identidade profissional, especialmente com um recorte de gênero adicionado. Esta tese visa explorar e analisar criticamente como fatores étnico-raciais influenciam a jornada profissional das mulheres jornalistas nos Institutos Federais, contribuindo, assim, para um entendimento mais aprofundado das dinâmicas que moldam suas experiências no campo da comunicação.

As mulheres enfrentam desafios específicos em sua trajetória e traremos à discussão quais desafios são pertinentes às jornalistas no contexto profissional de trabalho nos Institutos Federais brasileiros e durante seus percursos até o momento atual. Muitas experiências são marcadas por casos de assédio e barreiras horizontais e verticais, que impedem ou dificultam a promoção e ascensão na carreira. Mulheres jornalistas que pertencem a grupos étnicos minoritários ainda enfrentam obstáculos adicionais, como o viés racial nas decisões de promoção, falta de reconhecimento de suas habilidades e contribuições, bem como uma menor presença em espaços de decisão.

A falta de diversidade étnico-racial nos cargos de liderança, inclusive no serviço público, pode contribuir para a perpetuação de padrões excludentes e reprodução de estruturas que marginalizam determinados grupos. Isso impacta não apenas a trajetória individual das mulheres jornalistas, mas também a dinâmica geral do ambiente de trabalho, influenciando a cultura organizacional e a maneira como as políticas de recursos humanos são implementadas.

Portanto, ao explorar o quanto o fator étnico-racial interfere na elevação de postos de carreira para as mulheres jornalistas nos Institutos Federais, é fundamental considerar não apenas as questões de gênero, mas também a interseccionalidade com a etnia e a condição social financeira (classe). Essa análise permitirá identificar áreas específicas que requerem atenção e intervenção para promover uma equidade verdadeira e inclusiva no campo da comunicação institucional.

O jornalista está sempre envolvido com fatos, independente do seu local de atuação, e, devido à sua sensibilidade, é capaz de perceber o que o envolve no cotidiano. As pesquisas na área da sociologia das profissões, no Brasil e sobre jornalistas, começaram a se destacar no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, e se consolidaram a partir de 2010, conforme levantamento feito por Mick e Pontes (2018). Eles destacaram que valores, identidades

profissionais, características do trabalho, saúde dos profissionais e assédio estavam entre os temas mais abordados.

Para compreender a discussão em torno das mudanças estruturais do jornalismo, o que alguns chamam de crise, Brin, Charron e Bonville (2007) identificam como um novo paradigma para conceber e entender o jornalismo. Eles dividem a história do jornalismo em jornalismo de transmissão, quando se fala do surgimento da atividade no século XVII; jornalismo de opinião do século XIX; jornalismo de informação, quando foi adotado o modelo comercial de imprensa e, que emergiu nas décadas de 1970 e 1980, e jornalismo de comunicação, no qual o mercado de mídia está diversificado e ampliam-se os suportes e serviços de informação.

Esta pesquisa situa-se, também, entre as que discutem, considerando outros aspectos, o quesito identidade do jornalista, porém do profissional que atua fora da mídia, embora o uso das expressões dentro e fora da mídia possa ser questionável nos anos 2024, se pensarmos em funções exercidas em cada lugar (redação, fotos, edição de texto etc.). O jornalista que atua em assessoria de comunicação não é novidade no Brasil, assim como pesquisas que já foram realizadas sobre essa temática: Almeida (2001); Silveira (2010) e Moliani (2020).

Nos resultados da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro, Mick e Lima (2013) trazem a discussão sobre o fato de que parte dos jornalistas que atua na mídia ocupa funções de assessoria de imprensa e parte dos conteúdos elaborados por assessores é aproveitada integralmente por jornalistas de mídia. Eles lançam as perguntas: essa sobreposição de atividades reforça ou dilui a “rivalidade” entre jornalistas e assessores? Com essa situação, seria o jornalismo no Brasil uma profissão cindida nesses dois grupos ou é essa a identidade profissional que os integra? Essas reflexões também irão permear a presente pesquisa.

Os estudos que têm como tema central a identidade profissional dos jornalistas brasileiros ganharam novo fôlego a partir de 2009, principalmente devido às discussões acerca da não obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão, das novas diretrizes curriculares dos cursos de Jornalismo e mudanças na forma de acesso e consumo de notícias.

Os motivos elencados acima foram razões para a comunidade acadêmica se interessar em pesquisar a percepção de que houve uma reconfiguração dos processos de produção da notícia, principalmente pela introdução das mídias digitais, mas também cresceram as pesquisas que abordavam a identidade desse profissional sem vínculo com a convergência tecnológica.

Diversas instituições ligadas à área do jornalismo tiveram grande papel incentivador nesse contexto. A Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), por exemplo, teve ao menos quatro iniciativas com sua participação direta.

Primeiro, o apoio da Associação na realização do II Colóquio Internacional Mudanças Estruturais no Jornalismo (Mejor), com o tema “Jornalismo e Identidade Profissional”. Segundo, o apoio e participação da SBPJor no processo da pesquisa Perfil do Jornalismo Brasileiro, coordenada por Jacques Mick e equipe UFSC, cujos resultados foram publicados pela Insular em 2013. Terceiro, a realização, durante o 11º Encontro da SBPJor em Brasília, de uma mesa coordenada sobre o tema. E, quarto, o lançamento de uma chamada de trabalhos para esta edição da BJR, cujo tema do dossiê é “Jornalismo e identidade Profissional” (Pereira *et al.*, 2013, p. 4-5).

Sobre a Pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro, que também teve o apoio fundamental da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ), a então diretora da SBPJor, Dione Moura (2013), ressaltou que “uma pesquisa com esta dimensão é feita a várias mãos e múltiplas instituições”. Celso Schröder (2013), então presidente da Fenaj, constatou que a pesquisa seria uma importante ferramenta para orientar na perspectiva de construção de novos horizontes para os jornalistas e o jornalismo no Brasil. Para a então presidente do FNPJ, Mina Tonus (2013), a pesquisa permitiu traçar um panorama pós- formação, ao qual não era fácil acessar, e assim contribuir para reflexões e novas investigações¹.

Rosso (2017) estudou os assessores de imprensa da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Ela se perguntava se havia um *ethos* comum entre jornalistas de mídia e jornalistas de assessoria, capaz de blindar o trabalho desses de enviesamentos determinados por objetivos políticos. Para isso, fez entrevistas e um questionário para avaliar certas opiniões sobre valores, práticas e premissas éticas e comparou os resultados com pesquisas realizadas no exterior.

A pesquisa de Rosso (2017) encontrou várias limitações e que nos inspiram na problematização desta pesquisa. As características dos IFs os tornam um objeto bem diferente de um parlamento, que é mais vulnerável a pressões políticas de todo tipo. Com mais autonomia, os assessores dos IFs tendem a manter práticas mais próximas dos ideais da profissão, conforme confirmamos em nosso questionário. O tema adquire ainda mais relevância em função da importância do trabalho dos jornalistas para a *accountability* do setor público, assim, observaremos as características sociodemográficas para que possamos traçar um perfil desse profissional e, também, as práticas, trajetórias, carreiras e construção das identidades desses jornalistas.

A atuação dos jornalistas nas assessorias parece apresentar uma tensão e receber uma enorme pressão de gestores, servidores e comunidade por estarem em um trabalho que ora se volta para a comunidade interna, com divulgação e *accountability*, e por outro lado tem o

¹ As informações mencionadas constam no prefácio do livro com os dados da Pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro, edição 2013.

desafio de fazer a prestação de contas, a divulgação institucional e a divulgação científica para a comunidade externa, seja por mídias próprias ou com outras já consagradas.

Para além dos temas mencionados acima que tangenciam a nossa pesquisa, centraremos nosso problema de pesquisa no serviço público como sendo um diferencial na carreira das mulheres jornalistas, ou seja, investigar se esse ambiente apresenta condições de trabalho mais favoráveis, considerando-se o marcador gênero, tendo em vista que as mulheres jornalistas têm carreiras mais curtas na área privada, se comparadas aos homens. Constatamos que o serviço público, além de ser considerado um espaço para o exercício da profissão de jornalista, apresenta condições mais favoráveis de trabalho às mulheres, possibilitando, assim, carreiras mais longas.

Nosso **problema de pesquisa** busca uma compreensão aprofundada das interseções entre gênero e identidade étnico-racial no contexto do trabalho dos jornalistas efetivos nos Institutos Federais. A proposta, nesse sentido, é investigar de que maneira esses elementos influenciam nas escolhas de homens e mulheres que buscam o serviço público na carreira jornalística. Almejamos identificar e analisar os marcadores de gênero e étnico-racial presentes nos motivos que levam esses profissionais a optarem pelo setor público, visando a uma compreensão mais abrangente das nuances que moldam as trajetórias de carreira, especialmente no que diz respeito às mulheres jornalistas. Essa abordagem permite uma análise sobre a forma que as mulheres jornalistas constroem sua carreira e desenvolvem sua identidade profissional nos Institutos Federais.

A **pergunta de pesquisa** pode ser assim descrita: como os elementos de gênero e identidade étnico-racial influenciam nas escolhas de homens e mulheres jornalistas que buscam o serviço público nos Institutos Federais, e de que maneira esses marcadores estão presentes nos motivos que levam esses profissionais a optarem pela carreira jornalística no setor público?

Propomos que a importância desta pesquisa repousa em discutir uma forma de atuação presente na carreira do jornalista brasileiro, a condição de assessor, apontando as trajetórias, como desenvolvem suas rotinas de produção e como se identificam os jornalistas que trabalham no serviço público, especificamente nos Institutos Federais.

O interesse por esse tema surge em virtude da própria atuação profissional da autora da tese. Sou jornalista em um campus do Instituto Federal e me vi instigada a conhecer o cenário de trabalho e a realidade de outros profissionais no mesmo cargo. Minhas inquietações me levaram a querer respostas sobre quem são esses jornalistas, como desenvolvem suas atividades, se as situações vividas em campus e reitoria se assemelham, enfim, motivada pela minha realidade, pretendo expandir para entender a situação brasileira. Na condição de insider,

pretendo explorar os privilégios desta condição, ciente dos riscos e da necessidade de não me deixar levar a realizar uma pesquisa enviesada, mas apresentar as condições que estão envolvidas no meu entorno e, assim, demonstrar meu compromisso com o desempenho profissional, ascensão e aprofundamento na carreira, não sendo apenas uma trabalhadora alienada.

É necessário identificar, do ponto de vista da área de comunicação, as questões que envolvem a profissão no mundo do trabalho, no campo de atuação, e de que forma elas repercutem nos ambientes que esse indivíduo está inserido, analisando aspectos que impactam na identidade desses trabalhadores, bem como nas relações e interações estabelecidas. Abordar como a precarização e o desvio de função podem afetar diretamente o sujeito jornalista é ir além da questão mecanicista do trabalho e da própria precarização em si.

Para reforçar a contribuição desta pesquisa, destaca-se como objeto empírico a carreira das e dos jornalistas enquanto técnicos administrativos nos Institutos Federais sob um viés que permitirá uma contribuição para o fortalecimento das investigações nessa área, voltando o olhar para os profissionais de comunicação que atuam nessas instituições, ou seja, é um *ethos* específico dentro do campo do jornalismo.

Conhecer a trajetória profissional dos jornalistas que ocupam as assessorias de imprensa é relevante para se compreender como ocorre a construção da carreira profissional no campo jornalístico, identificando semelhanças e diferenças a depender da área em que cada profissional trabalha.

Esta tese segue uma tradição nas pesquisas do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), extremamente relevante para o cenário nacional e internacional no campo, que é a de se interessar pelo trabalho do jornalista e também pela atuação em assessoria de comunicação. Essa tradição começa ainda nos anos 1990, com as pesquisas de Zélia Adghirni, Luis Martins e Dione Moura, e segue com Valéria Castanho, Fábio Pereira, Francisco Santana, Rogério Dafuente e, mais recentemente, em 2019, Gabriela Meneses, para citar alguns nomes. Dentro dessas pesquisas, o trabalho do jornalista foi abordado sob o viés da identidade profissional, rotinas produtivas, convergência midiática e segmentação profissional.

Com nossa pesquisa, pretendemos seguir uma importante linha de trabalho do PPGCOM e contribuir com um novo olhar sobre o assunto, trazendo à luz o interesse pelo jornalista que está às margens na representação da profissão, ou seja, está em um segmento profissional – assessoria de comunicação – que não está no foco, pois o foco desse campo está nos jornalistas que trabalham em veículos tradicionais de redação, como rádio, TV, jornais

impressos e até mesmo *on-line*, canais até então vistos como lugares legítimos do exercício da profissão. No entanto os jornalistas que atuam em lugares alternativos à mídia são tão legítimos quanto os demais, portanto, se houvesse a pergunta “quem é mais jornalista?” a resposta seria: todos são jornalistas da mesma forma, atuando em lugares diferentes, por isso, ao pesquisar um segmento que não recebe tanta atenção dentro do grande grupo, a discussão do debate identitário é recolocada no fundo.

Incluir o marcador gênero e a perspectiva étnico-racial na discussão soma esforços com pesquisas nas diversas áreas do conhecimento que levantam a bandeira da equidade. Atrelado ao gênero, podemos falar também em raça e classe, que aparecerão ao longo do texto. Trazer à luz essa temática demonstra nossa preocupação em tratar de assuntos complexos em uma sociedade marcada pela construção patriarcal.

A relevância desta investigação se destaca à medida que reflete sobre o papel essencial da comunicação na construção de uma sociedade justa e igualitária. Ao compreender e abordar as barreiras enfrentadas pelas jornalistas mulheres, contribuimos para uma narrativa mais inclusiva e diversificada, promovendo não apenas a igualdade de oportunidades no jornalismo, mas também fortalecendo a qualidade e a autenticidade da informação transmitida à sociedade.

Este estudo, portanto, é um convite à reflexão sobre as estruturas que moldam as carreiras das jornalistas mulheres, destacando a necessidade urgente de reformas para criar um ambiente mais equitativo e representativo no campo da comunicação. A seguir, apresentamos os objetivos que pretendemos alcançar com esta pesquisa.

O **objetivo geral** da pesquisa é analisar o perfil das e dos jornalistas que atuam nos setores de comunicação organizacional dos Institutos Federais (IFs) no Brasil, com um foco especial sob o prisma da interseccionalidade de gênero, identidade étnico-racial e classe social.

Os **objetivos específicos** são:

- a) traçar o perfil do jornalista que atua nos Institutos Federais brasileiros;
- b) identificar como se dão as trajetórias das e dos jornalistas dos Institutos Federais;
- c) analisar como a e o jornalista que atuam no Instituto Federal constroem sua identidade profissional;
- d) investigar quais motivos levaram as mulheres e homens jornalistas a optarem pela carreira no serviço público;
- e) identificar como o elemento gênero e a identidade étnico-racial interferem na construção das carreiras das e dos jornalistas dos Institutos Federais.

CAPÍTULO 1: ESTUDOS DE GÊNERO, INTERSECCIONALIDADE E MULHERES JORNALISTAS

Os estudos de gênero têm desempenhado um papel significativo na análise crítica das relações sociais, proporcionando insights valiosos sobre as formas como as identidades de gênero moldam e são moldadas pela sociedade. Este capítulo explora o panorama dos estudos de gênero, abordando tanto o contexto internacional quanto o específico caso brasileiro. Examinam-se a evolução, os desafios e as contribuições desses estudos, destacando as particularidades que moldaram as pesquisas nas últimas décadas.

Nesta pesquisa, partimos do conceito de gênero como construído socialmente, uma categoria de análise que serve para distinguir, classificar e descrever as dinâmicas e cenas sociais, explicando muitas das relações que se estabelecem na sociedade. Relações de gênero são a base de nossas ações pessoais, profissionais e sociais e necessitam de visibilidade dentro da área da comunicação e do jornalismo. Conforme aponta Scott (2017, p. 73), o uso do termo gênero “implicou uma ampla gama tanto de posições teóricas quanto de simples referências descritivas às relações entre os sexos” e para responder a perguntas do tipo como o gênero dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico ou como o gênero funciona nas relações sociais humanas é necessária uma discussão do gênero como categoria analítica.

Falar em gênero significa rejeitar explicações biológicas e torna-se uma forma de indicar construções culturais, ou seja, a criação social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres, um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. “No seu uso descritivo, o termo ‘gênero’ é, então, um conceito associado ao estudo de coisas relativas às mulheres” (Scott, 2017, p. 76).

A historiadora define o termo gênero em duas partes e subconjuntos, que se inter-relacionam, mas devem ser diferenciados analiticamente. “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 2017, p. 86). O gênero implica quatro elementos quando se refere a um elemento constitutivo das relações sociais: símbolos culturais que evocam representações simbólicas; conceitos que interpretam o significado dos símbolos; instituições e organização social e, por fim, identidade subjetiva. Quando se trata da segunda definição, a autora afirma que é uma forma recorrente de significar o poder no ocidente, um meio pelo qual o poder é articulado (Scott, 2017).

Em sua análise crítica, Scott (2017) pontua que um dos grandes desafios foi conciliar a teoria ligada ao gênero, pois, do seu ponto de vista, utilizar o termo implicaria uma

historicização e desconstrução constante dos termos que dominam as diferenças sexuais. Por isso, os pesquisadores deveriam analisar e denunciar as diferentes formas pelas quais os níveis de subordinação de gênero são construídos, legitimados, contestados e mantidos nas mais diversas circunstâncias.

Considerando a definição de gênero como uma relação de poder, tem-se uma mudança de foco da procura pelas causas da dominação para a compreensão dos significados e condições de construção das relações de gênero. Dessa forma, esses estudos estavam atrelados aos estudos sobre os fatores que influenciam a continuidade e transformação das relações sociais, bem como abordagens relacionadas à construção de poder nas sociedades (Souza-Lobo, 1989² *apud* Zirbel, 2007).

Na gramática, o gênero é compreendido como uma forma de classificar fenômenos, um sistema socialmente consensual de distinções e não uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que torna possíveis distinções ou agrupamentos separados (Scott, 2017, p. 72).

As identidades humanas são concebidas como "não fixas" e sujeitas a constantes processos de ressignificação, por isso, as pesquisas de gênero concentram-se na análise dos sistemas culturais que atribuem significados às subjetividades, bem como na compreensão das diversas realidades empíricas, considerando ambientes particulares nos quais o sistema de sexo/gênero atua, estabelecendo e influenciando dinâmicas de poder. Assim, nos estudos de gênero, é afirmado que não há uma determinação natural dos comportamentos associados aos homens e mulheres, apesar das numerosas regras sociais fundamentadas em uma suposta diferenciação biológica entre os sexos (Grossi, 1998).

A matriz dominante do senso comum estabelecia significados atribuídos aos sexos, ou seja, ligados às genitálias de macho e fêmea, assim, como uma forma de subversão a esse modelo, o sistema sexo/gênero passou a designar a construção social da feminilidade e da masculinidade, do ser mulher e homem (Küchemann; Bandeira; Almeida, 2015).

As mudanças na forma de abordar a temática de gênero também se manifestaram nas pesquisas realizadas no Brasil. Nos anos 1970, por exemplo, temas que se relacionavam a mulheres atraíam a atenção principalmente de pesquisadoras até que, nas décadas seguintes, o

² SOUZA-LOBO, Elizabeth. In: NEMGE. Núcleo Interdisciplinar de estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero. **Relações sociais de gênero x Relações de sexo**. São Paulo: NEMGE, 1989.

conceito de gênero foi se ampliando de forma a abranger muito mais do que questões femininas (Buitoni, 2018).

O conceito de gênero foi introduzido nas ciências sociais no Brasil a partir do contexto linguístico da literatura inglesa, marcando uma distinção em relação a outras tradições e influências intelectuais nos estudos acadêmicos sobre as mulheres. Tornou-se uma categoria conceitual fundamental, tanto para a estruturação de conceitos quanto para orientar a formulação de políticas públicas voltadas para as mulheres (Küchemann; Bandeira; Almeida, 2015).

A terminologia gênero foi incorporada aos mais diversos grupos e ultrapassou os muros das universidades e instituições de pesquisa em menos de dez anos, entre 1987 e 1996. Zirbel (2007) apresenta a diversidade de grupos de pesquisa que se dedicaram a pesquisar e estudar a temática, as primeiras teses de doutorado e artigos que foram publicados em revistas, livros, apresentados em congressos, encontros e conferências.

Várias foram as abordagens e entendimentos associados ao termo, não se tratando de um conceito com um único significado. A compreensão e a aplicação do termo gênero estão vinculadas a domínios teóricos e políticos particulares, possibilitando análises específicas quando se adota uma perspectiva específica. Na realidade, a própria categoria está imersa em um conflito entre tradições acadêmicas e políticas, cada uma buscando legitimar suas próprias definições respectivas (Küchemann; Bandeira; Almeida, 2015).

No entanto, o uso do conceito de gênero não passou a ser utilizado sem críticas, atreladas, principalmente, ao binarismo sexo-gênero e à radicalização da ideia construtivista derivada do termo. Como descreve Zirbel (2007), a diferença está na forma de se referir ao corpo/sexo/natureza. No caso do binarismo, há uma ênfase na separação entre as categorias e na radicalização há uma potenciação do gênero.

Como apontam Küchemann, Bandeira e Almeida (2015), com o passar dos anos, gênero enquanto categoria vem sendo utilizado com o objetivo de desfazer a ligação entre mulheres e a dita natureza, de forma a viabilizar tanto simbólica quanto praticamente a equidade entre mulheres e homens. É um instrumento desconstrutivo utilizado para distinguir, classificar e descrever as dinâmicas e as cenas sociais, além de servir para analisar e explicar as relações entre grupos.

Distanciando-se cada vez mais do sexo biológico, gênero passou a ser entendido como um sistema de signos ou significados designados a corpos sexualmente diferentes, servindo para diferenciar o papel social e os sentidos que esses corpos deveriam ter. Pesquisadoras feministas argumentaram que gênero não era algo inato, mas sim construído socialmente e

mantido por organizações e estruturas sociais. Scott (2017) pontua que o termo passou a ser utilizado como uma ferramenta linguística para enfatizar as múltiplas facetas socioculturais presentes nas diferenciações fundamentadas no sexo biológico.

Para além das controvérsias internas ao pensamento feminista, vale destacar a questão da fundação de um campo de pesquisa, cujo desdobramento se apoia na categoria gênero e a partir do qual se destacam alguns elementos fundamentais: a) a análise crítica da ideia de natureza e a naturalização como ideologia; b) análise crítica da identidade feminina; c) constatação das assimetrias sexuais e da universalização da dominação; d) ausência do reconhecimento da inserção das mulheres nas dinâmicas sociais, isto é, como partícipes ativas da história, revelando a distribuição desigual de poder entre homens e mulheres (Küchemann; Bandeira; Almeida, 2015, p. 68).

A pesquisadora Joan Scott (2017) questiona a utilização do termo gênero em substituição ao termo mulheres para sugerir que os dados sobre as mulheres implicam necessariamente referência aos homens e vice-versa. Portanto, abordar as mulheres de forma isolada perpetua a concepção equivocada de que a experiência de um sexo não está conectada à experiência do outro sexo. Nesse contexto, é fundamental conceber o gênero como uma ênfase que abrange todo o sistema de relações, incluindo o sexo. Isso implica afirmar que o gênero não é uma determinação do sexo e que não exerce uma influência direta sobre a sexualidade.

Os estudos de gênero ou das relações de gênero têm sua origem nos diálogos estabelecidos entre acadêmicas e o pensamento feminista militante, assim como na tradição já consolidada em universidades e centros de pesquisa brasileiros. É importante destacar que houve uma transição dos chamados "estudos sobre a mulher", que dominavam as discussões no final dos anos 1960, e serviam como marcadores dessa incipiente área de pesquisa, estudos estes que denunciavam situações de subordinação, opressão e dominação enfrentada pelas mulheres. Já a partir dos anos 1980, nota-se uma mudança da categoria empírico-descritiva mulher para a categoria analítica gênero. Essa transição não apenas representa a formulação de um novo conceito, mas também a consolidação de uma nova área de estudos e pesquisa (Küchemann; Bandeira; Almeida, 2015).

Goffman (1976) também trouxe uma contribuição aos estudos de gênero baseando-se nas teorias da interação social para defender a construção social de gênero. Considerando gênero como correlato cultural de sexo em face da biologia ou do aprendizado, ele formulou o conceito de *gender display*, que se referiu a descrições convencionais desses correlatos. As descrições de gênero tratavam-se do que se gostaria de transmitir sobre a natureza sexual durante a interação e não seriam uma consequência da essência sexual inata, fazendo uso de gestos convencionalizados.

Utilizar o termo gênero teria uma conotação mais objetiva e neutra do que o termo “mulheres”, dissociando do feminismo, que aparentemente era uma política ruidosa. Enquanto a expressão "história das mulheres" reivindica uma postura política ao declarar, em oposição às práticas convencionais, que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, a terminologia gênero as engloba sem especificamente nomeá-las, parecendo, por conseguinte, não representar uma ameaça substancial (Scott, 2017).

O porquê das alterações no uso dos termos “mulheres” e gênero ao longo do tempo reside no fato de as pesquisas sobre a mulher no Brasil estarem marcadas por uma problemática da *condição feminina*, pois pensava-se haver um “problema da mulher”. Posteriormente, na década de 1980, essa terminologia é abandonada e adota-se “Estudos sobre as Mulheres”, pois era impossível falar em única condição feminina, devido às inúmeras diferenças entre as mulheres brasileiras, tanto de classe quanto de faixas etárias, raça e de *ethos* (Grossi, 1998).

Com a ocorrência da substituição do termo mulher por gênero, Zirbel (2007) destaca que surgiram duas questões: um retorno sutil à invisibilidade das mulheres e o problema da militância política no interior e fora da academia. Essa substituição foi provocada, em parte, pela ideia binária que se instaurou de dois sexos/gêneros, um mal-entendido que fez com que se deixasse de abordar uma série de outras relações no campo social.

Quando o termo gênero se torna uma simples substituição do termo “mulher” tem-se um esvaziamento do conceito, o que leva ao desenvolvimento de uma série de pesquisas sobre a mulher sem nomeá-la diretamente, ou seja, a visibilidade que havia sido alcançada pelas lutas feministas e pelo esforço das pesquisadoras em incluir as mulheres como objeto de pesquisa fica ofuscada. Como uma contradição, as mulheres voltam ao segundo plano mesmo os estudos de gênero virando sinônimo de estudos sobre as mulheres.

O conceito de gênero pode ser visto como uma categoria de análise e não de senso comum. Essa categoria agrega um conjunto de fenômenos sociais, históricos, políticos econômicos e psicológicos em uma única palavra, respondendo às características de pertencimento dos seres humanos a um ou outro sexo. Nas ciências sociais, esse conceito, assim como diversos outros, não tem um único sentido, estando o significado relacionado ao fenômeno ao qual está sendo analisado, tais como, sexualização de comportamentos, construções identitárias, relações desiguais/assimétricas, dentre outros (Küchemann; Bandeira; Almeida, 2015).

Forjado no contexto da classe médico-psicanalítica nos Estados Unidos para distinguir elementos socioculturais daqueles presumidos como inatos e ligados ao sexo biológico, o conceito de gênero passou por uma reconfiguração nas mãos das pesquisadoras feministas no

Brasil, mobilizada pelos movimentos feministas e de mulheres no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, visou destacar a natureza política e histórica das definições normativas de feminilidade e masculinidade, explicitando que a condição de sexo exerce influência fundamental nos processos de percepção, ação e interpretação da realidade social, assim como na formação da identidade social e na ocorrência de discriminação tanto entre grupos como dentro deles (Küchemann; Bandeira; Almeida, 2015).

Segundo a antropóloga Gayle Rubin (1993³ *apud* Zirbel, 2007), a subordinação da mulher deve ser analisada no âmbito de sistemas culturais que atribuem características e valores. Tais sistemas fundamentam-se no sexo biológico dos indivíduos, enquadrando-os em uma lógica que ordena o mundo de forma binária e hierárquica. As características consideradas apropriadas para cada sexo implicam, assim, na construção do gênero de cada indivíduo (Zirbel, 2007).

Ou seja, a relevância da história das interações entre homens e mulheres, das construções que delineiam os atributos masculinos e femininos, além da forma como essas influências permeiam a vida cotidiana e a estrutura social são algumas das razões que conferem ao conceito de gênero um estatuto empírico e analítico que transcende os limites dos modelos preestabelecidos e das fronteiras disciplinares (Küchemann; Bandeira; Almeida, 2015).

Na esteira dos movimentos feministas, os estudos sobre mulheres experimentaram um crescimento significativo nos países ocidentais a partir dos anos 60 do século passado. Inicialmente, esses estudos abordaram a condição feminina, lutando pela igualdade entre os sexos, contra a discriminação das mulheres e em defesa de seu direito à participação no mundo público. Eles enfocaram também a busca por oportunidades equitativas em educação, trabalho e participação política, incluindo cargos de liderança em empresas e serviços públicos. Já nos anos 1980, o âmbito acadêmico passa a interpretar a questão de gênero como um estudo que destaca a elaboração interdependente de características masculinas e femininas (Martinez; Lago; Lago, 2016).

Scott (2017) aponta alguns motivos que fizeram com que pesquisadoras feministas optassem pelo conceito de gênero: a recusa de termos impregnados por um determinismo biológico, a valorização do caráter social das distinções, a ênfase no aspecto relacional das definições normativas de feminino e masculino, a atenção aos limites de uma pesquisa focalizada exclusivamente na figura da mulher e a exigência de desenvolver novas categorias

³ RUBIN, Gayle. **Tráfico de Mulheres**: notas sobre a “economia política” dos sexos. Recife: Edição SOS – Corpo, 1993.

de análise científica. Os movimentos feministas e de mulheres demandaram a necessidade de se fazer crítica a uma visão essencialista, desnaturalizando a condição feminina a partir de uma determinação biológica com intensão prática e política.

Distinguir sexo de gênero passou a fazer sentido quando se considerou o binômio “natureza e cultura”. Ao termo sexo foi atribuído o plano da natureza, incluindo características como fatos congênitos, constantes, imutáveis, ou seja, ser macho ou fêmea. Ao termo gênero associou-se o plano da cultura, ou seja, fatos construídos, adquiridos, mutáveis. “A denominação de mulheres e homens, portanto, corresponderia à dimensão cultural, plural, apreendida e variável de cada um/a de nós” (Küchemann; Bandeira; Almeida, 2015, p. 66).

Ao final da década de 1980, com o aparecimento do termo “*gender*” em pesquisas estadunidenses, a nomenclatura gênero começa a figurar em títulos de trabalhos de pesquisadoras brasileiras, bem como torna-se alvo de discussões entre grupos de feministas e aparece em outros textos publicados, inclusive em uma dissertação de mestrado (Zirbel, 2007).

A constituição de políticas públicas e a atuação de movimentos sociais consolidaram a presença dos estudos de gênero na agenda acadêmica e política. No entanto desafios persistem, incluindo a resistência a transformações profundas nos padrões culturais e a necessidade de uma representação mais equitativa nos espaços de pesquisa e tomada de decisões.

O Núcleo de Estudos e de Pesquisas sobre a Mulher (NEPeM) criado na Universidade de Brasília (UnB), em 1986, assim como outros núcleos - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Núcleo de Estudos Heleieth Saffioti (NEHS): Gênero, Sexualidades e Feminismos da Unifesp; D'Generus: Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero -, representa a inclusão do tema na agenda de pesquisas da instituição. Com a participação de pesquisadoras de diferentes áreas do conhecimento, o grupo centrou a discussão em temas que incluíam:

o reconhecimento de que a condição feminina é socialmente construída e, portanto, passível de ser contestada, reconstruída e ressignificada; a questão da tradicional divisão sexual do trabalho e as consequentes bipolaridades (produção x reprodução – espaço público x espaço privado); a transformação das mulheres em sujeitos políticos; a identificação e a reflexão sobre as diversas formas de desigualdades que caracterizam as mulheres (raciais, geracionais, regionais, etc.) (Küchemann; Bandeira; Almeida, 2015, p. 70).

O conceito de gênero torna-se uma ferramenta analítica que nos indica a existência de uma dimensão social nos fenômenos que nos parecem naturais. De maneira mais específica, destaca-se uma das estratégias de poder que envolve a naturalização das relações sociais para encobrir as relações de poder subjacentes. O conceito de gênero coloca em xeque os fenômenos

que são comumente considerados como naturais, ao adotar a perspectiva de que toda produção do conhecimento é permeada por relações de poder (Küchemann; Bandeira; Almeida, 2015).

As pesquisas sobre gênero têm evoluído para abordar questões emergentes e complexas. Novas perspectivas têm sido desenvolvidas em áreas como interseccionalidade, masculinidades, sexualidade e identidade de gênero. A compreensão da diversidade de experiências e a desconstrução de estereótipos tornaram-se fundamentais para uma análise mais abrangente e inclusiva. Buitoni (2018) ressalta que estamos em um momento onde as reivindicações de mulheres em todo o mundo estão resultando em movimentos sociais e até encontrando grande espaço na mídia, o que não significa dizer que todas as antigas lutas já foram vencidas, mas sim que elas continuam acrescidas de novas batalhas nascidas em torno de novas concepções e novas configurações entre os sexos.

O comportamento de homens e mulheres na sociedade é moldado por um intenso processo de aprendizado sociocultural, que os instrui a seguir as prescrições e normas sociais e de gênero estabelecidas como determinantes e predominantes. Existe uma expectativa social e de gênero em relação às formas como homens e mulheres devem se comportar tanto em ambientes privados quanto públicos, abrangendo aspectos como vestimenta, postura, exposição do corpo, práticas sexuais, prestação de cuidados, gestão financeira, lazer, consumo de bebidas, entre outros (Küchemann; Bandeira; Almeida, 2015).

Em alguns momentos, a mão de obra feminina é tratada como uma *commodity* a ser negociada, enquanto em outros é simplesmente vista como um valor de uso a ser desempenhado no âmbito familiar. Saffioti (2013) destaca que, na avaliação da sociedade capitalista, a suposta liberdade formal dos seus membros mascara a verdadeira influência dos fatores naturais presentes em cada indivíduo no processo competitivo social. Nos anos 1960, a autora critica o emprego de critérios irracionais, tais como a consideração da suposta fragilidade física, estabilidade emocional e menor inteligência femininas, além de observar a limitada capacidade de reivindicação e a escassa presença em cargos estratégicos, tanto no mercado de trabalho quanto nas posições de liderança sindical.

As pesquisas sobre gênero podem se dividir em quatro tipos de análises, a depender da tradição teórica empregada: como discurso e ideologia; como uma dimensão de estrutura social e instituições; relacionado à identidade individual, subjetiva e psicodinâmicas e como um aspecto das situações sociais e das interações cotidianas (Thorne, 2001⁴ *apud* Stellmann, 2007).

⁴ THORNE, B. Gender and interaction: widening the conceptual scope. In: BARON, B.; KOTTHOFF, H. (Eds.). **Gender in interaction: perspectives on femininity and masculinity in ethnography and discourse**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company. Pragmatics, Beyond, New Series, v. 93, 2001. p. 3-18.

As ciências sociais, ao estudar as relações coletivas entre os grupos humanos, destacam que as diferenças de gênero, ao invés de serem vistas como naturais e determinadas pelos corpos, se constroem social, histórica e culturalmente. Dessa forma, não há um padrão universal de comportamentos de homens e mulheres que seja o mais correto, pois pertencem a diferentes sociedades, tempos históricos e contextos culturais, que irão estabelecer os modelos de classificação e de convivência social (Küchemann; Bandeira; Almeida, 2015).

O avanço nos estudos de gênero proporciona olhares diferentes sobre o seu uso, por exemplo, analisando-o de forma interseccional. As primeiras formulações sobre gênero o ancoravam a bases biológicas e o foco era a discussão das relações entre os sexos. Com o olhar interseccional para as múltiplas diferenças e desigualdades, ficam em lados opostos a ideia de dominação ou subordinação universal das mulheres e o privilégio da diferença sexual entendida como diferença entre homem e mulher (Piscitelli, 2004⁵ *apud* Zirbel, 2007).

“Gênero” refere-se a relações culturais e de poder que, inicialmente, foram focadas entre homens e mulheres e que passaram a se estender a distintos grupos sociais. Refere-se também às relações sociais que estruturam toda cena social apresentada como uma expressiva metáfora das formas de subordinação, das disposições hierárquicas, das situações de dominação e sujeição, estando elas baseadas nas diferenças sexuais, étnicoraciais, regionais ou em qualquer outra. Afinal, “gênero” perpassa e funda originariamente toda a gama de estruturas, identidades sociais e subjetividades individuais (Küchemann; Bandeira; Almeida, 2015, p. 65).

Ao se tratar de relações de poder, Saffioti (2005) defende que o conceito de gênero é muito mais amplo do que o conceito de patriarcado, porque, neste último, as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o gênero compreende também relações igualitárias. Assim, ela pondera que o termo gênero é excessivamente abrangente, uma vez que é considerado demasiado geral, desprovido de historicidade, apolítico e ostensivamente neutro. Devido à sua ampla generalidade, esse conceito tem uma extensão significativa, mas, paradoxalmente, uma compreensão relativamente limitada.

A terceira onda feminista, que teve início nos anos 1990, reivindicava que o gênero também fizesse parte da constituição do sujeito. O movimento defendia a perspectiva de que a identidade não é estática ou imutável, enfatizando a necessidade de reconhecer as diversas diferenças entre as mulheres. Destacava a impossibilidade de uma compreensão unificada, reconhecendo que não há valores universais associados à figura feminina. Atualmente,

⁵ PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, Cláudia de Lima e SCHMIDT, Simone Pereira. **Poéticas e Políticas Feministas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004.

compreendemos que abordagens devem ser personalizadas, ultrapassando a dicotomia tradicional homem-mulher refutando um sistema binário (Ortiz *et al.*, 2018).

A mobilidade da categoria de gênero possibilita estudar uma série de fenômenos e temáticas ligadas à violência, à esfera do trabalho, à condição de classe racial e étnica, à sexualidade, ou seja, constitui-se em um instrumento analítico, possibilitando a construção de um olhar atento a determinados processos e relacionando a novos comportamentos e outros olhares (Küchemann; Bandeira; Almeida, 2015).

Após uma revisão histórica sobre o significado de gênero, Scott (2017) explora a interseção desse conceito com as noções de classe e raça, que têm grande influência entre as historiadoras feministas⁶. Isso implica que as desigualdades de poder social são moldadas por pelo menos essas três dimensões. Contudo a autora questiona a suposta igualdade entre os três termos - gênero, classe e raça. Esse questionamento torna-se mais pronunciado ao se considerar o desenvolvimento mais claro das questões de classe por meio da lente econômica marxista, clareza essa que falta aos outros dois eixos de análise.

Ao não se considerarem marcadores como os de raça e classe, Küchemann, Bandeira e Almeida (2015) destacam que as diferenças de identidade fundamentais eram apagadas, pois, ignorando outros participantes da formação da identidade, congela-se, fixa-se e isola-se o sujeito dos contextos em que se insere. Os autores reforçam que o contexto deve ser analisado de forma integrada por atuar simultânea e correlacionadamente com outras características que determinam a identidade das pessoas.

Moura *et al.* (2018) afirmam que, apesar de o legado do sistema patriarcal frequentemente incentivar o envolvimento das mulheres em atividades educacionais, a equidade no acesso não é uniforme em termos de áreas de estudo, profissões, raça, gênero e classe social. Rocha (2004), ao adotar a perspectiva da sociologia das profissões para examinar o processo de feminização de carreiras, destaca que as mulheres estão sub-representadas em profissões com maior poder, autonomia e domínio do mercado, como direito e medicina. Adicionalmente, critérios de raça e classe social atuam como discriminantes significativos no sistema de estratificação profissional. Em campos de menor prestígio ou ainda não completamente consolidados, como o jornalismo, a feminização ocorre de maneira mais acentuada; no entanto a participação de afrodescendentes permanece restrita.

⁶ Não adentraremos no campo dos estudos feministas, porém, para maior compreensão sobre o tema e os estudos de gênero no Brasil, sugerimos a leitura da dissertação de mestrado “Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil: um debate” de Ilze Zirbel, disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90380/241321.pdf?sequence>.

Fraser (2002 *apud* Zirbel, 2007) também apresenta uma proposta de repensar o conceito de gênero para que seja operacionado com foco no status dos valores sociais e culturais e de classe, incorporando a problemática centrada no trabalho à problemática centrada na cultura. A perspectiva inter e transdisciplinar dos estudos de gênero utiliza a hierarquia de gênero e a subordinação feminina como um paradigma a partir do qual é possível aprofundar a compreensão dos fenômenos de poder e sujeição nas sociedades em geral. Uma característica contemporânea notável é o fato de que linhas das ciências sociais, filosofia, literatura comparada, psicanálise e ciências políticas, entre outras, passaram a enxergar no conceito de gênero uma perspectiva reveladora para entender e articular os processos inerentes a diversas formas de subordinação (Küchemann; Bandeira; Almeida, 2015).

Um desafio apresentado por Scott (2017) é o de ampliar a utilização da categoria gênero para também se pensar temas como política e poder. Outros estudiosos, como destacou Louro (1997), considerando que gênero constitui e é constituído pelas diferentes instituições e práticas sociais, destacaram que o objetivo das pesquisas seria compreender como o gênero atravessa a justiça, a política, a igreja, as práticas educativas e como acontece a “generificação” nessas instâncias. Na sociedade moderna, tal visão se torna necessária, possibilitando problematizar as naturalizações, diferenças e outras nuances que se referem a questão de gênero no mundo do trabalho, em nosso caso especificamente, no jornalismo.

A perspectiva de gênero, para Küchemann, Bandeira e Almeida (2015), deve ser colocada no centro da produção da teoria social, bem como de quaisquer ações ou políticas, pois é estruturante e condicionante de toda ação e intervenção, já que a ação humana é pautada pelo gênero como primeiro organizador da vida social, conforma o primeiro mapa cognitivo que organiza o campo social e os comportamentos. Para as autoras, que se ancoraram em outras autoras conceituais como Rubin (1993) e Scott (2017), não existe nenhuma norma, regra ou política que seja neutra quanto à condição de gênero, portanto deve ser entendido como uma categoria transversal, perpassando todas as fases de um projeto ou de uma política.

1.1 Gênero e jornalismo

A interseção entre gênero e jornalismo emerge como um terreno fértil para a análise crítica, revelando as nuances das representações e as dinâmicas subjacentes que permeiam as narrativas noticiosas e as relações de poder nos mais diversos locais de trabalho, como nos setores de comunicação dos IFs. Nesta pesquisa, aprofundamos o olhar para o trabalho da mulher jornalista, em nosso caso específico, as que atuam como técnicas administrativas nos

Institutos Federais, e podemos perceber os diversos problemas e desafios que recaem muito fortemente sobre elas, tais como o desrespeito e o assédio nas mais diversas formas, o descrédito, a discriminação e a falta de oportunidades iguais as dos homens.

As formas como as questões de gênero são abordadas na mídia não apenas refletem, mas também influenciam as percepções coletivas, contribuindo para a construção e desconstrução de estereótipos, bem como para a promoção ou desafio da equidade de gênero. Ao explorar a intrincada relação entre gênero e jornalismo e examinar criticamente como as questões de gênero são representadas e abordadas, pretendemos lançar luz sobre os impactos significativos que tais representações têm na construção da realidade social. Além disso, buscamos apresentar uma diversidade de perspectivas de gênero, promovendo, assim, uma narrativa mais autêntica e reflexiva da sociedade em sua pluralidade.

A circulação e consolidação de definições e representações ideológicas dominantes ocorrem pelos diversos meios de comunicação e certos elementos são reiterados em jornais e telejornais ou outros produtos de comunicação, retratando identidades de gênero e podem reforçar estigmas e a permanência de estereótipos e preconceitos. Tais situações são formas de manutenção da estrutura de poder e dificultam o rompimento do modelo social dominante.

A mídia desempenha um papel significativo na disseminação de informações sobre diversas pautas na sociedade. Da mesma forma, quando opta por não abordar determinados aspectos, isso influencia a comunicação sobre o tema. Como já dito por Adelmo Genro Filho (1987), o jornalismo é uma das ferramentas mais cruciais nas sociedades modernas para compreender o que ocorre em diversas áreas das atividades humanas. É um importante ator social, pois participa dos processos de construção social da realidade. Nessa perspectiva, a cobertura jornalística revela as contradições sociais, os jogos de poder, a diversidade comportamental e os múltiplos interesses em jogo (Hoss; Schuster; Oliveira, 2018).

Sobre a mídia, esses autores continuam que, da mesma maneira que ela informa sobre determinados temas, também pode silenciar sobre outros. Eles citam a cobertura ou o silenciamento sobre situações envolvendo a população LGBT, por exemplo, onde o silenciar contribui para a perpetuação de poder e de hierarquia de uma norma heterossexual e cisgênera.

Veiga (2014), em sua pesquisa, identificou como ocorrem as escolhas profissionais e o compartilhamento delas no ambiente de uma redação, a partir de aspectos de gênero. Além de confirmar que o jornalismo está marcado pelo gênero masculino, confirma também que o padrão heteronormativo orienta outras condições que agregam privilégios como os originários de certa classe social, raça, geração e sexualidade.

A discriminação de gênero e o assédio na profissão de jornalista foram questões silenciadas até pouco tempo, no entanto ações pontuais trataram do tema como, por exemplo, os artigos da jornalista Carmen Silva na revista *Cláudia*, entre 1963 e 1985, abordando mudança de valores, de comportamentos e de relacionamentos de mulheres e homens.

Falar de gênero no jornalismo significa falar de mudanças. Em um primeiro momento dicotomizado pela configuração do campo, narrada pela voz hegemônica, colocando mulheres e homens em lados opostos em que, inicialmente, as mulheres deveriam dar um toque feminino às notícias sobre as mulheres e, aos poucos, foram lutando para ocupar um espaço em qualquer área da redação.

Algo semelhante acontece no jornalismo esportivo, seja na cobertura de eventos em que há homens e mulheres na disputa ou nas representações realizadas pelas empresas esportivas, como os clubes de futebol, por exemplo. Não são raras as publicidades e notícias que enfatizam o lado “belo e frágil” das mulheres ou ainda que destaquem suas “qualidades femininas”, como o sentimentalismo e a maternidade. Iniciativas que alertem para a violência contra a mulher ou que considerem que “lugar de mulher” é onde ela quiser ainda são exceções.

Uma das justificativas sobre os problemas de gênero enfrentados no esporte e no jornalismo esportivo se encontra na pouca visibilidade das conquistas femininas, seja pelo fato de serem simbolicamente anuladas ao não serem mencionadas na mídia ou por serem pouco comemoradas, o que mantém as mulheres à margem nesse segmento. “A ausência não é apenas da mulher que narra, mas também, e sobretudo, da mulher que é notícia” (John; Gums; Coimbra, 2018, p. 401).

Embora com percalços, as portas do jornalismo se abriram de forma definitiva para as mulheres, portas que foram abertas por mulheres e com muitos esforços. Refletir sobre as questões de gênero no contexto profissional jornalístico é uma maneira de aprofundar a compreensão das dinâmicas profissionais e de poder que surgem com a entrada e participação das mulheres nessa área, que durante muitos anos esteve predominantemente associada ao universo masculino (Bandeira; Vizeu, 2018).

A seleção de fontes também é compreendida como um indicador essencial não apenas para reconhecer as posições sociais ocupadas por homens e mulheres, mas também para observar o papel do jornalismo na preservação ou na alteração das representações de gênero (Woitowicz; Rocha, 2018). Falar de cultura profissional e produção jornalística sob a perspectiva de gênero traz à luz os impactos dessas áreas na concepção dos critérios de noticiabilidade e inovações nas coberturas jornalísticas com viés de gênero.

Resultados de pesquisas de monitoramento de mídia, como o feito por Woitowicz e Rocha (2018), revelaram tratamento desigual entre homens e mulheres na condição de fontes das notícias. Foi observada uma maior presença masculina na condição de fontes especializadas nos jornais, enquanto as mulheres eram a maioria na condição de relatar experiências pessoais, assim, os homens prevalecem no papel de destaque nas matérias.

Este cenário se fez presente na cobertura da mídia impressa na Olimpíada de Londres-2012 (John, 2012), em que 74% das fontes ouvidas foram homens e apenas 7% dos textos foram assinados por mulheres. Essa característica não é uma exclusividade do jornalismo esportivo. Pesquisa realizada em 2015 pelo Monitoramento Global de Mídia231 aponta que as mulheres são escolhidas como fontes em no máximo 24% das notícias, sendo em geral fontes secundárias, dificilmente escolhidas como fontes oficiais ou especialistas (John; Gums; Coimbra, 2018, p. 401).

A preferência por fontes testemunhais e a falta de mulheres como especialistas ou fontes oficiais colaboram para a manutenção de uma autoridade atribuída ao masculino. Outra constatação diz respeito à reprodução do estereótipo do esporte como um espaço dedicado aos homens ao se diminuir o espaço das mulheres, seja como fontes ou na qualificação de seus discursos (John; Gums; Coimbra, 2018).

As mulheres atualmente estão se unindo e realizando mobilizações visando mudanças nas condições inóspitas no trabalho. Campanhas como o “#metoo”, “Deixa ela trabalhar” e “Jornalistas contra o assédio” têm abordado as discriminações e os casos de assédio no exercício da profissão. Conforme apontam as pesquisadoras Koshiyama e Reimberg (2018), é importante que as mulheres não se isolem e se apoiem, destacando que ações como as mencionadas são um caminho que começa a ser trilhado.

Outras organizações também têm se mobilizado para construir campanhas que combatam e denunciem assédios e outros tipos de violência contra as mulheres, sejam jornalistas ou não. Um exemplo é a campanha “chega de fiu-fiu”, lançada pela ONG Think Olga em 2014, enfatizando o assédio verbal nos espaços públicos, assim como hashtags e outras campanhas que trazem à tona situações semelhantes, aproveitando, principalmente, o cenário da internet para maior alcance de visibilidade e mobilização. Diante da “imensidão” do ciberespaço, a necessidade de se pensar e fazer um jornalismo *on-line* com responsabilidade é latente.

1.2 Interseccionalidade e mulheres jornalistas

A interseccionalidade destaca a complexidade das identidades das mulheres jornalistas, considerando não apenas o gênero, mas também variáveis como raça (identidade étnico-racial) e classe social. Compreender essas interseções é crucial para reconhecer as disparidades enfrentadas por diferentes grupos de mulheres na profissão jornalística. A interseccionalidade destaca como as experiências das mulheres jornalistas podem variar significativamente, desafiando a noção de uma experiência única.

Se à Kimberlé Crenshaw (1989) é atribuída a criação do termo interseccionalidade, a preocupação em abordar a questão do gênero com outros importantes marcadores sociais, como a identidade étnico-racial, já era mencionada em 1851 no famoso discurso de Sojourner Truth, mulher negra, durante uma convenção de direitos das mulheres em Akron, Ohio, onde fez um desabafo perguntando “não sou eu uma mulher?” ao questionar o fato de não ter o mesmo tratamento fornecido a outras mulheres, porém brancas, evidenciando que, embora as mulheres fossem oprimidas dentro das estruturas patriarcais, havia uma grande distinção entre mulheres brancas e negras (Lago; Kazan; Thamani, 2018).

A pesquisadora feminista brasileira Lélia Gonzalez apresenta uma discussão sobre a opressão de saberes como produto de classificação racial da população ao olhar a interseccionalidade na construção de narrativas acadêmicas, abordando como os privilégios sociais e raciais podem gerar uma produção de conhecimento calcada no racismo estrutural. Lélia Gonzalez ainda reflete sobre a produção de discursos desestabilizadores da epistemologia dominante, referindo-se ao modo pelo qual os estereótipos relativos à identidade das mulheres negras são construídos na sociedade (Lago; Kazan; Thamani, 2018).

Crenshaw (1989) definiu a interseccionalidade como a interdependência das identidades e relações de poder, sendo uma condição da constituição humana dialogando com a ideia de Hall (2006), que afirma que o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos. O ser humano não é apenas homem ou mulher, mas também é jovem ou idoso, trans ou cis, negro ou branco, pobre ou rico, entre tantas outras dualidades (Lago; Kazan; Thamani, 2018).

O conceito de interseccionalidade surge após um debate amplo e complexo no campo dos movimentos sociais. Crenshaw (1989) cunhou o termo “na tentativa de apontar para as injustiças em sistemas jurídicos, que não contemplam os múltiplos eixos de subordinação que acometem, sobretudo, mulheres negras” (Carrera, 2021, p. 4), pois as experiências na doutrina jurídica se davam a partir do contexto de mulheres brancas e homens negros. “Constituídas por experiências diversas daquelas vividas por mulheres brancas e acometidas por violências

diferentes daquelas sentidas por homens negros, mulheres negras falam de um lugar de subjugação apartado e muitas vezes ignorado” (Carrera, 2021, p. 4).

A visão interseccional direciona para a necessidade de se perceber diante das mais diversas situações, como as várias discriminações e opressões incidem sobre os sujeitos, por exemplo, como as mulheres negras sofrem sexismo e racismo, sem deixar de mencionar outras características e fatores que podem permear esse processo, como idade, local de origem e sexualidade. Portanto, a interseccionalidade é um elemento fundamental a ser desenvolvido quando se deseja explicitar as muitas possibilidades de composição de narrativas dos sujeitos sobre si e sobre o mundo (Lago; Kazan; Thamani, 2018).

O projeto de construção do termo interseccionalidade está fundamentado na compreensão de que para os indivíduos não existe uma hierarquia de opressões, mas sim uma sinergia de múltiplos sistemas de poder. A teoria, que serve para explicar o processo nocivo da fratura das identidades sociais, pode ser aplicada a outras categorias sociais e não tem o objetivo de identificar um sujeito que, de maneira aditiva, reúna mais dinâmicas de subjugação. A perspectiva conceitual da interseccionalidade marca as desigualdades e os privilégios (Carrera, 2021).

No campo da comunicação, a pesquisadora Carrera (2021) destaca que o olhar pode estar na “interseccionalidade representacional”, abordando a construção cultural e os sentidos marginalizantes que permeiam os sujeitos. Sentidos que transcendem o campo midiático e se situam no âmbito das relações sociais, inclusive nas acadêmicas. “Os espaços midiáticos, assim como os ambientes interacionais e de conversação, constantemente colocados sob os holofotes das pesquisas em Comunicação, são lugares emblemáticos para o debate sobre matrizes de opressão e dinâmicas discriminatórias” (Carrera, 2021, p. 6).

O espaço midiático constitui um cenário de contínua disputa de experiências, no qual sujeitos subalternizados buscam interromper a percepção de sua exterioridade e assumir o controle de suas próprias narrativas. Nesse ambiente, muitas vezes caracterizado pela invisibilidade, esse sujeito esforça-se para ser reconhecido como um indivíduo social com plena cidadania e autonomia, configurando-se como um sujeito relacional com acesso à expressão, visibilidade e participação na esfera pública (Carrera, 2021).

Campos e Grohmann (2022) analisaram as negociações profissionais de estagiárias em jornalismo inscritas nos marcadores sociais da diferença de gênero, raça e classe e identificaram as estratégias dessas estudantes para a ascensão na carreira. Para a investigação, fizeram uso da perspectiva interseccional, um olhar metodológico para as opressões, resistências e privilégios envolvidos nas relações das participantes da pesquisa, observando como as pessoas incorporam,

recorrem ou aplicam estruturas interseccionais em suas vidas diárias. Os pesquisadores concluíram que, para as estudantes, o estágio se assemelhava à condição de emprego e que alguns traços atrelados ao marcador de gênero estavam presentes nas estratégias que desenvolviam, tais como: falta de autosssegurança para bancar suas habilidades, dificuldade de romper com experiências ofensivas e improdutivas e insegurança de desbravar novas competências.

Entender, por exemplo, os contextos de personagens com base em interseccionalidade é reconhecer que as experiências de vida não são fragmentadas e, conseqüentemente, estas pessoas não sofrem opressão ora por serem imigrantes, ora por serem racializadas, ora por serem mulheres, mas sempre em uma combinação de todas essas estruturas, formando um bloco identitário relativamente autônomo (Carrera, 2021, p. 7).

Falar de interseccionalidade na comunicação é abordar as relações que permeiam a área, tais como a visibilidade de determinadas personagens em detrimento de outras ou ainda o grande alcance de determinadas campanhas, com o intuito de comparar o processo entre ações e políticas para mulheres negras, brancas, homens negros e brancos. Carrera (2021) destaca que é possível realizar questionamentos interseccionais na área de comunicação nos sujeitos e nos objetos, seja para discursos ou espaços, uma forma de aprofundar as marcas de opressão nos corpos e materialidades.

Na análise das subjetividades subalternizadas e das dinâmicas comunicacionais, diversos eixos emergem como elementos fundamentais. Gênero, raça, classe, deficiência, sexualidade, peso, idade e geolocalização constituem não apenas categorias isoladas, mas interseções complexas que moldam as experiências individuais e coletivas. Esse reconhecimento torna-se crucial para uma pesquisa comunicacional mais abrangente e sensível, que busca compreender as nuances da identidade em sua riqueza e diversidade. Em virtude disso, a pesquisa em Comunicação deve não apenas examinar cada um desses eixos individualmente, mas também considerar os cruzamentos e combinações essenciais para a construção da identidade diversificada dos sujeitos. Ao abordar tais complexidades, é possível formular uma ampla gama de perguntas pertinentes para o objeto de análise, capturando-o em sua heterogeneidade e completude (Carrera, 2021).

Ao explorarmos a interseccionalidade no contexto das mulheres jornalistas, torna-se evidente a complexidade e a interconexão das diversas dimensões de suas identidades, tais como gênero, raça, classe e orientação sexual. Esse enfoque reconhece que as experiências dessas profissionais não são uniformes, sendo moldadas por uma interação complexa de fatores.

A interseccionalidade emerge como uma lente analítica crucial para compreender as disparidades sistêmicas que as mulheres jornalistas enfrentam em suas carreiras, oferecendo uma perspectiva mais abrangente e inclusiva. Para promover a equidade no campo jornalístico, é imperativo considerar não apenas o gênero, mas também as diversas formas de marginalização que podem coexistir e se entrelaçar nas trajetórias profissionais dessas mulheres.

Ao incorporar uma perspectiva interseccional, a pesquisa em comunicação adquire uma capacidade de análise ainda maior, compreendendo a riqueza das experiências humanas. O reconhecimento da interconexão entre diversos eixos não apenas enriquece a compreensão das subjetividades subalternizadas, mas também abre espaço para uma investigação mais inclusiva e informada, que abraça a complexidade e diversidade inerentes à formação das identidades.

1.3 Mulheres e mercado de trabalho

As mulheres são maioria no jornalismo brasileiro de forma geral, como indica a pesquisa de Lima *et al.* (2022) e isso não significa que ocupem os maiores postos na profissão ou que barreiras ao gênero já estejam superadas. As discriminações de gênero estão presentes na vida cotidiana das mulheres mesmo antes delas decidirem buscar colocações no mercado de trabalho, em espaços até então considerados masculinos, ainda no ambiente privado, nas relações do dia a dia. Nas carreiras de mulheres jornalistas, a entrada delas no mercado de trabalho não foi diferente e o número de mulheres cresceu nessa área, principalmente a partir da década de 1960, quando começou a popularização das escolas superiores de jornalismo, pois, apesar de ser uma luta da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) desde 1919, o curso de jornalismo foi instituído no sistema de ensino superior somente em 1943, pelo Decreto -Lei n. 5.480.

Quando se trata do trabalho de mulheres jornalistas, a tese de doutorado de Paula Melani Rocha (2004) analisou a participação feminina nesse campo profissional, no estado de São Paulo, no período compreendido entre 1986 e 2001. A pesquisadora comparou os perfis das profissionais que trabalhavam na capital com as do interior, que ingressaram na carreira no processo de profissionalização do jornalismo, pois a demanda do mercado por um profissional mais qualificado, com mais titulação, possibilitou a entrada das mulheres, desde que investissem na sua formação.

Sobre a inclusão da mulher no mercado de trabalho jornalístico, Moura e Costa (2018) trazem informações de que essa introdução das mulheres no mercado profissional de modo geral foi consequência de uma transformação política, econômica e social do país no início do

século XX, quando se vivia uma realidade econômica que criou a necessidade de novas forças de trabalho menos qualificadas e com baixa remuneração, devido ao crescimento da indústria-urbana e de novos serviços, somados ao declínio da economia cafeeira. Diante desse cenário, os homens foram recolocados em ocupações mais complexas e as mulheres passaram a exercer ocupações menos qualificadas.

De uma forma frequente, as perversidades atreladas ao gênero dos profissionais no campo jornalístico são indicadas por meio de prolixas manifestações que abrangem “desde a disparidade salarial, passando pelas condições de trabalho desiguais, acesso obstruído a posições de destaque na carreira, períodos mais extensos de desemprego, até incidir nas rotinas produtivas permeadas por assédios e desrespeito” (Lelo; 2019a; p. 3).

Apesar de serem maioria na profissão, dados levantados por Mick e Lima (2013) apontam que elas correspondem a 63,7% do total de jornalistas que atuam na área e, entre os profissionais com até 30 anos, essa porcentagem é ainda maior, ultrapassando 69%, as mulheres ainda sofrem com questões relacionadas à discriminação de gênero e assédios sexual e moral, assuntos que foram silenciados durante muito tempo, mas que agora são temas de movimentos sociais e de estudos e pesquisas acadêmicas no Brasil.

Destaca-se ainda que a presença de mais mulheres na profissão também não tem significado que elas dominem empreendimentos jornalísticos ocupando, de forma majoritária, cargos de chefia, editoria, diretorias, nem recebendo as mais altas faixas salariais (Moura; Costa; 2018).

Pontes (2017), utilizando a base de dados da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro (Mick; Lima, 2013), analisou comparativamente as informações entre homens e mulheres que trabalhavam na mídia em 2012, com ênfase nas variáveis renda, cargos ocupados e acesso a benefícios no emprego. Os resultados demonstraram as desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico brasileiro ao revelarem que as mulheres ganham menos que os homens em todas as faixas etárias e funções, têm menos acesso a benefícios e não gozam da mesma recompensa no mesmo cargo e/ou empresa que seus colegas homens.

De acordo com Pontes (2017), 66,5% das mulheres jornalistas recebem até cinco salários mínimos, enquanto esse salário é recebido por 51,2% dos homens. Quando a faixa salarial muda para acima de cinco salários mínimos, existe uma inversão, pois 23,2% das mulheres ganham de cinco a dez salários mínimos e os homens somam 28,2% nessa faixa. Entre os que recebem de dez a vinte salários mínimos, os homens são 12,9%, enquanto as mulheres somam 7,1% e, acima de 20 salários mínimos, estão apenas 1,6% das mulheres, enquanto os homens chegam a 4,9%.

Nas redações, a desigualdade salarial se mantém, apesar de as mulheres serem numericamente superiores aos homens. Enquanto mais de 70% das mulheres recebem abaixo de cinco salários mínimos, os homens disparam nas faixas salariais mais elevadas. Os dados expressam também que o maior salário dos homens não está ligado ao fato de que suas jornadas de trabalho sejam maiores. Mesmo ganhando menos, as mulheres praticamente trabalham o mesmo que os homens (Pontes, 2017).

Os jornalistas homens que trabalham nas redações ainda têm mais acesso aos planos de saúde, 50,3% contra 44,6% e têm 60% mais probabilidade de conseguir se qualificar com financiamento da empresa. Outras análises de Pontes (2017) permitem afirmar que as posições de prestígio e que remuneram melhor estão reservadas, em maior parcela, para homens.

Outra desigualdade que acomete as mulheres jornalistas se relaciona às rotinas produtivas, seja na apuração de informações, no contato com fontes ou mesmo participando de acontecimentos sociais em que elas são constantemente qualificadas por estereótipos de gênero que prejudicam sua integridade moral e física ou ainda acrescentam obstáculos injustos que dificultam a realização de suas atividades enquanto jornalistas (Lelo, 2019b).

Uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e a Gênero e Número, *Mulheres no Jornalismo Brasileiro*, em 2017, constatou que 86% das entrevistadas, 477 jornalistas de 277 veículos, disseram já ter sofrido algum tipo de discriminação por ser mulher seja na contratação, demissão, promoção profissional, definição de salário, distribuição de tarefas ou oportunidades de crescimento profissional.

Outra pesquisa foi publicada por Koshiyama e Reimberg (2018), utilizando as entrevistas realizadas por Reimberg (2015), em sua tese de doutorado. Com um novo olhar para o objeto de pesquisa, as autoras falaram das desigualdades que se manifestam nas relações de trabalho embasado por estudos de gênero. Ao utilizarem esse novo recorte, as autoras aprofundaram o olhar para o trabalho da mulher jornalista e perceberam como o assédio moral e o assédio sexual no trabalho recaem de forma mais dura sobre as mulheres. “A preocupação em conciliar a vida familiar e de trabalhadora também aparece em suas falas de forma mais incisiva” (Koshiyama; Reimberg, 2018, p. 20).

As jornalistas profissionais entrevistadas para a pesquisa de Koshiyama e Reimberg (2018) tinham entre 25 e 51 anos, com experiências em jornal, revista, TV, rádio e internet. Relataram um cenário de longas jornadas de trabalho, em alguns casos, sem direitos trabalhistas respeitados, como o registro em carteira, portanto, condições de precarização que estava ligada ao sofrimento no trabalho, em que reconheciam situações negativas, mas, ao mesmo tempo, declaravam grande envolvimento com a profissão. Para as entrevistadas

a questão do sofrimento aparece tanto ligada à precarização do trabalho e à organização como quando se deparam com o real da atividade. A corrida contra o tempo é um dos principais fatores relacionados pelas jornalistas quando a questão é a percepção de estresse no trabalho (Koshiyama; Reimberg, 2018, p. 24).

A violência contra as mulheres, esteja ela em quaisquer contextos, está intimamente vinculada à legitimidade da violência na sociedade, que encontra justificativas até mesmo para relativizar os atos violentos sofridos por mulheres no Brasil, algumas vezes buscando nas atitudes da própria mulher as razões para a sua agressão, minimizando a culpa do agressor.

Assim como o obtido nos relatos da pesquisa *Mulheres no Jornalismo Brasileiro*, algumas vezes, busca-se nas atitudes da própria mulher as razões para a sua agressão, minimizando, assim, a culpa do agressor, ou ainda, ao invés de os gestores falarem com o homem sobre seu comportamento assediador ou mesmo puni-lo, o aviso é dado às mulheres: “tomem cuidado com esse homem. Não usem saia curta” (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, 2017, p. 2).

Barretos e Maia (2020) completam que a estrutura patriarcal e naturalização da violência fazem com que os ciúmes que supostamente teriam sido provocados pela mulher, traições e até mesmo a roupa e a personalidade da mulher são apontados como razões que acabam por minimizar o ato violento, já que haveria uma atitude motivadora. Dessa forma, a justificativa da violência contra as mulheres acaba por justificar a própria violência em si.

A condição da mulher em uma sociedade patriarcal, machista e misógina se torna ainda mais complexa quando relações de poder a colocam em situações de inferioridade e essa mulher não tem garantidos seus direitos básicos. Grande parte de relatos sobre crimes cometidos contra as mulheres revelam as agressões como episódios e não como sendo parte de um contexto alargado de violência contra a mulher e de um machismo, que é estrutural, desconsiderando a trajetória de vida dessas mulheres. Dessa forma, a mulher tende a expressamente necessitar de uma proteção, característica do discurso hegemônico masculino (Barretos; Maia; 2020).

O poder masculino penetra na vida social das mulheres de forma sofisticada. Por meio das tecnologias de gênero, que operam nos produtos culturais e demais expressões da vida social, existe a tentativa de manutenção dos lugares destinados a mulheres e homens e, para essa manutenção, que é operacionalizada por meio do uso da violência, o controle e o medo são primordiais (Barretos; Maia, 2020).

Sobre esse aspecto ainda podemos citar o comportamento masculino adotado por mulheres que chegam a cargos de poder, pois uma falha no desempenho de uma gestora é diretamente ligada a uma suposta “feminilidade”, portanto, muitas mulheres adotam gestões

machistas para serem respeitadas, precisando impor-se mais nas funções que ocupam (Lelo, 2019b).

Moura e Costa (2018) apresentam ações e relatos de experiências de mulheres negras jornalistas do Distrito Federal e associam à discussão o conceito de teto de vidro afirmando que, no caso das jornalistas pesquisadas, elas enfrentavam dois tetos de vidro: um associado a gênero e classe e outro envolvendo os dois fatores e a raça, situação que tensiona e delimita a carreira de muitas profissionais brasileiras.

As jornalistas entrevistadas por Moura e Costa (2018) atuavam na Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira) do DF e no Coletivo de Mulheres do Sindicato dos Jornalistas do DF (SJPDF). As autoras destacaram na pesquisa o processo de feminização do jornalismo, distinguindo esse termo, processo no qual são perceptíveis as alterações na prática profissional, alterações advindas da maior presença de mulheres em determinado campo profissional, de feminilização, um aumento no quantitativo de mulheres em uma profissão, embora muitos autores utilizem as expressões de forma sinônima.

Para além da desigualdade do gênero, a profissão precisa enfrentar as desigualdades de raça. Pontes (2017) constata que 64,5% das mulheres brancas ganham menos de cinco salários mínimos, no entanto os números sobem para 73,5% das pardas e 78,3% das pretas nessa mesma situação. A discrepância também atinge os homens quando se olha para a raça. Os dados mostram que 66,7% dos pretos estão na referida faixa salarial, situação de apenas 40,8% dos brancos.

O quadro em que as mulheres negras e pobres têm maior vulnerabilidade social não é um dado recente e tem sua origem sócio-histórica no período escravagista, seguido pela ausência de políticas públicas de democratização de acesso aos direitos sociais, como saúde e educação, para a população negra, no período pós-abolição. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (Brasil, 2011), as mulheres negras representam o principal grupo em situação de pobreza.

A implantação das políticas de ação afirmativa para negros e indígenas a partir dos anos 2000 tem começado a promover o acesso dessa população ao ensino superior universitário no Brasil, no entanto “o ensino superior é ainda, concretamente, um teto de vidro para a mulher negra portar o diploma que dá acesso – ou certifica – para o ingresso em determinadas carreiras, a exemplo do jornalismo” (Moura; Costa, 2018, p. 197).

Estudos como o de Damian-Galliard; Frisque; Saitta (2009) têm indicado que existe uma segregação horizontal entre mulheres e homens nos domínios de especialização jornalística, provocando uma concentração vertical das mulheres em um campo profissional,

limitando o acesso das mulheres aos postos de decisão dentro das redações (Moura; Costa, 2018).

Devido à divisão de pautas: *hard news* para homens e *soft news* para mulheres, ou seja, matérias mais pesadas para os homens e as mais brandas para as mulheres, a produção das mulheres têm menos chances de chegar às capas dos jornais, gerando a segregação vertical (Lelo, 2019b).

Quando se tratam de mulheres jornalistas negras, a barreira de raça também se torna um empecilho à ascensão, mantendo a desigualdade das mulheres jornalistas negras perante às jornalistas brancas e/ou não negras, assim,

ao aplicarmos a clássica metáfora do “teto de vidro” como barreira à ascensão de mulheres nas empresas, temos indicativos de que há um “teto de vidro” com características próprias para as jornalistas negras, ou seja, elas são mais interdidas pelo “teto de vidro” (menor salário, menos posições de chefia e menos presença em situações de visibilidade no jornalismo – exemplo de repórteres de TV e âncoras de telejornais) do que as jornalistas brancas, e de que isso dá-se, dentre outros fatores, pela ação deste “telhado de vidro com três dimensões (raça/gênero/classe)” (Moura; Costa, 2018, p. 203).

Essa situação de desigualdade evidencia que o mercado de trabalho não se tornou mais acolhedor para a maioria das mulheres não privilegiadas por raça e classe e que ainda prevalecem as lógicas heterossexuais, sexistas, classistas e coloniais em que a opressão é invisibilizada com ares de liberdade (Falquet, 2016⁷ *apud* Koshiyama; Reimberg, 2019).

O atual mercado de trabalho privado no Brasil na visão das jornalistas entrevistadas por Koshiyama e Reimberg (2019) é marcado pela

precarização e intensificação do trabalho, com o desrespeito dos direitos trabalhistas como o não pagamento de horas extras, o não cumprimento de banco de horas, a não realização de folga a cada seis dias de trabalho e uma pressão extrema, marcada por metas inalcançáveis e por produtividade, que anulam as possibilidades criativas, reflexivas e autônomas que poderiam levar a um jornalismo de mais qualidade e que realmente cumprisse os ideais da profissão que dão sentido ao “ser jornalista” (Koshiyama; Reimberg, 2019, p. 32).

O sentido que os jornalistas, de maneira geral, atribuem ao seu trabalho é similar ao que as jornalistas entrevistadas por Reimberg (2015) definiram sobre o que significa ser jornalista:

⁷ FALQUET, J. Transformações neoliberais do trabalho das mulheres: liberação ou novas formas de apropriação? In: HIRATA, H.; ABREU, A.; LOMBARDI, M. (Org.). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ser defensor da democracia; ser contra qualquer violação dos direitos; ajudar os cidadãos a entenderem seus direitos e o contexto social; ter um aprendizado de responsabilidade; modificar alguma realidade; tentar fazer alguma coisa pelas pessoas; dar voz a quem não tem voz; ser um intermediário entre a fonte, que pode ser uma autoridade ou um especialista, e o público; traduzir um fato que pode ser de difícil entendimento ao público; ser questionadora; ser uma pessoa curiosa; estar aberta ao aprendizado; ser uma pessoa analítica; levar informação de qualidade; querer transformar o seu meio de atuação; pensar em mudar alguma coisa injusta; fazer algo para o outro (Koshiyama; Reimberg, 2018, p. 26).

Contudo, apesar de todas as adversidades e insatisfações das mulheres jornalistas quanto ao salário, benefícios e possibilidades de promoção, elas declaram estar satisfeitas com a atividade que escolheram, com as funções que desempenham, aprovam o prestígio que a profissão lhes possibilita e as experiências que vivenciam, portanto, “pensar o jornalismo sob uma perspectiva de gênero exige categorias de leituras do social que se convertam em lutas pela transformação do jornalismo” (Pontes, 2017, p. 11).

Quando o mercado de trabalho é o serviço público, essas condições são diferentes? É esse viés que pretendemos seguir. A partir do olhar de mulheres jornalistas que atuam no serviço público, queremos perceber como está a satisfação pessoal no trabalho; qual a percepção de atitudes sexistas e formas de assédio no trabalho; qual a avaliação que essas profissionais fazem sobre suas chances e oportunidades no serviço público; qual a percepção do impacto de gênero no desempenho profissional e, caso tenham experiências anteriores em empresas privadas, qual avaliação comparativa fazem entre os dois ambientes a partir do fator gênero.

1.4 As barreiras horizontais e verticais nas carreiras das jornalistas mulheres

Este tópico visa identificar as barreiras horizontais e verticais presentes nas trajetórias profissionais de mulheres jornalistas dos IFs, lançando luz sobre questões cruciais de equidade de gênero no campo jornalístico. Identificar as barreiras nas carreiras profissionais das jornalistas é fundamental para combater a desigualdade de gênero na profissão, que incluem diferenças salariais, falta de representatividade em cargos de liderança e gestão, além da discriminação de gênero. Superar essas barreiras ainda gera diversidade de perspectivas nos ambientes de trabalho, contribuindo para a construção de melhores coberturas jornalísticas ou assessorias, inspirando futuras gerações e, acima de tudo, respeitando os direitos profissionais das mulheres, assim como acontece aos homens.

A comunicação pode ser vista como um pilar essencial da sociedade contemporânea, desempenhando um papel fundamental na construção de narrativas, na disseminação de

informações e na formação de opinião, por isso a importância de examinar as dinâmicas que moldam as carreiras dos profissionais de comunicação, com especial atenção para as experiências das mulheres jornalistas.

O cenário jornalístico, apesar dos avanços em direção à inclusão e diversidade, ainda carrega resquícios profundamente enraizados de desigualdade de gênero. As mulheres, embora representem uma parte significativa da força de trabalho jornalística, continuam a enfrentar barreiras substanciais, que impactam diretamente suas trajetórias profissionais. Essas barreiras não apenas moldam a experiência individual das jornalistas, mas também influenciam a narrativa geral apresentada ao público, afetando a qualidade e a autenticidade da informação disseminada.

Pesquisas realizadas na área de sociologia das profissões identificaram a presença de concentrações horizontais e verticais nos campos profissionais, o que significa uma presença maior ou menor de homens e mulheres em determinadas áreas. No jornalismo, foi identificada uma divisão de domínios nas áreas especializadas, uma segregação horizontal constituída por determinadas dinâmicas de especialização nas redações (Moura; Costa, 2018).

O contexto sociocultural em que as carreiras jornalísticas se desenvolvem desempenha um papel crucial nessa dinâmica. Normas de gênero arraigadas, estereótipos persistentes e estruturas organizacionais muitas vezes refletem e perpetuam desigualdades históricas. Nesse sentido, entender as barreiras horizontais - incidência de maior proporção de um dos sexos em algumas áreas profissionais - e verticais - a proporção de um sexo é muito alta em um ponto da hierarquia e muito baixa em outro - significa não apenas analisar as complexidades da profissão jornalística, mas também explorar as tensões mais amplas relacionadas à equidade de gênero na sociedade contemporânea.

As últimas décadas testemunharam avanços significativos na ampliação do acesso das mulheres ao jornalismo, mas, paradoxalmente, persistem desafios sistêmicos que limitam seu progresso. As barreiras horizontais, manifestadas por meio de estereótipos de gênero, discriminação e disparidade salarial, não apenas afetam o bem-estar das jornalistas, mas também comprometem a diversidade e a representatividade nos locais de trabalho.

Ao mesmo tempo, as barreiras verticais, como o teto de vidro - *glass ceiling* tradicional (Lelo, 2019a; Rocha, 2004) ou ainda o triplo telhado de vidro raça, gênero e classe, como o que aqui trabalhamos a partir de Moura e Costa (2018; 2019), assim como a falta de oportunidades para avanço em cargos de liderança, perpetuam um ambiente profissional onde as mulheres enfrentam obstáculos adicionais para atingir seu pleno potencial. Esta pesquisa busca não

apenas documentar essas barreiras, mas também contextualizá-las em um cenário mais amplo de desigualdade de gênero.

O cenário jornalístico, embora progressivamente mais inclusivo, ainda enfrenta desafios significativos em relação às barreiras horizontais que impactam diretamente a ascensão profissional das mulheres jornalistas. Essas barreiras se manifestam de diversas formas, desde a discriminação sutil no ambiente de trabalho até disparidades salariais flagrantes, refletindo a persistência de estereótipos de gênero profundamente enraizados.

A discriminação de gênero no jornalismo, muitas vezes, assume formas veladas, desde a escolha de pautas até a atribuição de responsabilidades. Mulheres jornalistas frequentemente enfrentam estereótipos que as limitam a determinadas áreas em detrimento de seções consideradas "mais sérias" ou "técnicas". Tuchman (1978) apresentou os conceitos de *soft news* e *hard news*, onde as primeiras tratam de temas considerados por muitos, menos relevantes, e as segundas, com um viés mais informativo e objetivo, ganhando relevância. Lelo (2019a) destaca a designação de pautas consideradas mais "brandas" (*soft news*) para as mulheres, como assuntos ligados a cultura e ao estereótipo de feminilidade – moda, beleza, entretenimento – enquanto as matérias de maior fôlego e impacto (*hard news*) são designadas aos homens das redações, como política, segurança, economia.

Outro fator a ser destacado é que, nos jornais impressos e emissoras de rádio, o percentual de mulheres era menor quando comparados às emissoras de televisão, revistas, agências de notícias e setores considerados extra redação, tais como assessorias de comunicação e imprensa (Woitowicz; Rocha, 2018). Essa segregação, embora nem sempre explícita, limita as oportunidades de crescimento das mulheres e contribui para a perpetuação de uma estrutura hierárquica desigual. As mulheres compõem a base da pirâmide tanto na horizontal quanto na vertical (Moura *et al.*, 2018).

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2019 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020) revelam disparidades salariais entre homens e mulheres, mesmo quando devidamente qualificadas e experientes. O rendimento das mulheres representa, em média, 78% do rendimento dos homens. A menor proporção é observada em cargos de direção e gerência quando os salários femininos equivalem a 62% dos salários masculinos.

A remuneração desigual não apenas reflete uma injustiça econômica, mas também evidencia a desvalorização sistemática do trabalho das mulheres. Essa desigualdade já é proibida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas faltam mecanismos que garantam que a lei seja cumprida. Esse fenômeno, muitas vezes encoberto pela falta de transparência nas

políticas salariais das organizações jornalísticas, representa uma barreira substancial na busca pela igualdade de oportunidades profissionais.

Outra barreira horizontal proeminente é a escassez de representatividade feminina em cargos de decisão nos postos de trabalho. As mulheres jornalistas frequentemente encontram dificuldades em avançar para posições de liderança, seja devido a preconceitos inconscientes ou à resistência institucional em promover a diversidade. A ausência de vozes femininas em posições estratégicas não apenas perpetua o ciclo de desigualdade, mas também limita a variedade de perspectivas e narrativas apresentadas ao público.

A pesquisa de Steiner (2014) afirma que eventuais falhas no desempenho profissional de gestoras mulheres são diretamente associadas a uma presumida "feminilidade" inerente ao cargo que ocupam. Em contraste, para os homens, não há julgamento que relacione suas competências técnicas à sua masculinidade. O estudo destaca que, se o comportamento das gestoras confirma estereótipos associados às mulheres, elas não são consideradas líderes apropriadas. Por outro lado, se o comportamento delas está alinhado com estereótipos de liderança, são excluídas do conceito de mulheres adequadas para determinadas posições.

Enquanto as barreiras horizontais delineiam as dificuldades enfrentadas pelas jornalistas mulheres em níveis mais básicos de suas carreiras, as barreiras verticais se revelam como obstáculos substanciais na escalada rumo a posições de liderança e prestígio nas redações jornalísticas. Essas barreiras refletem a persistência do chamado teto de vidro (Cotter *et al.*, 2001), em que, apesar das conquistas iniciais, as mulheres encontram obstáculos consideráveis ao tentar ascender aos escalões superiores da hierarquia profissional.

O teto de vidro (Cotter *et al.*, 2001) é uma barreira invisível que, embora muitas vezes não explicitamente reconhecida, limita o avanço das mulheres em direção a cargos de liderança ou postos de maior prestígio. Isso se manifesta em padrões de promoção que favorecem desproporcionalmente os profissionais masculinos, mesmo quando as mulheres demonstram habilidades e competências equivalentes. A persistência do teto de vidro cria um ambiente em que as jornalistas mulheres se veem aprisionadas em posições intermediárias, com suas perspectivas de progresso barradas pela resistência implícita à ascensão feminina. Em nosso estudo, mais adiante, iremos tratar da existência de um triplo teto de vidro gênero/raça/classe, principalmente para profissionais negras.

Nas últimas décadas do século XX, a presença crescente de mulheres jornalistas no Ocidente transformou as redações em ambientes onde profissionais homens e mulheres eram equiparados. O avanço vertical na carreira parecia seguir um curso natural, à medida que as profissionais recém-formadas nas décadas de 1990 e 2000 ascendiam para se tornar um dos

grupos mais experientes, considerando-se, especialmente, a juventude inerente à profissão jornalística. Contudo observa-se uma diminuição significativa da presença feminina nos cargos hierárquicos mais elevados (Mick; Lima, 2013; Garcia, 2009).

Diversos elementos podem ser considerados ao refletir sobre as razões para que as mulheres não ocupem postos mais elevados na carreira. Um deles é a persistência da imposição sobre as mulheres do protagonismo nas responsabilidades domésticas e nos cuidados familiares, o que dificulta a dedicação necessária para assumir cargos de gestão. A continuidade dessas práticas contribui para que as mulheres permaneçam, em certa medida, em posições secundárias no ambiente de trabalho fora de casa. Como destacado por Alves (2016, p. 636), “por conta das tarefas reprodutivas da vida social, muitas mulheres não progridem verticalmente nas carreiras”, mas não apenas, pois, a falta de políticas públicas que forneçam assistência às mulheres.

Além do teto de vidro, a falta de oportunidades formais e informais para o desenvolvimento profissional é uma barreira vertical adicional. As mulheres jornalistas, muitas vezes, têm acesso limitado a mentorias, treinamentos e redes de apoio que são essenciais para o crescimento profissional. A ausência dessas oportunidades não apenas prejudica a capacidade das mulheres de desenvolverem suas habilidades e ampliarem sua visão de carreira, mas também as coloca em desvantagem ao competir por promoções e cargos de liderança.

A resistência institucional à equidade de gênero é uma barreira vertical intrincada que transcende as interações individuais. As estruturas organizacionais, muitas vezes, perpetuam normas de gênero tradicionais, com sistemas de avaliação e promoção que podem inadvertidamente favorecer os profissionais masculinos.

A disparidade de gênero nas carreiras jornalísticas não pode ser adequadamente compreendida sem uma análise comparativa entre as trajetórias profissionais de jornalistas mulheres e homens. A assimetria de oportunidades, salários e representatividade nos níveis mais altos da hierarquia profissional é evidente quando se contrastam as experiências de ambos os gêneros.

Nos postos de trabalho fora da mídia, ou seja, em empresas de assessorias, órgãos públicos e empresas, as mulheres são mais qualificadas, mas, à exceção da área pública de trabalho efetivo onde os cargos iguais têm o mesmo salário, recebem remuneração menor que a masculina (Rocha, 2004; Mick; Lima, 2013) e ocupam cargos de execução e chefia intermediária (Bandeira, 2019). De acordo com Lelo (2019a), a desigualdade salarial aumenta na medida em que se considera o grau de escolaridade. Homens ganham mais do que as mulheres exercendo os mesmos cargos.

A análise comparativa também ilumina as diferenças nas oportunidades de promoção e ascensão profissional. Jornalistas homens, em muitos casos, experimentam uma progressão mais suave em suas carreiras, encontrando menos barreiras verticais em comparação com suas colegas femininas. A presença mais robusta de homens em cargos de liderança sugere não apenas um desequilíbrio estrutural, mas também um potencial desperdício de talento e diversidade nas tomadas de decisão nas redações.

Em um estudo longitudinal realizado com *surveys* produzidos em 2012 e 2017, abordando a divisão sexual do trabalho dentro do jornalismo, Dancosky, Mick e Rocha (2022) destacam que, em 2012, os homens predominavam em todas as faixas salariais mais elevadas e as mulheres ganhavam salários mais baixos. Em 2017, cinco anos depois, na faixa de cinco a dez salários mínimos, as mulheres superavam os homens, no entanto, na faixa acima de dez salários mínimos, os homens eram maioria, o que documenta o teto de vidro na trajetória das jornalistas, pois elas até conseguem ascender no quesito renda, porém não superam a dominação masculina.

A sub-representação de mulheres em cargos de liderança é evidente ao comparar a composição das equipes de gestão nos locais de trabalho. A falta de diversidade em níveis estratégicos não apenas priva as organizações jornalísticas de uma ampla gama de perspectivas, mas também perpetua normas de gênero que limitam a variedade de vozes e histórias apresentadas ao público.

Como apontam Moura *et al.* (2018), as mulheres têm maior acesso a profissões menos disputadas e a cargos com salários mais baixos. Utilizando dados da Pesquisa da Mídia realizada pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e do Laboratório Esfera Pública, as autoras confirmam a predominância de homens como colunistas de três jornais de circulação nacional. A participação de jornalistas negras nesse segmento é quantitativamente irrisória, não havendo nenhuma em um veículo, 1% e 4% nos outros dois.

As mesmas autoras trazem que as barreiras horizontais e verticais não são exclusividade das profissionais brasileiras, mas também das profissionais da França e da Bélgica francófona: mulheres sub-representadas em várias faixas etárias mais jovens nos meios de comunicação e com remunerações menores do que os homens; mais qualificadas, mas com uma situação profissional menos vantajosa e ocupando menos cargos hierárquicos.

Kirton (2018) nomeia de Bame (Black, Asian e Minority Ethnic) os grupos que são sub-representados em diversas áreas da indústria e dos sindicatos nos Estados Unidos. O autor destaca que, mesmo após décadas de declínio do número de associados concentrados em áreas

de atuação dominadas por homens, a participação de membros do Bame ainda é muito pequena, somando apenas 9%, mas isso reflete a percentagem menor na força de trabalho. A dupla exclusão de mulheres negras e de minorias étnicas também é abordada por Cockburn (1996). Em lugares dominados por homens e onde não for alcançada uma certa massa crítica, as mulheres não se sentem parte do todo, ou seja, são marginalizadas pela cultura masculina, e as que pertencem às minorias ficam sub-representadas e permanecem invisíveis.

Em um panorama global sobre o mundo do trabalho tem-se que as oportunidades de participação no mercado de trabalho para mulheres são 27% menores do que para os homens; elas têm mais chance de ficar desempregadas; o trabalho familiar e doméstico continua sendo atribuição muito mais da mulher que do homem e o salário representa 77% do salário dos homens (Bandeira; Vizeu, 2018).

Ao lançar luz sobre as barreiras horizontais e verticais, esta pesquisa aspira a contribuir para um debate informado e crítico sobre as transformações necessárias no campo do jornalismo. Além disso, busca inspirar a implementação de políticas e práticas que fomentem a igualdade de oportunidades, promovendo um ambiente profissional mais inclusivo, diversificado e representativo para as jornalistas mulheres.

Ao evidenciar essas barreiras horizontais e verticais (teto de vidro), nosso estudo busca documentar as discrepâncias na progressão profissional entre jornalistas homens e mulheres, conscientizar sobre as disparidades de gênero no jornalismo, inspirar ações concretas para eliminar essas barreiras e promover um ambiente mais inclusivo e equitativo.

Conforme pontuam Woitowicz e Rocha (2018), percebem-se assimetrias de gênero no que se refere à ocupação das mulheres no jornalismo em quatro aspectos: mercado formal e informal de trabalho; cargos e funções; regiões do país e tipos de veículos, o que interfere também na prevalência de uma cultura profissional ainda masculina.

A análise das barreiras horizontais e verticais nas carreiras das jornalistas mulheres revela não apenas desafios sistêmicos, mas também oportunidades tangíveis para transformações significativas no campo da comunicação. As barreiras verticais - o teto de vidro - e a falta de oportunidades para desenvolvimento profissional exigem uma abordagem multifacetada. A criação de políticas organizacionais que promovam a igualdade de gênero, igualdade étnico-racial, ofereçam oportunidades de liderança e incentivem a mentoriação são alguns dos elementos possíveis para romper com os fatores estruturais que perpetuam a desigualdade.

1.5 A proposição de ampliação do conceito de *glass ceiling*: o triplo telhado de vidro e outras barreiras

A proposta de ampliação do conceito de *glass ceiling* (telhado de vidro), no modo aqui trabalhado nesta pesquisa de doutoramento, tem sido construída por Dione Moura (Moura; Costa, 2018; Moura, 2019), orientadora da presente tese, e a nossa pesquisa de doutoramento vincula-se ao projeto de pesquisa “As Comissões de Igualdade Racial (Cojira) dos Sindicatos dos Jornalistas: perfil e atuação das jornalistas negras por meio das comissões Cojira e a feminização do jornalismo”- registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e coordenado pela orientadora, no sentido de trazer mais elementos para a verificação da presença do triplo telhado de vidro gênero/raça/classe na carreira das jornalistas negras brasileiras.

A ascensão profissional das mulheres tem sido objeto de considerável atenção nas últimas décadas, marcada por discussões sobre o fenômeno do *glass ceiling* (teto/telhado de vidro) - um conceito proposto pela sociologia, que ilustra as barreiras invisíveis que limitam o avanço das mulheres em direção a posições de liderança e poder nas organizações. O termo é uma metáfora frequentemente utilizada para se referir às dificuldades crescentes enfrentadas pelas mulheres no acesso às oportunidades profissionais, o que exige uma luta constante na sociedade para mudança desse cenário (Noor; Faisal; Farooq, 2023).

O teto de vidro é um obstáculo invisível, que impede mulheres de avançar para posições mais altas dentro das organizações, mesmo que elas tenham os requisitos necessários para tal. A discriminação de gênero tem grande impacto negativo, inclusive na saúde psicológica das mulheres (Stone, 2007). Cotter *et al.* (2001) ainda afirmam que os efeitos do *glass ceiling* para mulheres são mais fortes no topo da hierarquia – e veremos isso mais à frente no texto da entrevista de *Preta Maria* – do que nos níveis mais baixos e que as desigualdades raciais entre os homens não seguem um padrão semelhante, por isso, quando se trata de teto de vidro, esse é um fenômeno que atinge distintamente as mulheres. Outra barreira a ser superada associada ao *glass ceiling* é a hostilidade horizontal (Stone, 2007), ou seja, uma agressão de mulheres dirigidas a outras mulheres motivada por ciúmes profissional e sensação de baixa autoestima, por não desejarem que suas colegas (outras mulheres) progridam em suas carreiras.

Neste tópico, buscamos ir além do tradicional conceito propondo uma ampliação conceitual para incorporar o fenômeno do triplo telhado de vidro e outras barreiras que impactam significativamente a trajetória profissional das mulheres. O triplo telhado de vidro reflete a interseção das barreiras de gênero, raça e classe, ampliando o escopo da análise e

reconhecendo as complexas dinâmicas de discriminação, ou seja, na teoria do triplo telhado de vidro, além das barreiras de gênero, fatores raciais e socioeconômicos contribuem para a perpetuação da desigualdade. Esta abordagem pretende fornecer uma compreensão mais ampla das barreiras enfrentadas pelas mulheres, reconhecendo a interseccionalidade como um elemento crucial na análise do avanço profissional.

São perceptíveis na sociedade brasileira as desigualdades entre as mulheres, as quais se manifestam no acesso à saúde, educação, renda e outros serviços públicos. Disparidades regionais e raciais influenciam nessas discrepâncias que, quando somadas à questão de gênero, colocam as mulheres negras e indígenas em condições sociais e econômicas mais precárias, seja no acesso a benefícios sociais, trabalhistas ou mesmo serviços essenciais.

Embora ainda não se tenha chegado ao patamar ideal no que tange à luta pela igualdade de gênero e racial, destaca-se que, desde o período da redemocratização do país, várias mulheres negras têm se mobilizado em busca de espaço específico de mobilização política. O Movimento Negro Unificado, por exemplo, teve em lideranças como a feminista Lelia Gonzalez um papel fundamental ao denunciar o sexismo e o racismo, que contribuía para a perpetuação da subordinação de mulheres negras na sociedade.

O movimento indígena brasileiro também tem um papel relevante para a luta antirracista e para os direitos das mulheres indígenas. Com a criação, em 2001, do Departamento de Mulheres Indígenas dentro da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), fundada em 1989, a luta pelos direitos dessas mulheres começa a adquirir visibilidade nacional e até internacional (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, 2002).

O conceito de *glass ceiling* (Cotter *et al.*, 2001) emergiu nas décadas de 1970 e 1980, época em que o movimento feminista ganhava força e as questões de igualdade de gênero no ambiente de trabalho começavam a ser mais amplamente debatidas. A expressão, cunhada inicialmente nos Estados Unidos, foi popularizada por feministas e pesquisadoras, que buscavam compreender as razões pelas quais as mulheres enfrentavam dificuldades para alcançar posições de liderança e altos cargos nas organizações.

A metáfora do teto de vidro sugere uma barreira invisível que, embora não seja tangível, impede o avanço das mulheres em suas carreiras, especialmente em direção aos escalões mais elevados das hierarquias corporativas. Essa barreira reflete não apenas discriminações flagrantes, mas também normas e estereótipos sociais que limitam as oportunidades das mulheres.

A origem do conceito está fortemente associada à conscientização crescente sobre as desigualdades de gênero no ambiente de trabalho e à necessidade de chamar a atenção para as barreiras sistêmicas que impedem as mulheres de atingirem seu pleno potencial profissional. No cerne dessa ideia está a percepção de que, embora as portas do mundo do trabalho tenham sido abertas para as mulheres, existe uma barreira invisível que as impede de ascender aos níveis mais altos da hierarquia organizacional. Somados à questão do gênero, pesquisas indicaram que outras barreiras também contribuíam para a falta de acesso pleno das mulheres, nuances adicionais como a interseção de classe social e raça.

As barreiras enfrentadas pelas mulheres são iniciadas logo na infância, quando, por meio da família ou da escola, há o direcionamento para a escolha da carreira profissional de acordo com o gênero, ou seja, reforça-se a existência de profissões femininas e profissões masculinas. Isso é o que a sociologia denomina segregação horizontal, o que explica, em muitos aspectos, a produção e a perpetuação das desigualdades de gênero no mercado de trabalho (Figueiredo; Fernandes, 2018).

Nesse tipo de segregação, estão incluídos mecanismos que segmentam as carreiras, por isso algumas áreas têm uma feminização exacerbada, uma tendência preocupante, pois profissões com o estigma de serem femininas são tipicamente desvalorizadas e têm menos reconhecimento no mercado de trabalho. Em áreas como educação e saúde predominam as mulheres, enquanto em áreas ligadas às exatas predominam os homens. Percebe-se, ainda, o direcionamento dos homens ao trabalho produtivo e das mulheres ao trabalho reprodutivo.

Como destaca Louro (1997), os estereótipos de gênero permeiam as instituições educacionais, desempenhando um papel integral na dinâmica das relações formadas, moldando corpos e mentes de acordo com os padrões de um sistema heteronormativo que classifica, organiza e estabelece hierarquias. No mercado de trabalho, como já apontamos, mesmo nas áreas feminizadas, as mulheres encontram dificuldades para progredirem nas carreiras, se for em carreiras de predominância masculina, os obstáculos são ainda maiores.

Para Moura e Costa (2018), as mulheres negras ainda se encontram em situação de maior desigualdade perante as jornalistas brancas e/ou não negras e isso se deve, principalmente, ao teto de vidro. As autoras colocam que, minimamente, as profissionais mulheres no jornalismo enfrentam dois tetos de vidro, sendo o de gênero e o de classe, que restringem a ascensão na carreira, visibilidade e status profissional, no entanto ponderam que a raça delimita e tensiona a carreira das jornalistas negras brasileiras.

As mulheres negras brasileiras representam o principal grupo em situação de pobreza no Brasil e estão entre os grupos que foram constituídos por exclusões dentro da exclusão,

situação em que se encontram também as mulheres indígenas. A extrema vulnerabilidade da mulher negra brasileira desenvolveu-se dentro de um contexto histórico a partir do período escravagista e se fortaleceu devido à ausência de políticas públicas que promovessem o acesso aos direitos sociais dessa população (Moura; Costa, 2018).

A condição dentro da sócio-história proporciona indicativos, segundo Moura e Costa (2018), de que existe um teto de vidro com características próprias para as jornalistas negras e que incluem menores salários, menos posições de chefia e menor presença em situações de visibilidade no jornalismo, tais como na reportagem e ancoragem de telejornais.

A compreensão do “teto de vidro gênero/raça/classe”, o qual impacta negativamente as condições profissionais da jornalista negra brasileira, pressupõe examinar o cenário socio-econômico e político que sustenta e mantém barreiras relacionadas à interseccionalidade raça/gênero/classe (Moura; Costa, 2018).

Na pesquisa realizada por Moura e Costa (2018), diferentes entrevistadas relatam como a interseccionalidade de gênero, raça e classe impactaram e impactam suas carreiras, confirmando que o teto de vidro está presente. No que diz respeito ao gênero, por exemplo, tem-se um número maior de mulheres que são vítimas de assédio moral no ambiente de trabalho, normalmente oriundo do superior hierárquico. No que tange à identidade étnico-racial, somada à questão do gênero, a mulher e negra tem um desafio maior em obter a credibilidade dos superiores, seja na construção e condução de pautas ou para respaldar o seu trabalho. Sobre a classe social, destaca-se o lugar de fala, o papel desempenhado na sociedade e o fato de que não se dissociam os papéis de mulher, de pessoa negra, de jornalista, de militante, de mãe.

O Estatuto da Igualdade Racial, sancionado em 2010, tem o objetivo de garantir às pessoas negras a igualdade de oportunidades, bem como a defesa de direitos étnicos, o combate à discriminação e às demais formas de intolerância. A aspiração ao embranquecimento, de acordo com Sodré (2015), era uma tentativa de se preservar a discriminação contra os efeitos colaterais da Abolição da Escravatura, expressada em discursos nas mais diversas áreas do conhecimento. Os resquícios da escravidão incluem, entre outros débitos, o racismo estrutural, que abarca aspectos materiais e simbólicos tanto na vida real quanto na representação de negros na mídia.

Segundo o IBGE, entre a população brasileira com 25 anos ou mais em 2016, apenas 8,8% de pretos e pardos tinham nível superior, enquanto para os brancos esse percentual era de 22,2%. O índice de analfabetismo em 2017 era de 7,0% (11,5 milhões de analfabetos), mas para as pessoas pretas ou pardas essa taxa era de 9,3%, mais do dobro do que a das pessoas brancas, correspondente a 4,0%. Entre os jovens de 15 e 29 anos

que não estudavam nem trabalhavam, 62,9% eram negros. 59,7% das meninas de 15 a 19 anos sem estudo e sem trabalho tinham pelo menos um filho e 69% destas meninas eram negras. E quase metade da população negra vivia na informalidade econômica (Becker; Silva, 2018, p. 210).

Dados como os apresentados acima são uma demonstração do racismo encoberto pelo mito da democracia racial e comprovam a limitação da população negra em diversos aspectos. Uma pesquisa realizada por Becker e Silva (2018) analisou quase 1.500 matérias produzidas por dois telejornais brasileiros de novembro e dezembro de 2017 e janeiro de 2018 e constatou que menos de 10% se tratavam de temas que conferiam visibilidade aos negros, ao racismo ou às relações raciais no Brasil. Outra constatação é da maioria de pessoas brancas como âncoras, repórteres e fontes, principalmente em matérias de política e economia e à frente de empresas e instituições públicas e privadas. A presença de vozes negras se manifesta em matérias sobre esporte, manifestações artísticas e culturas populares ou na condição de ativistas e militantes de movimentos sociais. Sobre a população negra, os temas veiculados dizem respeito à falta de acesso à educação, saúde e moradia, não contribuindo para a superação de preconceitos.

Biroli (2018) considera que as hierarquias de gênero, raça e classe não se explicam sem que levemos em consideração a divisão sexual do trabalho que perpetua, de maneira social, o que seriam o lugar e o trabalho da mulher, além de produzir identidades, vantagens e desvantagens. A trabalhadora doméstica, na visão de Carneiro (2015), sistematiza essas três variáveis e sobre a qual são exercidas formas de subjetivação produzidas em nossos processos históricos e estabelecendo limites aceitáveis de raça e classe. Um trabalho considerado inferior por, originalmente, não gerar lucro, em comparação com a atividade assalariada capitalista.

Diante desse quadro, o jornalismo não deve reforçar e reproduzir visões de mundo que são naturalizadas pelo imaginário coletivo, evitando toda forma de confirmação do pertencimento de homens e mulheres a determinados temas e funções, seja na esfera pública ou na esfera privada. Tal ação de reforço de estereótipos agrava a situação de mulheres pobres e negras, que já se encontram em lugares socialmente inferiorizados na escala de privilégios e mantém valores e atitudes sexistas e racistas.

CAPÍTULO 2: OS ESTUDOS SOBRE IDENTIDADE E CARREIRA

Neste tópico, falaremos sobre a definição do conceito de identidade trazida por diferentes autores, afunilamos para identidade profissional e, de maneira ainda mais focada, procuramos falar sobre a identidade profissional dos jornalistas e como essa temática tem sido abordada por diversos autores, principalmente em pesquisas nacionais.

Diversos estudos procuraram analisar a identidade do jornalista, como já mencionamos anteriormente. Discute-se identidade para pensarmos se: os jornalistas atuantes em assessorias, ao assumirem papéis diferentes dos jornalistas que atuam em veículos de mídia, são impactados na autoidentificação do profissional jornalista com a categoria? É preciso ouvir esses jornalistas para saber a resposta, porque, a depender da prática profissional, “parcela dos assessores de imprensa pode não se considerar jornalista, do mesmo modo como professores universitários (ainda que de jornalismo) podem deixar de autodenominarem jornalistas” (Mick; Lima, 2013, p. 24).

A identidade socialmente válida passa por um processo de reconhecimento que é feito pelo outro, o que gera uma ansiedade na constituição da experiência do eu deixando a pergunta: escolhemos a nossa “verdadeira” identidade ou podemos criar uma mutável e passível de modificações? Enquanto para alguns a identidade consiste em como nos percebemos, interpretamos e apresentamos a nós e aos outros, para outros é uma descoberta e a afirmação de uma essência inata que determina o que somos ou mesmo um construto e uma criação a partir dos papéis e dos materiais sociais disponíveis.

Em definição similar, identidade refere-se a como um ator se autodefine, ou seja, como ele responde à questão “quem sou eu” ou em níveis organizacionais “quem somos nós”, mas, na modernidade, apenas responder a essas perguntas não é suficiente para uma concepção do tema, já que capta apenas o aspecto representacional da noção de identidade, deixando de lado seus aspectos constitutivos de produção. Isso porque existem discursos embutidos na sua identidade que são individuais e dos outros e uma se reflete na outra. A identidade é consequência e condição das relações que acontecem, portanto, não é algo pronto e está sempre em um contínuo processo (Ciampa, 1984).

França (2007) complementa que a identidade é atribuída pela sociedade e que, à medida que o indivíduo responde às expectativas sociais, isso faz referência à teoria de papéis, ou seja, desempenhando papéis definidos por outras pessoas. Esse cenário é permeado, principalmente, pela complexa divisão do trabalho, consistindo na interiorização dos submundos institucionais pelo sujeito.

Hall (2006) aponta três concepções de identidade: a do sujeito do Iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno. A primeira concepção, individualista, é de um sujeito dotado das capacidades de razão, totalmente centrado, cujo centro consistia em um núcleo interior que nascia com o sujeito, desenvolvia-se ao longo da sua existência. A segunda concepção toma consciência de que esse núcleo interior não era autônomo e autossuficiente, mas se formava na relação com outras pessoas, mediando valores, sentidos e símbolos. A terceira concepção é produto do processo de mudança do sujeito provocado pelas interações. O sujeito pós-moderno não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente, ele assume identidades diversas em diferentes momentos, ou seja, exerce muitos papéis.

A gama de possibilidades de identidades existentes na modernidade cria aquelas instáveis enquanto oferece uma abertura para reestruturar a identidade pessoal, o que aumenta a liberdade individual de agir sobre a própria identidade e mudar drasticamente a própria vida. Enquanto isso pode ser benéfico para alguns, para outros pode representar uma vida fragmentada, desconexa, sujeita à doutrinação da mídia e da sociedade. Para que isso não ocorra, é necessária a valorização da autonomia, da racionalidade, do compromisso e responsabilidade do sujeito.

A identidade é um fator importante para se compreender melhor as práticas coletivas ou singulares na atualidade (Machado, 2003). Essa construção é a mediação da identidade assumida pelo sujeito com aquela pretendida ou temida, um constante desafio para encontrar o equilíbrio entre o que se é e o que os outros esperam que você seja, nessa perspectiva, portanto, não existe um “eu” sem a interação com os outros. Brewer (2012) aponta que existe um conflito entre identidades sociais e identidades pessoais, pois os indivíduos querem pertencer a um coletivo, mas serem vistos como únicos.

A identidade é algo complexo porque as pessoas são complexas e essa complexidade está em seus paradoxos e contradições. É formada por inúmeras variantes, que podem até ser contrárias, e une oportunidades de escolha, obrigações sociais e determinações psíquicas. As fronteiras de identidade se modificam e, às vezes, sem que o indivíduo perceba, já que a consciência de si não é facilmente alcançada. “Identidade é algo que se produz, transformando-se em uma mensagem, reelaborada por outra pessoa” (Martino, 2010, p. 14).

Strauss (1999) elabora uma noção de identidade dinâmica que está ligada ao desempenho de diferentes papéis articulados a experiências específicas de vivências particulares em mundos sociais e está associada às avaliações cruciais feitas de nós por nós mesmos ou pelos outros. Seria como se ver em espelhos. Todo indivíduo se apresenta a si mesmo e aos outros e pode usar máscaras ao se apresentar ao mundo.

As perturbações e conflitos, dificuldades de autorreconhecimento e de consequente reconhecimento social são desencadeadas por dissonâncias entre as convicções internas e as relações com o ambiente exterior (Mucchielli, 2009⁸ *apud* Agnez, 2014). O conceito de identidade “tem o poder de nos permitir captar as ressonâncias individuais do processo de desconexão entre o conceito moderno de trabalho, o emprego, e das identidades a ele associadas” (Bendassolli, 2009, p. 390).

Pode-se afirmar que a forma identitária, enquanto processo, se desenvolve durante toda a vida social de maneira individual ou coletiva, a partir de negociações que são estabelecidas entre o “eu” interior e as condições às quais o indivíduo está submetido. Contribuem para que isso aconteça em diversas instâncias de ordem física e material, psicossociais, históricas e culturais e, seja consciente ou não, os atores desenvolvem mecanismos na busca da própria afirmação, percorrendo caminhos que vão do sentimento de pertença a determinado grupo ao processo de singularização (Agnez, 2014).

A construção de uma identidade coletiva é um processo de estabelecimento de uma ordem, não fixa, em constante evolução, subjetivada pelos indivíduos, que visa impor e perenizar uma representação do mundo que estabelece relações sociais no âmbito das relações de força simbólica. O jornalismo é uma ordem na qual existem instâncias cujo papel é o de escassear ou reservar a autoridade do discurso, pois produzir um discurso sobre a atualidade poderia ser realizado por todos os membros da sociedade (Ruellan; 2017).

A identidade é construída a partir de dois processos: individual e de quadros sociais de identificação. Na parte individual, busca-se definir o que somos ou o que gostaríamos de ser, já na fase social de identificação, é como a gente se define, como dizemos quem eu sou. A corrente de pensamento do interacionismo trabalha a noção de identidade articulada entre os quadros sociais de identificação com as trajetórias individuais (Agnez; 2014).

Essa identidade, no ambiente da comunicação, pode ser caracterizada pelo “conjunto único de diferenças que torna algo ou alguém conhecido e reconhecido numa situação de troca informacional” (Iasbeck; 2009, p. 173) porque uma relação se estabelece quando falamos de identidade. Quanto mais distantes os sujeitos menor é a identidade na relação e o oposto também se mostra presente.

Associar trajetórias objetivas às trajetórias subjetivas de significação é adotar metodologias que irão questionar os próprios atores sobre as construções que fazem das suas formas identitárias. Quando se trata do jornalismo, a forma identitária assume caráter coletivo,

⁸ MUCCHIELLI, Alex. *L'identité*. 7ª. Ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2009.

ou seja, a “assimilação que os indivíduos fazem dos atributos que definem o grupo profissional” (Le Cam; 2006).

2.1 O jornalismo como profissão

A profissão de jornalista se consolidou com o jornalismo atrelado a diversos princípios e valores. Neste tópico, abordaremos como aconteceu a profissionalização do jornalismo, além de apresentarmos as mudanças estruturais e aspectos que envolvem as discussões sobre a precarização da profissão.

O jornalismo é inseparável do mundo social, é tido como uma prática social e depende da realidade, por isso está sempre sendo recomposto. A produção jornalística, que pode estar sendo feita em qualquer ambiente, resulta de influências e intermediações que esses profissionais jornalistas estabelecem entre si e a sociedade em geral, tornando-se, assim, um instrumento de construção que dá sentido à realidade.

Machado (1995) define profissão como uma “ocupação cujas obrigações criam e utilizam de forma sistemática o conhecimento geral acumulado na solução de problemas postulados por um cliente (tanto individual como coletivo)” (Machado, 1995, p. 18), assim, a atividade profissional seria o conjunto de conhecimentos que se relaciona à esfera ocupacional e tem autoridade profissional aquele que detém o conhecimento especializado para o problema específico do cliente.

A profissão gera identificação com aqueles que falam a mesma linguagem e seguem as mesmas regras e normas. Também busca confiabilidade na medida em que procura convencer o público que os serviços que executa são exclusivos e específicos, além de terem um valor que transcende o que conseguem ver, que pode ser, entre outros, verdade, beleza ou justiça (Machado, 1995; Freidson; 1996; Agnez, 2014).

O jornalista é visto como uma espécie de representante da sociedade, que serve ao público sendo o porta-voz da opinião pública, portanto, assume um compromisso constante com o outro. São várias as imagens que permeiam a profissão de jornalista e, em uma delas, o jornalista, para cumprir sua missão, abriria mão de outros ganhos que não estejam relacionados ao seu compromisso com a verdade ou interesse geral (Oliveira, 2005, p. 19).

A imagem do jornalista missionário, uma visão de que exista um verdadeiro jornalismo, quando o profissional é aquele que tem paixão pela profissão e coloca o pensamento idealizado do jornalismo acima de qualquer sacrifício, reforçando o ponto de que essa profissão é, antes de tudo, uma vocação, faz com que seja atribuído maior e menor prestígio aos

profissionais a depender da forma como se ligam ao campo jornalístico. Ao jornalista que se liga mais à lógica autônoma do campo é atribuído maior prestígio do que àqueles que utilizam a profissão para ganhar reconhecimento junto a agentes externos do campo (Rosso, 2017).

O reconhecimento social como uma profissão, da atividade jornalística, recebe suporte quando se estabelece que a capacidade de distinguir, elaborar e formatar as notícias com um conhecimento jornalístico é prerrogativa dos jornalistas. Isso é fundamental na elaboração de discursos públicos de legitimação dessa prática e da categoria profissional (Pereira, 2018a).

Isso porque “o jornalismo é uma arena da disputa de ideias, com capacidade de influenciar a sociedade, convencendo determinada visão de mundo e estimulando certa lógica de pensamento e ação” (Peixoto, 2019, p. 10), ou seja, está atuando como agente transformador da realidade e sofrendo as modificações que dela advém. O jornalismo é um lugar de debate público e de luta política no campo das ideias no qual o que se conhece previamente pode ser questionado embora também possa reproduzir a visão de mundo dominante.

O jornalismo, em seu processo de profissionalização no Brasil, teve atrelado a valores de liberdade de imprensa e interesse público que fortaleceram o discurso da mídia como um “quarto poder”, sempre apoiado em um ideal de objetividade, compromisso com a verdade e neutralidade do profissional, o desenvolvimento de um *ethos* próprio com valores, linguagens, rituais, rotinas, códigos e associações específicas da classe.

Essa posição de defesa da democracia ou envolvimento político e ideológico de jornalistas que agiam em função de valores e utopias marcou principalmente os jornalistas dos anos 1970, o que produziu também uma geração de jornalistas-intelectuais (Abreu, 2002; Pereira, 2008). No contexto da redemocratização, o romantismo profissional passou a dar lugar ao reconhecimento do exercício profissional como uma atividade assalariada semelhante a outras.

Ruellan (2017) destaca que existe uma imprecisão do jornalismo e que ela é constitutiva, porque o jornalismo é herdeiro de diversas culturas, e construtiva, já que permite que o jornalismo utilize meios de produção diversificados. Existe também uma competência com base em uma dimensão específica, a atualidade, a rapidez da informação.

Passando por contínuas transformações, essa profissão, assim como diversas outras, sofreu interferências externas que são permanentes, como a inclusão de novos meios tecnológicos e mudanças nos modelos de negócios. Essas mudanças estão sendo estudadas, principalmente com o objetivo de identificar se está havendo uma mudança estrutural do jornalismo, ou seja, se as mudanças são abrangentes e profundas o suficiente para alterar o

modo como a atividade é praticada, reconhecida e definida pelos atores (Adghirni; Pereira, 2011) ou se são um escopo de alterações conjunturais.

Adghirni e Pereira (2011) organizam as mudanças, que consideram estruturais, em três eixos: a produção do jornalismo, que impacta diretamente nas rotinas, especialmente a partir da introdução das novas tecnologias digitais; o perfil profissional, em que situam-se questões relacionadas à precarização do trabalho, mudanças na formação profissional e migrações para outras atividades da área de comunicação, assunto que nos interessa nesta pesquisa; e novas relações com o público, pois o consumidor atual de informação tem novos hábitos, participa do processo e deseja interação na produção da notícia, graças às novas tecnologias digitais.

Alguns elementos considerados fundamentais ao jornalismo parecem estar inalterados, embora tensionados, no decorrer do tempo e estão ligados à ideologia da profissão. São eles: o entendimento da atividade como um serviço público; objetividade e imparcialidade; autonomia profissional; sentido de atualidade e imediatismo e as questões éticas que a norteiam (Deuze, 2005).

Sobre alguns desses elementos, nos que se relacionam às emoções, como objetividade e imparcialidade, Ruellan (2017) traz relatos de uma pesquisa realizada com jornalistas apresentadores de telejornais e repórteres encarregados da cobertura de conflitos armados, de guerras, e pontua como é dual e contraditório esse discurso. Esses profissionais acabam se tornando figuras simbólicas. Os apresentadores de telejornal, por serem vistos por milhares de pessoas, são elevados ao status de ícones, e os repórteres de guerra por representarem uma visão idealizada do jornalismo, de abnegação, de coragem, sendo que parte da ordem desse discurso é produzida pelos próprios jornalistas.

É o mito do repórter se fazendo presente em defesa de uma identidade profissional. Agnez e Moura (2016) apresentam esse posicionamento dos correspondentes internacionais, que compartilham uma identidade profissional de grupo, se comparam e se vêem com as mesmas características de um “bom repórter”, mas se definem como *melhores dos melhores* por fazerem parte de uma camada privilegiada da população brasileira e dos próprios jornalistas.

As autobiografias desses jornalistas comumente fazem referência às suas emoções, informando sobre a parte mais subjetiva do trabalho de produção da informação, contrastando com a imagem que se convencionou no jornalismo de uma relação distante e neutra dos seus objetos e da ação. A subjetivação, nesse caso, não se mostra como desviante, mas sim como inerente da própria realização do jornalismo, porque utilizar as emoções para desenvolver sua atividade profissional, experimentar sentimentos fortes e renovados é uma maneira de compensar as situações de estresse e de tensão da profissão, por isso o jornalismo é, por vezes, apresentado

com uma profissão de paixão (Ruellan, 2017).

Rosso (2017) traz em sua tese autores que apresentam como a defesa da objetividade, uma das crenças principais do campo jornalístico, dita até o funcionamento de veículos de comunicação, em que alguns vão se apresentar como neutros e imparciais e outros como formadores de opinião. Segundo uma lógica capitalista, o ideal de objetividade estava presente quando surgiu o produto jornalístico no século XIX, principalmente para separá-lo da publicidade, ganhando especial destaque após a Segunda Guerra Mundial.

Com o surgimento do jornalista multimídia, os profissionais são pressionados a acumular funções, vendo-se obrigados a acelerar o tempo entre o procedimento de apuração e a produção do material, tendo sua jornada de trabalho intensificada e subordinando-se ao controle cada vez mais rigoroso dos prazos industriais de fechamento. O engajamento de estudantes na profissão como estagiários, em funções de baixa remuneração e até mesmo sem vínculo empregatício, mostrou-se a principal dinâmica de acesso ao mercado de trabalho, provocando a juvenilização da categoria (Mick; Lima, 2013).

A quantidade de cursos superiores de jornalismo e, conseqüentemente, a grande oferta de profissionais recém-formados no mercado produzem um aumento significativo da concorrência e, com o excessivo de mão de obra, há uma desagregação da categoria e grande precarização dos postos de trabalho.

O encolhimento do número de postos de trabalho em redações tradicionais e o aumento da carga horária dos jornalistas - resultado da “crise” dos processos de convergência - vêm acompanhados de uma desregulamentação dos contratos trabalhistas. A substituição de jornalistas veteranos por outros mais jovens é outra prática recorrente. O recém-formado é maleável e se adapta mais facilmente às normas político-editoriais e a salários mais baixos (Adghimi; Pereira, 2011, p. 48).

Uma transformação originalmente provocada entre sociedade e repórter refletiu significativamente nas empresas privadas e públicas. A emergência de uma vigilância sobre as atividades dos meios de comunicação e do jornalismo cidadão, ou seja, de um maior envolvimento do público em geral na produção do jornalismo convencional fez com que as organizações também adotassem práticas mais profissionais do fazer jornalístico de maneira a atender à nova demanda por responsabilidade social.

Isso porque o jornalismo sempre defendeu a bandeira do interesse público, o que Gomes (2009) chama de autolegitimação, um processo em que o jornalismo se apresenta como uma instituição importante e necessária que serve à opinião pública, ao cidadão e que, por esse motivo, deve ser protegida e cuidada por eles e pelo Estado.

Mick e Lima (2013) chamam a atenção para a participação dos jornalistas na democratização do país, devido à grande contratação desses profissionais pelo Estado, por organismos de terceiro setor ou até mesmo por empresas que não estão no ramo da comunicação para que lidem diretamente com seus públicos, prestem contas à sociedade, o que podemos chamar de *accountability*, seja por meio da “mídia das fontes” ou por ações de assessoria de imprensa ou de comunicação.

Abordar o jornalismo enquanto profissão também nos remete à relação comunicação e trabalho ou ao mundo do trabalho. Fígaro (2005) menciona que o mundo do trabalho permite diversas áreas de estudo como o das relações humanas, pois é um lugar de mediação e de construção de subjetividade, sendo considerado um espaço de troca de sociabilidades com certa capacidade de transformação. Para a autora, o trabalho, ao apoderar-se do conceito de comunicação, trouxe diversas revoluções à contemporaneidade, nas quais ela cita revolução dos meios, métodos, tecnologias e relações. Comunicação e trabalho estão intrinsecamente ligados nas experiências e mudanças, sejam elas econômicas, interpessoais, tecnológicas ou culturais.

A atuação em diferentes frentes de trabalho é comprovada por Meneses (2019), quando a autora aponta as atividades dos jornalistas nos setores de comunicação das Universidades Federais:

podem contribuir com o fortalecimento da formação universitária e cidadã, por meio da difusão do conhecimento científico, através de diversos meios de comunicação e da prestação pública de contas com a sociedade. Também trabalha na divulgação de serviços, na preservação de uma identidade e de uma imagem institucional. Atua na disseminação de informações sobre a universidade para a comunidade acadêmica, por meio da comunicação interna. Tem a possibilidade de estar à frente de ações e eventos promovidos pelos mais diversos setores, programas ou projetos da universidade. E ainda pode auxiliar outras unidades que não atuam necessariamente com comunicação a desenvolver essa área (Meneses, 2019, p. 33).

Ou seja, o jornalista que atua nos setores de comunicação exerce funções divergentes à medida que a finalidade exigida ao seu trabalho varia. Embora, nos dias atuais (ano de 2023), muitos concursos públicos estejam suspensos, essa é a forma comum de ingresso no serviço público, de maneira efetiva. Existem, também, os processos de seleção para contratação temporária, que não nos interessa neste trabalho. Os concursos públicos são regidos por editais e, nesses documentos, está contida a descrição sumária do cargo, que irá depender do local onde a vaga está. Se será lotado em uma assessoria de comunicação, rádio, webrádio, TV universitária ou pró-reitoria, a descrição das atividades a serem desempenhadas fará jus ao exigido em cada ambiente.

A procura das organizações por jornalistas fez crescer as ofertas de empregos para atuação como assessores de imprensa e assessores de comunicação. Para suprir uma necessidade de divulgação mais rápida e direta com seus públicos, surgem, dentro dessa atuação em comunicação organizacional, canais midiáticos próprios, gerenciados por esses jornalistas.

Sant'Anna (2006; 2009) demonstrou que esses profissionais constituem uma parcela expressiva do trabalho da categoria e que a legitimidade em considerá-los jornalistas é compatível com a legitimidade em relação aos trabalhadores de mídias.

Almeida (2001) buscou na Teoria da Singularidade a fundamentação para sua afirmação de que os assessores de imprensa devem ser exclusivamente jornalistas, o singular que envolve o particular, o item que faz convergência entre jornalistas de redação e assessores de imprensa, a busca por notícias, ou seja, ambos os profissionais trabalham com a informação como matéria-prima.

É necessário captar a singularidade da notícia na elaboração de uma reportagem, assim como saber lidar com todo o processo objetivo e subjetivo inerente à profissão de jornalista, aliado a conhecimentos que vão desde a linguagem específica de cada editoria ao melhor momento de enviar um release a um veículo de comunicação (Almeida, 2001).

Pode-se afirmar que a narrativa jornalística segue preceitos tidos como fundamentais pautados pela verdade dos fatos. No entanto não deve-se desconsiderar o fato de que a narrativa parte de uma visão, um ponto. Os discursos se constroem por meio de estratégias comunicativas que podem indicar a intencionalidade do narrador ao comunicar tal situação. O jornalismo tem um caráter de mediação para com a sociedade. Ele permite ao indivíduo tomar conhecimento daquilo que não está ao imediato alcance dos seus olhos e aí reside sua função social, conferindo seu alto grau de responsabilidade na produção de sentido, por isso a importância de se aprofundar as notícias que são levadas a público.

Marques, Miola e Siebra (2014), utilizando as teorias organizacionais do jornalismo, apontaram que tanto nas organizações jornalísticas quanto nas demais existe a influência na atuação do profissional, que deve se ajustar à empresa para a qual trabalha, e isso atinge jornalistas e assessores de imprensa, porém acredita-se que a margem de manobra do assessor tende a ser mais reduzida.

Uma luta de definição de qual prática jornalística é a mais legítima entre jornalistas que trabalham na mídia e aqueles que trabalham fora dela se estabelece na constituição do verdadeiro jornalismo.

A disputa é dada pelo início da construção histórica do campo jornalismo, em que o

jornalista é definido, antes de tudo, como o profissional que trabalha nos veículos de comunicação. A partir do estabelecimento do jornalismo como profissão no Brasil, a visão de como é e como atua o jornalista se modifica, mas ainda continua imbricada com o trabalho dentro das redações – tanto na visão leiga (dos não pertencentes ao campo) quanto na dos pares (agentes pertencentes ao campo). O trabalho fora dos meios de comunicação (como as assessorias de imprensa) não é a fonte de identificação e definição principal do que é ser jornalista (Rosso, 2017, p. 101-102).

Pereira (2018b) se baseia em Bucher e Strauss (1961) pensando na profissão como um amálgama de diferentes segmentos e essa visão permite fugir da armadilha normativo-essencialista da sociologia funcionalista para revelar as heterogeneidades do jornalismo e, assim, cada segmento tem seus próprios interesses, ideologia, carreira. “Neste caso, o correto seria falar em *carreiras* (no plural) jornalísticas, nas diferentes formas de se tornar e ser jornalista” (Pereira, 2018b, p. 4).

Por não existir uma homogeneidade dentro da profissão, ou seja, há muitas identidades, valores e interesses que podem acabar sendo compartilhados por várias pessoas até mesmo em oposição a algumas outras, é que surgem os segmentos. Bucher e Strauss (1961) desenvolvem a ideia das profissões como amálgamas soltas de segmentos que perseguem objetivos diferentes e mais ou menos delicadamente mantidos juntos sob um nome comum em um determinado período da história.

Quando se tratam de segmentos, o senso de missão, próprio de cada um, tende a ser uma forma de ganhar reconhecimento e status institucional. Ainda, dentro de cada segmento, é possível que haja mais segmentação e essa nova segmentação também impacta na missão do grupo. Por isso, insere-se nessa discussão, embora não seja o foco desta pesquisa, a particularidade brasileira de que o jornalista torna-se assessor, às vezes, apenas de imprensa, às vezes, de comunicação e, ao ocupar essa função, ele continua sendo jornalista? Em muitos países é inadmissível essa duplicidade, no Brasil, porém, a situação é normalizada e inclusive está presente na legislação que regulamenta as funções do jornalista.

A separação entre profissionais que trabalham em meios de comunicação, na mídia, e aqueles que trabalham com atividades ligadas ao jornalismo dentro de organizações públicas ou privadas, ou seja, fora da mídia, alimenta uma ideia de que os primeiros são jornalistas e os segundos são não-jornalistas, o que vem sendo modificado por estar havendo um reconhecimento de que os assessores partilham alguns códigos-chave do jornalismo. Esses códigos-chave, como as concepções do que é notícia e da temporalidade própria do jornalismo, são compartilhados por todos os agentes do campo jornalístico (Rosso, 2017).

A identidade profissional compartilhada pelos colegas contém muito mais do que os tipos de pessoas que eles desejam como companheiros. Nesse caso, eles compartilham noções

sobre a finalidade do seu trabalho, além das atitudes e problemas centrados nele. Quando olhada nos segmentos, a identidade profissional pode ser pensada de forma semelhante à ideologia de um movimento político, sendo assim, os segmentos têm ideologia, além das suas missões, porém nem todos apresentam o caráter de um movimento social, ou seja, seu movimento, de fato (Bucher; Strauss, 1961).

Quando Ruellan (2004) escreve sobre a dificuldade de se perceber quem é jornalista na França muito se deve ao fato de que os jornalistas assumiam simultaneamente várias funções, o que identificava o jornalismo por meio de seus ambientes de trabalho e não de atividades, extrapolando leis e jurisprudência. A definição de quem seria ou não jornalista ficava por conta de situações jurídicas que iam além dos parâmetros convencionais. A aplicação do estatuto legal do jornalista enfrentava problemas que se relaciona à diversidade de tipos de organização e à mutação das funções desses profissionais. As organizações e associações profissionais também são criadas, em função do trabalho, para dar ao público leigo a ideia de uma aparente unidade na categoria, que se materializa por acordos como códigos de ética, licenciamento e as principais associações profissionais (Bucher; Strauss, 1961).

A profissão pode ser vista como uma fachada, uma maneira de representação, como um papel social. Envolve o “eu” mais íntimo a uma identificação que é projetada para a sociedade. “Ao desempenhar este e outros papéis, buscamos não romper com a interação social estabelecida porque isso atingiria o próprio conceito de si (Goffman, 1985), ruptura essa que pode desencadear uma crise” (Agnéz, 2014, p. 68).

Assim, falamos de representações, o modo pelo qual os jornalistas, nesse caso, recortam e interpretam o mundo, espelhando suas vivências em sociedade.

Na sua natureza de produção humana e social, têm uma dimensão interna e externa aos indivíduos, que percebem e são afetados pelas imagens (passam por processos de percepção e afecção) - e, desses processos, as devolvem ao mundo na forma de representações (França, 2004, p. 19).

As representações são dinâmicas e móveis, podem ser tomadas como tudo aquilo que tem uma relação com a leitura que os membros de uma sociedade fazem sobre o mundo. Estão intimamente ligadas a seus contextos históricos e sociais por um movimento de reflexividade, sendo produzidas em um bojo de processos sociais e também dinamizam e condicionam determinadas práticas sociais enquanto sentidos construídos e cristalizados (França, 2004).

Goffman (1985) compara as representações de papéis na sociedade ao teatro, em que as pessoas são como os atores que assumem determinados papéis a serem desempenhados no

palco. Nessa articulação de papéis, as pessoas se reconhecem ao outro e a elas mesmas. Nessa fase de representação, várias instâncias são acionadas e necessitam de sustentação: “estabelecer fachadas (aparência), desempenhar dramaticamente o papel (como ele é desempenhado), sustentar as idealizações (valores), manter o controle expressivo (condução da performance diante do público)” (Lima *et al.*, 2017, p. 5).

Os segmentos não são fixos. Eles tendem a estar mais ou menos em um processo contínuo de mudança. Eles tomam forma e desenvolvem, são modificados e desaparecem. As mudanças podem acontecer no aparato conceitual e técnico, nas condições institucionais de trabalho e em sua relação com outros segmentos e ocupações. O surgimento de uma nova geração faz com que ela se empenhe em explicar, novamente, do que se trata e para onde está indo. Nesse processo, as fronteiras se tornam difusas à medida que as gerações se sobrepõem e diferentes locais de atividade profissional se enraízam em definições um pouco diferentes da situação do trabalho. A partir desta fluidez, novos grupos podem surgir (Bucher; Strauss, 1961).

2.1.1 Perfil do jornalista brasileiro

Um levantamento sobre o perfil do jornalista brasileiro, feito em 2012 (Mick; Lima, 2013) e em 2021 (Lima *et al.*, 2022), identificou características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico. A pesquisa foi realizada pelo Núcleo de Estudos sobre Transformações no Mundo do Trabalho (TMT), do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo coordenada na primeira edição pelo professor Jacques Mick e na segunda edição pelo professor Samuel Lima, com o apoio da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPPJ) e de diversos sindicatos pelo país.

Os resultados foram divulgados em diversos artigos científicos apresentados em congressos e reunidos em um livro, publicado em 2013, *Perfil do Jornalista Brasileiro* (Mick; Lima, 2013) o qual apresenta respostas de 2.731 profissionais de todas as unidades da federação e também do exterior. Entre as perguntas que foram feitas estão quantos são os jornalistas brasileiros? Como se dividem por faixa etária, sexo, cor/raça, formação? Qual a remuneração? Qual a participação política dos entrevistados? A segunda edição, seguindo a mesma linha da anterior, está publicizando os achados em congressos e periódicos desde o ano 2021 (Lima *et al.*, 2022). A pesquisa nacional é uma pedra angular no desenvolvimento desta tese, pois é a partir dela que foi desenvolvido o questionário a ser aplicado aos jornalistas dos Institutos

Federais e que foi possível comparar informações de trabalho e atuação desses profissionais com os de todo o Brasil.

Um estudo da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje) com amostra não probabilística por conveniência, realizada em 2013, mostrou que a ocupação do espaço na comunicação organizacional pelos jornalistas representava 52% dos profissionais que atuavam nessa área, enquanto os profissionais de relações públicas eram 24% (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial, 2013), algo crescente desde a reestruturação produtiva nos anos 90, já que parte dos profissionais que saíram das redações migrava para a área de serviços, em especial a de assessoria de imprensa, que crescia devido às privatizações, e passaram a atuar numa área antes reservada para a atividade de relações públicas.

O perfil do profissional em ambas as pesquisas, Aberje (2013) e Perfil do Jornalista Brasileiro (Mick; Lima, 2013) coincidia em dois aspectos: predominantemente feminino e com idade até 30 anos. Uma das diferenças que podemos destacar está no quesito atuação de jornalistas fora da mídia e diz respeito ao tipo de instituição na qual o jornalista trabalha. Enquanto na pesquisa realizada pela Aberje, embora devemos ressaltar a origem da amostra, o profissional atuava majoritariamente em empresas privadas nacionais com até 500 funcionários, sob contratação pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a pesquisa realizada pela UFSC apontou que essa atuação era bem menor entre seus respondentes.

No caso da pesquisa nacional em 2012 (Mick; Lima, 2013), a maioria dos entrevistados estava atuando em empresas ou órgãos públicos, cerca de 35%, e, na sequência, a atuação se dava em empresas especializadas em serviços de assessoria de imprensa ou comunicação. Quando se tratava de vínculo empregatício, 27,1% estavam vinculados ao setor público, seja como servidores ou em cargos comissionados, “o que pode indicar que os jornalistas têm espaço crescente de atuação nas demandas regulares de prestação de contas à sociedade por parte dos agentes públicos” (Mick; Lima, 2013, p. 62). Os jornalistas do setor público estavam principalmente em instituições federais e municipais, 35,1% em cada, e as mídias públicas estavam concentradas majoritariamente, 73,3%, no poder Executivo (Mick; Lima, 2013).

Cinco anos depois da coleta de dados, no ano de 2017, outro questionário foi enviado àqueles que participaram da pesquisa para o acompanhamento da trajetória dos jornalistas, sendo esse respondido por 1.233 profissionais. Mick e Pontes (2018) compararam as informações sobre a posição ocupacional dos respondentes nos dois períodos e discutiram as representações dos jornalistas de mídia a respeito dos efeitos da crise sobre seu trabalho, indo além das transformações estruturais do ofício e incluindo a complexa crise política, econômica

e social do país, naquele momento.

O jornalismo brasileiro viveu um período peculiar de 2012 a 2017, marcado por crises no mercado de trabalho, com demissões coletivas e individuais, fechamentos de veículos, migração para plataformas digitais, enxugamentos do estafe das redações e onde a sua própria credibilidade, enquanto instituição, esteve questionada (Kikuti; Rocha, 2018).

Mick e Estayno (2018), utilizando a mesma base de dados, destacaram que a distribuição dos profissionais por tipo de atividade dentro do jornalismo sofreu alterações significativas no período de 2012 a 2017.

Em 2012, os 1.233 respondentes que trabalhavam em jornalismo estavam em sua maioria com empregos na mídia (54%). As assessorias, ainda que importantes, absorviam 40%. Em 2017, as trabalhadoras da mídia foram reduzidas para 45% e as que integram as assessorias também a 45%. As transformações estruturais do ofício e a crise político-econômica produziram efeitos principalmente sobre o emprego dos respondentes nas mídias e/ou redações (14 pontos percentuais a menos em cinco anos, na coluna com o conjunto dos tipos de ocupação) (Mick; Estayno, 2018, p. 5).

Uma grande alteração foi percebida no contingente de profissionais que deixaram de atuar no jornalismo, um salto de 22% para 38%, com o dobro no percentual de desempregados (de 4% em 2012 para 8% em 2017), além de 19% dos sujeitos estarem atuando em atividades não jornalísticas, enquanto, em 2012, eram apenas 8%. A maior saída de profissionais foi dos que trabalhavam na mídia (Mick; Pontes, 2018).

Tavares, Xavier e Pontes (2021) ao investigarem as mudanças na carreira, de 2012 a 2017, de parte dos mesmos jornalistas que responderam à pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro concluíram, de forma não generalizável para a categoria, que metade dos respondentes saiu da mídia nesse período, indo atuar não apenas em assessorias, mas também na docência e em empregos fora da área. Esse resultado se refere a um quantitativo de 517 jornalistas que declararam, em 2012, que atuavam como jornalistas na mídia, ou seja, não integravam o percentual do grupo de jornalistas em assessorias ou outras atividades.

Evidenciando os impactos da crise sobre a categoria, Tavares, Xavier e Pontes (2021) demonstram que apenas 49,5% do grupo de jornalistas analisado permaneceram em funções jornalísticas na mídia; 17,8% estavam desenvolvendo atividades como assessores de imprensa; 3,5% passaram a exercer a docência e 29,2% deixaram de trabalhar em qualquer uma das áreas do jornalismo. Portanto, com essa análise, os autores ressaltam que o grupo de jornalistas que não está atuando na mídia é maior, porém não apenas em assessorias.

O olhar dos autores, em 2017, para os dados coletados na pesquisa nacional em 2012

também procurava identificar aspectos relacionados à saúde dos jornalistas, por isso eles foram questionados se sentiam-se estressados em decorrência do trabalho, se já receberam diagnóstico médico de estresse, se apresentavam diagnóstico de transtornos mentais, de LER/Dort ou se faziam usos de antidepressivos. Os resultados mostraram que 57% dos respondentes se sentiam estressados, 37% receberam diagnóstico de estresse, 16% receberam diagnóstico de transtorno mental, 24% estavam diagnosticados com LER/Dort e 26% faziam uso regular de antidepressivos (Pontes; Lima, 2019).

Nos indicadores de saúde, os autores também concluíram que as jornadas excessivas configuravam uma “bomba-relógio” que começava a produzir seus efeitos sobre a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras do jornalismo, em uma categoria em que 45% trabalham mais do que 8h diárias, além de chamarem a atenção ao fato de os adoecimentos ocorrerem entre profissionais com até 40 anos de idade, necessitando de mais estudos sobre as condições de trabalho aos mais jovens (Pontes; Lima, 2019).

O olhar voltado para a trajetória das mulheres e como se assemelha ou se distancia daquela dos homens no intervalo de tempo de 2012 a 2017 foi o trabalho das pesquisadoras Kikuti e Rocha (2018). Em termos numéricos gerais, no que se relaciona às mulheres respondentes do segundo questionário:

do total, 453 tem emprego principal no campo do Jornalismo (60,07%), incluindo docência, assessorias de imprensa e comunicação e dentro da mídia. O setor que mais emprega nesses três eixos, corresponde às assessorias de imprensa e de comunicação com 53,20%, 37,74% estão nas redações e 9% atuam como docentes. Em relação ao universo de 754 jornalistas, as assessorias empregavam 31,96% das mulheres, dentro da mídia correspondia a 22,67% e docência (fora da mídia) a 5,43%. Das 754 mulheres, 2,25% estavam aposentadas e 37,66% não atuavam no campo do Jornalismo. Em 2012, o número de mulheres que tinham emprego principal no campo do Jornalismo era maior que em 2017, somavam 580 profissionais (76,92%). O setor que mais empregava era dentro da mídia, com 37,13% do total, uma porcentagem maior que em 2017. Em seguida estavam as assessorias de imprensa e de comunicação com 36,07% das mulheres. A docência correspondia a 3,71% das profissionais, percentual inferior ao de 2017. Já a porcentagem de profissionais que não atuavam no campo do Jornalismo era menor, 22,28% em comparação com 2017 (Kikuti; Rocha, 2018, p. 5).

Entre os resultados que foram destacados pelas autoras estão: as mulheres abandonaram mais a profissão do que os homens no setor de mídia; a quantidade de vínculos empregatícios caiu de 2012 para 2017, tanto para mulheres quanto para homens; os cargos de profissionais de mídia tiveram queda, principalmente editor e repórter; homens jornalistas em geral ganham mais do que as mulheres exercendo as mesmas funções, uma realidade que já era percebida em 2012; aumentou o número de profissionais mulheres na docência, de 28 em 2012

para 41 em 2017 e o número de mulheres que estavam cursando o doutorado e que já eram doutoras, em 2017, era superior ao de homens (Kikuti; Rocha, 2018).

Em 2021, a segunda edição da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro foi coordenada pelo professor Samuel Pantoja Lima (UFSC) e teve como objetivo atualizar e comparar os dados referentes às características demográficas, políticas, de saúde e de trabalho dos jornalistas brasileiros aferidas em 2012. A pesquisa contou com a participação de 6.650 profissionais de todas as unidades da federação e do exterior.

O relatório indicou que a categoria continua majoritariamente feminina, embora tenha diminuído em percentual, de 63,7% mulheres e 36,3% de homens em 2012 para 57,8% de mulheres e 41,9% em 2021. A maioria do grupo indicou ser solteira (53%) e ter em 31 e 40 anos (37,5%). Em termos de cor/raça, a distribuição dos jornalistas se mostrou divergente da população brasileira em ambas as edições. Enquanto quase 70% dos jornalistas que responderam à pesquisa, em 2021, se declararam brancos, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua 2022 apontam que, em 2022, 45,3% dos brasileiros se declararam pardos e 42,8% brancos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

Dos jornalistas brasileiros, em 2012, mais da metade, 54,5%, disseram trabalhar na mídia ou estarem envolvidos com a produção de notícias em veículos tradicionais de comunicação. Do total, 5,2% estavam na docência e 44,6% dos respondentes estavam atuando fora da mídia, como assessores de imprensa ou comunicação ou em funções que mobilizariam conhecimento jornalístico e é essa parcela de profissionais que nos interessa nesta pesquisa. Em 2021, dos 57,7% profissionais que atuavam na mídia, 37,1% estavam como repórteres e 23,4% como editores/as. Outras funções incluíam assessor/a de imprensa (10%), produtor/a (7%), diretor/a (5%), apresentador/a (4%), colunista (3%), fotógrafo/a (2%) e outros (9%). Outros 34,9% estavam fora da mídia e 7,4% informaram estarem atuando na docência.

Como este trabalho se dedica a pesquisar a atuação dos jornalistas no serviço público, destacamos também alguns estudos e levantamentos que já foram realizados nessa área. Um dos estudos é o de Meneses (2019) que traz dados sobre as Universidades Federais brasileiras. Em 2018, essas instituições tinham 409 jornalistas, que estavam distribuídos em 62 unidades. A maioria, 123 profissionais, trabalhava na região Nordeste do país, e na região Sudeste estavam 118 jornalistas. O estado de Minas Gerais é o que tinha a maior quantidade de jornalistas em universidades, sendo um total de 76. Da região Nordeste, o estado com o maior número era o Ceará, com menos da metade desse quantitativo, 31 jornalistas. Na distribuição por gênero, a pesquisa retrata o perfil dos jornalistas brasileiros, sendo a predominância feminina e na faixa etária de 31 a 40 anos.

O perfil predominante do jornalista que atua nas universidades públicas federais é de um profissional jovem, mulher, com pós-graduação. A maioria está em universidades localizadas nas capitais dos estados das regiões Nordeste e Sudeste. A exceção é para Universidade de Brasília que, apesar de estar localizada na segunda região que tem menos jornalistas, é a segunda universidade com o maior número de profissionais, juntamente com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Das 12 universidades que reúnem o maior número de jornalistas (acima de 10 profissionais), apenas três estão localizadas fora das capitais dos estados (Santa Maria, Juiz de Fora e Viçosa) (Meneses, 2019, p. 40).

Outro estudo é o de Rosso (2017), que centrou sua coleta de dados nos jornalistas que atuavam na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) como assessores de imprensa da casa ou dos deputados ou bancadas. Em um primeiro momento, foram convidados a participar da pesquisa todos os 61 profissionais que trabalhavam na instituição e, em um segundo momento, o foco foi apenas para os assessores da casa. Nos dados coletados, percebeu-se que os profissionais tinham até 40 anos, tinham algum tipo de especialização e que, comparando jornalistas concursados (da casa) e comissionados (trabalham para os deputados ou bancadas), os primeiros são mais jovens na carreira em relação aos segundos e os jornalistas concursados não têm experiência profissional na mídia.

No que tange aos Institutos Federais, dados disponíveis no Portal da Transparência (Brasil, 2021) e coletados até julho de 2021 mostram que estão lotados nessas instituições 298 jornalistas, sendo 98 homens e 200 mulheres. A maioria dos profissionais está na região Nordeste, com 109 profissionais. Essas informações serão detalhadas no capítulo de apresentação e análise dos dados.

2.2 Identidade profissional e dos jornalistas

Dubar (2005) afirma que as identidades são produtos da socialização dos indivíduos, passam por uma forma herdada, ganhando potencial no ambiente das escolas, que é a primeira socialização, consolidando-se ao atingir as chamadas identidades possíveis na segunda socialização, cuja profissão é fundamental nessa etapa.

A construção de uma identidade profissional tem seu lugar nas relações de trabalho, mas não está vinculada a apenas uma função específica e deve ser considerada em relação ao todo social. “As identidades profissionais são maneiras socialmente reconhecidas de os indivíduos se identificarem uns aos outros no campo do trabalho e do emprego” (Dubar, 2005, p. 85), sendo possível aceitar ou recusar as identidades que lhe são atribuídas e identificar-se

de modo diferente daquele que é praticado pelos outros. É a relação entre esses dois processos de identificação que está no fundamento da noção de formas identitárias (Dubar, 2005).

Para Ruellan (1993), a identidade profissional tem duas faces que se alimentam mutuamente: os discursos e as práticas. Os primeiros modelam o segundo e, por sua vez, as práticas influenciam as representações. Pereira (2008) apresenta como um entrevistado, no seu caso, jornalistas, podem se apresentar também como escritores, políticos e professores e isso não lhes causar estranhamento no que tange às suas identidades, pelo contrário, podem ser correspondentes e complementares nas práticas funcionais. Isso não remeteria a uma justificativa de tal ação, mas a um momento de construção de si, fornecendo coerência à sua história de vida e, portanto, apresentando uma identidade estável e unitária.

Pode-se dizer ainda que “a forma identitária profissional também é resultado da constante negociação entre o indivíduo e o mundo exterior, entre o ‘eu’ mais íntimo de como o sujeito se define e o ambiente no qual está inserido” (Agnéz, 2014, p. 65). A identidade do ser profissional é complexa, conforme afirma Ruellan (2017), porque é o resultado da história, da sua própria história e de um cenário maior ainda que tem as raízes no passado e a complexidade estará diretamente relacionada ao quão rica, complicada e conflituosa é essa história. Uma crise de identidade então está associada aos resultados negativos provocados pelos momentos de mudanças em que o referencial do passado está rompido e o futuro ainda é instável (Dubar, 2006).

Quando se trata especificamente da identidade profissional dos jornalistas ela é formada nos espaços da academia, associações, mercado de trabalho, deontologias e dialoga com a cultura profissional, respeitando as ramificações e estratificações, seja ser jornalista dentro da mídia ou fora dela. “Estes profissionais dividem uma mesma denominação, etiquetas, normas, valores, direitos e deveres, práticas e veiculam discursos que os guiam e participam da construção de uma identidade comum” (Agnéz, 2014, p. 67).

Para responder à pergunta: “quem são os jornalistas?” é necessário voltar os olhos para aquilo que o grupo organiza interiormente como significativo, e, além disso, é preciso situá-lo num âmbito de sociabilidade, de partilha comum de significados. No caso dos jornalistas, é fácil perceber a importância da interação com o Outro para a existência desse grupo, já que a própria função que esses trabalhadores desempenham na sociedade está intrinsecamente conectada com o ato de falar ao outro. Tal como esclarece Vera Veiga França, o jornalismo é uma das formas do “dizer social”, ele “está enraizado no terreno da palavra humana” (França, 1998, p. 26). Quando o jornalista atua na sociedade, por meio de seus textos (impressos, radiofônicos, televisivos ou dos mais diversos formatos), age para falar do outro e ao outro. Mas é interessante notar que em diversos momentos ele até fala de si e/ou para si mesmo, numa atitude que chamamos de autorreferenciação (Lopes, 2013, p. 25).

A constituição das identidades culturais do grupo é permeada por relações de poder presentes na constituição das identidades assim como na relação entre o Eu e o Outro, uma vez que há a definição da própria identidade em contraposição àquilo que não se é, estabelecendo critérios e posições de valor, por isso o jornalista fala de si e do outro, a si e ao outro.

A forma identitária no jornalismo compreende, então, quatro processos gerais, sendo o primeiro a construção histórica de grupo; seguido pelas interações entre a equipe com o ambiente externo; a tentativa de construir e defender fronteiras por mais que sejam móveis ou imprecisas e, por fim, os processos de socialização nos quais estão as instâncias discursivas e de regulação (Ruellan, 1993).

Lopes (2013) ressalta que

identidades são mais do que papéis. Enquanto as primeiras organizam significados, os segundos organizam funções (Castells, 2000). A identidade do jornalista não pode ser vista restritamente como resultado de uma prática. Sendo “construção de significado”, identidade considera os afazeres, mas também engloba os valores, as crenças, os mitos, os saberes, as representações sociais, a história, a memória, as relações de poder, além de outros elementos que são fonte de fortes ligações para os indivíduos que compõem um grupo (Lopes, 2013, pp. 29-30).

O argumento nesse sentido é de que a identidade é construída discursivamente, por meio das representações e dos posicionamentos dos sujeitos, ou seja, existe um conjunto de sistemas simbólicos que contribuem para a construção narrativa da identidade. Por isso, quando se trata da profissão, Adghirni (2005) analisa a migração dos jornalistas para atuarem nas assessorias e no setor público como um indício da crise de identidade profissional:

diante de jornadas produtivas que estendem até 12 horas, do achatamento dos salários, das faltas de contratos estáveis com carteira assinada (as empresas estão preferindo contratar pessoas jurídicas em vez de pessoas físicas) os jornalistas profissionais, dos jovens recém-formados aos veteranos cansados, todos correm para as funções públicas. Neste momento de transição e migração, torna-se necessária uma investigação no campo acadêmico sobre os tangenciamentos que atingem o jornalismo enquanto profissão historicamente construída em consequência das transformações que vêm se produzindo no campo do jornalismo e que vêm afetando o status e a identidade do jornalista (Adghirni, 2005, p. 54).

As constantes transformações na identidade jornalística fazem com que o jornalismo não seja composto por um grupo homogêneo, não se limitando a uma categoria simbólica ou de uma unidade idêntica. Um estatuto profissional como o de jornalista pode se constituir de maneira imperfeita, assim, a identidade social pode aparentar imprecisão e o grupo ainda pode existir, ser reconhecido (Pereira, 2008).

A identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida e modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Inversamente, as identidades produzidas pela interação do orgânico, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a, ou mesmo remodelando-a (Berger; Luckmann, 1974, p. 228 *apud* Pereira, 2008, p. 59).

Na qualidade de um profissional híbrido, a identificação oscila entre rotinas produtivas, relações empregatícias e novas funções que se diferem do perfil tradicional inicial do jornalista de redação, tal qual a condição de assessor de imprensa (Adghirni, 2005).

A identidade profissional é fluida e se constrói na relação com os demais membros do grupo profissional e na identificação que estabelecem. Le Cam (2006) pontua que a identidade no jornalismo é o resultado da identidade reinvidicada, que é particular do grupo que divide práticas e conhecimento, negociada com a identidade atribuída pelos demais atores.

A pesquisa com dez jornalistas-intelectuais brasileiros feita por Pereira (2008) apontou que aqueles profissionais se posicionavam como se todas as práticas que realizavam, mesmo em diferentes domínios, fizessem parte do jornalismo, confirmando que tratava-se de um conceito de jornalista que não se limitava ao estatuto de produtor de informações nos meios de comunicação, mas de um conjunto de atributos que lhes permitiam atuar por toda a sociedade.

Em um grupo profissional, os membros se reconhecem uns aos outros, delimitam o território e definem a imagem de si mesmos que será projetada para a sociedade. A coesão entre eles irá funcionar como estratégia de defesa de grupo (Agnez, 2014) e os jornalistas apresentam diversas formas de identificação que se justificam pela origem do jornalismo ou pela expansão do conceito de ser jornalista.

A identidade plural dos jornalistas, a noção de *flou identitaire*, que seria imprecisão identitária em uma tradução livre, é justificada por Ruellan (2017) devido à concorrência estabelecida nos primórdios do jornalismo com a literatura, a pintura, o discurso político e a sociologia. Essa herança histórica poderia ser resumida

na pretensão do jornalismo de não ser relegado ao domínio estrito da informação factual: ele pretende agir por meio de um estilo literário (considera a reportagem como um gênero maior, e dá grande atenção à forma do relato), pela estética da imagem (o valor da fotografia de retrato e de reportagem é determinada por sua capacidade pictural), pela influência do discurso (e engajamento político ou social integra as competências do jornalismo), pela análise (os jornalistas não buscam apenas descrever os eventos, mas relacioná-lo com historicidades, com estruturas) (Ruellan, 2017, p. 10-11).

Ao se construírem em meio a várias formas de discursos, os jornalistas,

simbolicamente, conservaram uma identidade mais ampla porque reivindicavam saberes considerados de outras áreas. Reivindicaram como pessoas que escreviam com práticas similares aos escritores, utilizando-se da criatividade para produzir imagens fixas e animadas, ou seja, fotografias e documentários; uma autoridade política, que é de onde se origina a ideia de “quarto poder”; e a condição de especialistas capazes de analisar a sociedade (Ruellan, 2017).

De maneira associada à identidade, ou seja, ao processo de construção da identidade de jornalista, as escolhas na carreira e sua trajetória justificam o seu momento atual, por isso dedicamos o item 2.3 a esse assunto.

2.3 Os diversos conceitos de carreira

Definir conceitualmente carreira é o objetivo deste tópico, por isso apresentamos definições trazidas por diversos autores. A carreira, bem como as trajetórias dos jornalistas que atuam nos Institutos Federais, receberá destaque na pesquisa para se falar do momento em que se encontram.

O conceito de carreira profissional aqui adotado é o elaborado pelos interacionistas da Escola de Chicago e que continua nas pesquisas brasileiras na área de sociologia das profissões (Pereira, 2011, 2013, 2015, 2018a) que dissocia papel, status e pessoa. Para Hughes (1937 *apud* Bendassolli, 2009, p. 409-410), "uma carreira é uma perspectiva dinâmica pela qual a pessoa concebe sua vida como um conjunto e interpreta o significado de suas diversas características, das ações e das coisas que lhe ocorrem".

A carreira é um fenômeno social, institucional e individual, sendo mais do que um relato de trajetórias por permitir entender os motivos que levaram o indivíduo àquela experiência laboral, à relação com os projetos de vida, com as organizações, com o coletivo profissional e com o mercado de trabalho. As mudanças de carreira, os planos de trajetória e novas posições nas organizações são formas de negociação de status dentro do espaço de trabalho, portanto, essas alterações se relacionam com evoluções da identidade profissional, o que pode levar à antecipação dessas trajetórias (Pereira, 2018b).

Podemos aplicar diversas definições dentro das ciências sociais para o conceito de carreira. Bendassolli (2009) cita alguns exemplos:

emprego assalariado ou atividade não remunerada; pertencimento a um grupo profissional (sindicalizado ou não) ou a manifestação da mais pura idiossincrasia (a carreira de um artista); vocação (algo que alguém faz com alto nível de

comprometimento afetivo) ou ocupação (algo que alguém faz por necessidade ou obrigação); posição em uma organização (associada a passagens por diversos cargos na hierarquia institucional) ou trajetória de um indivíduo que trabalha por conta própria; uma fonte de informação para as empresas alocarem recursos (humanos) ou então um roteiro pessoal para a realização dos próprios desejos (Bendassolli, 2009, p. 388).

No contexto de produção desta pesquisa, podemos partir do conceito de pertencimento a um grupo profissional (sindicalizado ou não) e tentar identificar, nas entrevistas realizadas, se o jornalista do IF entende a sua carreira como uma vocação ou como uma ocupação ou então um roteiro pessoal para a realização dos próprios desejos.

O caminho percorrido ao longo da vida, que pode ou não ser planejado, previsto e equilibra intenções e contingências, é o conceito de carreira, para Hannerz (2004⁹ *apud* Agnez, 2014). As carreiras passam por uma vinculação coletiva, pois o grupo define limites, normas e estatutos. As organizações onde os indivíduos desenrolam suas carreiras também são relevantes para se discutir o papel ocupacional e a mobilidade social diante das variadas cargas de prestígio e poder, que reforçam o *status*, associadas a cada ocupação e os ritos de passagem de cada lugar (Bendassolli, 2009).

Estudar as escolhas de carreira, de certa forma, implica em trabalhar a relação entre controle e contingência ao longo de uma trajetória em que indivíduos e grupos definem e negociam um conjunto de tarefas vinculadas a um momento específico da trajetória criando, assim, um arco temporal (Becker, 2009; Strauss *et al.*, 1992 *apud* Pereira, 2018b, p. 3).

A área de pesquisa da sociologia das profissões contribui para os estudos sobre carreiras à medida que insiste sobre a necessidade de se reconhecer a existência de dimensões na interpretação do fenômeno das profissões, já que essas seriam o objeto de fundo das carreiras. As profissões representam maneiras históricas de divisão e organização do trabalho; formas de realização de si e de construção do sujeito em sua experiência com o trabalho; e os processos pelos quais os atores defendem seus interesses junto ao Estado para reconhecer determinado grupo como detentor de um conhecimento exclusivo (Bendassolli, 2009).

A psicologia do trabalho busca no sujeito, na sua subjetividade, na construção da consciência de si mesmo numa perspectiva temporal, a compreensão para a carreira, que resulta de um processo de construção pelo qual o indivíduo dá significado, interpreta e dá coerência às suas experiências e histórias singulares de vida em relação ao trabalho. Outro campo de estudos

⁹ HANNERZ, Ulf. **Foreign news**. Exploring the world of foreign correspondents. Chicago: The University of Chicago, 2004.

nessa área se refere ao desenvolvimento pessoal e profissional ligado à questão vocacional e como um componente da vida do indivíduo como uma forma de aceder à vida adulta (Bendassolli, 2009).

A profissão tem um papel fundamental quando se pensa na estrutura da personalidade dos indivíduos, por isso carreira e identidade estão associadas na medida em que a carreira profissional é o mecanismo para o desenvolvimento e a autorrealização pessoais, produzindo seu autoconceito ao longo do processo evolutivo. Nesse sentido, pontuam-se os padrões de experiências pessoais, temas de vida, histórias biográficas e todos os momentos ou fases que o sujeito passa no desempenho de um papel ocupacional. Por isso, estudos apontam reflexos de tensões quando se trata a carreira como um papel associado a um cargo em uma estrutura organizacional e enquanto um projeto autorreflexivo do eu, considerando o caráter dinâmico da identidade e a capacidade de resposta do indivíduo frente a mudanças (Bendassolli, 2009).

Podemos ainda falar de carreira em nível organizacional, ou seja, como estruturas e rotinas que permitirão alocação de recursos, auxílio nas tomadas de decisão sobre mobilidade e o gerenciamento do nível de comprometimento de seu pessoal; em nível individual, quando abordamos carreira subjetiva e estratégias de carreira, em que o sujeito interpreta e justifica o que ocorre em seu campo profissional e isso fornece o suporte necessário para tomar decisões sobre oportunidades; e ainda em nível da agência e o da estrutura (Bendassolli, 2009).

Bendassolli (2009) elenca oito modelos emergentes de carreira que colocam o sujeito em diversas abordagens. Entre os modelos está o construcionista, que considera a carreira como um processo de construção social e interação, assim, a identidade é como uma metamorfose, um jogo de interpretação e reinterpretação de discursos e repertórios sociais e os processos de negociação de significados estão no contexto de estruturas sociais. O trabalho então é como um processo discursivo e existe um compartilhamento de valores e objetivos comuns.

As carreiras podem ser analisadas em seus microprocessos, como motivação, desejos, valores, intenção, significados, mas também do ponto de vista dos macroprocessos que elas próprias ajudam a construir e pelos quais são reciprocamente influenciadas. Nesse sentido, Evetts (1992) sugere que as investigações sobre carreiras deveriam questionar o interrelacionamento, as ambiguidades e tensões dos processos objetivadores e subjetivadores, isto é, como as estruturas moldam aspectos da “carreira subjetiva” e, alternativamente, como esta pode modificar as estruturas das carreiras (Bendassolli, 2009, p. 396).

A gestão das carreiras profissionais remete então a um conjunto de escolhas e é também um processo de atribuição de coerência aos diferentes momentos de uma trajetória pessoal, de forma que a identidade que apareça nesse processo não emergja por acaso. A

organização dessa carreira remete a um discurso essencialista porque as noções subjetivas de continuidade e mudança se transformam no decorrer no tempo (Pereira, 2008).

A carreira, no sentido interacional, no interacionismo simbólico, é resultado das relações sociais nos mais diversos âmbitos, sendo o sujeito considerado agente nesse contexto. Os tipos e os locais pelos quais a carreira de um indivíduo se move devem ser considerados em termos do segmento ao qual ele “pertence”, assim como as mudanças, não apenas nas etapas da carreira, mas na trajetória em si mesmo (Bucher; Strauss, 1961).

A carreira pode ser vista como uma intrincada sequência de movimentos em um sistema organizacional, uma jornada na qual os indivíduos navegam em busca de suas aspirações e objetivos. Quando se trata de ser jornalista, essa jornada transcende simplesmente a escolha de uma profissão; é um projeto de vida que se constrói ao longo do tempo, marcado não apenas pela socialização profissional, mas também pela construção de vínculos com a produção, pelo relacionamento com um estilo de vida característico e por um projeto de carreira pessoal.

Diferenciando-se conceitualmente carreira de trajetória podemos afirmar que “as carreiras profissionais remetem a mecanismos estruturais que permitem prever e colocar em andamento o desenvolvimento de uma trajetória dentro de uma instituição ou mundo social, de forma que a identidade possa ser preservada e reforçada” (Pereira, 2008, p. 129) e “trajetória profissional é parte do ciclo de vida dos indivíduos na sociedade, compostos por fases biológicas, marcações espaço-temporais e, em especial, pelas marcas deixadas por relações sociais na escola e no trabalho” (Hughes, 2005 *apud* Mick, Estayno, 2018).

O jornalista se afirma no campo pela trajetória profissional. Ele se torna ou faz o seu nome, uma união do habitus individual (anterior e posterior a sua entrada) e coletivo (aprendizado e reproduzido). A trajetória dos agentes é estabelecida dentro do campo a partir do momento que eles aceitam as normas, a ideia da informação como direito do público, o desprendimento de interesses, a crítica aos seus produtos jornalísticos, a obtenção de um capital escolar reconhecido (Rosso, 2017).

Ser jornalista não se resume apenas a ocupar uma posição profissional, mas envolve uma profunda imersão na cultura jornalística. É um projeto que abrange não apenas a socialização no meio, mas também a construção de laços e relações com colegas, fontes, editores e o público. Essas conexões são fundamentais para a obtenção de informações confiáveis e para a credibilidade do jornalista.

Rosso (2017) aponta que a trajetória mais comum entre os agentes do campo jornalístico é eles iniciarem sua carreira em veículos de mídia e depois partirem para o trabalho

nas assessorias, geralmente após serem convidados devido ao renome ou capital social que alcançaram atuando na mídia. Essa situação faz com que os assessores cheguem com determinado status frente aos demais profissionais e, conseqüentemente, tenham maior prestígio no campo.

A escolha de ser jornalista, muitas vezes, está intrinsecamente ligada a um estilo de vida característico. Jornalistas frequentemente se encontram em situações desafiadoras, como trabalhar sob pressão, lidar com prazos apertados e, em alguns casos, enfrentar riscos físicos. Tudo isso faz parte do pacote que acompanha a profissão e é considerado uma parte inerente do projeto de vida que abraçaram.

O projeto de carreira pessoal de um jornalista é uma jornada única. Cada jornalista molda sua carreira de acordo com suas ambições, valores e visão de futuro. Alguns podem aspirar a se tornar correspondentes internacionais de renome, enquanto outros podem optar por um jornalismo mais local, focado em sua comunidade. Cada escolha é uma peça do quebra-cabeça que compõe o projeto de carreira pessoal de um jornalista.

Ser jornalista vai além de uma simples ocupação profissional; é um projeto de vida que envolve uma série de movimentos estratégicos em busca de um destino desejado. É uma carreira que se constrói ao longo do tempo, marcada pela socialização no meio, pela construção de vínculos, pelo estilo de vida característico e por um projeto de carreira pessoal que é verdadeiramente singular para cada indivíduo.

Os jornalistas que atuam no mercado de trabalho privado em geral têm diversas estratégias para sua inserção no campo profissional e isso compõe suas trajetórias profissionais. Para ingressar em um veículo de comunicação privado, por exemplo, o estudante pode participar de um programa de estágio, pouco antes da sua formação ou recém-graduado pode ingressar em um programa de *trainees*; um profissional que deseja recolocação no mercado pode mobilizar sua rede de relações pessoais e profissionais.

Essa é uma diferença para a forma de ingresso no serviço público de maneira efetiva, ou seja, sem ser por contrato de trabalho ou prestação de serviços. As ações mobilizadas na área privada não surtirão os mesmos resultados na área pública, pois deve-se participar de um concurso público em que todos os concorrentes, a princípio, têm a mesma oportunidade e chances de passarem. E o que leva os jornalistas brasileiros a prestarem um concurso público? Pretendemos levar essa pergunta aos profissionais que atuam nos Institutos Federais.

Embora não podemos precisar, em 2021, qual a percentagem do total de jornalistas que atuavam no serviço público brasileiro considerando-se os três poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - e as três esferas - federal, estadual e municipal, é possível inferir que

há uma parcela crescente de profissionais atuando nesse ramo, considerando-se que, em 2012, 13,2% dos respondentes da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro se declararam servidores no setor público e outros 13,9% detentores de cargos em comissão (Mick; Lima, 2013). Já em 2021, responderam que atuavam no setor público 38,7% dos jornalistas e 5,4% informaram estar em instituições de propriedade mista (público e privada) (Lima *et al.*, 2022). Ressalta-se ainda que, no serviço público, também existem servidores comissionados ou contratados de forma temporária, seja como pessoa física ou como pessoa jurídica.

CAPÍTULO 3: COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E JORNALISMO

As reflexões propostas neste tópico apontam para as possibilidades de estudar a profissão de jornalista fora do tradicional ambiente das redações, área que tem o maior prestígio e capital social dentro do campo. Falaremos, portanto, do trabalho do jornalista e de como esse profissional passou a ocupar as assessorias de comunicação, um subcampo dentro do jornalismo.

Além de oportunidades do mercado de trabalho, a atuação nesse ramo também pode ter surgido em consequência de uma crise de identidade profissional e precarização das condições de trabalho nos veículos de mídia, por isso buscamos os estudos que tratam dessa temática para compreender as transformações no trabalho profissional do jornalista fora das redações, especialmente nas assessorias de comunicação e de imprensa, e, com um viés mais específico, no trabalho em órgãos públicos.

A profissão jornalística será analisada, neste trabalho, sob a ótica da sociologia das profissões, porque o jornalista é um ser social, um ator social. A sociologia profissional é essencial para explorar o estatuto e o papel desempenhado por aqueles que escolheram essa carreira. Nesta pesquisa, mergulharemos nos meandros dessa disciplina, delineando os elementos-chave que ajudarão a desvendar o que implica ser um jornalista que atua em um Instituto Federal e como essa profissão se encaixa no panorama social e acadêmico.

A sociologia profissional abrange um vasto espectro de atividades e campos de atuação, desde a pesquisa acadêmica até a consultoria em políticas públicas e a análise de tendências sociais. Ela desempenha um papel crucial na compreensão das complexas dinâmicas da sociedade, fornecendo insights valiosos sobre como as interações humanas moldam o mundo ao nosso redor.

Conhecer as práticas, as rotinas e a cultura profissional também contribuirá para que consigamos compreender melhor esse sujeito jornalista. Bucher e Strauss (1961) falam sobre a sociologia das profissões de uma forma não funcionalista, isso porque o funcionalismo vê uma profissão em grande parte como uma comunidade relativamente homogênea, cujos membros compartilham identidades, valores, definições de papel e interesses. Existe um núcleo comum que definiria a profissão com normas e códigos que comandam o comportamento do profissional. A grande crítica que os autores fazem sobre essa abordagem é que ela tende a ignorar aspectos significativos das profissões e da vida profissional por não apreciar o conflito de interesses ou mesmo negligenciar algumas características sutis da profissão.

Ainda sobre o funcionalismo, ele estabelece que as profissões são atividades que têm

uma missão social; devem ter o acesso regulado por uma organização que se centra, principalmente, na decisão dos pares, em princípios como a formação inicial e a adesão a uma deontologia (Ruellan; 2017).

Os jornalistas, ao longo do tempo, têm evoluído como um grupo profissional, consolidando sua presença e influência na sociedade. Esse processo de evolução não apenas os tornou socialmente reconhecidos, mas também moldou uma imagem social distintiva do que desempenham em nosso panorama mediático.

A imagem social dos jornalistas é, muitas vezes, associada à busca incessante pela verdade, à função de vigiar e informar o público e à capacidade de expor questões críticas. No entanto essa imagem não é estática; é negociada e redefinida continuamente em suas relações com outros atores sociais, como políticos, empresas de mídia e o próprio público.

A negociação dos estatutos e papéis dos jornalistas é um processo complexo. Por um lado, eles desempenham um papel essencial na manutenção da democracia ao atuar como guardiões da informação e expor abusos de poder. Por outro lado, estão sujeitos às pressões comerciais e políticas, o que pode afetar sua autonomia e integridade profissional. Essa tensão entre seu papel idealizado e as restrições do mundo real é uma parte intrínseca da profissão jornalística.

Nosso estudo sobre carreiras profissionais dos jornalistas que atuam nos Institutos Federais insere-se no campo mais imediato da sociologia do jornalismo e das teorias do jornalismo e, por sua vez, também está inserido no campo da comunicação. França (2007) aborda a comunicação em suas reflexões sobre a constituição dos atos sociais, quando fala que “a comunicação diz respeito aos gestos que compõem esses atos, os gestos significativos, e ela é o instrumento que possibilita a reflexividade (a relação ternária) entre as diversas fases do processo social” (França, 2007, p. 1).

Entender a comunicação como um processo interacional é entendê-la como um fenômeno inerente à sociedade, uma atividade complexa, multidirecional, imprevisível, contextual, dinâmica e construtora da realidade (Ferreira, 2021). No que se refere às organizações, devemos lembrar que elas são espaços de produção e comercialização de bens e serviços, assim como também são espaços de produção de normas, valores, identidades, discursos, sociabilidades, representações e conflitos (D’Almeida, 2015¹⁰ *apud* Ferreira, 2021).

O profissional de comunicação, em um contexto histórico, passou a ser relevante para

¹⁰ D’ALMEIDA, Nicole. O estatuto do Sujeito em Organização. In: MARQUES, Angela Cristina Salgueiro; OLIVEIRA, Ivone de Lourdes (Org.). Comunicação Organizacional: dimensões epistemológicas e discursivas. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2015. p. 18-26.

as organizações à medida que a sociedade começou a ser mais exigente nas suas indagações, principalmente cobrando respostas cada vez mais imediatas e que fossem coerentes com a imagem da instituição. Assim, como uma forma de melhorar imagens e até mesmo de prestação de contas, as empresas, instituições públicas e instituições da sociedade civil organizada começaram a abrir espaço para a área de comunicação e é sobre isso que falaremos no próximo tópico, a comunicação organizacional.

3.1 Da comunicação organizacional à comunicação pública

O jornalista que atua nos Institutos Federais, campo de estudo desta pesquisa, atua em um contexto organizacional, ou seja, ele exerce o trabalho de jornalismo institucional ou atua com ou em comunicação organizacional. Neste tópico, apresentamos como as organizações se preocuparam com sua forma de comunicar aos públicos, interno e externo, e como recorreu aos profissionais do Jornalismo para realizarem esse trabalho. Será apresentado o que é comunicação organizacional, como surgiu o termo e em qual contexto. Uma conexão entre o termo comunicação organizacional e o termo comunicação pública será proposta, este segundo de maneira bem ampla, porque a pesquisa investigará jornalistas que atuam no serviço público e, embora não pretendamos nos aprofundar nessa questão durante a pesquisa, acreditamos que ela possa surgir, principalmente se considerarmos situações envolvendo transparência, *accountability* e interesse público. Assim, fizemos, também, uma conceituação do que seria comunicação pública.

Trazendo a comunicação para o centro do debate no campo da comunicação organizacional, Curvello (2009) a apresenta sob três visões: enquanto fenômeno, enquanto processo e enquanto sistema. A dimensão fenomenológica pressupõe sentir a comunicação, sendo preciso ser um observador participante da comunicação para assim entendê-la, percebê-la como um acontecimento dotado de essência que emerge da relação que se cria e se manifesta por meio de aspectos linguísticos e extralinguísticos, sendo mais que discurso, que linguagem e expressão.

A comunicação enquanto processo tem uma tradição funcionalista, em que a execução de uma sequência de tarefas irá transformar insumos e recursos, discursos e falas em resultados com valor agregado às organizações. No entanto a ideia de processo abordada por Curvello (2009) se trata de um fenômeno que apresenta contínua mudança no tempo, algo em fluxo e transformações constantes, marcado por ciclos criativos e cocriativos, sendo conversacional por essência.

Como sistema, a comunicação produz e reproduz a sociedade. É um acontecimento atado a um instante de tempo que, quando surge, se desfaz. Um sistema de comunicação só se mantém no momento em que está operando. É a junção de três seleções diferentes: de informação, da expressão dessa informação e uma compreensão seletiva dessa informação, assim como uma compreensão seletiva do mau entendimento dessa expressão e de sua informação, por isso, enquanto um sistema, somente faria sentido analisar esses componentes em relação (Curvello, 2009).

Um estudo, que se refere ao termo comunicação organizacional, datado de 1981, em um cenário ainda conturbado da ditadura militar é referido por Curvello (2009). A partir dessa data, mais pesquisadores adentraram nessa área de pesquisa e foram reforçando a importância da comunicação nas organizações e como ela devia ser profissional. Em outra publicação, já mais adiante no campo de pesquisa, Curvello (2018) apresenta um relato sobre quais teorias da comunicação organizacional influenciam os estudos desenvolvidos no Brasil e como são utilizadas na pesquisa e na área acadêmica. Para isso, ele destaca diversas revisões teóricas, nacionais e internacionais, que foram produzidas no campo, algumas articulando os principais conceitos e teorias desenvolvidos na área, autores e escolas, apontando perspectivas históricas e evolutivas ou fazendo análises classificatórias com o objetivo de demarcar as principais tradições epistemológicas.

Uma das revisões trazidas por Curvello (2018), levantada em 2004 nos EUA, trazia uma mudança do nível micro-organizacional para abordagens macrosociais, que já vinha sendo pesquisada no Brasil devido ao imbricamento entre as áreas de comunicação organizacional e relações públicas, e se tratava da comunicação com públicos externos e as estratégias de manutenção da imagem e da reputação.

Entre as contribuições teóricas brasileiras para o campo da comunicação organizacional pode-se elencar:

Rudimar Baldissera sob a lente da complexidade; de Eugênia Barichello, com estudos sobre legitimidade e visibilidade por meio da midiaticização; João Curvello e a perspectiva sistêmico-comunicacional das organizações; Márcio Simeone Henriques e suas contribuições sobre mobilização social, formação de público e opinião pública; Luiz Iasbeck e sua tese sobre a comunicação como construção de vínculos e seu potencial na administração das identidades; Margarida Kunsch que propõe a junção da Comunicação Organizacional com as Relações Públicas e pelo conceito de Comunicação integrada; Ivone Oliveira e o enfoque na comunicação no contexto das organizações; Cleusa Scroferneker, com a ênfase no Paradigma da Complexidade, o conceitual e o operacional na comunicação (Curvello, 2018, p. 67).

O estudo feito com pesquisadores e professores de cursos de comunicação no Brasil possibilita a percepção de que os autores se baseiam em teorias mais aplicadas em outras áreas de comunicação e mesmo das ciências sociais e humanas, com isso, (Curvello, 2018) afirma que é possível inferir que o campo da comunicação organizacional está mais aproximado agora dos estudos comunicacionais de perfil mais genérico do que no passado, quando se alinhavam mais às áreas de administração e de estudos organizacionais.

Segundo Kunsch (1997), a comunicação organizacional passou por três momentos até o atual, que perdura desde a década de 1990, com a era da globalização: na década de 1950, foi a era do produto; já na década de 1960, foi a imagem, e a era da estratégia perdurou nas décadas de 1970 e 1980. A década de 1990 representou um período de grandes mudanças na área da comunicação que era feita nas empresas. Kunsch (1997) vem ampliar essa denominação para qualquer tipo de organização e, com isso, passar a difundir o termo “comunicação organizacional” por partir de uma visão das atividades comunicacionais compartimentadas para ações realizadas de forma integrada, o que não necessariamente representa afirmar que esse processo foi homogêneo e linear.

Como uma forma de abarcar a junção da comunicação institucional, mercadológica e interna, dois autores, Torquato (2002) e Kunsch (1997), empregaram o termo comunicação integrada para representar o conjunto harmonioso da ação conjunta e eficaz de profissionais que resultaria na eficácia da comunicação nas organizações. No entanto a prática se mostrou mais complexa, às vezes, presente em discurso, mas poucas vezes inserindo-se como política, filosofia ou ação.

Uma justificativa para tal pode estar no fato de que as organizações estavam se reestruturando em virtude da aceleração do processo de globalização (com a popularização da internet) e teve início, então, o informacionalismo, a organização em rede, que Castells (1999) caracteriza pelas mudanças de culturas, valores e projetos dos membros da rede que seguem a transformação organizacional e cultural das unidades dessa rede. Algo efêmero, uma colcha de retalhos de experiências e interesses que está sempre se reorganizando.

No entanto pensar a comunicação organizacional não é possível sem pensar em uma ideia geral de comunicação, tendo em vista que o fenômeno comunicativo se manifesta, também, em outros contextos (Ferreira, 2021) e, considerando o processo comunicacional como algo complexo, não podemos nos apoiar apenas numa visão mecanicista e funcional da comunicação.

Se considerarmos, ainda que de forma superficial, as revisões que a área de comunicação organizacional e dos estudos organizacionais vêm passando no século XXI,

podemos falar de enfoque dos tipos interacional, circular e sistêmico que consideram as organizações como sistemas vivos, complexos, em constante reconstrução, um espaço permeado por tensões e disputas de relações de poder. Na mudança de perspectiva sobre os sistemas, Curvello e Scroferneker (2008) apontam que não bastava mais perceber os sistemas organizacionais como constituídos por partes, mas sim como instâncias em acoplamento estrutural com o ambiente e atenção voltada para a complexidade do entorno.

Portanto, em um cenário de mundo conectado por redes físicas e sociais, tudo está em constante construção e renegociação, o que nos leva ao pressuposto de não reduzir a multidimensionalidade desse ambiente de profundas transformações em um pensamento linear, assim, o pensamento complexo extrapola esses limites, considerando sempre que a realidade é mutante (Curvello; Scroferneker, 2008).

Duarte e Monteiro (2009) destacaram que, nesse contexto da comunicação organizacional enquanto interação entre os mais diversos atores da organização, a gestão da comunicação percebeu que o objetivo era propiciar ambientes e oportunidade de diálogo, interação e compreensão com diferentes públicos, mais do que entregar produtos e serviços de comunicação, assim, administrava fluxos dinâmicos e complexos de informações e interações entre os ambientes interno e externo de uma organização.

A comunicação organizacional, segundo Nassar (2008), é um metassistema social e tecnológico que se define dinamicamente a partir de suas interrelações com os conhecimentos e as práticas das várias ciências, tendo como objeto de estudo os processos comunicacionais nas empresas, suas redes de relacionamentos e sociedade.

Por volta do ano de 1996, Liedtke e Curtinovi (2016) afirmam que pressões da sociedade civil reivindicando o direito à democratização da comunicação fizeram com que os governantes se atentassem à transparência e prestação de contas, assim, o Estado ampliou canais de comunicação para se aproximar do cidadão e atingiu duas vertentes: a primeira, cumprir com o objetivo de informar sobre os serviços prestados e como o indivíduo poderia ter acesso aos poderes públicos e, a segunda, com ações voltadas à democracia participativa, de incorporar os anseios populares pela elaboração de políticas públicas (Liedtke; Curtinovi, 2016).

Essa ação do governo e a mudança gradativa no pensamento das empresas contribuiu para a mudança de cenário que se seguiu.

O dever de informar passou a ser também uma responsabilidade social das empresas, públicas e privadas, que começaram a criar mecanismos para permitir maior visibilidade de suas ações e mostrar o que é feito em benefício do cidadão (Liedtke; Curtinovi, 2016, p. 7).

O foco no cidadão deve ser o norte dos jornalistas, segundo o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (Fenaj, 2007). Os primeiros artigos tratam do direito fundamental do cidadão de informar, ser informado e ter acesso à informação; informação essa que deve ser de relevante interesse público e o jornalista não pode admitir que seja impedido por quaisquer tipos de interesse.

Pensando no cidadão, podemos ver a atuação dos jornalistas na comunicação organizacional, na assessoria de comunicação ou assessoria de imprensa sob o viés público. A palavra público pode ser empregada com uma vasta quantidade de significados ou sentidos: grupo de pessoas, auditório, representando algo que é de todos, opondo-se ao que é privado ou, potencialmente, para todos. “Significa admitir a participação e o envolvimento de todos, na medida em que aquilo que se diz público pode afetar direta ou indiretamente o interesse e a vida do coletivo” (Paulino; Guazina; Oliveira; 2016, p. 56), assim, quando nos referimos ao termo público, estamos falando em garantir uma espécie de mínimo comum a todos os cidadãos. O serviço público tem como função principal prover o bem-estar do cidadão. Esse serviço é pensado e realizado visando especificamente atender às necessidades daqueles que compõem a sociedade.

Acompanhando as mudanças da sociedade, principalmente nas novas estruturas das organizações mais flexíveis, e evitando a autoridade institucional, Curvello (2008) afirma que esse é o perfil dos novos candidatos aos concursos públicos não mais imbuídos da missão do serviço público, mas, fugitivos da instabilidade do mundo corporativo privado, procuram agora a estabilidade e salários compatíveis.

O comodismo dos cargos públicos foi algo que Almeida (2001, p. 47) apontou que não devia integrar o perfil dos assessores de imprensa do setor público, que deviam estar em constante atualização profissional, “comprometidos com três metas básicas: prestação de contas a uma sociedade cada vez mais mais exigente, redução de verbas públicas e utilização de ferramentas eficientes de comunicação de baixo custo”.

A imagem do servidor público no Brasil é marcada por um antagonismo e, conseqüentemente, a visão da sociedade para com essa parcela de trabalhadores é influenciada por essas atitudes. De um lado estão aqueles que têm a noção do alcance de sua função social pública, chamados até de missionários por desempenharem exemplarmente seu papel, sua missão; de outro, os predadores, os que buscam apenas o salário, a estabilidade e, até mesmo, obter benefícios próprios de algumas funções públicas (Curvello, 2008).

Na área de abrangência da administração pública, especificamente no ramo executivo

do governo, encontram-se instituições e atividades que irão conter similaridades com empresas da iniciativa privada. Com uma diferença de que “essas organizações são gerenciadas por políticos eleitos pelo povo ou nomeados por representantes legais, sendo mantidas por cofres públicos e, portanto, com compromisso direto com a comunidade” (Wels, 2006, p. 148).

Entre as atividades elencadas às assessorias e coordenadorias de comunicação dos órgãos públicos está a de abrir canais de comunicação com os públicos, a opinião pública, ou seja, a sociedade em geral. Tal teor deve sempre fazer parte de uma política de comunicação. Kunsch (2013) reforça que uma nova configuração assumiu os setores de comunicação das instituições. Esse profissional supera aquela antiga função de apenas assessoria de imprensa, de divulgação e de produção midiática. Ele agora planeja e administra estrategicamente a comunicação.

À medida que se indica a legitimidade de assessorias em órgãos públicos, percebe-se a relevância em institucionalizar a área de comunicação dentro dessas organizações, desenvolvendo projetos, profissionalizando serviços e ampliando redes que promovam integração, as quais se iniciam no âmbito interno e se estendem para além das fronteiras organizacionais (Wels, 2006, p. 161).

O que era apenas assessoria de imprensa, em alguns casos, se reestruturou na busca por construir alicerces mais seguros e que se desenvolveram a ponto de balizar as estratégias de governos, corporações de pequeno, médio e grande porte, instituições sociais, organizações como um todo. Por isso a assessoria de comunicação está inserida dentro de um cenário maior que é a comunicação a nível organizacional. O objetivo, nesse caso, é promover o envolvimento de todos, visando atingir os objetivos da organização, a interação entre todos os níveis hierárquicos, minimizando os conflitos, estimulando o diálogo e a contribuição para o exercício da cidadania (Kunsch, 2003).

A comunicação desenvolvida na esfera pública pode ser vista como um processo de busca de interlocução e interação entre governos e sociedade. Ela se estabelece por meio da representatividade dos órgãos públicos e pode ser potencializada pelas assessorias de comunicação, por meio de programas específicos. Chegamos, então, ao termo comunicação pública, tida como de utilidade, que se realiza no âmbito das relações entre as instituições do Estado e os cidadãos. Nesse sistema, estão envolvidos estrutura e atores públicos presentes tanto na gestão quanto na relação e no confronto com outros personagens que ocupam a área pública. A comunicação pública pode ser interpretada à luz dos processos, nem sempre lineares, das diferenciações sociais que acompanham o desenvolvimento da atual sociedade complexa, contemplando a fragmentação e a articulação desses (Haswani, 2013).

Em antigas ou novas estruturas de comunicação em órgãos públicos, a comunicação pública tem o objetivo de criar uma cultura que integre todos os envolvidos no processo de interesse público, transparência e com o diálogo em diferentes formas com os segmentos sociais e na consolidação da democracia. Assim, segundo Duarte (2008), o gestor de comunicação deverá adotar uma nova postura e atuar mudando paradigmas, com proatividade, interação e constante senso crítico, atualizando-se permanentemente, atendendo expectativas e adquirindo credibilidade.

A instituição pública, como são os Institutos Federais (IFs), interage com a sociedade e tem como principal objetivo servi-la. Esse serviço inclui oferecer atendimento de boa qualidade, assim como prestar contas do que está sendo feito, afinal, todo o custo da instituição é mantido pela sociedade e todos os bons resultados também são colhidos por ela. Nesse quesito, os meios de comunicação são grandes aliados, pois permitem essa transmissão de informações, basicamente de utilidade pública.

Pensando no benefício para a sociedade, a comunicação deve estar entre as prioridades das instituições públicas e, assim, é preciso saber se os servidores públicos estão engajados e preparados na produção de uma comunicação proativa ou mesmo identificar quais os caminhos para a melhoria da qualidade da oferta desse serviço. Assim, a instituição deve se perguntar se a sociedade está tendo suas demandas e necessidades atendidas com a forma atual de trabalho das assessorias ou setores de comunicação. À luz dessa reflexão é que os conceitos utilizados pela assessoria de imprensa podem reforçar a comunicação na construção de uma interação entre a instituição e o cidadão.

Na comunicação pública, a assessoria de imprensa presta um serviço especializado ao coordenar as atividades de comunicação da instituição com os diferentes públicos e estabelecer políticas e estratégias que englobam iniciativas nas áreas do jornalismo, relações públicas e publicidade e propaganda. Para Kopplin e Ferraretto (2000), mesmo com a possibilidade de usar as ferramentas de forma isolada, a aplicação conjunta e integrada pode trazer resultados mais abrangentes e eficazes.

A comunicação pública trata da causa pública, dos princípios democráticos, enfim, do que é do interesse público, devendo ser pensada como um processo de interação, privilegiando a interpretação, o diálogo. Para Kunsch (2013), a comunicação pública implica várias vertentes e significações, partindo de quatro concepções: comunicação estatal; comunicação da sociedade civil organizada (atua na esfera pública em defesa da coletividade); comunicação institucional dos órgãos públicos (promoção de imagem, dos serviços e das realizações do governo) e comunicação política (partidos políticos e eleições). Para atuar em comunicação pública as

exigências seriam:

a atuação em comunicação pública exige: a) privilegiar o interesse público em relação ao privado ou corporativo; b) centralizar o processo no cidadão; c) tratar a comunicação como um processo dialógico; d) adaptar instrumentos às necessidades, possibilidades e interesses públicos; e) assumir a complexidade da comunicação, tratando-a como um todo (Duarte, 2009, p. 59).

Kunsch (2013) defende o trabalho integrado das diversas áreas da comunicação, entre as quais ela cita relações públicas, comunicação organizacional, audiovisual e digital, jornalismo, publicidade e propaganda, editoração multimídia etc. para a eficácia da comunicação pública. Nesse sentido, o setor, seja ele assessoria ou coordenadoria, deve contar com estruturas adequadas e profissionais competentes nas várias especialidades da comunicação social para valerem-se das técnicas, dos instrumentos, dos suportes tecnológicos e das mídias disponíveis.

A mesma autora também apresenta alguns fundamentos e razões da existência das práticas da comunicação pública que, ao seu ver, dizem respeito à comunicação governamental aplicada às administrações em todas as esferas (federal, estadual e municipal) dos três poderes da República ou de uma nação e, por isso, ela defende que

a proposição de estratégias e ações de comunicação pública estatal pressupõe: a existência de uma política global de comunicação; a utilização de pesquisas e auditorias; planejamento estratégico; e, sobretudo, a prática de uma comunicação integrada, que capitalize eficaz e eficientemente a sinergia das distintas subáreas de comunicação social (Kunsch, 2013, p. 27).

Torquato (2002) reforça que os profissionais devem ter noção completa de todas as atividades e programas, mas serem especialistas nas respectivas áreas e setores, com isso, dinamismo, mobilidade, agilidade e disposição balizariam as estruturas de comunicação na administração pública federal.

Brandão (2007) destaca que a instituição governamental deve considerar como valores essenciais a participação, o dinamismo, a agilidade e a mobilidade, que juntos podem possibilitar o intercâmbio entre o governo e a sociedade, num caminho constante de troca de ideias. Ainda segundo a autora, a comunicação pública pode ir além de facilitar o acesso à informação e concretizar a transparência. “A comunicação pública (governamental) pode ter a preocupação de proteger e promover a cidadania; motivar; educar ou convocar os cidadãos à participação e ao cumprimento de deveres e despertar o sentimento cívico” (Brandão, 2007, p.

20).

Matos (2012) descreve que a comunicação pública se confundiu com comunicação estatal com a implantação da radiodifusão, nos anos 1920, e era um termo utilizado, principalmente, por se contrastar com a comunicação do setor privado. Essa confusão se deve ao fato de que, no Brasil, todo o sistema de radiodifusão é objeto de concessão pública, portanto, as empresas de rádio prestam um serviço público e, em partes, realizam funções de comunicação pública (Liedtke; Curtinovi, 2016).

Se comunicação pública e radiodifusão eram sinônimos até determinado ponto, a evolução dos meios técnicos e da sociedade como um todo fez com que essa definição se tornasse limitada, já que não abarcava órgãos públicos, agências de notícias e outros, que também poderiam ser promotores de comunicação pública.

As definições sobre o que seria comunicação pública começaram a se estruturar no Brasil a partir do que Matos (2006) trouxe do autor francês Pierre Zémor (1995)¹¹, no ano de 1998, mas a autora só formulou a sua própria definição em 2006 (Liedtke; Curtinovi, 2016) que diz que comunicação pública é

[...] processo de comunicação instaurado em uma esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade, um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública do país [...] um campo de negociação pública, onde medidas de interesse coletivo são debatidas e encontram uma decisão democraticamente legítima (Duarte; Veras, 2006).

Embora considerada mais ampla, Oliveira (2004) destacou que havia uma forte tendência em se considerar a comunicação pública como a praticada pelo governo, sendo realizada em um espaço público democratizado com a participação da sociedade como um todo. Pouco depois, Liedtke e Curtinovi (2016) estabelecem alguns princípios para caracterizar a comunicação pública:

responder às obrigações das instituições públicas de informar o público; estabelecer uma relação de diálogo para permitir a prestação de serviço ao público; apresentar e promover os serviços da administração pública; tornar conhecidas as instituições; divulgar ações da comunicação cívica e de interesse geral; e integrar o processo decisório na prática política. A autora ainda considera que a comunicação também é praticada por empresas (em ações de responsabilidade social), movimentos sociais e terceiro setor (Liedtke; Curtinovi, 2016, p. 12).

¹¹ ZÉMOR, Pierre. La communication publique. Paris: PUF, 1995.

O interesse público é o objeto que mobiliza a comunicação pública quando o agente emissor ou promotor da ação comunicativa privilegia o cidadão, reconhece e atende ao fato de que ele tem direito à informação e à participação nos assuntos relevantes à condição humana ou vida em sociedade, recebendo também o retorno dele, aprimorando a representação e a construção de políticas públicas eficazes, mobilizando o debate para, em estágios mais avançados, promover negociações e consensos (Koçouski, 2013)

Brandão (2006), em um levantamento do estado da arte da área de comunicação pública, constatou que a expressão é usada com múltiplos significados e identificações diferentes dentro do campo da comunicação e que um ponto comum de entendimento é que se instaura um processo comunicativo entre o Estado, o governo e a sociedade com o objetivo de informar para construir a cidadania. Uma das identificações que ficaria de fora dessa percepção seria com a comunicação organizacional, fortemente ligada ao relacionamento com os diferentes públicos das corporações, com o intuito de vender e obter lucro financeiro, pessoal, em status ou poder.

Outra identificação é com a comunicação científica, primeiro pela grande difusão de informações de interesse público, principalmente na área rural e de saúde pública, e segundo porque os promotores de ciência se viram obrigados a estender a divulgação científica para além do círculo de seus pares, incorporando preocupações sociais, políticas econômicas e aproximando da mídia, trazendo para a vida do cidadão assuntos da ciência (Brandão, 2006).

O entendimento de comunicação governamental como comunicação pública percebe a responsabilidade do Estado e do governo de estabelecer um fluxo informativo e comunicativo com seus cidadãos, sendo um instrumento de construção da agenda pública e direcionando seu trabalho para

a prestação de contas, o estímulo para o engajamento da população nas políticas adotadas, o reconhecimento das ações promovidas nos campos políticos, econômico e social, em suma provoca o debate público. Trata-se de uma forma legítima de um governo prestar contas e levar ao conhecimento da opinião pública os projetos, ações, atividades e políticas que realiza e que são de interesse público (Brandão, 2006, p. 6).

A comunicação pública também é identificada com a comunicação política por utilizar “instrumentos e técnicas da comunicação para a expressão pública de ideias, crenças e posicionamentos políticos, tanto dos governos quanto dos partidos” (Brandão, 2006, p. 7), bem como pelas disputas que acontecem entre os detentores das novas tecnologias de comunicações e os proprietários de veículos, o direito da sociedade a interferir e determinar conteúdos, além

do acesso a esses veículos e tecnologias (Brandão, 2006).

No entanto esses apontamentos olham apenas as condições de origem do conceito de comunicação pública no Brasil do ponto de vista do governo e, quando trazem mais informações sobre as suas origens na França, com Pierre Zémor (2009¹² *apud* Barros; Lima, 2010), é possível olhar para as práticas que reúnem jornalismo público, divulgação institucional e publicidade institucional (Barros; Lima, 2010). O cerne da comunicação pública seria a transparência e isso implicaria em participação democrática, aproximar as instituições públicas da sociedade. Entre outras funções estão:

- a) informar adequadamente o público, o que implica levar ao conhecimento da população noticiário abrangente e contextualizado, além de prestar contas sobre os serviços prestados pela instituição e valorizar a cultura dos receptores;
- b) contribuir para assegurar e fortalecer as relações sociais (sentimento de pertencer ao coletivo, tomada de consciência do cidadão enquanto ator social e político);
- c) acompanhar as mudanças, tanto as comportamentais quanto as da organização social;
- d) alimentar o conhecimento cívico (Barros; Lima, 2010, p. 8).

Para Curvello (2008), a comunicação pública nas sociedades democráticas se apresenta sobre três grandes dimensões:

comunicação de relacionamento (voltada para o cidadão-usuário do serviço público), comunicação de imagem (voltada para o cidadão-defensor do patrimônio de Estado) e comunicação política (voltada para o cidadão-eleitor). Um desafio que se apresenta é o da articulação da comunicação pública para além da comunicação política, numa perspectiva cívica (Curvello, 2008, p. 2).

Articular a comunicação publicitária, as políticas públicas de incentivos, a produção e circulação de notícias e a promoção de ações sociais são pontos centrais na nova ordem comunicativa entre Estado e sociedade civil. Também fazem parte dessa ação a transparência entre essas instâncias

o aumento dos fluxos de difusão de informações e serviços públicos; a abertura de processos decisórios no Estado por meio da comunicação e das chamadas a discussões públicas; a gestão de crises com a opinião pública; a consolidação das informações em um cenário de mídia pulverizada (Curvello, 2008, p. 2).

¹² Zémor, Pierre. As formas de comunicação pública. In: Duarte, J. (Org.). **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 3. ed. São Paulo: Atlas: 214-245, 2009.

Para Bottrel (2018), o exercício da comunicação pública deve ser visto como mais um processo de aprimoramento das relações entre Estado e sociedade civil e dos próprios atores numa sociedade democrática, da mesma forma que o acesso à informação pública também necessita ser aprimorado, utilizado, discutido e divulgado.

O bom desempenho do comunicador público externamente está diretamente ligado ao bom desempenho da comunicação interna da instituição, tais desempenhos serão mais eficientes se forem oriundos da própria organização pública, com função diferente da comunicação de gabinetes claramente com conteúdos mais políticos (Barros; Lima, 2010).

Esse comunicador em uma instituição pública, ao exercer atividades em uma assessoria de comunicação, que, na maioria das vezes, é um jornalista, tem a missão de equalizar o seu trabalho entre divulgar atividades da instituição e ser, de fato, um comunicador público, não necessariamente deixando de ser um para ser outro, mas encontrando o momento certo para exercer cada função. Existe outra missão a ser desempenhada quando a instituição é pública e desenvolve ciência, essa seria a de divulgador científico, portanto, a seguir, vamos tratar da comunicação científica e da divulgação científica para, assim, situarmos o universo em que se encontra o jornalista que atua nos institutos federais brasileiros.

3.2 Comunicação científica e divulgação científica

Neste tópico, falaremos sobre as distinções e aproximações entre comunicação e divulgação científica em termos conceituais e práticos, isso porque, dentre as atividades exercidas pelos jornalistas nos setores de comunicação dos IFs, está a realização dessas ações. Ambas têm como pilar a pesquisa científica e tratam da circulação do conhecimento advinda da ciência, seja de maneira especializada e direcionada, como no caso da comunicação científica, ou de forma traduzida, recodificada, no caso da divulgação científica.

Dentro da estrutura de comunicação pública, os jornalistas podem desempenhar diferentes atividades, como abordado no tópico anterior, no qual acompanhamos a situação que um jornalista pode encontrar ao trabalhar em uma instituição pública: ele irá atuar na comunicação organizacional ou irá fazer comunicação pública ou ainda os dois? Existe ainda, no caso de instituições de ensino e que desenvolvem ciência e tecnologia, como é o caso dos institutos federais, a realização da divulgação científica, outra vertente a ser desempenhada por esse profissional e que se relaciona com a comunicação pública, por isso detalhamos esse assunto na sequência.

Comunicação científica e divulgação científica não raras as vezes são termos utilizados como se fossem sinônimos e esse uso, mesmo que possa ser de maneira equivocada, se justificaria pelo alicerce comum de ambas, a pesquisa científica. Comunicação científica e divulgação científica se dedicam a difundir informações sobre a ciência, a tecnologia e a inovação, mas têm descrição de atividades, aspectos e intenções que as distinguem, tais como, o perfil do público, o nível do discurso utilizado e a natureza dos canais ou ambientes utilizados para a sua veiculação.

Bueno (2010) apresenta as aproximações e rupturas conceituais das duas expressões. De uma forma ampla, a comunicação científica diz respeito à transferência de informações científicas, tecnológicas ou associadas a inovações e que são direcionadas a especialistas em determinadas áreas do conhecimento. Enquanto a divulgação científica vai se utilizar de recursos, técnicas, processos e produtos, sejam eles veículos ou canais, para a veiculação de informações científicas, tecnológicas ou associadas a inovações voltada ao público leigo. Em outros termos, a divulgação científica corresponde à veiculação da ciência como processo, dos princípios nela estabelecidos, das metodologias que emprega.

O público é um dos itens que irá diferenciar comunicação científica de divulgação científica. No processo de comunicação científica, o público está identificado com os especialistas, estando familiarizados com os temas, os conceitos e o próprio processo de produção em ciência e tecnologia, isso se deve à sua formação específica. Quando se trata do público na divulgação científica, este não teria, obrigatoriamente, formação técnico-científica para decodificar os termos, jargões técnicos ou mesmo compreender conceitos que respaldam o processo singular de circulação de informações especializadas, sendo, então, um público não iniciado, que irá receber informações sobre a ciência (Bueno, 2010).

Considerando-se o público, o discurso a ser utilizado se adequará às suas singularidades. Quando se tratam dos pares, no caso da comunicação científica, não são necessárias decodificações, pois acredita-se que o público a quem se destina a comunicação compartilhe do mesmo conhecimento técnico. O panorama que envolve a divulgação científica é justamente o oposto. Este público não é alfabetizado cientificamente, portanto, o uso de termos técnicos prejudicaria o entendimento da informação a ser passada, assim como, este público pode sentir dificuldade em acompanhar temas ou assuntos por não estabelecer relação com suas realidades. Nesse caso, é necessária a decodificação ou recodificação do discurso especializado, feita por meio de metáforas, ilustrações ou infográficos, tomando sempre o cuidado com a precisão das informações a serem divulgadas (Bueno, 2010).

A natureza dos canais onde acontece a comunicação científica é diferente da divulgação científica. Como afirma Bueno (2010), a primeira está geralmente presente em círculos mais restritos, como eventos técnicos-científicos, periódicos e congressos; já a segunda pode contemplar audiência bastante ampla e heterogênea, como em programas de TV aberta, por exemplo.

Para Bueno (2010) a intenção da comunicação científica é basicamente a disseminação de informações especializadas entre os pares, mobilizando o debate entre especialistas como parte do processo natural de produção e legitimação do conhecimento científico; enquanto a divulgação científica cumpre uma função primordial que é democratizar o acesso ao conhecimento científico e estabelecer condições para a alfabetização científica, que seria a inclusão de cidadãos no debate sobre temas especializados e que podem impactar sua vida e seu trabalho.

A comunicação científica e a divulgação científica podem acontecer em níveis de segmentação diferentes. Se na primeira podemos falar em comunicação intrapares (especialistas de um mesmo campo ou de campos conexos) e extrapares (especialistas de outros campos), na segunda podemos falar em divulgação segmentada em termos de audiência, tendo em vista o perfil instrucional da população e dos veículos que a promovem (Bueno, 2010).

Ao considerarmos os pontos que diferem um termo do outro, podemos citar também, de acordo com Bueno (2010), os pontos de convergência das duas áreas, a começar porque ambos os sistemas de circulação de informações especializadas estão submetidos a um conjunto amplo de estrangulamentos, muitos deles fora do âmbito da ciência e tecnologia e que envolvem interesses extracientíficos. Em segundo lugar, podem haver parcerias entre jornalistas/divulgadores e pesquisadores/cientistas na produção de textos ou reportagens para determinadas publicações, particularmente sob a responsabilidade de entidades científicas, universidades e institutos de pesquisa. Em terceiro lugar, a comunicação científica é fonte obrigatória para jornalistas e divulgadores que recorrem às revistas especializadas ou frequentam eventos para embasarem seu trabalho, assim como ela precisa ser recodificada para alimentar o processo de divulgação científica que, em muitos casos, utiliza citações literais nesse material.

Outros termos também podem ser empregados quando o assunto é comunicação e divulgação científica e são eles: difusão científica e disseminação científica. Autores brasileiros como Bueno (2010) e Targino e Torres (2014) descrevem que essas expressões têm distinções. Difusão científica é o termo mais abrangente e antigo que define qualquer processo utilizado para comunicar a informação científica e tecnológica. Disseminação científica é o fluxo

informacional voltado especificamente para cientistas e pesquisadores da área ou de campos afins. Enfim, quando o assunto é ciência, podemos afirmar que esse território se desenvolve e se fortalece na prática e teoricamente com a comunicação científica e pela divulgação científica em suas múltiplas vertentes.

3.3 A setorização das assessorias de comunicação

Na presente seção, abordaremos como se deu a setorização das assessorias de comunicação, debate importante uma vez que os jornalistas dos IFs atuam, majoritariamente, em assessorias de comunicação, atualmente consideradas uma evolução dos serviços de assessorias de imprensa. Nesse segmento, emprega-se grande parte dos jornalistas profissionais brasileiros, sejam eles de instituições públicas, privadas ou terceiro setor. Neste tópico, falaremos sobre o que é considerado assessoria de imprensa e o que é considerado assessoria de comunicação, como esse serviço surgiu e como os jornalistas migraram das redações para essa área de atuação. Associado ao que mencionamos sobre comunicação organizacional, demonstra o avanço do jornalismo dentro das organizações e como os jornalistas ocuparam esse espaço.

A atuação de jornalistas em assessorias de comunicação contribuiu para uma maior profissionalização e melhor relacionamento entre as organizações e a mídia (Duarte, 2001). Conhecendo as rotinas produtivas das redações, os jornalistas foram peças-chave das organizações e personalidades para intermediarem e até mesmo ensinarem seus clientes a se comunicarem com a sociedade pelos meios de comunicação.

Sobre as origens da assessoria de imprensa no mundo, há diversos registros na literatura que tratam dessa temática. Em linhas breves, um dos motivos que provocou seu surgimento se decorreu em virtude do aumento de publicações jornalísticas e da necessidade de vários setores da sociedade em levarem sua opinião e realizações ao conhecimento do público que lia esses jornais (Almeida, 2001).

O conceito de assessoria de imprensa surgiu por volta do século XIX, mas autores como Kopplin e Ferraretto (2000) afirmam que, ainda no ano 202 a.C, em cartas circulares com decisões e feitos da dinastia Han, distribuídas na China, esse conceito já estava presente. Para a grande maioria dos estudos, o surgimento oficial da assessoria de imprensa se deu com o jornalista americano Yve Lee, quando ele foi contratado para mudar a imagem de John Rockefeller, um empresário americano que fazia parte de um grupo odiado pela sociedade americana. Chaparro (2006) relata que um dos pontos defendidos por Yve Lee era o de divulgar

informações relevantes para o interesse público aos meios de comunicação e que os assessores de imprensa e os clientes estariam sempre dispostos a responderem questões e solicitações da mídia.

No Brasil, há relatos de que a empresa Ligth foi a primeira a criar um Boletim, em 1925, por se preocupar com sua imagem institucional, porém, em se tratando de serviço oficial de atendimento à imprensa, convencionou-se que tenha sido em 1938, quando a Presidência da República criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), um canal de censura e autoritarismo do governo (Almeida, 2001, p. 20). Outros autores já apontam que um dos primeiros departamentos de comunicação corporativa se deu na Volkswagen do Brasil, na década de 1960 (Bittar, 2012).

Essa atividade cresceu no Brasil, na área pública, com governos entre as décadas de 1960 e 1980, porque assim era possível que mantivessem controle sobre as informações a que a imprensa tinha acesso e o resultado dessa situação, aliado a uma recorrente acusação de ineficiência, foi a fama de que os assessores de comunicação vinculados a órgãos públicos eram necessariamente incompetentes e bloqueadores de fluxo de comunicação (Duarte, 2001).

Os jornalistas que passaram a ocupar a função de assessores de imprensa transmitiam informações praticamente em tempo real, quando se tratava de governo ou personalidades públicas e políticas e também facilitavam o acesso dos jornalistas de redações e agências de notícias às fontes oficiais (Duarte, 2001), por isso pode-se afirmar que o assessor de imprensa, entre outros aspectos, administra a imagem de um determinado agente, seja pela forma de cobertura dos atos do cliente ou por conselhos acerca de comportamento em determinados momentos (Almeida, 2001).

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), no “Manual de Assessoria de Comunicação/Imprensa”, apresenta como sendo funções da assessoria de imprensa, entre outras, a manutenção de relacionamento com jornalistas (repórteres e editores) e pauteiros, a organização do mailling de jornalistas, clipping de notícias (uma estratégia tradicional de monitoramento daquilo que é publicado na área de interesse do assessorado nos meios impressos e eletrônicos) e arquivo de material jornalístico, além da elaboração de releases, organização e divulgação de coletivas de imprensa, edição e publicação de dados do interesse daquele que é atendido pelo profissional, o acompanhamento do assessorado em entrevistas e a participação na definição de estratégias de comunicação (Federação Nacional dos Jornalistas, 2007).

Há que se destacar a variação na nomenclatura do profissional atuante nos setores de comunicação, seja na área pública ou privada, que em alguns casos poderá ser assessor de

imprensa e em outros assessor de comunicação. Isso se deve à mudança de perfil e ao papel que a comunicação adquiriu nas organizações, de algo tático para funções estratégicas.

O assessor de comunicação tem a tarefa de administrar imagens públicas, o que trata da organização como um todo, e isso requer habilidade de tomar a decisão certa, no momento certo; distinguir quais informações dar mais ênfase, bem como contornar repercussões negativas, entre outras. O assessor de comunicação tem a função de facilitar a relação de seu cliente, que pode ser empresa, pessoa física, entidades ou instituições, e os formadores de opinião. O leque de atividades desse profissional é bastante amplo. A ele compete coordenar ações de relações públicas, imprensa, publicidade e propaganda e ações de cunho institucional, relacionadas às estratégias de marketing (Araújo, 2009).

Nota-se a referência a coordenar quando se trata de uma equipe, mas quando o jornalista não tem uma equipe ele é quem deve realizar todas essas atividades mencionadas. Essa situação normalmente acontece quando os assessores são os únicos profissionais de comunicação contratados de uma pessoa ou organização (Almeida, 2001).

Quando falamos em assessoria de comunicação nos referimos a um setor representado por profissionais das diferentes áreas da comunicação: jornalistas, relações públicas, profissionais de marketing e publicidade e propaganda. Esse setor é responsável por realizar, também, as funções da assessoria de imprensa e, principalmente, deve conhecer, de forma detalhada, o seu cliente, seus pontos positivos e negativos (Araújo, 2009).

O assessor de imprensa tem a função de desenvolver produtos jornalísticos para os públicos da instituição e, por isso, é considerado uma ponte entre o seu assessorado e os meios de comunicação, sempre trabalhando para que o relacionamento entre esses dois atores seja o melhor possível e as tarefas desempenhadas pelo assessor de imprensa estão relacionadas ao lado mais jornalístico das atividades de comunicação, obedecendo à concepção jornalística (Rosso, 2017).

Di Bella (2011) afirma que, como a assessoria de imprensa visa divulgar as atividades de uma determinada empresa, de um serviço ou mesmo divulgar um produto e despertar o interesse da mídia para os assuntos relacionados ao seu cliente, ela precisa avaliar qual a melhor divulgação junto aos veículos, ou seja, adequar o tipo de veículo ao local de visibilidade e alcance a depender da necessidade e da possibilidade.

3.3.1 Jornalistas nas assessorias de comunicação no Brasil

O mercado de atuação do jornalista profissional brasileiro passou por várias

modificações nos últimos anos, principalmente quando o diploma para o exercício profissional passou a não ser mais uma exigência, em 2009. A atuação de jornalistas em assessorias de imprensa, além do crescimento quantitativo, também foi alterada em função do status adquirido por esses profissionais. Embora não haja uma obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão, grandes empresas e os concursos públicos continuam exigindo a formação universitária.

O reconhecimento da assessoria de imprensa como trabalho jornalístico foi fruto da luta, da organização da categoria e das características que os jornalistas imprimiram ao trabalho desenvolvido. As assessorias de imprensa no Brasil, pelo trabalho dos jornalistas, deixaram de objetivar a promoção institucional (relações públicas) para priorizar a produção de informações de interesse público (Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Ceará, 2018).

Com o surgimento da comunicação organizacional, os setores de comunicação, bem como as assessorias de imprensa, vêm se tornando mais estratégicos e as atividades desempenhadas pelos profissionais da área estão se modificando para atender às demandas específicas de cada instituição.

A comunicação consiste em uma habilidade à medida que personaliza os processos internos, conduzindo a qualificação e a eficácia como postura facilitadora no diálogo organizacional, bem como nos enfoques estratégicos que alinham o discurso à ação. Apresenta-se como fator decisivo na aplicação de novas estratégias, reestruturações internas e, principalmente, no equilíbrio entre interesses da organização e dos funcionários (Weiler, 2010, p. 28).

Por isso, as assessorias de imprensa ganham destaque na era da informação, pois são elas que vão fazer frente às duas principais novas necessidades da sociedade interativa: relacionar-se com os meios de comunicação, por serem eles, por excelência, formadores de opinião pública e atender à exigência dos públicos internos e externos quanto às informações sobre as atividades das instituições, sejam elas públicas ou privadas, e a responsabilidade do assessor cresce proporcionalmente ao avanço das novas tecnologias (Almeida, 2001, p. 29-31).

A comunicação é fundamental na gestão estratégica das organizações, na formação, construção e consolidação de sua imagem, reputação, marca e no processo de administração da percepção e leitura do cenário social, contribuindo para a análise do ambiente interno e externo, dos planos de negócios, identificando problemas e oportunidades para a tomada de decisões compartilhadas e posicionamento das organizações (Oliveira, 2013, p. 42).

Embora muitos assim o pensem, é importante ressaltar que a assessoria de

comunicação não é um departamento de vendas, com a missão de vender um produto, e sim projetar uma imagem. Yve Lee, considerado o criador da assessoria de imprensa, em sua carta de princípios, destacou que havia um compromisso do setor em agir com transparência na divulgação das notícias e, por isso, colocando a organização à disposição de confirmar qualquer afirmação feita, negava a tentativa de vender anúncios (Silveira, 2010).

A assessoria de comunicação pode se desdobrar em diversas vertentes e as situações do dia a dia dão forma às maneiras de trabalho. O assessor não tem garantias de que sempre terá espaço na mídia, pois editorial e publicidade são áreas distintas. O primeiro é a opinião do jornalista de forma gratuita e isso retira da publicação a acusação de autopromoção, ao contrário da publicidade, logo a valorização do editorial é maior. No entanto, quando se trata de veículos de mídia do interior ou de pequeno porte, ou ainda, diante da precarização de vínculos trabalhistas dos jornalistas, emplacar releases pode não ser uma tarefa tão difícil.

O fluxo gratuito de informações e comunicações é essencial à sociedade democrática; democracia implica acesso pleno a instrumentos de informação e comunicação. (...) Sem um fluxo *gratuito* de informações, os cidadãos não poderão ser bem informados, e sem o acesso aos fóruns públicos de troca de ideias e debates, os cidadãos estarão excluídos do diálogo que constitui o cerne da democracia participativa (Kellner, 2001, p. 428-429, grifo do autor).

Marques, Miola e Siebra (2014) argumentam ainda que o assessor se aproxima de uma posição de fonte, já que está em contato direto com as instituições jornalísticas e, muitas vezes, lança mão do capital adquirido em sua atuação nas redações, assim também pontuam Lage (2017) e Sant'Anna (2009). Se o jornalista está na redação é repórter, se em uma assessoria de comunicação, é fonte. Para Lage (2017), o jornalista é apenas um intermediário, esteja ele na assessoria ou no jornal e, na condição de assessores, serão considerados jornalistas quando pensarem e agirem como jornalistas, ou seja, valorizando a informação, fazendo dela instrumento de esclarecimento e avanço da sociedade.

Almeida (2001) aponta que uma diferença no exercício das atividades de assessor e de repórter seria que, enquanto o assessor é um intermediário no processo informativo, ou seja, administra as informações e seu fluxo das fontes para os meios de comunicação, o repórter administra essas mesmas informações para a sociedade, talvez tendo como fonte o assessor de imprensa.

Ruellan (2006) aponta como o trabalho do jornalista de redação está ligado diretamente ao que suas fontes podem oferecer e traz como a contribuição das informações vindas das organizações, normalmente elaboradas por outro jornalista, já estão incluídas nas rotinas

profissionais.

A produção do discurso sobre a atualidade aparece como resultado de um ajuste entre o pessoal encarregado pela informação (jornalistas e correspondentes) e as fontes. Em parte, as mídias dependem do fornecimento espontâneo de informações pelas organizações (municipais, sindicais, associativas, comerciais...), e o dia de uma equipe começa frequentemente com a consulta aos “comunicados” que chegaram nos dias anteriores e que irão constituir a trama da edição do dia seguinte. Esse estado de dependência leva os profissionais da informação a não entrar em conflito com as fontes, em particular as mais importantes sob o ponto de vista do fornecimento de informação (Ruellan, 2006, p. 33).

O evitar conflitos com as fontes não impede que o jornalista enfrente constrangimentos e dilemas na condição de assessor. De um lado, o marketing, a demanda por visibilidade e promoção social, a necessidade da imagem positiva para a instituição e, de outro, sua responsabilidade social enquanto comunicador que o remete sempre ao direito do público à informação e verdade. Duarte (2008) afirma que, no Brasil, o jornalista assessor foi capaz de criar padrões bem aceitos nos dois lados. “A busca por credibilidade profissional e consciência tranquila parece ter falado mais alto, ainda que com eventuais tropeços” (Duarte, 2008, p. 94). As redações apresentam regras não escritas e funcionam como um filtro para as atividades de assessoria, ou seja, se o assessor não mantiver sua credibilidade, testada e conquistada constantemente, seu capital pessoal de relacionamento ficará comprometido.

A ética, o compromisso ético, é a forma que Lage (2017) aponta para que os jornalistas nas assessorias compatibilizem a política de comunicação, a responsabilidade com a informação, com as preocupações de marketing e promoção tão presentes na visão empresarial. É o que difere o jornalista dos colegas do marketing e da publicidade porque a esse profissional foi delegada a função de ser o ouvido e os olhos do público de maneira remota e, assim, selecionar e lhe transmitir o que puder ser interessante. Por estar onde o receptor não pode estar, o jornalista assessor deve gerir conflitos de interesses que sempre cercam a administração da informação.

A assessoria de imprensa deixou, sim, de ser a atividade de relacionamento das instituições com a mídia para tornar-se produção de conteúdo jornalístico, a ser divulgado para a imprensa e/ou diretamente para a sociedade. Esta é uma formulação genuinamente brasileira e, reafirmamos, tem sua origem na prática dos jornalistas brasileiros que atuam em assessoria de imprensa/comunicação. Os profissionais, cientes do papel da informação nas sociedades contemporâneas e de suas responsabilidades, fizeram das assessorias locais de produção de informação de interesse público, ou seja, de Jornalismo (Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Ceará, 2018).

Chaparro (1996) vai mais longe e afirma que “estão velhos e superados os hábitos e as crenças jornalísticas que se apoiam numa ética organizada em fronteiras jornalísticas, como se de um lado (o das redações) só houvesse santos, e do outro (o das assessorias), só pecadores” (Chaparro, 1996, p. 137). O autor reconhece que há diferenças entre as duas atividades e uma das principais é a de que o público do assessor é a imprensa e não o leitor final, mas não admite a hipótese de o assessor não ser um jornalista, assim, os assessores de imprensa são, antes de tudo, jornalistas, embora com funções distintas das dos repórteres de redações.

Marques, Miola e Siebra (2014) destacam que o assessor de imprensa, à semelhança do jornalista de redação, também tem receios quanto à realização de suas atividades como, por exemplo, sanções à sua conduta, não ter todas as informações para divulgar uma informação, ganhar a confiança do empregador para, eventualmente, participar dos processos de tomada de decisões na instituição. Isso porque ambos estão submetidos às regras das empresas para as quais trabalham, sejam elas veículos de mídia ou não.

Outra semelhança entre jornalistas de redação e assessores se relaciona ao tratamento da informação, com foco no público ou no interesse público, que é questionado, pois pode representar o interesse, mas de um dos lados. Considerando-se esse contexto, Mafei (2007) chega a afirmar que definir o que é, de fato, interesse público, pode virar tarefa de adivinhação.

Para Duarte (2001), o jornalista obteve melhores resultados na função de assessor devido ao fato de que compreendia bem o funcionamento das empresas midiáticas, mantendo bom contato com outros jornalistas e editores, conhecendo horários de fechamento das edições e obedecendo a rotinas de produção, o que pode contribuir para que seu assessorado tivesse uma promoção mais eficaz. O assessor, nesse caso, faz uso de seus conhecimentos e técnicas jornalísticas enquanto exerce sua atividade nas assessorias, sendo um diferencial.

O jornalista que não está na redação, no caso desta pesquisa nos referimos principalmente àqueles que atuam em órgãos públicos nas assessorias de comunicação, passa pelo julgamento dos pares e esse julgamento pode pesar nas motivações e nas atitudes dos jornalistas no trabalho. “Podemos de fato salientar que o jornalista é um público particular do jornalismo, porque ele vigia a produção dos colegas como fontes possíveis ou como concorrentes a superar” (Ruellan, 2006, p. 36).

Em uma pesquisa realizada no Rio Grande do Norte (RN) com jornalistas que atuam simultaneamente em redações e em assessorias, para os respondentes, havia dois posicionamentos: “o jornalismo de redação tem um *ethos* ligado à cidadania, pois é associado à verdade, à voz do povo; enquanto a assessoria tem um *ethos* menos ligado a essas questões e mais próximo às questões salariais” (Dantas, 2014, p. 20).

Como outro resultado na mesma pesquisa, a autora destaca que o campo da assessoria de imprensa se tornou um território onde muitos profissionais estavam migrando, buscando maior qualidade de vida, fugindo das redações por uma questão financeira, que se alcançava, e para ter mais tempo, algo que, na prática, podia não se confirmar dependendo do assessorado (Dantas, 2014).

Rosso (2017) identificou, entre os profissionais jornalistas da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), que a migração para o subcampo da assessoria de imprensa se justificava pelas compensações da visibilidade do campo político, estabilidade e segurança.

A pesquisa de Mick e Lima (2013) aponta que os jornalistas que atuavam fora da mídia, na mídia, estavam mais satisfeitos com seu trabalho do que os colegas que estavam nos veículos de mídia e também tinham maior formação, embora não podemos afirmar por quais motivos isso ocorreu. Duarte (2001) destaca que entre os motivos apontados para a migração dos jornalistas estavam as condições de trabalho consideradas mais tranquilas, o mercado das redações, de certa forma, restrito, e os salários que, em geral, eram maiores nas assessorias.

Willms (2009) afirma que a mídia abriu as portas das organizações para os jornalistas já que ela exercia grande atração sobre as empresas e faltavam aos profissionais de relações públicas habilidade e competência para lidar com a mídia e cuidar desse relacionamento, pois não tinham visão editorial e jornalística.

No processo de criação dos mecanismos de autopublicização, as empresas passaram a tratar suas informações de forma semelhante à maneira da imprensa tradicional e o jornalismo institucional contava com canais mais sofisticados de comunicação e, assim, o público passou a consumir conteúdos diretamente das instituições, por isso surge a terminologia “mídia das fontes” (Sant’Anna, 2009) gerenciadas, na maioria das vezes, por jornalistas ou contando com sua força de trabalho.

A mídia das fontes é a forma das instituições construírem seus próprios espaços midiáticos, uma maneira das fontes de contornarem a mídia, os filtros por ela colocados, assim, elas constroem diretamente a informação. Isso se deve, em parte, à insatisfação com os padrões praticados pela imprensa mercantil, que, atendendo a determinados interesses, incluem ou excluem assuntos sem critérios claros e, internacionalmente, aos elevados gastos com publicidade (Sant’Anna, 2009).

Esse conceito se insere em nosso estudo na medida em que estamos falando de jornalistas que atuam em organizações e que lidam com mídias próprias dessas instituições, sendo algumas semelhantes aos tradicionais programas de televisão e rádio comerciais. Nesse contexto de atuação, o trabalho seria bem mais próximo ao de uma redação de um veículo de

mídia do que de uma assessoria de comunicação, por exemplo. É o apontamento que Rosso (2017) traz de que essa área pode ser identificada como uma especialização das fontes situada dentro do subcampo da assessoria de imprensa e está mais próxima do subcampo midiático por utilizar as características próprias dos veículos de comunicação tradicionais.

A mediação em nossa sociedade pode assumir diferentes formas simbólicas e uma dessas formas pode ser feita por intermédio dos meios de comunicação, ou seja, pela mídia. Por isso, a evolução desses meios vai influenciar e até contribuir para modificar a sociedade, mas não fará isso sozinha. Sodré (2006) destaca que uma das questões envolvendo a midiaticização é entender como a qualificação cultural vai interferir na construção da realidade social, desde os grandes conglomerados midiáticos até os novos espaços de comunicação, que podem ser virtuais e baseados na interação.

O cenário de midiaticização pode ser discutido sob diversas perspectivas. Fausto Neto (2008) traz reflexões de três autores (Giddens, Rodrigues e Barbero) que abordam a temática e

chamam atenção para uma certa centralidade das mídias, mas enquanto um «lugar mediador» na medida em que estas se colocam como um ponto de articulação entre partes da sociedade, dependendo num grau maior ou menor, de outras dinâmicas de campos e de suas práticas sociais. Historicamente, entende-se que tal dinâmica concederia à existência dos meios uma espécie de «ação representacional» (Fausto Neto, 2008, p. 91)

As práticas comunicacionais das organizações foram afetadas pelo campo da mídia, especialmente pelas tecnologias da informação e da comunicação (Fausto Neto, 2008). Pensar o papel da mídia na sociedade é crucial e as organizações, instituições filantrópicas, entidades da sociedade civil percebem essa importância a ponto de criarem suas próprias mídias para se relacionarem com seus públicos.

Uma pergunta que Sant'Anna (2009) já fazia à época da sua pesquisa e que ainda ecoa é se a mídia das fontes é a resposta ao modelo hegemônico de difusão de informação empregado pela imprensa tradicional, uma forma de se proteger dessa hegemonia ou se, pelo contrário, está contribuindo para a ampliação da presença dos *agenda-setters* poderosos no cenário midiático.

Para nós, é razoável afirmar que ela pode servir a ambos, a depender da natureza da fonte (ou organização) ou mesmo do conteúdo a ser divulgado. Uma mídia de fontes pode reforçar a hegemonia política já existente na sociedade ou provocar mudanças na ordem dominante. Podem se situar no campo hegemônico ou contra-hegemônico, a depender, em última análise, do projeto editorial e político que orienta suas práticas jornalísticas e/ou comunicacionais.

O termo mídias das fontes (Sant'Anna, 2009) se refere a um cenário em que as mídias são mantidas e administradas por atores sociais que antes se limitavam a serem fontes de informações e, agora, se relacionam diretamente com o público. Essa mídia, que também pode ser chamada de corporativa, pretende ocupar a agenda midiática com o ponto de vista setorial referente aos fatos gerais. “Um veículo que permite trazer à sociedade em geral, mediante a difusão de informações, a perspectiva do segmento sócio político que o mantém e que permite igualmente interferir na moldagem da esfera pública” (Sant'Anna, 2009, p. 3).

Para Chaparro (2006), a visibilidade midiática permite o reconhecimento público e constitui o lugar em que as ações individuais e coletivas são socialmente legitimadas, de modo a influenciar a agenda dos meios e colocar-se como fonte de notícias, o que é tarefa imprescindível para as organizações contemporâneas.

Noticiar se tornou a mais eficaz forma de agir no mundo e com ele interagir; as relações com a imprensa passaram a constituir preocupação prioritária na estratégia das instituições, tanto as empresas quanto as governamentais, para as interações com a sociedade – à qual se ligam, hoje, mais por teias comunicativas do que por atividades ou ações de materialidade objetiva (Chaparro, 2006, p. 140).

A tentativa de fazer parte da agenda se deve ao fato de que as classes dominantes detêm o poder político dentro da sociedade, sendo assim, têm mais recursos para intervir sobre esse processo de construção. É o cenário de disputa pela hegemonia. Quem domina o discurso, ou seja, quem está dominando a agenda, domina o jogo social.

Os veículos de comunicação mantidos pelas instituições são também lugares que empregam jornalistas, lugares onde o jornalismo é exercido enquanto profissão, por isso nos dedicaremos, a seguir, a falar sobre o jornalismo e, principalmente, do jornalismo enquanto profissão, destacando que essa profissionalização trilhou várias etapas e que, nos tempos atuais, o jornalismo passa por mudanças.

CAPÍTULO 4: PERCURSO METODOLÓGICO

No âmbito do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), pesquisas que tratam da temática investigativa sobre a identidade profissional dos jornalistas têm sido realizadas e incentivadas dentro de uma perspectiva que aborda a sociologia das profissões. Com o desenvolvimento de pesquisas, principalmente qualitativas, esses estudos investigam como se dá a construção da identidade profissional e as diversas negociações feitas pelos jornalistas com os demais atores sociais.

Relembramos aqui algumas das dissertações e teses produzidas entre 2009 e 2019 que abordaram identidade profissional diretamente, pois outras pesquisas também podem ter abordado o tema de forma tangencial: em 2008, a tese de Fábio Pereira, sob a orientação da professora Zélia Adghirni; em 2014, as teses de Ana Carolina Kalume Maranhão e Luciane Agnez, sob a orientação da professora Dione Moura; em 2017, a dissertação de Sarita González, sob a orientação da professora Thaís Jorge, e, em 2019, a dissertação de Gabriela Meneses, sob a orientação do professor Fábio Pereira.

A metodologia adotada nesta pesquisa desenvolve-se a partir de uma perspectiva exploratória e descritiva, que inclui uma parte de coleta de dados de natureza quantitativa e outra qualitativa, com enfoque hipotético dedutivo, portanto, trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa. A parte quantitativa permite a descrição detalhada por meio do uso de números estatísticos a respeito do objeto de estudo e a parte qualitativa vai envolver a compreensão, a descoberta, enfim, todas as qualidades dos fenômenos que envolvem o objeto (Deslauriers; Kérisit, 2008).

Como sugerem os autores Deslauriers e Kérisit (2008), as pesquisas exploratórias e descritivas possibilitam a familiarização com as pessoas e suas preocupações, podendo servir para determinar os impasses e os bloqueios, colocando a questão dos mecanismos e dos atores, o “como” e o “o quê” dos fenômenos em análise.

O ponto de partida para a construção desse objeto é o interesse da pesquisadora no tema, seu envolvimento pessoal enquanto jornalista de um IF, ou seja, um caráter pessoal dos trabalhos que acabou se tornando uma tradição da pesquisa qualitativa (Deslauriers; Kérisit, 2008). Por trabalhar como jornalista em um campus do Instituto Federal, a definição do objeto de pesquisa parte, primeiramente, da vontade de conhecer as trajetórias dos colegas de profissão, que, atualmente, têm a mesma carreira, seus dilemas, constrangimentos e, de certa forma, expandir núcleos de inquietações locais para regionais e verificar se o mesmo acontece nacionalmente, por isso a abordagem qualitativa se torna a melhor opção nesse contexto.

No entanto, antes de ir a campo, é necessário ler o que outros já escreveram sobre o nosso tema e, assim, conseguir ver mais além (Deslauriers; Kérisit, 2008), por isso uma pesquisa bibliográfica buscou por pesquisas e base teórica sobre os conteúdos mencionados nesta pesquisa, como comunicação organizacional, assessoria de comunicação, jornalismo, jornalistas, estudos sobre carreira, trajetória e identidade profissional de jornalistas. Após essa etapa, seguiu-se à leitura qualificada dos autores para apresentação e relação dos diálogos apresentados por eles. Essa é a etapa de **Pesquisa bibliográfica**, que percorre todo o estudo.

A pesquisa de campo ou pesquisa empírica é a segunda fase e parte de uma etapa exploratória para melhor compreensão do cenário e dos personagens envolvidos. A **Pesquisa empírica: etapa 1 – levantamento de dados no Portal da Transparência e Painel Estatístico de Pessoal** consiste em agrupar as informações que o Governo Federal disponibiliza por meio do Portal da Transparência e do Painel Estatístico de Pessoal¹³, onde se encontram várias informações de todos os servidores do país, inclusive dos jornalistas, portanto, esses dados quantitativos serão nosso ponto de partida. Essas informações foram baixadas do portal em uma planilha do Excel e processadas no próprio programa. Esses dados compõem o cenário geral de distribuição dos jornalistas nos Institutos Federais.

A **Pesquisa empírica: etapa 2 – questionário on-line perfil do jornalista do Instituto Federal** se constrói a partir da pesquisa de Mick e Lima (2013) e Lima *et al.* (2022) sobre o perfil do jornalista brasileiro. Consiste na elaboração de questionário produzido na plataforma Google Docs, enviado por e-mail a todos os campi dos Institutos Federais listados no Ministério da Educação, a fim de que obtenhamos o perfil desejado. O questionário teve como referência, entre outros eixos: perfil demográfico, formação profissional, atividades desempenhadas e satisfação com o trabalho. O processamento desses dados foi feito por meio do software Excel.

Após esse mapeamento, desejando vivamente recolher o máximo de informações pertinentes (Deslauriers; Kérisit, 2008), entrevistas em profundidade compõem a **Pesquisa empírica: etapa 3 – entrevistas em profundidade**, que foram aplicadas para alcançarmos os demais objetivos propostos, como detalhar a trajetória profissional de mulheres jornalistas, conhecer as histórias de vida e analisar a construção identitária da jornalista que trabalha no IF.

Seriam excluídos das análises quaisquer respondentes que, por ventura, não se identificassem como jornalistas efetivos dos IFs. O critério foi a autoidentificação combinada

¹³Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/download-de-dados/servidores> e <http://painel.pep.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opensoc.htm?document=painelpep.qvw&lang=en-US&host=Local&anonymous=true>. Acesso em: 31 ago. 2023.

com o grau de legitimação, ou seja, além de ser considerado jornalista quem se diz ser, a afirmação será endossada pelo diploma universitário em jornalismo ou comunicação social com habilitação em jornalismo e pela portaria de publicação que o concede posse em cargo efetivo como jornalista.

Partiremos desse critério delimitado para aferirmos, posteriormente, nos questionários e durante as entrevistas, a autoidentificação dos profissionais e o estatuto ao qual pertencem. Como se consideram: jornalistas, assessores de imprensa, de comunicação, servidores públicos ou outra forma de identificação.

A dinâmica para definir as entrevistadas tomou como base o levantamento prévio realizado de quem gostaria de participar da etapa de entrevistas, com o recorte pelo gênero feminino e de forma que tivéssemos uma respondente situada em cada identificação étnico-racial, com a preocupação de se obter uma representação em cada grupo. As entrevistas foram conduzidas por meio da plataforma de videoconferências Microsoft Teams, gravadas com a anuência das entrevistas e transcritas, omitindo-se informações que pudessem levar à identificação das mesmas, e que estão disponibilizadas no Apêndice B.

Quando optamos pela entrevista como técnica de pesquisa, fizemos em formato semiestruturado, ou seja, havia um roteiro específico previamente estabelecido sobre o tema, mas o formato permite que outros questionamentos, que não estavam previstos, possam ser feitos conforme o andamento da entrevista (Meneses, 2019).

Para a categorização das respostas, disposto no item **Pesquisa empírica: análise dos dados**, foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo (AC) a partir de Laurence Bardin (1977) proposta em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e a interpretação propriamente dita para a análise das entrevistas. A leitura flutuante, escolha de documentos, constituição do corpus, formulação de hipóteses e objetivos e a preparação do material constituem a primeira etapa e, na segunda etapa, são realizados o recorte e enumeração, ou seja, as atividades de codificação, bem como a categorização, que é a definição de critérios, o processo estruturalista em duas etapas e a qualidade de boas categorias, chegando-se, então, ao tratamento dos resultados obtidos e a interpretação desses (Bardin, 1977). Para completar a análise das entrevistas, utilizamos a perspectiva da sócio-história, proposta por Norbert Elias (1980), que pretende compreender fenômenos sociais, históricos e o jornalismo por meio da interação entre as estruturas sociais, os processos históricos e as jornalistas.

Após a leitura das entrevistas elencamos nossas categorias de análise que consistiram em apresentar as entrevistadas e suas trajetórias dentro da perspectiva da sócio-história,

apresentar os motivos para mudanças, inícios de carreiras e a escolha do serviço público. As rotinas produtivas, importância do trabalho no IF e a interação destas profissionais com outros atores também foram analisadas, encerrando com a categorização de desafios para as mulheres jornalistas, a persistência de assédio nas carreiras e a identificação com a profissão e o trabalho nos Institutos Federais.

Já para a análise dos dados obtidos com o questionário *on-line*, utilizamos o programa Excel para filtragem das informações, elaboração dos gráficos e tabelas.

4.1 O percurso metodológico em detalhes

As pesquisas qualitativas procuram explorar e entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano e as quantitativas são um meio para testar teorias objetivas, examinando a relação entre as variáveis, que podem ser medidas por instrumentos para que os dados numéricos possam ser analisados por procedimentos estatísticos (Creswell, 2010).

A pesquisa qualitativa busca confrontar contextos situacionais, destrinchar as interações com outros membros da sociedade e apontar os significados sociais e culturais para aqueles indivíduos, pois tem como ponto de partida a reconstrução dos pontos de vista subjetivos dos entrevistados (Agnéz, 2014).

O uso de técnicas estatísticas permite a generalização de resultados e, por isso, as pesquisas quantitativas são adequadas quando se quer levantar perfis, verificar a relação entre fenômenos e/ou quantificar tipos característicos de comportamentos, bem como apurar opiniões e atitudes explícitas e conscientes dos entrevistados. Valem-se de instrumentos padronizados, normalmente questionários, utilizados quando se sabe exatamente o que deve ser perguntado para atingir os objetivos da pesquisa (Dantas; Lima, 2018).

Assim, uma pesquisa de métodos mistos associa ou combina as formas qualitativa e quantitativa, como é o caso deste estudo, que se utilizará de um cruzamento de métodos para atingir seus objetivos. Tendo em vista que se trata de uma proposta de obtenção do perfil dos jornalistas que atuam nos setores de comunicação dos Institutos Federais e também de obter respostas para a construção das carreiras e construção identitária desses profissionais, três momentos se destacam: o levantamento de dados disponíveis publicamente de servidores públicos; a elaboração e aplicação de um survey - etapa quantitativa - e a realização de entrevistas semiestruturadas - etapa qualitativa.

Os procedimentos a serem utilizados em caso de métodos mistos podem variar. Creswell (2010) lista três estratégias gerais que têm diferentes variações dentro delas: procedimentos mistos sequenciais, métodos mistos concomitantes e métodos mistos transformativos. Nesta pesquisa, empregaremos os procedimentos mistos sequenciais, quando o pesquisador procura elaborar ou expandir os achados de um método com os de outro método.

O lado qualitativo receberá destaque em nossa pesquisa porque, além de levantar o perfil do jornalista que atua no Instituto Federal e compará-lo com o perfil do jornalista brasileiro, queremos analisar a construção identitária desse profissional, suas trajetórias e carreiras profissionais, enquadrando-as na perspectiva dos construtivistas sociais, que defendem suposições de que os indivíduos procuram entender o mundo em que vivem e trabalham, desenvolvendo significados subjetivos de suas experiências, dirigidos para alguns objetos e coisas (Creswell, 2010).

Em estudos com esse tipo de concepção construtivista social, os pesquisadores reconhecem que suas próprias origens moldam sua interpretação e se posicionam na pesquisa, além de que “as questões tornam-se amplas e gerais, para que os participantes possam construir o significado de uma situação caracteristicamente baseada em discussões ou interações com outras pessoas” (Creswell, 2010, p. 31).

A pesquisa de campo constará de etapas de coleta de dados secundárias, ou seja, os dados já estão disponíveis e serão reunidos pela pesquisadora, a construção de um questionário e aplicação de entrevistas em profundidade. Um questionário, para Parasuraman (1991), é um conjunto de questões feito para gerar os dados necessários e, com isso, atingir os objetivos da pesquisa. Não existe uma metodologia padrão para o desenvolvimento desse instrumento, mas algumas recomendações para que ele fique bem construído envolvem também o conteúdo, a formulação e a sequência das perguntas, além do formato das respostas e do layout.

4.2 Entrevista em profundidade

Gil (2019) aponta que alguns cuidados devem ser tomados ao se conduzir uma entrevista, como a definição da modalidade, a quantidade, os informantes e a própria negociação da entrevista. Quando se fala em definição da modalidade de entrevista é optar por modelos abertos, que vão conter questões e sequência pré-determinadas, guiados com formulação e sequência definidas no curso da entrevista; por pautas orientadas por uma relação de pontos de interesse, que o entrevistador vai explorando, ou ainda informal, que seria a simples conversação.

Com relação à quantidade, deve-se observar se o número de entrevistas é suficiente para que se manifestem os atores relevantes e isso influencia, também, na seleção dos participantes, que devem ser pessoas articuladas cultural e sensitivamente com o grupo ou organização. Finalmente, recomenda-se estabelecer e esclarecer os objetivos das duas partes, já que as pessoas não têm razão pessoal forte para fornecer as respostas desejadas (Gil, 2019).

Neste trabalho, a modalidade de entrevista empregada é a aberta com roteiro semiestruturado, ou seja, contendo uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista em que o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento (Laville; Dione, 1999).

O uso de entrevistas em profundidade em pesquisas sobre identidade profissional é bastante comum porque é uma técnica que permite que o sujeito seja interrogado e, à medida que ele fala sobre si, reconhece sua identidade, busca significados subjetivos, atribui sentidos às suas ações, por isso Agnez (2014) e Meneses (2019) se valeram dessa ferramenta ao realizarem suas pesquisas sobre identidade profissional dos jornalistas em diferentes contextos.

A flexibilidade desse instrumento possibilita um contato mais íntimo entre o entrevistador e o entrevistado, favorecendo a exploração em profundidade de seus saberes, bem como de suas representações, de suas crenças e valores, de tudo o que se reconhece como o objeto das investigações baseadas no testemunho (Laville; Dione, 1999).

A entrevista em profundidade é uma técnica qualitativa que permite explorar um ou mais temas com maior profundidade, como o próprio nome diz, e permite a coleta de dados por meio de uma série de perguntas cuja finalidade é guiar o andamento da entrevista. Ela é usada quando o pesquisador não dispõe de dados suficientes que permitam levantar hipóteses sobre atitudes, motivações e significados (Dantas; Lima, 2018).

As grandes razões para se utilizar entrevista em profundidade estão na tentativa de compreender ou explicar determinado fenômeno. Como vantagens para se utilizar essa técnica, Dantas e Lima (2018) ainda citam o aprofundamento do conhecimento em um assunto específico, a coleta de testemunhos e interpretações dos entrevistados, respeitando seus quadros de referência, a linguagem e as formas de classificação e a flexibilidade das mesmas. Entre as desvantagens estão as possibilidades de respostas falsas, sejam conscientes ou não, a retenção de dados com medo de violação do anonimato e as noções preconcebidas que podem influenciar o resultado das entrevistas.

Sistematizando, dentre os procedimentos metodológicos, a primeira e segunda etapas nos ajudarão a atingir os objetivos de traçar o perfil do jornalista que atua nos Institutos Federais e identificar suas principais características. Na terceira etapa, complementando lacunas sobre a

trajetória e carreira profissional, procuraremos entender como esse profissional constrói sua identidade profissional, se ele se identifica fazendo comunicação pública por estar no serviço público e como desenvolve suas práticas.

4.3 Pré-teste da metodologia (Etapa 2)

Para testagem da metodologia utilizada na fase empírica, Etapa 2, foi realizada uma etapa pré-teste, nos meses de agosto a outubro de 2021, cujos resultados foram apresentados no mês de novembro de 2021, na banca de qualificação da autora. Na primeira versão do questionário *on-line*, foram 72 perguntas sendo que as duas últimas se referiram a opinião dos respondentes sobre o próprio instrumento, avaliando objetividade, clareza das perguntas, tempo para responder, pertinência das perguntas para o cenário de pesquisa sobre perfil de jornalistas no Brasil, tamanho das perguntas, quantidade de perguntas e quantidade de perguntas abertas, além de um espaço para que os respondentes do pré-teste sugerissem perguntas para o questionário ou que pudessem fazer outro comentário sobre o instrumento.

Ao abrir o questionário da Etapa 2, o/a participante deveria marcar se concordava em participar do pré-teste. Feita a concordância ele poderia iniciar o preenchimento. Para testar o questionário, ele foi aplicado a um número reduzido de profissionais, sendo enviado, via e-mail, a todos os Institutos Federais do país, ou seja, 38 instituições. No levantamento de dados para a finalização da tese, o objetivo era obter o maior número de respondentes entre os jornalistas que atuam nos IFs.

A divulgação e coleta de pré-teste do questionário da Etapa 2 foi via e-mail e WhatsApp, entre os dias 27 de setembro e 8 de outubro de 2021. A postagem foi realizada no grupo da rede social *Comunicadores da Rede*, convidando a quem tivesse interesse em participar da pesquisa que fizesse contato com a pesquisadora. Também foi enviado um pedido ao setor de Comunicação do Conif para que encaminhasse um e-mail a todos os setores de comunicação da rede informando sobre a pesquisa e solicitando o contato com a pesquisadora. Na sequência, foram enviados e-mails aos setores de comunicação das reitorias e *campi* coletados nos sites dessas instituições, reforçando o pedido de participação na pesquisa. A ideia de fazerem o contato com a pesquisadora para envio do link com o questionário era, além de serem pessoas realmente com interesse em participar da pesquisa, controlar que houvesse apenas uma resposta por Instituto Federal.

¹⁴ A construção das perguntas do questionário está disponível no Apêndice A.

Ao enviar o questionário pré-teste via e-mail aos setores de comunicação dos Institutos Federais, reforçar essa divulgação via grupo de WhatsApp dos *Comunicadores da Rede* e contatos pessoais, nos deparamos com uma situação não prevista. A resposta, via e-mail, informando sobre a existência de uma norma do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Goiás, que regula a divulgação de questionários/formulários de pesquisas dentro daquela instituição. A norma diz que, além de cadastro na Plataforma Brasil, ou seja, a pesquisa precisa ser submetida a um Comitê de Ética, aquela instituição precisa ser cadastrada como coparticipante, para que, assim, possam ser coletados dados dos seus servidores e discentes. Portanto, no caso da pesquisa não atender aos requisitos exigidos pela referida instituição nesse sentido, a mesma não poderia ser divulgada naquela unidade institucionalmente. Claro que, nessa situação, os jornalistas ainda poderiam acessar a pesquisa por outro canal, porém, se tratou de uma limitação.

O engajamento dos jornalistas no pré-teste foi satisfatório. Obtivemos 31 respostas, mas descartamos duas por se tratarem de jornalistas da mesma instituição, assim, utilizamos a primeira resposta fornecida daquele IF. Considerando que são 38 Institutos Federais no país, dados de 2023, um total de 29 respostas válidas no pré-teste foi razoável para testar o instrumento. Com base nessas respostas, foi possível identificar alguns indicadores para a sequência da pesquisa, que foram apresentados em um artigo no 19º SBPJor.

Outras limitações foram apontadas no questionário pré-teste e foram corrigidas. A quantidade de perguntas foi diminuída para que o tempo de resposta também diminuísse. Na análise e correspondência das respostas, verificou-se que algumas não se aplicavam de forma efetiva ao objetivo desta pesquisa. Outras perguntas precisavam ser mais específicas quanto à relação de trabalho direta com o IF.

Para a análise, com os dados obtidos na fase de pré-teste, o número reduzido de participantes não garantiu resultados generalizáveis, muito menos probabilísticos, mas foi essencial para refinar o instrumento. A maioria dos respondentes do pré-teste considerou como bom ou muito bom o instrumento nos seguintes quesitos: em termos de objetividade, clareza das perguntas, pertinência das perguntas para o cenário de pesquisa sobre perfil de jornalistas, tamanho das perguntas e quantidade de perguntas abertas. Já com relação ao tempo para responder e a quantidade de perguntas (fechadas) as avaliações predominantes foram ruins ou neutras com nem ruim nem bom, o que chamou a nossa atenção para revermos esses dois pontos.

No pré-teste do questionário, foi deixado um espaço para sugestão de perguntas, considerando o tema pesquisado e, entre as sugestões estavam: um olhar mais específico para

a mulher jornalista, se existem diferenças ou dificuldades no trabalho dos jornalistas que atuam em campus comparando com os das reitorias, sobre pretensões acadêmicas e motivações, se o jornalista se sente coagido a realizar pautas de cunho político em favor de gestores da instituição, além da relação com a divulgação científica. Algumas das sugestões foram consideradas pertinentes e incluídas no questionário.

Para a etapa qualitativa, a realização de entrevistas em profundidade, também foi realizado um pré-teste, com a finalidade de testagem das perguntas e também para explorar o cenário de atuação. Ao realizar a entrevista, tínhamos também como objetivo coletar dados dentro de um contexto concreto de interação e percebemos erros e acertos na elaboração das questões, assim como maior entusiasmo do entrevistado para responder a algumas questões do que outras.

A entrevista foi realizada por videoconferência, por meio do *Google Meet*, gravada com a anuência do/da jornalista entrevistado/a e transcrita na íntegra. O convite foi enviado pela pesquisadora ao setor de comunicação do Instituto Federal, foi escolhida uma instituição por conveniência e pedido que os jornalistas que tivessem interesse em conceder a entrevista que entrassem em contato com a pesquisadora. Tendo esse profissional retornado o contato e com a disponibilidade em participar do estudo exploratório, a entrevista foi agendada.

Na entrevista pré-teste, buscamos obter e reconstruir os pontos de vista do entrevistado a respeito do trabalho que realiza, da sua trajetória de vida tanto objetiva quanto subjetiva e seus pontos de vista sobre sua carreira e outros pontos envolvendo um cenário exploratório para a próxima etapa da pesquisa.

O processo de análise das falas do entrevistado nos permitiu compreender o que ele pensa sobre sua profissão, quais suas crenças sobre determinados assuntos e como essas crenças interferem na sua atuação no ambiente de trabalho, quais negociações foram feitas para superar pressões pessoais, profissionais, quais estratégias foram traçadas para sobreviver a mudanças e se adaptar a novas demandas e contextos.

Com a realização dessa entrevista, que teve uma duração de quase duas horas, vários temas foram abordados e várias perguntas feitas pela pesquisadora foram descartadas na próxima fase ou reformuladas para melhor compreensão do entrevistado e reforço do objetivo da pesquisa. As percepções obtidas nessa entrevista foram apresentadas e discutidas no artigo apresentado no Congresso da Alaic, em 2022.

Após a banca de qualificação, realizada em novembro de 2021, percebeu-se que algumas questões presentes no questionário aplicado no pré-teste não seriam mais necessárias na continuidade da pesquisa, pois eram questões que pretendiam averiguar uma vertente

diferente da que optamos por seguir. Assim, excluimos e acrescentamos perguntas com o objetivo de entendermos mais sobre o trabalho dos jornalistas na área privada e condições familiares em que se encontravam¹⁵.

O questionário com as alterações foi disponibilizado no dia 22 de agosto de 2022 e recebeu respostas até 18 de outubro de 2022. A forma de divulgação foi a mesma adotada com o pré-teste: envio de e-mails aos setores e aos jornalistas diretamente, envio de e-mail via Conif, mensagens de WhatsApp e acrescentamos o contato telefônico. Ao final do período, recebemos 173 respostas e todas foram consideradas válidas, pois as perguntas foram devidamente respondidas por todos. De acordo com a calculadora amostral, precisaríamos de 169 respostas para considerarmos a representatividade do grupo, o que foi possível com a alta participação dos jornalistas dos IFs na resposta à pesquisa.

Dessa forma, em conjunto com a revisão de literatura, já mencionada anteriormente, as fases desenvolvidas no estudo permitiram trazer à tona discussões sobre o trabalho do jornalista, principalmente quando se relaciona à questão de gênero na profissão. O tratamento dos dados exploratórios e a interpretação dos resultados se baseiam nas práticas profissionais, construção de carreira e identitária e serão apresentados no Capítulo 8.

¹⁵ O questionário final, que foi respondido por 173 jornalistas de diversos IFs, está disponível no Apêndice C.

CAPÍTULO 5: O PERFIL DO JORNALISTA QUE ATUA NOS INSTITUTOS FEDERAIS A PARTIR DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E DO PAINEL ESTATÍSTICO DE PESSOAL (ETAPA 1)

Nesta seção, estão os dados resultantes da **Pesquisa empírica: etapa 1 – levantamento de dados no Portal da Transparência e Painel Estatístico de Pessoal**, portanto, começamos a construir o perfil do jornalista dos Institutos Federais, objetivo geral desta tese. Com base nos dados obtidos no Portal da Transparência e no Painel Estatístico de Pessoal temos um quantitativo, que pode ser comparado com o perfil do jornalista brasileiro.

Antes de detalharmos como é a distribuição dos jornalistas nos Institutos Federais brasileiros é importante falarmos sobre essas autarquias. Os Institutos Federais, juntamente com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), os Cefets de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, Escolas Técnicas vinculadas a Universidades Federais e o Colégio Pedro II, formam a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com 661 unidades distribuídas em todos os estados do Brasil (Brasil, 2020a).

Essa expansão da rede aconteceu em 2008, quando, no dia 28 de dezembro, a Lei nº 11.892 (Brasil, 2008) foi publicada. A história dessa rede tem início em 1909, quando foram criadas, pelo então presidente da República, Nilo Peçanha, 19 escolas de Aprendizes e Artífices destinadas ao ensino profissionalizante, das quais se originaram os Cefets, em 1978. Com as mudanças no cenário econômico e tecnológico no país, as escolas já haviam se transformado em escolas industriais e técnicas, oferecendo educação profissional em nível secundário. Quando os Cefets surgiram, começaram a oferecer cursos de graduação e pós-graduação (Ministério da Educação, 2010).

As autoras Arantes e Costa (2020) fazem um percurso histórico do Brasil escravocrata, passando pelos Liceus – primeiras instituições de educação técnica de nível federal, até a criação dos IFs, demonstrando o caminho do ensino técnico no Brasil ao longo dos diversos momentos e governos do país, ou seja, contextualizando mais de 110 anos de história da rede federal, assim não nos ateremos a esse contexto nesta pesquisa.

Köhler (2023) em sua tese de doutorado, além de apresentar um histórico da rede, debruçou-se a investigar as barreiras enfrentadas pelos estudantes que ingressam no IFPR pela Lei de Cotas. A pesquisa identificou a existência de barreiras residuais ao direito educacional aos cursos ofertados naquela instituição e incluem barreiras institucionais, territoriais e de deslocamento, socioeconômicas e invisíveis/simbólicas.

Os IFs representaram uma inovação em relação à finalidade de outras instituições de

ensino, pois nasceram com o objetivo de oferecer cursos desde o nível médio à pós-graduação com caráter profissionalizante, científico e tecnológico, ou seja, um ensino completo e verticalizado, não sendo considerados apenas como instituições de educação básica ou universidades, que, segundo a concepção da sua criação, permitirão que o Brasil atinja condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico.

Os Institutos Federais seguem uma abordagem educacional que se fundamenta na diversidade de habilidades, na promoção do desenvolvimento humano integral e na conscientização política e social. O propósito é mitigar as disparidades e promover a democratização do ensino profissional e tecnológico. Essa perspectiva reflete um compromisso com a emancipação dos cidadãos, com o intuito de forjar uma comunidade inclusiva, equitativa e socioeconômica mais justa (Pacheco, 2011).

O Ministério da Educação define os Institutos Federais como instituições pluricurriculares e multicampi (reitoria, campus, campus avançado, polos de inovação e polos de educação a distância), que ofertam educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e formas de articulação com os demais. Devem garantir, obrigatoriamente, 50% das vagas para cursos técnicos de nível médio, prioritariamente na forma integrada, e 20% na oferta de cursos de licenciatura, bem como em programas especiais de formação pedagógica, visando à formação de professores para a educação básica, principalmente nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. Além disso, devem desempenhar importante papel no desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas por meio de pesquisas aplicadas e ações de extensão junto à comunidade para contribuir com o avanço econômico e social local e regional (Ministério da Educação, 2010).

A articulação entre ciência, tecnologia, cultura, conhecimentos científicos e o desenvolvimento da capacidade de investigação científica são dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários à laboralidade, é o que orienta a concepção da educação profissional e tecnológica. Isso pode ser traduzido nas ações de ensino, pesquisa e extensão que são desenvolvidas nas unidades (Ministério da Educação, 2010).

A educação profissional tecnológica é considerada como uma política pública, de acordo com a cartilha que trata da concepção e diretrizes dos IFs (Ministério da Educação, 2010), e isso representa o financiamento de sua manutenção a partir do orçamento público, além do comprometimento com o todo social, com a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica, cultural etc.); e ainda estar articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional) de modo a provocar impactos nesse universo.

Os Institutos Federais, conforme definição do MEC, são

um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social (Ministério da Educação, 2010, p. 18).

Os Institutos Federais se assemelham às Universidades Federais enquanto instituições federais autárquicas de ensino que ofertam cursos de graduação e pós-graduação, porém os primeiros têm uma atuação também em outra modalidade de ensino, ofertando ensino médio técnico e, por esse motivo, integram a Rede Profissional e Tecnológica (Ministério da Educação, 2010).

Outro quesito que diferencia institutos e universidades é a localização geográfica. O fato de grande parte dos campi dos IFs estarem em cidades do interior, proporciona que populações rurais ou mais desprovidas de condições financeiras, acesso a um ensino público de qualidade, seja médio, técnico ou superior. Desta forma, os institutos não apenas representam uma política de desenvolvimento econômico regional, mas contribuem de forma significativa para a democratização da educação.

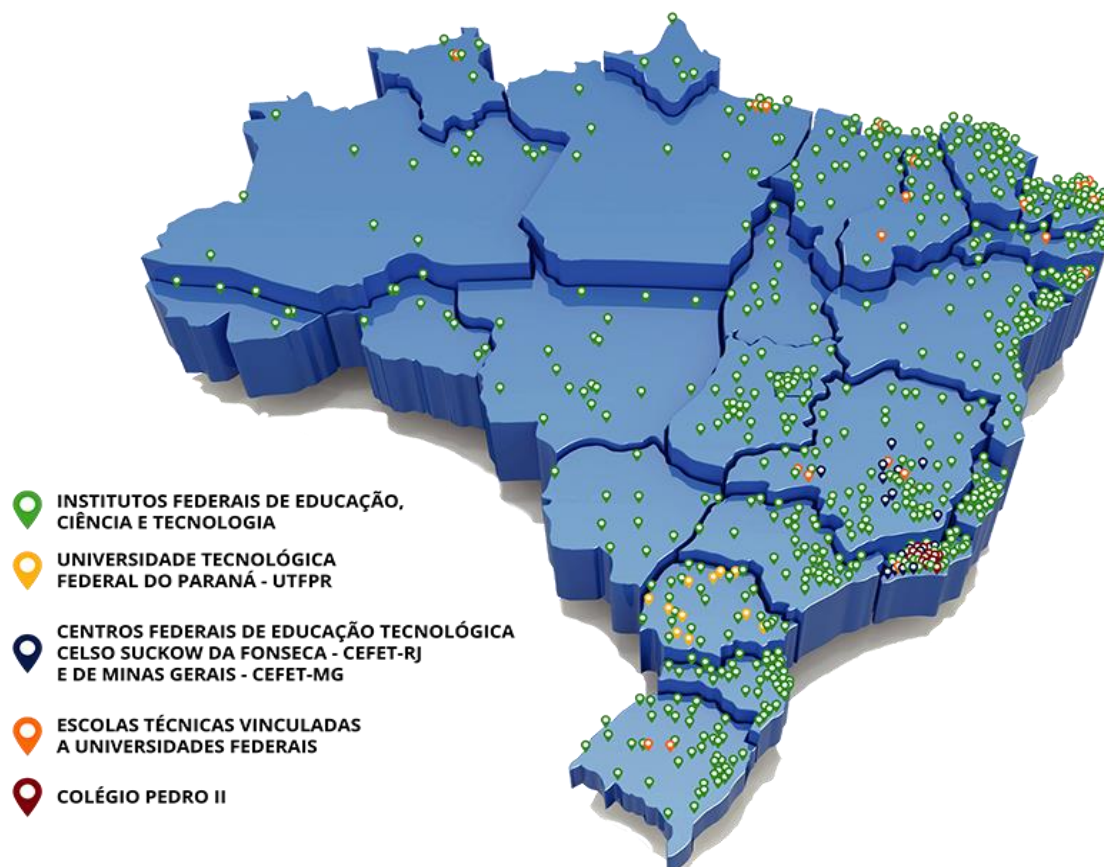
Nogueira, Aguiar e Gisi (2023) escreveram sobre a importância dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) na redução da desigualdade educacional no Brasil. Os resultados indicaram que estas instituições apresentam um desempenho superior à média nacional, assim como apresentam notas médias mais elevadas do que a média geral no IDEB. Além disso, considerando especificamente os resultados dos Institutos localizados nas regiões Norte e Nordeste, os autores pontuaram que essas instituições, além de superarem a média geral, aproximam-se das notas mais altas alcançadas pelas escolas privadas.

Esses resultados, aliados à concepção de educação para a emancipação humana, visa oferecer uma formação integral e oportunidades aos indivíduos menos privilegiados da sociedade, revelando que os IFEs constituem uma estratégia eficaz para a redução da desigualdade educacional (Nogueira, Aguiar, Gisi, 2023, p. 2).

Por se equipararem, muito do que já foi dito e pesquisado sobre as universidades pode se aplicar aos Institutos Federais em sentido amplo, como a forma de contratação de profissionais, o regimento da carreira, as formas de divulgação de pesquisa ou comunicação científica. No entanto, além do ensino verticalizado, os institutos foram criados para levar o ensino superior também àquelas regiões mais remotas do país, às cidades do interior (figura 1 -

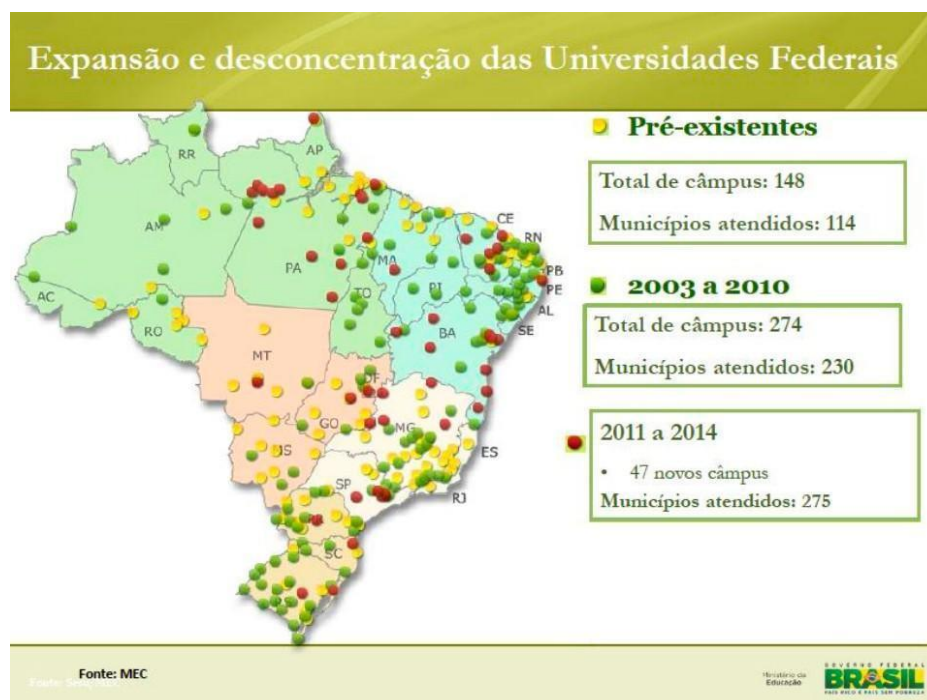
Mapa da Rede Profissional e Tecnológica), onde as Universidades Federais não chegavam, tendo em vista que grande parte delas se localizava em capitais ou grandes centros. Embora tenha havido uma expansão de campus das universidades até o ano de 2014 (Figura 2 - Mapa das Universidades Federais), a quantidade de unidades de institutos no país e suas localizações os tornam acessíveis em lugares mais remotos.

Figura 1 – Mapa da Rede Profissional e Tecnológica



Fonte: MEC, 2023.

Figura 2 – Mapa das Universidades Federais



Fonte: MEMORIAL da Democracia, 2023.

O Governo Federal disponibiliza, por meio do Portal da Transparência e do Painel Estatístico de Pessoal, várias informações de todos os servidores do país, inclusive dos jornalistas, portanto, esses dados serão nosso ponto de partida. Essas informações foram baixadas do portal em uma planilha do Excel, processadas no próprio programa e compõem o cenário geral de distribuição dos jornalistas nos Institutos Federais, que vem a seguir.

Os jornalistas que trabalham em cargos efetivos nos Institutos Federais integram a Carreira dos Cargos Técnicos-Administrativos em Educação (TAE) no âmbito das instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Eles ocupam um cargo de nível E, que exige nível superior, nesse caso, em jornalismo ou em comunicação social com habilitação em jornalismo, além de registro profissional em órgão competente - sindicato profissional da categoria ou Ministério do Trabalho - e a forma de ingresso é obrigatoriamente por concurso público.

Mick e Lima (2013) relataram que a convivência entre profissionais graduados e não graduados, que têm registro profissional ou não, é constatada empiricamente em muitos lugares onde os jornalistas atuam e que, muito embora as decisões judiciais tivessem desregulamentado a exigência de formação superior, um número considerável de empresas jornalísticas e de outros ramos continuava a priorizar a contratação de diplomados, como é o caso dos órgãos públicos.

A formação superior diz respeito à aquisição de um capital escolar na inserção no

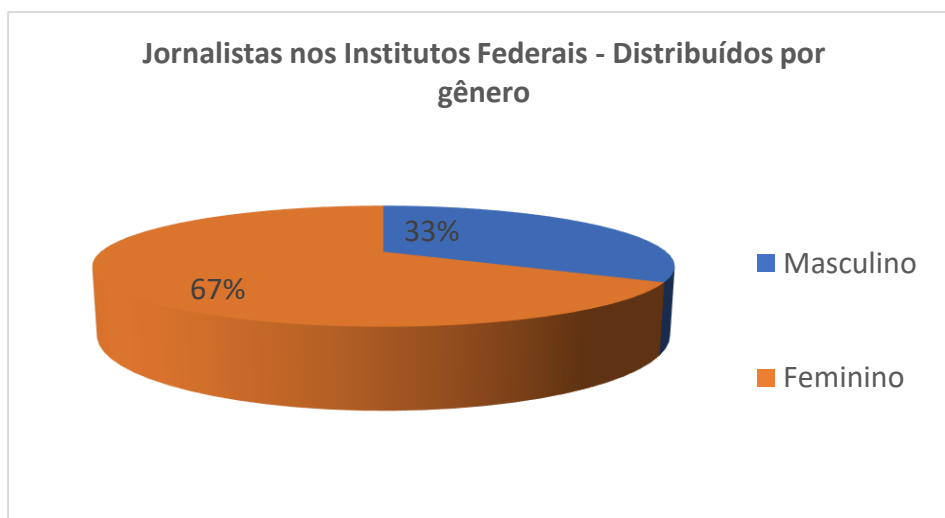
campo profissional propiciado pelo recebimento do diploma, que distingue uma profissão da outra, um grupo social do outro; permite usos diferenciados e apropriações diversas (Petrarca, 2007) tal qual acontece com os jornalistas que, de posse do diploma em jornalismo, se apropriam dos conhecimentos adquiridos e os exercem em ambientes ditos não tradicionais para o exercício da profissão, como as assessorias ou a área de produção de conteúdo, diferentemente dos veículos de mídia.

Rosso (2017) apresenta que a construção do subcampo acadêmico dentro do campo jornalístico amplia o lugar da verdade para a profissão, além de criar e reforçar a importância da área frente aos outros campos. Ter um diploma, no caso em jornalismo, é um ponto de diferenciação entre aqueles que o têm ou não e é um ponto de identificação do que é ser jornalista, faz parte da concepção do que é ser agente desse campo.

5.1 O perfil do jornalista do IF com base nos dados do Portal da Transparência e do Painel Estatístico de Pessoal

Os dados apresentados a seguir fazem parte da pesquisa inédita da autora e foram coletados no Portal da Transparência e no Painel Estatístico de Pessoal. No total, 298 jornalistas fazem parte do quadro de servidores técnicos-administrativos dos Institutos Federais. Reitera-se que essas informações são uma fotografia das condições do momento em que os dados abertos foram colhidos, em agosto de 2021, e revisados em junho de 2022. Em uma divisão de gênero (gráfico 1), apenas entre masculino e feminino, são listados 98 homens e 200 mulheres, ou seja, as mulheres também predominam na atuação no serviço público nos Institutos Federais, 67%, assemelhando-se ao percebido na pesquisa nacional com os jornalistas brasileiros, uma categoria majoritariamente feminina e com faixa etária entre 31 e 40 anos.

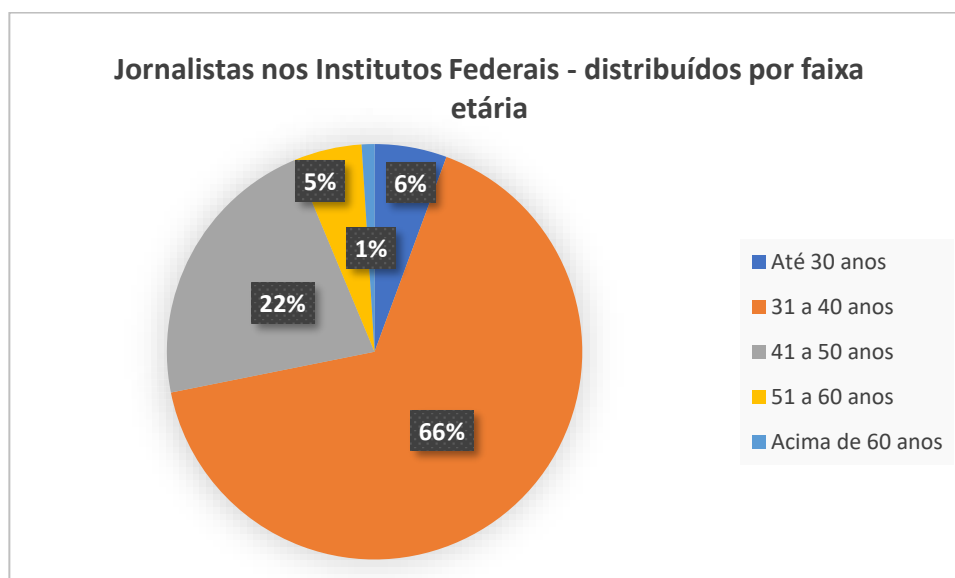
Gráfico 1 – Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por gênero (Etapa 1)



Fonte: Elaboração própria com base em dados coletados pela autora no Portal da Transparência>Downloads>Servidores. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/download-dados/servidores>. Acesso em: 31 ago. 2021.

A faixa etária que predomina nos Institutos Federais, de acordo com dados disponíveis e compilados do Painel Estatístico de Pessoa, é entre 31 e 40 anos (gráfico 2), mesma faixa etária dos jornalistas brasileiros segundo a pesquisa de Lima *et al.* (2022). A idade dos profissionais é um item que se agrega a outros em discussões sobre precarização do trabalho, assim como a feminização, demonstrada anteriormente.

Gráfico 2 – Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por faixa etária (Etapa 1)



Fonte: Elaboração própria com base em dados coletados pela autora no Painel Estatístico de Pessoal. Disponível em: <http://painel.pep.planejamento.gov.br/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

A distribuição de jornalistas por instituição, discriminada na tabela 1 - Institutos

Federais e quantidade de jornalistas -, aponta que o Instituto Federal do Ceará é o que tem a maior quantidade de profissionais: 24 jornalistas lotados no órgão, seguido pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, com 19, e do Instituto Federal de Pernambuco, com 18 jornalistas.

Tabela 1 – Institutos Federais e quantidade de jornalistas (Etapa 1)

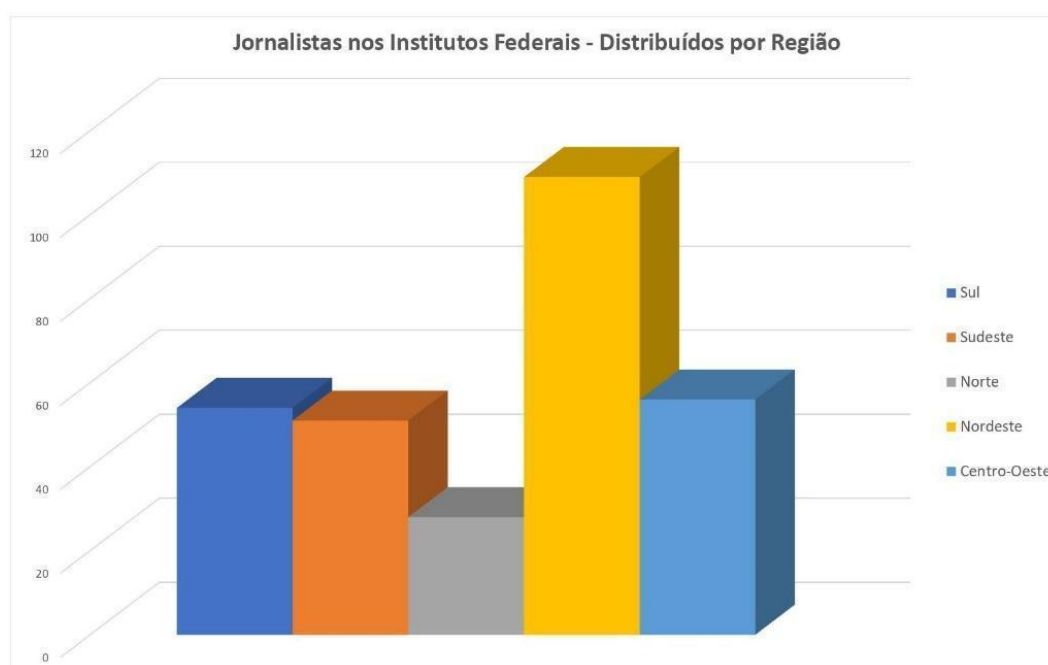
Instituto	Quantidade
Instituto Federal do Ceará (IFCE)	24
Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)	19
Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)	18
Instituto Federal de Goiás (IFG)	17
Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT)	14
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)	13
Instituto Federal da Paraíba (IFPB)	11
Instituto Federal do Maranhão (IFMA)	11
Instituto Federal da Bahia (IFBA)	10
Instituto Federal de Alagoas (IFAL)	10
Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG)	10
Instituto Federal do Pará (IFPA)	9
Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertão-PE)	9
Instituto Federal Fluminense (IFF)	9
Instituto Federal Catarinense (IFC)	8
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS)	8
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS)	7
Instituto Federal do Tocantins (IFTO)	7
Instituto Federal Goiano (IFGOIANO)	7
Instituto Federal de Roraima (IFRR)	6
Instituto Federal de São Paulo (IFSP)	6
Instituto Federal do Piauí (IFPI)	6
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTEMG)	6
Instituto Federal Farroupilha (IFFAR)	6
Instituto Federal de Sergipe (IFSE)	5
Instituto Federal do Amapá (IFAP)	5
Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)	5
Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL)	5
Instituto Federal de Brasília (IFB)	4
Instituto Federal de Rondônia (IFRO)	4
Instituto Federal Baiano (IFBAIANO)	3
Instituto Federal do Acre (IFAC)	3
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFMG)	3
Instituto Federal do Paraná (IFPR)	3
Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)	3

Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)	2
Instituto Federal do Amazonas (IFAM)	1
Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM)	1

Fonte: Elaboração própria com base em dados coletados pela autora no Portal da Transparência>Downloads>Servidores. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/download-dados/servidores>. Acesso em: 31 ago. 2021.

Assim, a região Nordeste, segundo dados coletados que compilamos do Portal da Transparência, concentra a maior quantidade de jornalistas que atuam nos Institutos Federais, totalizando 109 profissionais (gráfico 3). Esse é um dado interessante para aprofundar na pesquisa porque, se considerarmos o mercado privado, essa realidade não se repete.

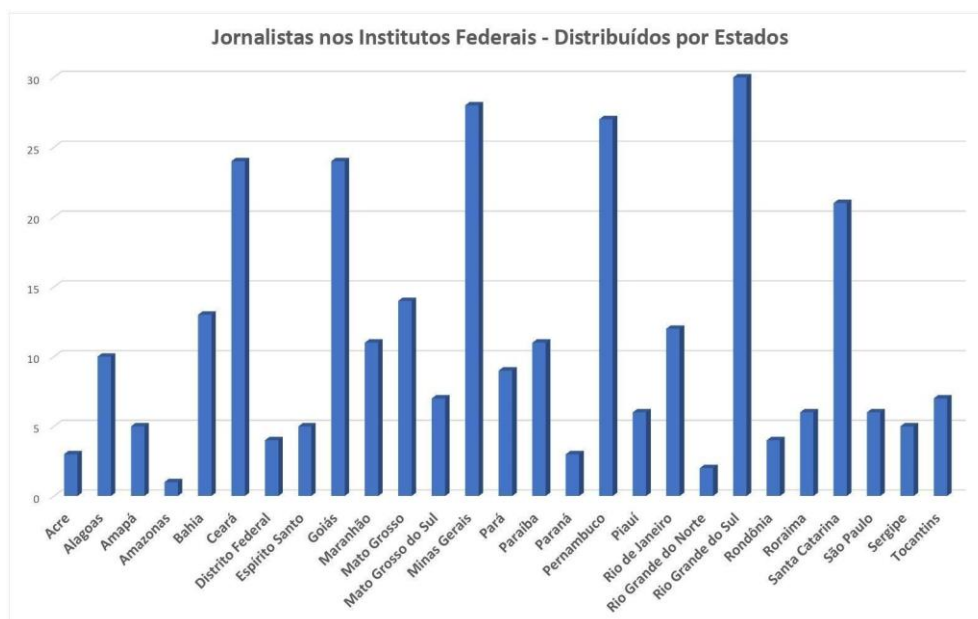
Gráfico 3 – Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por região (Etapa 1)



Fonte: Elaboração própria com base em dados coletados pela autora no Portal da Transparência>Downloads>Servidores. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/download-dados/servidores>. Acesso em: 31 ago. 2021.

No entanto, quando fazemos a divisão por estado, a maior concentração de jornalistas está no Rio Grande do Sul, na região Sul do Brasil, como pode ser visualizado no Gráfico 4 - Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por estado.

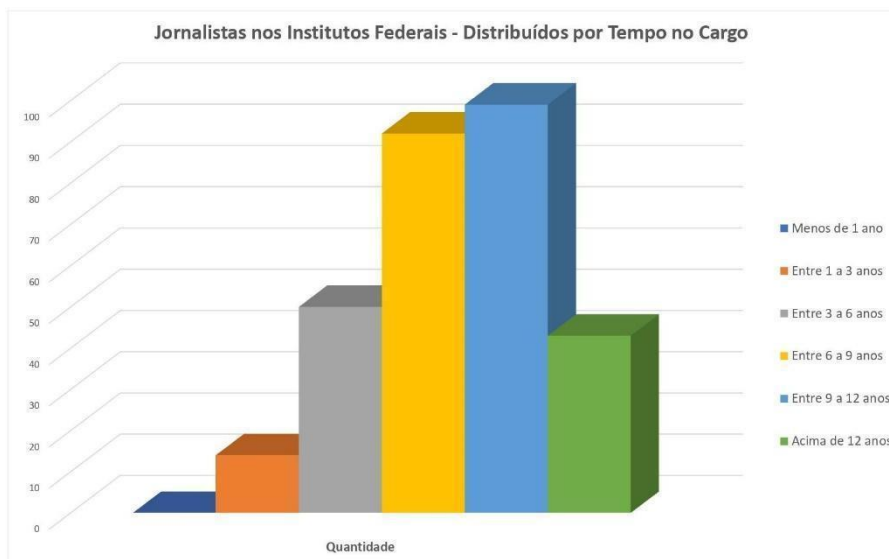
Gráfico 4 – Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por Estado (Etapa 1)



Fonte: Elaboração própria com base em dados coletados pela autora no Portal da Transparência>Downloads>Servidores. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/download-dados/servidores>. Acesso em: 31 ago. 2021.

A maioria dos profissionais, segundo dados coletados que compilamos do Portal Transparência, está no cargo de jornalista entre 9 e 12 anos. Do total, 32% estão no serviço público de 10 a 12 anos e praticamente no mesmo órgão, 31 % dos jornalistas estão no mesmo órgão pelo mesmo período, como pode ser visualizado no gráfico 5 - Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por tempo no cargo; gráfico 6 - Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por tempo no serviço público e gráfico 7 - Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por tempo no órgão.

Gráfico 5 – Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por tempo no cargo (Etapa 1)

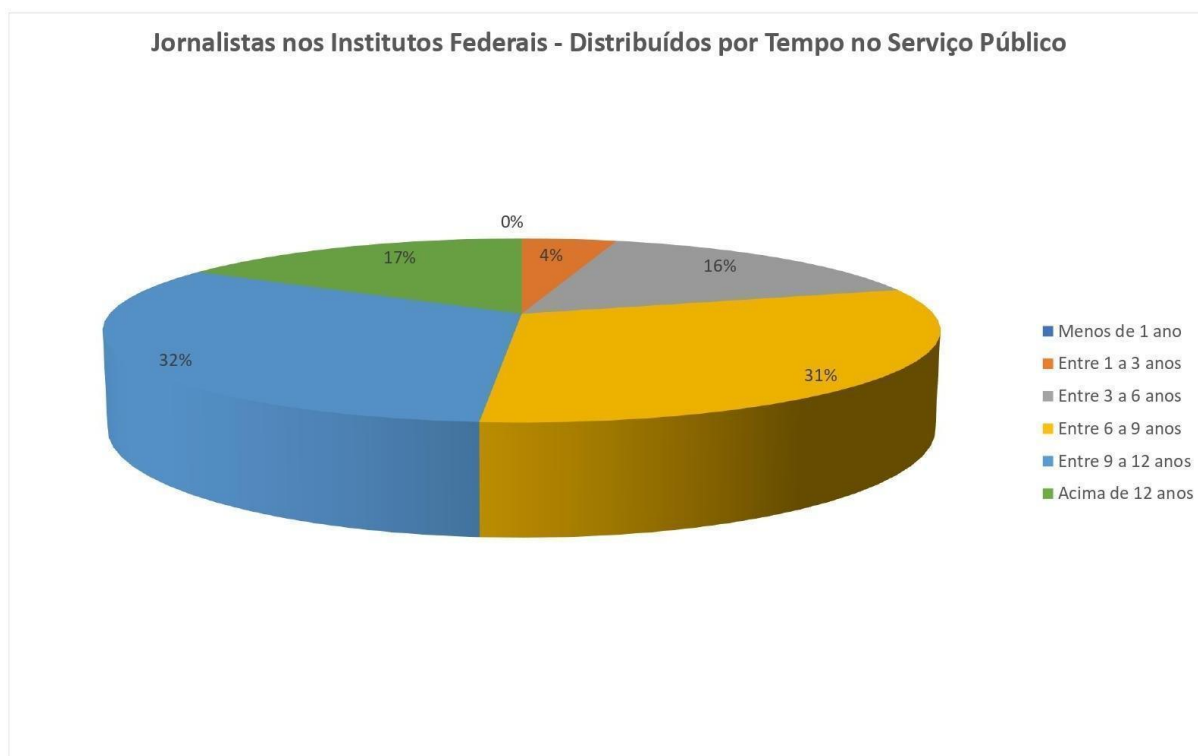


Fonte:

própria com base em dados coletados pela autora no Portal da Transparência>Downloads>Servidores. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/download-de-dados/servidores>. Acesso em: 31 ago. 2021.

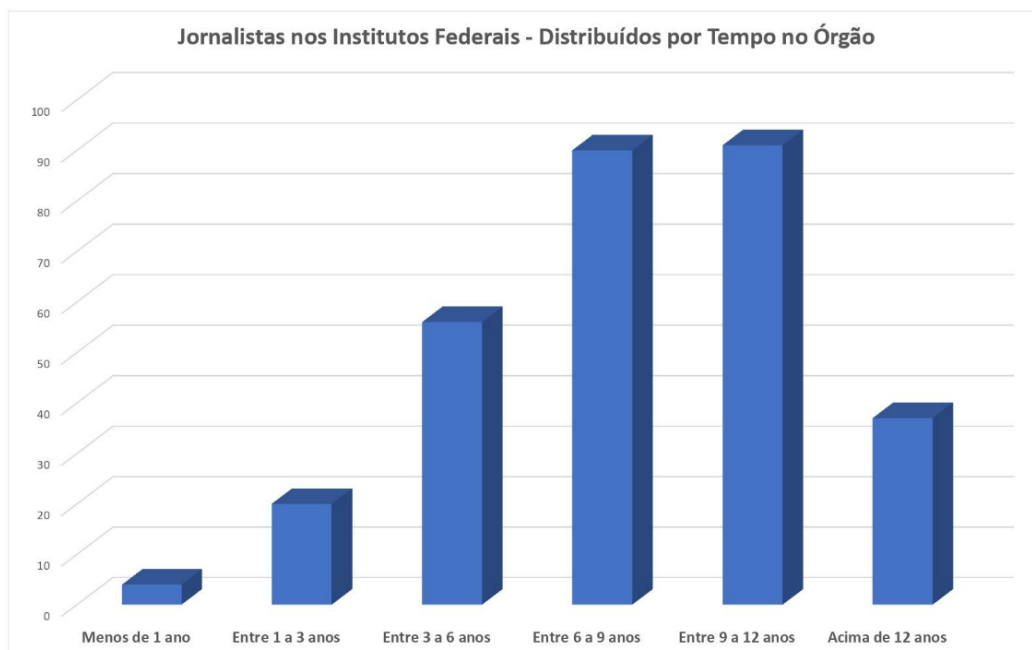
Elaboração

Gráfico 6 – Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por tempo no serviço público (Etapa 1)



Fonte: Elaboração própria com base em dados coletados pela autora no Portal da Transparência>Downloads>Servidores. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/download-de-dados/servidores>. Acesso em: 31 ago. 2021.

Gráfico 7 – Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por tempo no órgão (Etapa 1)



Fonte: Elaboração própria com base em dados coletados pela autora no Portal da Transparência>Downloads>Servidores. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/download-dados/servidores>. Acesso em: 31 ago. 2021.

Esses dados gerais apontam que, em alguns institutos, existe apenas um jornalista para atender a toda a instituição. Nesse contexto, podemos inferir que sua rotina e as atividades desempenhadas serão diferentes daquele profissional que trabalha com outros jornalistas na equipe. As rotinas produtivas praticadas em cada instituição estão diretamente relacionadas às condições presentes em termos de pessoal.

Outra constatação interessante se refere ao maior quantitativo de jornalistas na região Nordeste e por estado no Rio Grande do Sul. Na área privada, a maior concentração de jornalistas está no estado de São Paulo e na região Sudeste. O Instituto Federal do Ceará é o que tem a maior quantidade de jornalistas, como identificado acima. A pesquisa de Meneses (2019) também identificou que uma universidade no Ceará, a Universidade Federal do Ceará (UFC), tinha a maior quantidade de jornalistas, com 28 profissionais àquele ano. Essa universidade e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com 23 profissionais jornalistas, elevam os números da região Nordeste, fazendo com que a região também contasse com maior número de jornalistas nas universidades brasileiras.

Por não ser o foco de investigação de nenhuma das duas pesquisas, não podemos afirmar qual o motivo do maior quantitativo de jornalistas nos IFs e nas universidades estar na região Nordeste. Esta é uma limitação da nossa pesquisa e uma indicação para pesquisas

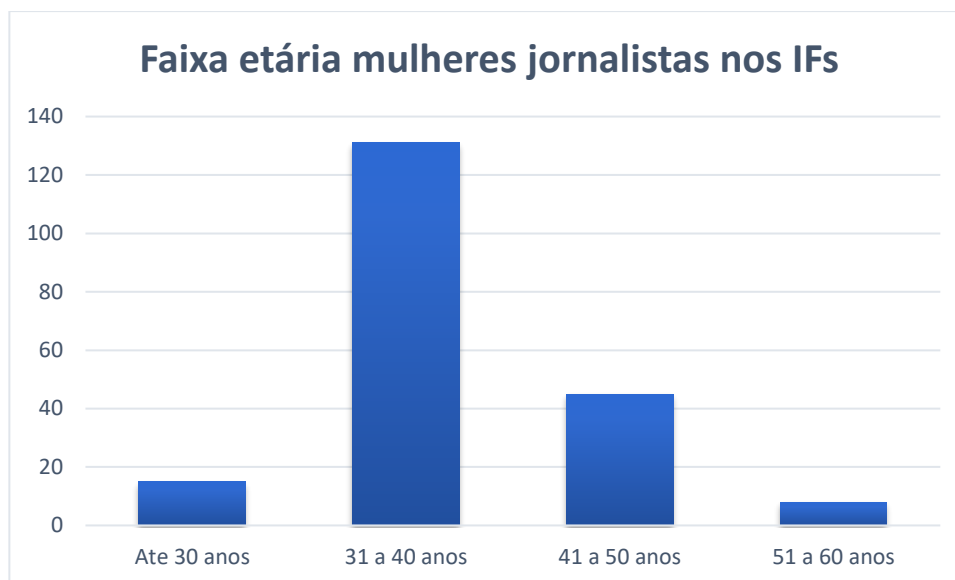
futuras: investigar por que a região Nordeste investiu tanto em jornalistas e as outras nem tanto. Poderíamos levantar a hipótese de que o Nordeste tem o maior quantitativo porque conta com mais unidades, no entanto destaca-se que o Sudeste também tem muitas unidades e não há o mesmo investimento em profissionais do jornalismo. Nesse contexto, podemos citar o exemplo do estado de Minas Gerais, que tem o maior número de Universidades Federais do país e abriga, no total, 22 instituições de ensino superior, contando com os IFs, totalizando 71 *campi* no estado.

Os dados apresentados neste tópico contribuíram para termos o cenário atual do jornalismo na área técnica administrativa dos Institutos Federais. A exposição das informações do quadro geral de jornalistas nos Ifs do Brasil serviram de base para a constituição do percurso metodológico da pesquisa e, diante da superioridade numérica feminina, decidimos que este devia ser um ponto de vista a ser explorado, por isso, apontamos esta perspectiva na pesquisa, considerando o marcador gênero, devido ao elevado número de mulheres nessa área.

Como abordaremos de forma mais específica nesta pesquisa, as mulheres jornalistas dos Institutos Federais, trazemos aqui o perfil delas com base nos dados do Portal da Transparência e do Painel de Pessoal (Etapa 1 da pesquisa). Os dados foram baixados em agosto de 2021 e conferidos em junho de 2022, não havendo atualização.

Os dados abertos disponíveis no Portal da Transparência não trazem informações referentes a idade ou raça, portanto, buscamos esses números no Painel Estatístico de Pessoal. A partir daqui, apresentamos dados coletados pela autora. A faixa etária predominante, ou seja, 65% do total de 200 jornalistas, continua sendo a de 31 a 40 anos, seguida da faixa etária de 41 a 50 anos com uma certa distância.

Gráfico 8 – Distribuição das jornalistas dos Institutos Federais por faixa etária (Etapa 1)



Fonte: Elaboração própria com base em dados coletados pela autora no Painel Estatístico de Pessoal. Disponível em: <http://painel.pep.planejamento.gov.br/>. Acesso em: 11 jun. 2022.

No que tange à distribuição de jornalistas mulheres por instituição, discriminada na Tabela 2 - Institutos Federais e quantidade de jornalistas mulheres, aponta-se que o Instituto Federal do Rio Grande do Sul é o que tem a maior quantidade de profissionais mulheres: 15 jornalistas lotadas no órgão, seguido pelo Instituto Federal de Goiás, com 14, e do Instituto Federal do Ceará, com 13 jornalistas.

Tabela 2 – Institutos Federais e quantidade de jornalistas mulheres (Etapa 1)

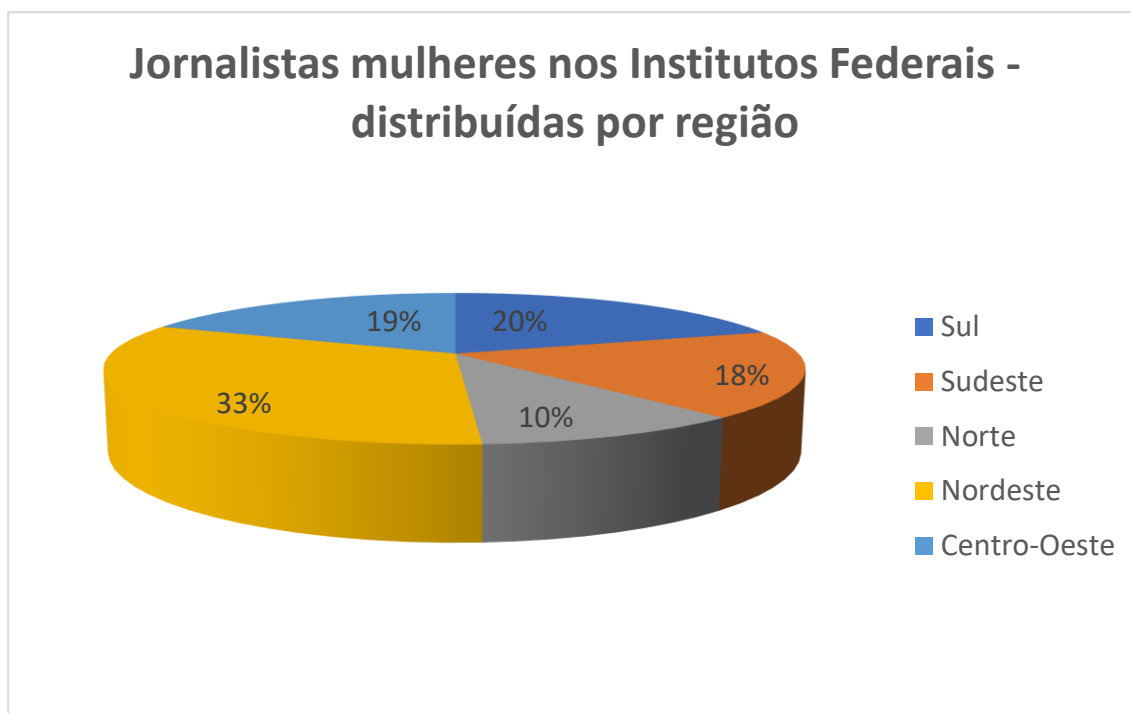
Instituto	Quantidade
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	15
Instituto Federal de Goiás	14
Instituto Federal do Ceará	13
Instituto Federal de Pernambuco	11
Instituto Federal de Santa Catarina	9
Instituto Federal da Paraíba	8
Instituto Federal de Alagoas	8
Instituto Federal Fluminense	8
Instituto Federal da Bahia	7
Instituto Federal de Mato Grosso	7
Instituto Federal de Minas Gerais	7
Instituto Federal do Tocantins	7
Instituto Federal Catarinense	6
Instituto Federal de Roraima	6
Instituto Federal do Pará	6
Instituto Federal de São Paulo	5

Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	5
Instituto Federal Farroupilha	5
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	4
Instituto Federal de Sergipe	4
Instituto Federal do Espírito Santo	4
Instituto Federal do Sertão Pernambucano	4
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	4
Instituto Federal Goiano	4
Instituto Federal Baiano	3
Instituto Federal de Rondônia	3
Instituto Federal do Amapá	3
Instituto Federal do Maranhão	3
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	3
Instituto Federal do Piauí	3
Instituto Federal Sul-rio-grandense	3
Instituto Federal do Acre	2
Instituto Federal do Paraná	2
Instituto Federal de Brasília	1
Instituto Federal do Amazonas	1
Instituto Federal do Rio de Janeiro	1
Instituto Federal do Rio Grande do Norte	1
Instituto Federal do Triângulo Mineiro	0

Fonte: Elaboração própria com base em dados coletados pela autora no Portal da Transparência>Downloads>Servidores. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/download-dados/servidores>. Acesso em: 11 jun. 2022.

A região Nordeste segue tendo o maior número também de profissionais mulheres, totalizando 65 profissionais, como pode ser visualizado no gráfico 9 - Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por região. Esse é um dado interessante para aprofundar na pesquisa porque, se considerarmos o mercado privado, essa realidade não se repete.

Gráfico 9 – Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por região (Etapa 1)



Fonte: Elaboração própria com base em dados coletados pela autora no Portal da Transparência>Downloads>Servidores. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/download-dados/servidores>. Acesso em: 11 jun. 2022.

E quando fazemos a divisão por estado, a maior concentração de jornalistas mulheres também permanece no Rio Grande do Sul, na região Sul do Brasil, como pode ser visualizado no gráfico 4 - Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por estado.

Gráfico 10 – Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por Estado (Etapa 1)



Fonte: Elaboração própria com base em dados coletados pela autora no Portal da Transparência>Downloads>Servidores. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/download-dados/servidores>. Acesso em: 11 jun.2022.

A maioria das profissionais, 33%, segundo dados coletados que compilamos do Portal Transparência, está no cargo de jornalista, no serviço público, e no órgão entre 9 e 12 anos; e 32% estão nas mesmas condições entre 6 e 9 anos, como pode ser visualizado nos gráficos abaixo.

Gráfico 11 – Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por tempo no cargo (Etapa 1)



Fonte: Elaboração própria com base em dados coletados pela autora no Portal da Transparência>Downloads>Servidores. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/download-dados/servidores>. Acesso em: 11 jun. 2022.

Gráfico 12 – Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por tempo no serviço público (Etapa 1)



Fonte: Elaboração própria com base em dados coletados pela autora no Portal da Transparência>Downloads>Servidores. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/download-dados/servidores>. Acesso em: 11 jun. 2022.

Gráfico 13 – Distribuição dos jornalistas dos Institutos Federais por tempo no órgão (Etapa 1)



Fonte: Elaboração própria com base em dados coletados pela autora no Portal da Transparência>Downloads>Servidores. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/download-dados/servidores>. Acesso em: 11 jun. 2022.

A partir dos dados do questionário pré-teste (Etapa 2), que foi respondido por 29 profissionais jornalistas dos diversos Institutos Federais brasileiros, tivemos uma ideia inicial do que podíamos ampliar para o cenário nacional para confirmarmos ou não nossas impressões, que são apresentadas nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 6: CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DAS E DOS JORNALISTAS DOS IFs (ETAPA 2)

A etapa inicial da pesquisa empírica (levantamento de dados no Portal da Transparência e Painel Estatístico de Pessoal) – Etapa 1 - , na qual realizamos uma distribuição quantitativa por meio do Portal da Transparência e do Painel Estatístico de Pessoal, permitiu-nos coletar informações gerais acerca dos jornalistas que desempenham suas atividades nos Institutos Federais (IFs). Subsequentemente, na segunda fase da pesquisa (Etapa 2), aplicamos um questionário *on-line* com o propósito de aprofundar nosso entendimento sobre esses profissionais e entender como suas carreiras se desenvolveram em termos de características gerais.

Conforme detalhado no capítulo dedicado aos procedimentos metodológicos, o objetivo primordial era complementar o levantamento de informações, de modo a obter um retrato completo do perfil do jornalista que atua nos IFs. Por meio da aplicação do questionário, buscamos coletar informações pessoais dos profissionais, incluindo estado civil, formação acadêmica, local de nascimento e residência atual. Além disso, investigamos aspectos relacionados às trajetórias profissionais, como idade, tempo de atuação como jornalista profissional e no âmbito dos IFs, bem como as funções desempenhadas antes de ingressarem no serviço público. Também procuramos obter informações sobre renda atual e durante o período de graduação, além de identificar os motivos que levaram esses profissionais a prestar o concurso público e a razão pela qual continuam trabalhando nos Institutos Federais, entre outros esclarecimentos relevantes.

Convidamos, por meio de WhatsApp, telefonemas e e-mails, o máximo de jornalistas que atuam nos IFs que conseguimos, sendo que o total, conforme obtivemos no Portal da Transparência, naquele momento, era de 298 profissionais. No período em que a pesquisa esteve no ar, recebemos 173 respostas, todas válidas, o que corresponde a 58% dos jornalistas de todas as unidades dos institutos federais brasileiros.

Os respondentes da nossa pesquisa estão entre os 34,9% dos jornalistas brasileiros que atuam fora da mídia, segundo a Pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro (Lima *et al.*, 2022) realizada em 2021. Esse grupo que atua fora da mídia integra as atividades de assessoria de imprensa ou de comunicação, produtoras de conteúdo para mídias digitais ou ainda outras atividades que utilizem conhecimento jornalístico.

Assim como em nossa pesquisa, o maior percentual desses jornalistas indicou que sua atividade principal é realizada em assessorias de imprensa, seja em empresas ou órgãos públicos

como os IFs, agências de comunicação e organizações do terceiro setor ou da sociedade civil, além de assessorias junto a políticos e sindicatos, por exemplo.

Dos jornalistas brasileiros que atuam no setor público, a maior parte se encontra na esfera estadual (38,7%), seguida pela municipal (12,9%) e a federal concentra 11%. Outros 5,4% atuam em organizações de propriedade mista. Quando olhamos especificamente para os profissionais que estão na esfera federal, 24,2% dos jornalistas estão no poder Executivo, categoria em que se enquadram os jornalistas dos IFs, outros 6,9% estão no poder Legislativo, 2,3% no Judiciário e ainda 0,9% no Ministério Público. Outros 6,6% disseram trabalhar em outros órgãos que se posicionam entre o setor público e o privado, tais como autarquias, conselhos de classe, entre outros (Lima *et al.*, 2022).

Para apresentar os dados que coletamos em nossa pesquisa, realizada via questionário *on-line* (Etapa 2), traremos dados de outras pesquisas já realizadas no Brasil na área de jornalismo, como o estudo Perfil do Jornalista Brasileiro (Lima *et al.*, 2022). Esses dados nos permitirão fazer análises sobre em quais aspectos os jornalistas dos IFs se aproximam ou se distanciam do perfil nacional, tomando como particularidade a atuação no serviço público.

Em nossa pesquisa, tivemos respondentes dos 38 Institutos Federais brasileiros e, em algumas unidades, a pesquisa foi respondida por todos os jornalistas que trabalham naquele órgão, o que representa uma forte adesão dos profissionais à pesquisa. Ao ir a campo, identificamos algumas divergências entre os dados coletados no Portal da Transparência e o informado pelo próprio Instituto Federal. Essas inconsistências, de uma forma geral, não alteram o número total, pois tratam-se de cessões ou redistribuições, que impactaram, principalmente, nos nomes dos profissionais e não necessariamente na quantidade. Na tabela 3, apresentamos a divisão de respondentes desta pesquisa por Instituto Federal.

A maior concentração de respondentes da nossa pesquisa está no Instituto Federal do Ceará (IFCE), com 9%, e no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), com 7%. Estes também são os institutos que abrigam a maior quantidade de jornalistas, de acordo com o coletado no Portal da Transparência. Na sequência de profissionais respondentes, temos o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), com 6%, e os Institutos de Minas Gerais (IFMG) e de Pernambuco (IFPE), com 5% de participação cada um. Dessa forma, nosso maior número de respondentes (35%) vem da região Nordeste do Brasil. Das regiões Sudeste e Sul vêm 22% e 19%, respectivamente, e das regiões Norte e Centro-Oeste, 12,5% e 11,5%, respectivamente.

Do estado de Minas Gerais vem o maior número de respostas (12,1%). O estado tem cinco institutos federais e tivemos respondentes de quatro deles. Na sequência, estão os estados do Rio Grande do Sul (9,9%), Ceará (9%) e Pernambuco (9%), Santa Catarina (8%) e Goiás

(8%). A ausência de um estado da região Norte impede que todas as regiões estivessem representadas nas primeiras posições referentes à quantidade de respondentes.

Tabela 3 – Divisão dos/das jornalistas respondentes da pesquisa por Instituto Federal (Etapa 2)

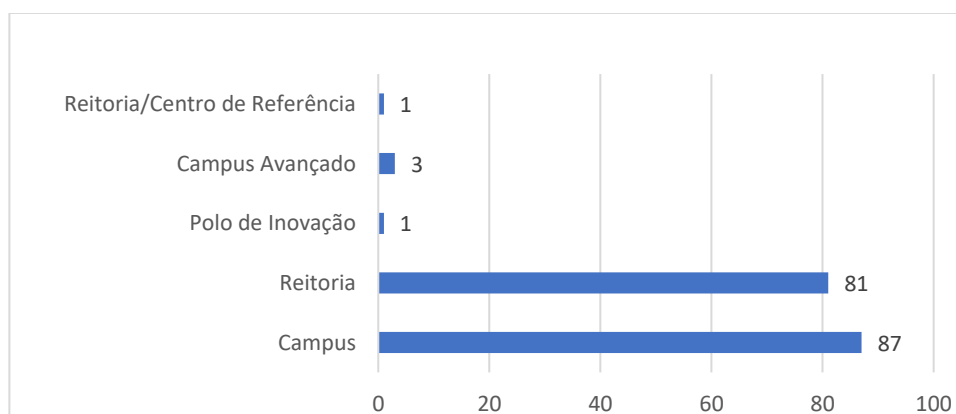
Instituto Federal	Quantidade de respondentes	Percentual
Instituto Federal do Ceará	15	9,0%
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	12	7,0%
Instituto Federal de Santa Catarina	10	6,0%
Instituto Federal de Minas Gerais	9	5,2%
Instituto Federal de Pernambuco	9	5,2%
Instituto Federal de Alagoas	7	4,0%
Instituto Federal de Goiás	7	4,0%
Instituto Federal do Maranhão	7	4,0%
Instituto Federal do Pará	7	4,0%
Instituto Federal Fluminense	7	4,0%
Instituto Federal Goiano	7	4,0%
Instituto Federal da Bahia	6	3,5%
Instituto Federal da Paraíba	6	3,5%
Instituto Federal de São Paulo	6	3,5%
Instituto Federal do Sertão Pernambucano	6	3,5%
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	6	3,5%
Instituto Federal Catarinense	4	2,3%
Instituto Federal do Piauí	4	2,3%
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	4	2,3%
Instituto Federal Farroupilha	4	2,3%
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	3	1,7%
Instituto Federal de Brasília	2	1,1%
Instituto Federal de Rondônia	2	1,1%
Instituto Federal de Roraima	2	1,1%
Instituto Federal de Sergipe	2	1,1%
Instituto Federal do Amapá	2	1,1%
Instituto Federal do Espírito Santo	2	1,1%
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	2	1,1%
Instituto Federal do Paraná	2	1,1%
Instituto Federal do Rio de Janeiro	2	1,1%
Instituto Federal do Tocantins	2	1,1%
Instituto Federal Baiano	1	0,6%
Instituto Federal de Mato Grosso	1	0,6%
Instituto Federal do Acre	1	0,6%
Instituto Federal do Amazonas	1	0,6%
Instituto Federal do Rio Grande do Norte	1	0,6%
Instituto Federal Sul-rio-grandense	1	0,6%
Total	173	100%

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Os Institutos Federais são autarquias de regime especial de base educacional humanística-técnico-científica com estrutura pluricurricular e multicampi. Eles são compostos por reitorias e campi, em alguns casos, avançados, que apresentam estruturas menores. São especializados na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. Ainda fazendo parte da estrutura dos IFs existem os Polos de Inovação¹⁶, que são credenciados pela rede Embrapii.

Mais de metade dos participantes da pesquisa estão distribuídos nos campi, representando 50,3% do total. Esses campi estão localizados em diversas cidades brasileiras, abrangendo tanto regiões metropolitanas quanto áreas do interior. As reitorias, que normalmente têm sede nas capitais ou em cidades maiores dos estados, concentram 46,8% dos jornalistas que participaram da pesquisa.

Gráfico 14 – Lotação dos/das jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O serviço público tem uma característica muito marcante que é a estabilidade no cargo. Uma vez ingressado via concurso público, o servidor só deixa seu posto mediante pedido de exoneração - feito por vontade própria -, demissão após responder processo administrativo ou ao se aposentar, portanto, quando pesquisamos a idade de um determinado grupo em uma determinada época e fazemos a mesma pesquisa tempos depois, a faixa etária daquele grupo tende a ter aumentado por, provavelmente, se tratar das mesmas pessoas respondentes.

¹⁶ Os Polos de Inovação têm o objetivo de desenvolver e inovar a indústria local e nacional atendendo às demandas empresariais por desenvolvimento tecnológico. Essas instituições realizam, por meio de projetos de pesquisas aplicadas e da qualificação de recursos humanos para ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação com a finalidade de promover o aumento da competitividade e da produtividade da economia nacional (Fonte: MEC. Polos de Inovação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii IF). [s/d]. Disponível em: [Polos de Inovação - Ministério da Educação \(mec.gov.br\)](https://mec.gov.br). Acesso em 17 set. 2023.

Os respondentes da nossa pesquisa, em 2022, se situavam majoritariamente na faixa etária entre 31 e 40 anos (65,3%), seguidos pela faixa de 41 a 50 anos (26,6%). O número de respondentes com até 30 anos é bem pequeno (1,7%)s algo que podemos atribuir ao fato de profissionais com essa idade estarem iniciando na profissão e ainda nos veículos de redação. Com idades entre 51 e 60 anos, temos 5,8% e, acima de 60 anos, tivemos um respondente, o que equivale a 0,6%.

Com base nos dados coletados em 2021 pela Pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro (Lima *et al.*, 2022), revelou-se que dentro do grupo de jornalistas atuantes fora da mídia, 58,9% situam-se na faixa etária entre 23 e 40 anos. Notavelmente, a predominância nessa faixa etária é observada nas mulheres entre 31 e 40 anos, abarcando 32,7% do total. Esses resultados demonstram uma notável coincidência entre a composição etária dos participantes de nossa pesquisa e a maioria demográfica dos jornalistas brasileiros em geral.

No contexto mais abrangente da categoria de jornalistas brasileiros, permanece evidente a presença de profissionais com idades até 40 anos. O segundo maior agrupamento etário, compreendendo profissionais entre 23 e 30 anos, corresponde a 25,2%. Ao somar as faixas etárias de 18 a 22 anos, 23 a 30 anos e 31 a 40 anos, constatamos que 62,5% dos jornalistas desta faixa etária - 18 a 40 anos - estão engajados no setor da mídia, enquanto fora da mídia essa soma representa 62,7%.

Uma informação adicional relevante proveniente do estudo Perfil do Jornalista Brasileiro (Lima *et al.*, 2022) é que 17,1% das mulheres atuantes fora da mídia estão empregadas em organizações públicas ou governamentais, por isso, vamos dedicar o próximo capítulo a falar sobre as mulheres jornalistas que atuam nos Institutos Federais.

Tabela 4 – Faixa etária dos/das jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)

Faixa etária	Quantidade	Percentual
Até 30 anos	3	1,7%
31 a 40 anos	113	65,3%
41 a 50 anos	46	26,6%
51 a 60 anos	10	5,8%
Acima de 60 anos	1	0,6%

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Nossa pesquisa revelou que a maioria dos profissionais jornalistas nos Institutos Federais são mulheres, totalizando 64,7% dos respondentes. Essa predominância feminina é consistentemente observada tanto entre os participantes deste estudo como no quadro geral de jornalistas nos IFs, corroborando os dados extraídos do Portal da Transparência, apresentados

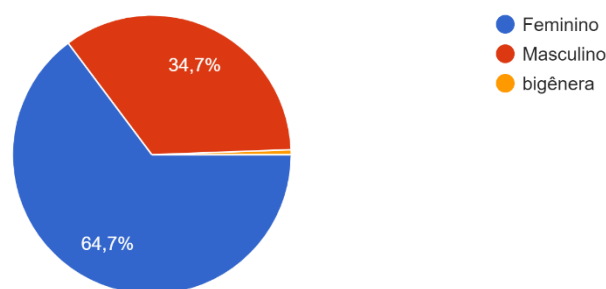
no capítulo anterior. Nesse contexto, o número de mulheres é quase o dobro do número de homens.

O questionário ofereceu três opções de resposta: masculino, feminino e outros. Nota-se que apenas um profissional se identificou como bigênera. Esses números refletem uma tendência em que os jornalistas que participaram da pesquisa mantêm posições alinhadas com concepções tradicionais de gênero, evidenciando uma predominância do gênero feminino na profissão.

A situação nos Institutos Federais espelha o cenário mais amplo dos jornalistas brasileiros, em que as mulheres representam 57,8% dos profissionais, enquanto os homens compreendem 41,9%. Além disso, 0,3% dos profissionais adotaram outras identificações, sendo a principal delas a de não-binário. É interessante observar que, segundo Lima *et al.* (2022), a análise de perfil nacional revela uma disparidade ainda maior entre os gêneros quando se trata do jornalismo fora da mídia, onde 69,3% são mulheres e 30,1% são homens. Isso demonstra uma desproporção significativa entre os gêneros nas áreas dentro e fora da mídia, sendo essa diferença ainda mais pronunciada do que quando se compara a razão masculino/feminino entre jornalistas que atuam na mídia e aqueles que atuam fora dela. Esses grupos representam a maioria esmagadora da categoria profissional.

A feminilização do jornalismo é um fenômeno observado no Brasil e em muitos países e trata-se da crescente entrada de mulheres na profissão. Nas redações, por exemplo, o número de mulheres passou de 28% dos profissionais do setor em perspectiva global, em 1995, para 37%, em 2009 (Lelo, 2019a) e segue aumentando. No entanto, como poderemos exemplificar no capítulo 9, em que apresentaremos as entrevistas realizadas com jornalistas mulheres dos IFs, a maioria numérica ou a paridade nos locais de trabalho não reduz as desigualdades de condições entre os gêneros.

Gráfico 15 – Identificação de gênero dos/das jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Para dividir o grupo de respondentes da pesquisa segundo a identidade étnico-racial, seguimos a classificação utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre os respondentes, 65,3% se identificaram como brancos e 32,9% como pretos e pardos. Especificamente para este segundo grupo, perguntamos se eles se autodeclaravam negros e apenas 3% responderam negativamente. Entre os nossos respondentes, tivemos apenas dois representantes autodeclarados amarelo e um autodeclarado indígena.

A predominância branca está presente também na categoria nacional. São 67,8% de autodeclarados brancos e 29,9% de autodeclarados pretos e pardos (Lima *et al.*, 2022), uma diferença bastante significativa, principalmente se consideramos que a maioria da população brasileira se autodeclarada preta ou parda.

A comparação dos dados da nossa pesquisa com os dados do Perfil do Jornalista Brasileiro (Lima *et al.*, 2022), mostra que a proporção de brancos na nossa amostra é menor do que na pesquisa nacional (65,3% versus 76,6%), já a proporção de pardos é maior (28,3% versus 19,3%) e a proporção de negros é de 4,6% versus 2,7%. A proporção de amarelos e indígenas é menor em ambas as pesquisas, o que pode indicar um problema de representatividade dessas populações em diferentes áreas da sociedade.

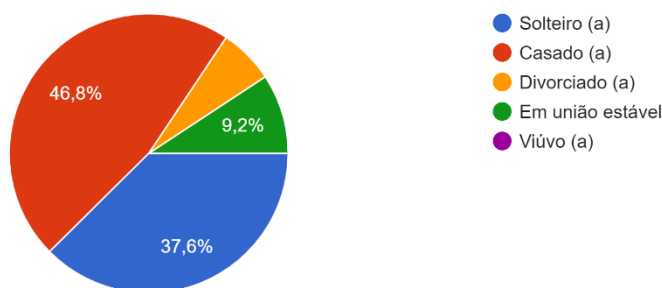
Tabela 5 – Identificação étnico-racial dos/das jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)

Cor/raça/etnia	Quantidade	Percentual
Branca	113	65,3%
Parda	49	28,3%
Preta	8	4,6%
Amarela	2	1,2%
Indígena	1	0,6%

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

A maioria dos membros do nosso grupo de respondentes é composta por indivíduos em estado civil de casados, abrangendo 46,8% dos participantes, além de 9,2% que estão em união estável. Por outro lado, 37,6% estão solteiros e 6,4% relataram ser divorciados. Essa composição contrasta com a categoria nacional de jornalistas, onde a maior parcela é de solteiros, correspondendo a 49,4%, seguidos por 28% de casados e 12,6% em união estável. No que diz respeito aos divorciados e separados, os números são semelhantes, totalizando 8,5%. Curiosamente, na categoria nacional, há também um grupo de viúvos, representando 0,9%, embora nenhum participante de nossa pesquisa tenha se identificado como tal.

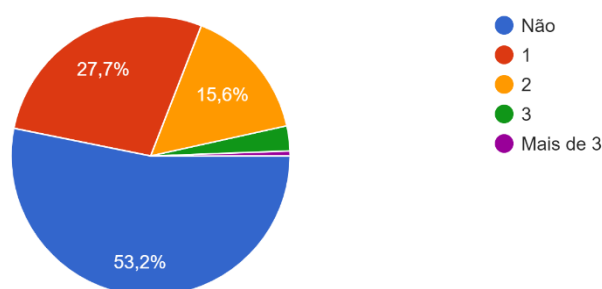
Gráfico 16 – Estado civil dos/das jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A análise dos dados revelou que, entre os jornalistas participantes da nossa pesquisa, 53,2% não possuem filhos, enquanto 27,7% são pais ou mães de um único filho e 15,6% têm dois filhos. Apenas uma minoria, representando 3,5% dos respondentes, possui três ou mais filhos. Essa tendência é similar à observada na categoria nacional. Entretanto, no contexto nacional, a proporção de profissionais sem filhos é ainda mais acentuada, alcançando 61,6%. Além disso, 18,3% possuem um único filho, 14,3% têm dois filhos e 5,8% são pais ou mães de três ou mais filhos (Lima *et al.*, 2022).

Gráfico 17 – Quantidade de filhos dos/das jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)



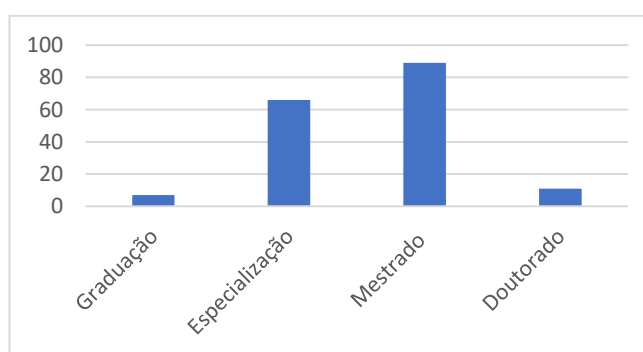
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Uma constatação que desperta nossa atenção ao analisar tanto o cenário do emprego privado quanto do setor público no âmbito da profissão de jornalista é a notável prevalência de profissionais que têm o grau de mestrado, particularmente no contexto do IF (Instituto Federal). Isso reflete um compromisso da instituição com a capacitação avançada e ainda que, atuando no IF, o jornalista tem mais condições de se dedicar ao mestrado, seja com carga horária reduzida ou afastamento de suas tarefas. Surpreendentemente, mais da metade, ou seja, 51,4%

dos jornalistas, já ostentam esse título, enquanto, adicionalmente, 6,4% alcançaram o patamar de doutorado. Um contingente de 38,2% concluiu cursos de especialização.

A comparação com a estatística nacional revela uma disparidade significativa. Apenas 14,7% dos profissionais em nível nacional obtiveram o grau de mestrado e somente 4,7% trilharam o caminho até o doutorado. Mesmo no tocante à especialização, a proporção é menor, situando-se em 28,6%. Esse contraste reforça ainda mais a ênfase na educação avançada por parte dos jornalistas atuantes no IF.

Gráfico 18 – Escolaridade dos/das jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)

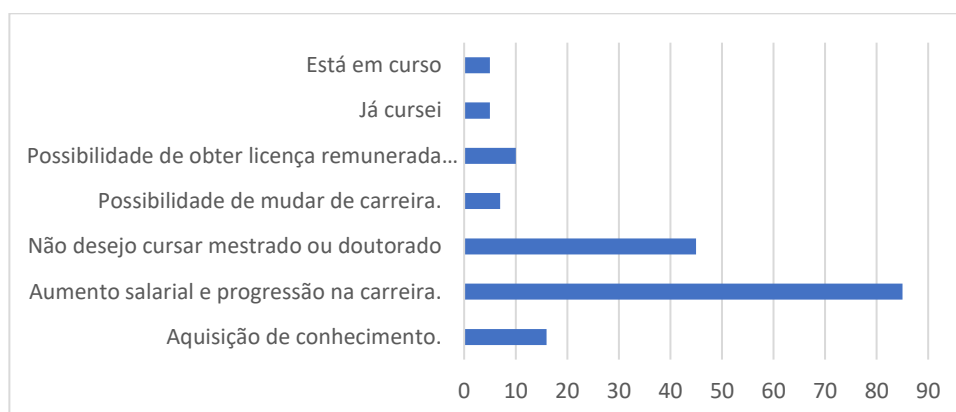


Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Seguindo com a nossa análise, uma hipótese que elaboramos para dar sentido a discrepância no grau de instrução é a relação entre o jornalista no setor público e a melhoria em sua remuneração à medida que avança em seu nível educacional. Em outras palavras, conforme progride de um diploma de graduação para uma especialização, desta para um mestrado e, em seguida, para um doutorado, ele recebe acréscimos salariais concomitantes à sua renda. Essa dinâmica tem potencial para gerar um impacto financeiro nas remunerações, especialmente considerando um contexto de escassos reajustes salariais. Ademais, a possibilidade de prosseguir com estudos avançados sem prejudicar o rendimento salarial enquanto se afasta das atribuições laborais também influencia essa tendência.

Na mesma linha de pensamento, 48,6% (quase a metade) dos jornalistas que têm a intenção de embarcar em programas de mestrado ou doutorado nos próximos dois anos são movidos pelo estímulo do aumento salarial e pela progressão na hierarquia profissional. Apenas uma parcela reduzida, 8,7%, indicou que sua motivação é adquirir conhecimentos. Enquanto isso, 24,9% não têm planos de realizar estudos de pós-graduação no período especificado.

Gráfico 19 – Motivos apontados pelos/pelas jornalistas respondentes para cursar mestrado ou doutorado (Etapa 2)

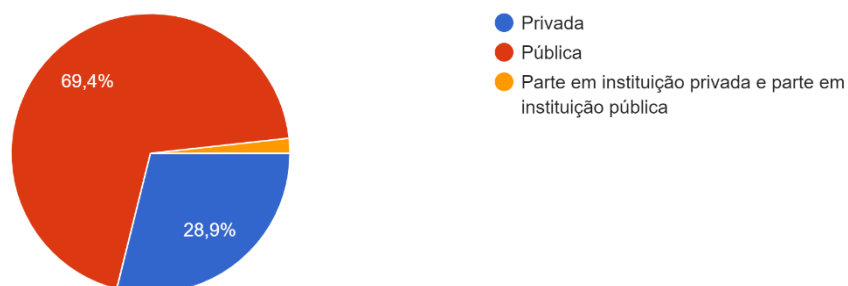


Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

As Universidades Estaduais ou Federais, os Centros de Educação e os Institutos Federais são instituições que fornecem a formação necessária para que os futuros profissionais adquiram competências dentro das profissões escolhidas. A formação nesses locais é vista como um processo de humanização, onde as atividades educativas contribuem para a construção da identidade do sujeito.

As instituições de ensino públicas desempenham um papel central na formação dos profissionais que responderam à nossa pesquisa, sendo a escolha de quase 70% para a conclusão de seus cursos de graduação. Em contraste, a dinâmica é invertida na categoria nacional. Cerca de 60% dos jornalistas do Brasil optam ou optaram por instituições de ensino privadas (Lima *et al.*, 2022).

Gráfico 20 – Tipo de instituição de conclusão da graduação dos/das jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)

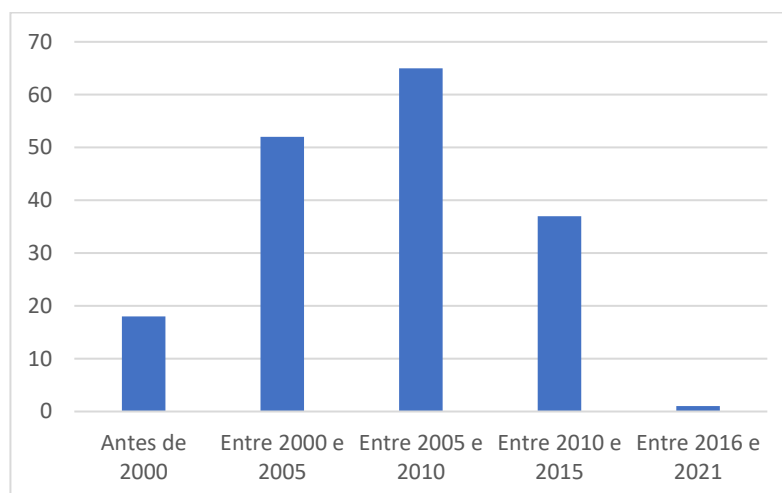


Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A maior parte de nossos respondentes obteve seus diplomas da graduação no período compreendido entre 2000 e 2010, com a maioria significativa (37,6%) situada no intervalo de 2006 a 2010. Aproximadamente 30% finalizaram seus cursos entre 2000 e 2005, enquanto 21,4% concluíram seus estudos entre 2010 e 2015.

Conforme Mick (2012) relata, até o final de 2011, o Brasil contabilizava cerca de 145 mil jornalistas oficialmente registrados, com mais da metade desses registros ocorrendo após o ano 2000. De acordo com a Pesquisa de Perfil do Jornalista Brasileiro realizada em 2011, estima-se que tenham ocorrido aproximadamente 92,5 mil registros profissionais entre os anos 2000 e 2011.

Gráfico 21 – Ano de conclusão da graduação dos/das jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)

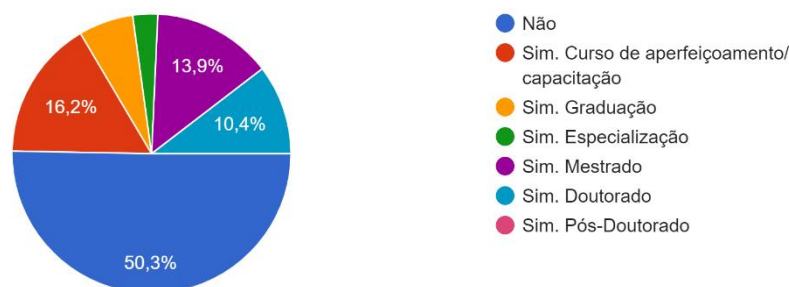


Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A proporção de 81,5% dos jornalistas que atuam nos IFs e que responderam à nossa pesquisa não têm um segundo curso de graduação, porém quase 50% dos profissionais estão atualmente envolvidos em atividades educacionais. Dentre estes, 6,4% estão matriculados em outro programa de graduação, o que pode significar uma futura mudança de carreira, um complemento na formação original, uma vantagem competitiva no mercado de trabalho ou na própria instituição ou ainda um interesse pessoal.

Uma fatia significativa, equivalente a 16,2%, está se dedicando a cursos de aperfeiçoamento ou capacitação, de caráter mais breve. Adicionalmente, 13,9% estão dedicados a programas de mestrado, 10,4% estão imersos em doutorados e 2,9% estão participando de cursos de especialização.

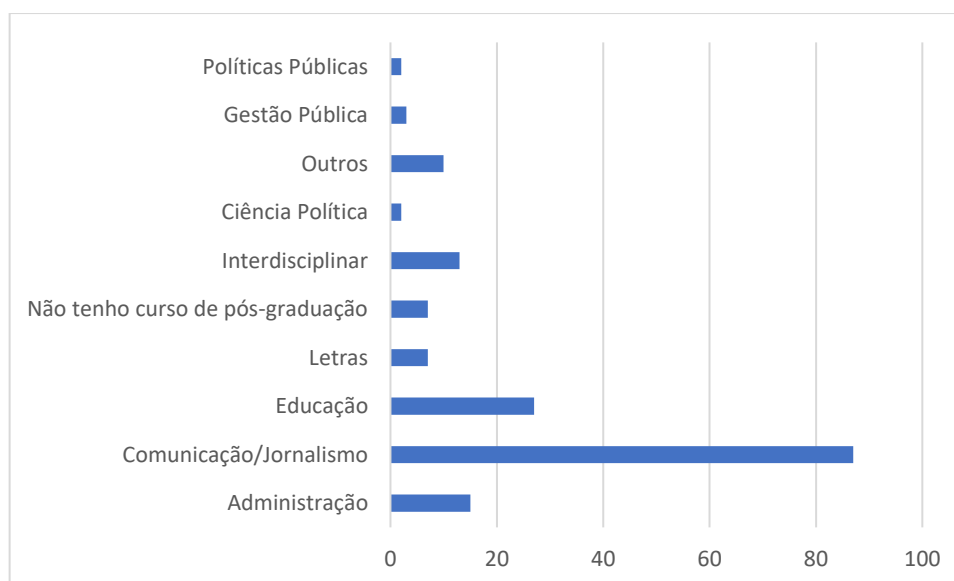
Gráfico 22 – Cursos atuais de estudo dos/das jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No que se refere ao âmbito da pós-graduação dos respondentes da nossa pesquisa, considerando que apenas 4% não têm qualquer qualificação nesse segmento, a predominância é notável na área de comunicação/jornalismo, compreendendo 50,3%. Subsequentemente, com uma representação de 14,5%, encontram-se cursos relacionados à educação. Essa constatação não é surpreendente, considerando o principal propósito dos Institutos Federais, que é o fornecimento de educação pública. Um percentual de 8,7% dos respondentes relatou ter qualificações na área de administração e, adicionalmente, cursos em campos diversos, tais como geografia, letras, sociologia, produção cultural, entre outros, totalizaram 22,5%.

Gráfico 23 – Áreas de concentração da pós-graduação dos/das jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)



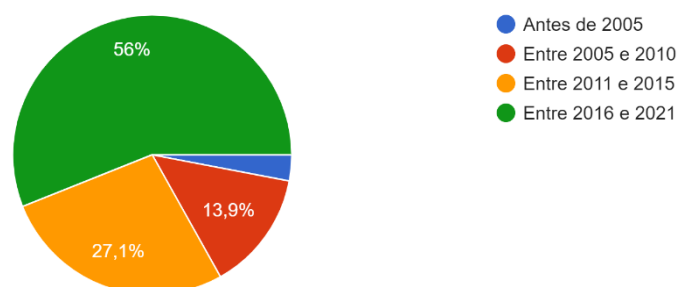
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Mais uma vez, constatamos que as instituições públicas foram as preferidas para prosseguir na trajetória educacional dos respondentes, porém com uma diferença mais sutil em comparação aos cursos de graduação, representando 52,4% em contraposição aos 46,4%. Um grupo menor optou por dividir seus estudos entre ambas as instituições educacionais.

Quando observamos o ano de conclusão dos cursos de pós-graduação, percebemos um predomínio no período compreendido entre 2016 e 2021, representando 56% dos casos, como evidenciado no Gráfico 24 - Ano de conclusão da pós-graduação dos respondentes. Importante ressaltar que a pergunta abordou o título mais elevado obtido, possibilitando inferir um aumento no número de mestres e doutores ao longo de 2021.

Dado que a maioria dos jornalistas respondentes da nossa pesquisa (37,6%) concluiu sua graduação entre 2005 e 2010, surge a indagação se esses profissionais adentraram imediatamente em programas de pós-graduação ou se houve um intervalo temporal que resultou em um aumento mais expressivo de conclusões entre os anos de 2016 e 2021.

Gráfico 24 – Ano de conclusão da pós-graduação dos/das jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)



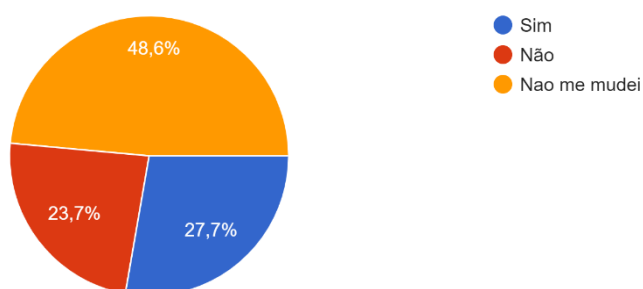
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O estado onde a maioria dos participantes da nossa pesquisa nasceu ou passou a maior parte de suas vidas foi Minas Gerais (12,7%), seguido pelo Rio Grande do Sul (11%), Ceará (10,4%) e Goiás (7,5%). Apesar das flutuações nos números, alguns aumentando e outros diminuindo, esses estados continuam sendo também as principais regiões de residência. Vale ressaltar que houve uma mudança notável em relação ao estado de Santa Catarina, que agora abriga 8,1% dos jornalistas como local de residência, enquanto apenas 5,8% declararam ter nascido lá.

No que tange à mudança de localidade devido à aprovação em concursos públicos, 48,6% dos jornalistas permaneceram onde estavam, não alterando sua residência. Por outro lado, 27,7% mudaram-se exclusivamente em decorrência da aprovação no concurso. Entre

aqueles que mudaram de estado, totalizando 23,7%, a mudança não foi impulsionada pelo concurso público, mas sim por outras razões.

Gráfico 25 – Mudança dos/das jornalistas respondentes dos/das jornalistas respondentes da pesquisa em virtude do concurso público (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Na Pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro, um aspecto de destaque é a concentração significativa de jornalistas em três estados da região Sudeste, totalizando 61,5%: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. São Paulo lidera com 36,5% dos profissionais do país, seguido por Minas Gerais (11,6%) e Rio de Janeiro (11,1%). O Distrito Federal abriga o quarto maior contingente, representando 5,3% dos jornalistas. Logo em seguida, encontram-se Paraná (4,4%), Rio Grande do Sul (4%), Santa Catarina (3,2%), Bahia (3%), Pernambuco (2,4%) e Espírito Santo (2,4%), enquanto o Ceará (2,1%) encerra o rol dos dez primeiros (Lima *et al.*, 2022).

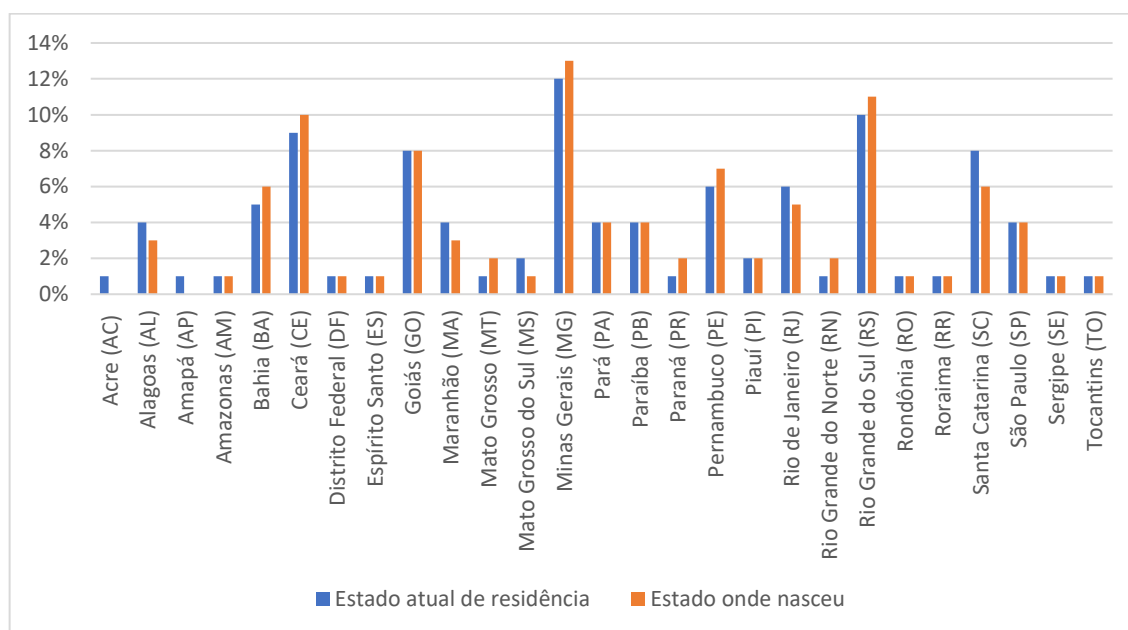
Portanto, em termos regionais, o Nordeste se posiciona como a segunda região com a maior concentração de jornalistas brasileiros, representando 13,1% do total. Em seguida, vem o Sul com 11,6%, Centro-Oeste com 4,5% e, por fim, o Norte, com um somatório de 3% (Lima *et al.*, 2022).

No cenário midiático, São Paulo desponta como o principal polo de atuação, englobando 41,3% dos jornalistas em atividade. Um detalhe notável nesse contexto é que, nesse grupo, a parcela masculina é ligeiramente superior, correspondendo a 50,6% (Lima *et al.*, 2022). Esse padrão contrasta com a categoria em geral, que é predominantemente feminina.

Quando direcionamos a atenção aos jornalistas vinculados aos Institutos Federais, uma tendência se manifesta: a maior concentração de profissionais está na região Nordeste, com uma explicação intrínseca. Os Institutos Federais, criados em 2008 e expandindo substancialmente até 2014, encontraram na região Nordeste o segundo maior contingente de estudantes de ensino

superior, compreendendo 19,2% do total de matrículas (Araújo, 2013). A criação de 128 *campi* dos Institutos Federais gerou inúmeras oportunidades tanto para estudantes quanto para professores e técnicos administrativos, incluindo jornalistas. Com ótimas condições de trabalho e remuneração atrativa, essas instituições se firmaram como locais atrativos para a prática jornalística.

Gráfico 26 – Comparação entre estado em que nasceu e estado em que mora atualmente dos/das jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Tabela 6 – Estado em que nasceu os/as jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)

Estado onde nasceu ou em que residiu a maior parte da vida	Quantidade	Percentual
Alagoas (AL)	6	3%
Amazonas (AM)	1	1%
Bahia (BA)	11	6%
Ceará (CE)	18	10%
Distrito Federal (DF)	1	1%
Espírito Santo (ES)	2	1%
Goiás (GO)	13	8%
Maranhão (MA)	6	3%
Mato Grosso (MT)	3	2%
Mato Grosso do Sul (MS)	2	1%
Minas Gerais (MG)	22	13%
Pará (PA)	7	4%
Paraíba (PB)	7	4%
Paraná (PR)	4	2%

Pernambuco (PE)	12	7%
Piauí (PI)	4	2%
Rio de Janeiro (RJ)	9	5%
Rio Grande do Norte (RN)	3	2%
Rio Grande do Sul (RS)	19	11%
Rondônia (RO)	2	1%
Roraima (RR)	2	1%
Santa Catarina (SC)	10	6%
São Paulo (SP)	7	4%
Sergipe (SE)	1	1%
Tocantins (TO)	1	1%

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Tabela 7 – Estado atual de residência dos/das jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)

Estado atual de residência	Quantidade	Percentual
Acre (AC)	1	1%
Alagoas (AL)	7	4%
Amapá (AP)	2	1%
Amazonas (AM)	1	1%
Bahia (BA)	9	5%
Ceará (CE)	16	9%
Distrito Federal (DF)	2	1%
Espírito Santo (ES)	2	1%
Goiás (GO)	14	8%
Maranhão (MA)	7	4%
Mato Grosso (MT)	1	1%
Mato Grosso do Sul (MS)	4	2%
Minas Gerais (MG)	20	12%
Pará (PA)	7	4%
Paraíba (PB)	7	4%
Paraná (PR)	2	1%
Pernambuco (PE)	11	6%
Piauí (PI)	4	2%
Rio de Janeiro (RJ)	10	6%
Rio Grande do Norte (RN)	1	1%
Rio Grande do Sul (RS)	17	10%
Rondônia (RO)	1	1%
Roraima (RR)	2	1%
Santa Catarina (SC)	14	8%
São Paulo (SP)	7	4%
Sergipe (SE)	2	1%
Tocantins (TO)	2	1%

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

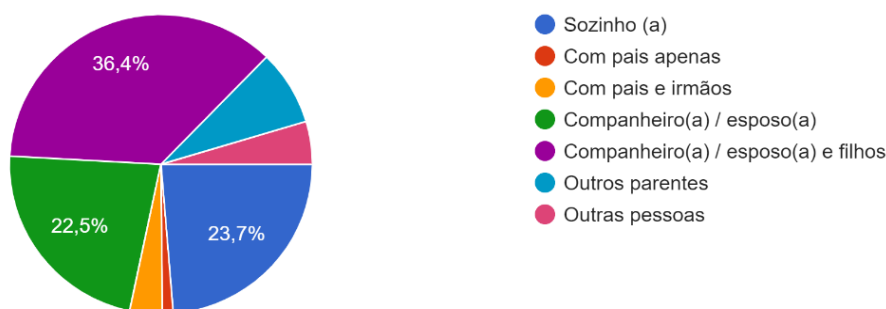
Uma parcela bastante reduzida (2,3%) dos jornalistas respondentes da nossa pesquisa reside em moradias cedidas ou emprestadas, enquanto 33,5% moram em casas alugadas. Isso

indica que quase metade já conquistou sua própria casa (41,6%) ou encontra-se em processo de aquisição por meio de financiamento imobiliário (22,5%).

Quanto à configuração de convivência, 36,4% dos respondentes compartilham suas residências com parceiros(as)/cônjuges e filhos. Por sua vez, 23,7% residem sozinhos e 22,5% compartilham o lar somente com seu(sua) parceiro(a)/cônjuge.

Esses profissionais, em sua maioria, 72,3%, moram perto do trabalho, pois gastam até 30 minutos para se deslocarem até o Instituto Federal, enquanto 5,2% ainda gastam mais de 1 hora e 30 minutos no deslocamento. Nesse intervalo, ou seja, de 30 minutos a 1 hora e de 1 hora até 1 hora e meia estão 22,5% dos jornalistas respondentes da pesquisa.

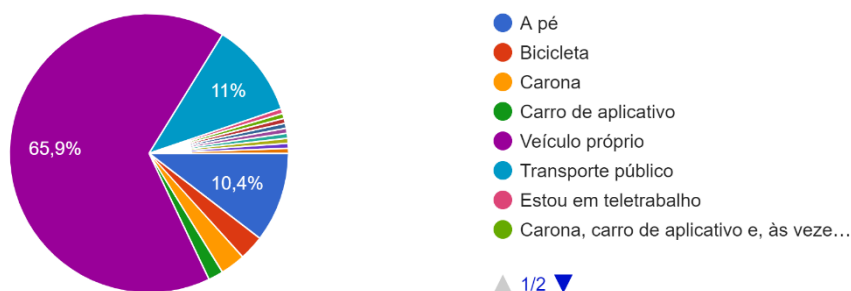
Gráfico 27 – Com quem os/as jornalistas respondentes da pesquisa dividem a residência (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A maioria dos jornalistas respondentes da pesquisa, representando 65,9%, percorre o trajeto de casa até o trabalho utilizando seu próprio veículo. Enquanto isso, 11% optam pelo transporte público e 10,4% escolhem a opção de caminhar. Nota-se que, durante a realização da pesquisa, três profissionais informaram estar praticando o teletrabalho, uma tendência que possivelmente será adotada por outros jornalistas num futuro não muito distante.

Gráfico 28 – Meio de transporte utilizado pelos/pelas jornalistas respondentes da pesquisa para irem até o trabalho (Etapa 2)



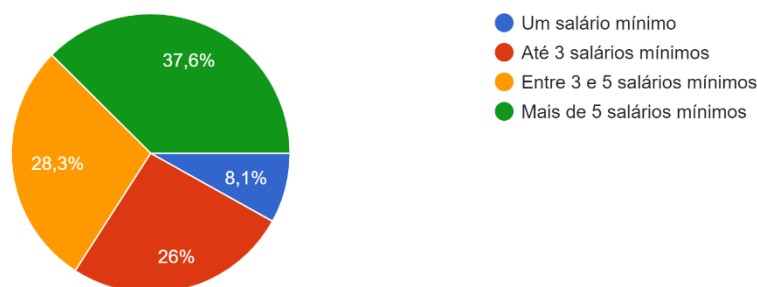
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Uma das temáticas centrais que fundamenta nossa pesquisa é o impacto do chamado teto de vidro - gênero, raça e classe social - na trajetória profissional dos jornalistas dos IFs, independentemente da área de atuação. Para avaliar os dados atuais, direcionamos o olhar para as características do núcleo familiar de origem de cada indivíduo.

Dentro do nosso grupo, observamos uma maioria representativa, correspondendo a 37,6% dos respondentes, cujas famílias, à época da formação em jornalismo, dispunham de uma renda superior a 5 salários mínimos por pessoa. Outros 28,3% situam-se na faixa entre 3 e 5 salários mínimos, enquanto 26% reportam renda inferior a 3 salários mínimos. Além disso, 8,1% relataram que suas famílias contavam com uma renda de um salário mínimo.

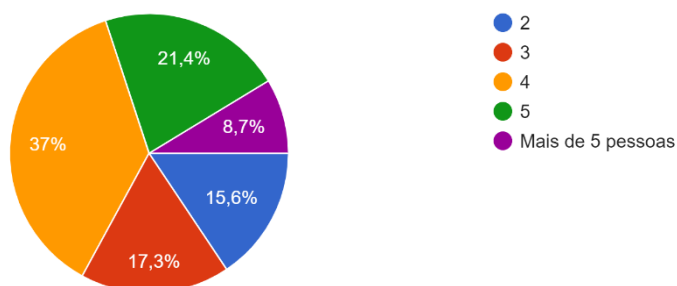
Em 37% das respostas, observou-se que o grupo familiar beneficiário daquela renda era constituído por 4 pessoas. Para 21,4% dos respondentes, o grupo familiar era composto por 5 pessoas.

Gráfico 29 – Renda familiar dos/das jornalistas respondentes da pesquisa à época da formação em jornalismo (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Gráfico 30 – Compartilhamento da renda dos/das jornalistas respondentes da pesquisa à época da formação em jornalismo (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Uma maioria significativa dos jornalistas respondentes em nosso estudo, totalizando 72,8%, residia com suas famílias em habitações próprias, enquanto 19,7% viviam em residências alugadas. Adicionalmente, 5,2% moravam em casas adquiridas por meio de financiamento e 2,3% moravam em casas cedidas.

Seguindo com nossa análise, na tentativa de estabelecer as bases familiares dos jornalistas, examinamos a escolaridade dos seus pais e mães e, nessa situação, aparecem disparidades de gênero notáveis. Nesse contexto, constatamos que as mães apresentam um nível de escolaridade mais elevado: 22,5% delas com grau de pós-graduação, enquanto apenas 12,7% dos pais alcançaram esse patamar. Apenas um total de 26,6% dos pais e 23,7% das mães têm formação em nível de graduação. As proporções são semelhantes no que diz respeito ao ensino médio completo, sendo 24,9% dos pais e 23,1% das mães.

Quando se trata do menor grau de escolaridade, ou seja, ensino fundamental incompleto, os pais predominam, representando 19,1%, enquanto as mães nessa categoria totalizam 13,9%. O analfabetismo apresenta uma parcela muito pequena para ambos, pais e mães, totalizando 1,2% e 1,7%, respectivamente.

Tabela 8 – Escolaridade dos pais e mães dos/das jornalistas respondentes da pesquisa
(Etapa 2)

Escolaridade	Pais	Mães
Analfabeto(a)	1,2%	1,7%
Fundamental incompleto (1º ao 9º ano)	19,1%	13,9%
Fundamental completo	6,9%	5,8%
Médio incompleto	2,3%	6,4%
Médio completo	24,9%	23,1%
Superior incompleto	6,4%	2,9%
Superior completo	26,6%	23,7%
Pós-graduado(a)	12,7%	22,5%

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

A faixa salarial bruta de 52% dos profissionais em nosso estudo situa-se entre 6 e 8 salários mínimos, o equivalente a aproximadamente R\$7.272,00 e R\$9.696,00, mas há uma parcela de quase um terço dos profissionais (28,9%) que recebem até 5 salários mínimos, o equivalente a R\$6.510,00. Em comparação, entre os jornalistas brasileiros, de acordo com a pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro (Lima *et al.*, 2022), apenas 27,1% indicaram ganhos entre R\$5.501,00 e R\$11 mil e 63% dos profissionais enquadrados fora da mídia relataram rendimentos de até R\$5,5 mil. Logo, os profissionais que atuam nos Institutos Federais têm rendimentos superiores à maioria do segmento.

Adicionalmente, quando contrastamos os ganhos dos jornalistas do IFs com os dos jornalistas em todo o país, temos que 59,2% da categoria recebem até R\$5,5 mil. A faixa de renda mais frequente para 26,9% dos jornalistas na mídia é de R\$5,501 a R\$11 mil, percentual muito próximo do observado no cenário geral, sugerindo que os profissionais fora da mídia tendem a ter ganhos menores. A renda média daqueles que trabalham na mídia fica abaixo de R\$5,5 mil, com mais de 30% recebendo menos de R\$3,3 mil, um grupo que demanda atenção especial em estudos sobre precarização (Lima *et al.*, 2022).

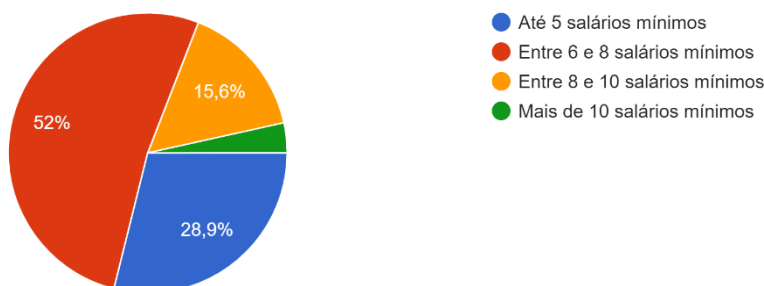
Quando abordamos os rendimentos dos jornalistas dos Institutos Federais, 43,9% dos respondentes afirmaram que sua remuneração líquida mensal é suficiente para cobrir todas as despesas mensais, enquanto 30,1% disseram que é possível às vezes e 26% disseram que não é possível. No quesito em que a remuneração mensal é suficiente para cobrir as despesas, os

números são próximos da média nacional, que é de 40,1%. Na opção "às vezes", responderam 23,9%, enquanto aqueles que consideraram sua renda insuficiente totalizaram 36,1%, um aumento de dez pontos percentuais em relação aos jornalistas dos Institutos Federais.

Apenas 12,1% dos jornalistas respondentes da nossa pesquisa que atuam nos Institutos Federais têm uma segunda fonte de renda, pois o Instituto Federal é a única origem de renda para 87,9% dos respondentes. Em comparação, a nível nacional, 52,7% dos jornalistas têm apenas um emprego ou fonte de renda; 28,6% têm dois empregos e 2,4% chegam a acumular quatro ou mais empregos, um dado preocupante (Lima *et al.*, 2022).

Algumas hipóteses levantadas por Lima *et al.* (2022) para o acúmulo de empregos sugerem que a maioria dos informantes da categoria nacional está mais próxima do valor inicial de R\$ 5.501,00 do que do valor final de R\$ 11.000,00 ou que possa haver uma desvalorização salarial devido à perda do poder de compra.

Gráfico 31 – Faixa de renda bruta dos/das jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)



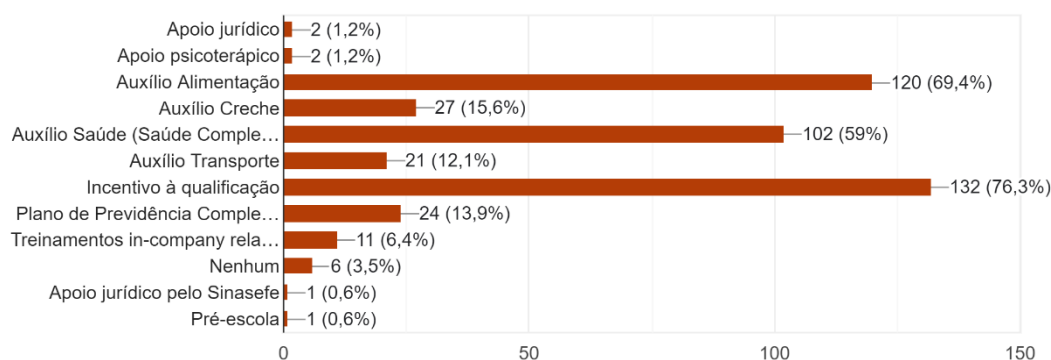
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Os jornalistas do nosso estudo relataram receber benefícios e apoio relacionados ao seu trabalho nos Institutos Federais. Além de benefícios como auxílio alimentação (69,4%), auxílio saúde (59%), auxílio creche (15,6%), auxílio transporte (12,1%) e plano de previdência complementar (13,9%), também são contemplados com incentivos à qualificação (76,3%) e participação em treinamentos *in company* (6,4%).

Em relação à categoria nacional, houve uma inversão na lista dos benefícios mais mencionados. O plano de saúde lidera com 37,9%, seguido pelo vale alimentação com 31,5%, auxílio refeição com 23,3% e vale transporte mencionado por 18,6%. Vale destacar que 35,8% dos respondentes da pesquisa do perfil afirmam não receber nenhum tipo de benefício, uma situação possivelmente relacionada com o tipo de vínculo trabalhista, como

microempreendedores individuais (MEIs), freelancers e autônomos atuando como pessoas jurídicas (Lima *et al.*, 2022).

Gráfico 32 – Benefícios ou suporte recebidos pelos/pelas jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Entre nossos respondentes, 60,7% são jornalistas profissionais com mais de 12 anos de experiência. No âmbito dos Institutos Federais, a maioria desses profissionais exerce a função de jornalista há mais de 9 anos. Dentre eles, 19,7% acumulam mais de 12 anos de trabalho nos institutos, enquanto 32,9% estão na faixa de 9 a 12 anos. Outros 27,2% situam-se entre 6 e 9 anos de atuação, destacando-se que o tempo de atuação nos IFs tem relação direta com a criação dos mesmos, no ano de 2008.

Levando em conta que 10,4% dos respondentes se formaram antes de 2000, podemos inferir que essa parcela de profissionais é jornalista profissional há aproximadamente 20 anos. Adicionalmente, os 30,1% que concluíram a graduação até 2005 estão se aproximando de duas décadas de trajetória na profissão. Esse dado é característico do setor público, em que a longevidade nos cargos é marcante.

No contexto da pesquisa envolvendo a categoria nacional, apenas 12,9% dos profissionais permanecem em seus trabalhos atuais entre 6 e 10 anos. A maioria (25,8%) está empregada por menos de um ano, enquanto outros 25,7% indicam que estão nesse trabalho entre um e três anos (Lima *et al.*, 2022). Em outras palavras, mais da metade (51,5%) dos jornalistas mantêm-se em seus trabalhos principais há três anos ou menos, reforçando o fenômeno de rotatividade no ambiente de trabalho dos jornalistas.

No ano de 2023, o número de profissionais recém-formados ingressando nos Institutos Federais é baixo, em parte devido à suspensão dos concursos para jornalistas nos últimos anos. De acordo com a Pesquisa de Perfil do Jornalista Brasileiro (Lima *et al.*, 2022), a frequência mais alta de respostas (18,6%) refere-se à atuação de 2 a 5 anos como jornalista. Isso sugere um período relativamente curto de engajamento no mercado de trabalho, o que pode ser atribuído a dois fatores: profissionais recentemente formados ou pessoas que não conseguiram se estabelecer de forma duradoura no mercado.

Tabela 9 – Tempo de jornalista profissional e tempo de jornalista no IF dos/das jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)

Faixa de tempo	Jornalista profissional	Jornalista no IF
Menos de 1 ano	-	1,2%
Entre 1 e 3 anos	0,6%	3,5%
Entre 3 e 6 anos	2,3%	15,6%
Entre 6 e 9 anos	13,9%	27,2%
Entre 9 e 12 anos	22,5%	32,9%
Acima de 12 anos	60,7%	19,7%

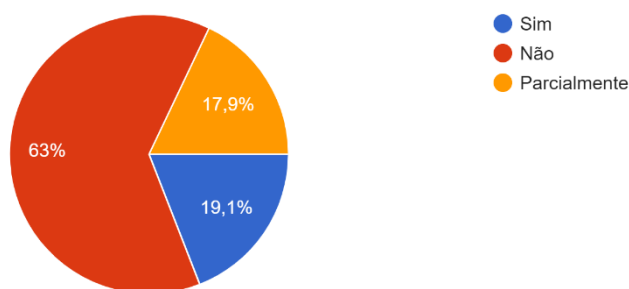
Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

No que diz respeito às experiências de trabalho anteriores ao Instituto Federal, considerando o desenvolvimento das carreiras do ponto de vista de progressão de postos de trabalho, observa-se que 83,8% dos respondentes da nossa pesquisa desempenharam funções como estagiários de jornalismo. Essa alta porcentagem pode ser atribuída, em parte, à exigência curricular do estágio durante a formação. Além disso, 79,2% relataram ter trabalhado profissionalmente como jornalistas no setor privado, durante pelo menos seis meses, antes de ingressarem nos Institutos Federais. Um dado que se difere, por exemplo, dos jornalistas concursados da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), em que a maior parte dos respondentes da pesquisa de Rosso e Mick (2020) não apresentava experiência profissional na mídia.

No contexto desse período prévio de trabalho nos Institutos Federais, um dado que merece atenção é o fato de que 41,6% dos jornalistas informaram ter enfrentado alguma forma de assédio. Alarmantemente, para 37% desses casos, o fato de ter vivenciado assédio ou

enfrentado dificuldades nas condições de trabalho teve um impacto total ou parcial no direcionamento desses profissionais para buscarem uma carreira no setor público.

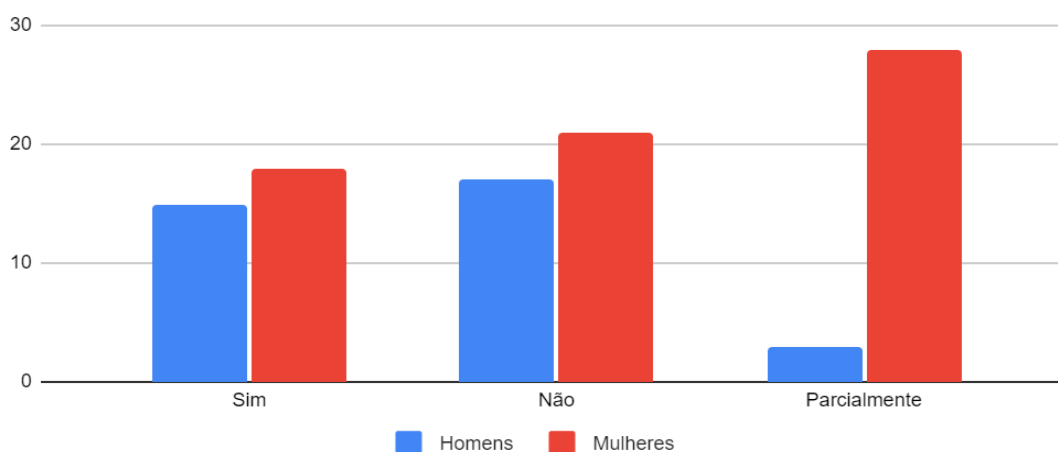
Gráfico 33 – Influência de ter sofrido assédio na escolha pela carreira pública para os/as jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O assédio moral ou sexual e as adversidades nas condições de trabalho são fatores que afetam mais as mulheres respondentes do que os homens. Em outras palavras, observa-se que mais mulheres optaram por seguir uma carreira no setor público motivadas, total ou parcialmente, pela experiência de terem enfrentado algum tipo de assédio.

Gráfico 34 – Influência de ter sofrido assédio na escolha pela carreira pública por gênero dos/das jornalistas respondentes (Etapa 2)



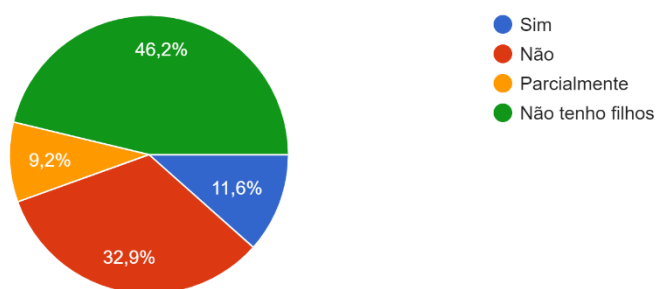
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Outro fator que exerce influência sobre a escolha pelo serviço público dos nossos respondentes, embora em menor magnitude, é a presença de filhos. Um total de 11,6% dos

participantes afirmou que essa circunstância desempenhou um papel definidor, enquanto 9,2% indicaram que teve uma influência parcial na decisão. Quanto à questão sobre ter filhos, 46,2% dos respondentes assinalaram a opção "não tenho filhos".

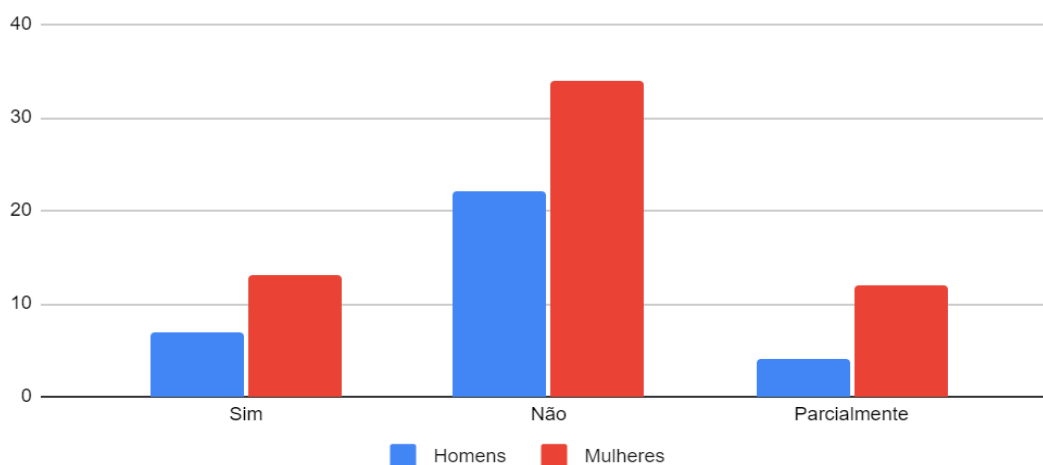
No entanto, em outra pergunta em que foram questionados se têm filhos, 53,2% responderam que não os possuem. Isso nos leva a supor que, possivelmente, alguns respondentes tenham selecionado incorretamente uma das opções em uma das questões. Além disso, embora 7% dos jornalistas de fato não tenham filhos, a aspiração de tê-los no futuro pode ter influenciado a escolha pela carreira no serviço público. Podemos afirmar também que a maternidade é um fator mais vinculado à escolha do serviço público do que a paternidade.

Gráfico 35 – Influência de ter filhos na escolha pelo serviço público pelos respondentes da pesquisa (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Gráfico 36 – Influência de ter filhos na escolha pelo serviço público por gênero dos/das jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Dentre os diversos motivos mencionados para a transição da área privada - para aqueles que já trabalhavam nesse setor, visto que há jornalistas que ingressaram nos Institutos Federais provenientes de outros contextos públicos - a falta de oportunidades de progresso na carreira e a falta de reconhecimento foram as principais razões apontadas, representando 17,9% e 17,3% das respostas, respectivamente. Logo após, surgem o estresse, com 10,4%, e o excesso de carga de trabalho, com 5,2%.

Tabela 10 – Motivos de saída da área privada dos/das jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)

Motivos	Quantidade	Percentual
Falta de perspectiva de crescimento na carreira	31	17,92%
Falta de valorização	30	17,34%
Não atuei na área privada	28	16,18%
Pelo estresse	18	10,40%
Baixa remuneração	16	9,25%
Estabilidade do serviço público	15	8,67%
Pelo excesso de trabalho	10	5,78%
Por ter passado no concurso público	7	4,05%
Falta de estabilidade do mercado privado	5	2,89%
Pelo interesse em ser servidora pública efetiva	4	2,31%
Não cumprimento da carga horário de trabalho	3	1,73%
Todas as alternativas acima estão contempladas	3	1,73%
Objetivo de vida	2	1,16%
Qualidade de vida e conciliação com a maternidade.	1	0,58%
Para tentar conciliar os dois	1	0,58%
Dificuldade de ter carteira assinada	1	0,58%
Por ter sofrido algum tipo de assédio	1	0,58%
Questões éticas	1	0,58%
Continuo na área privada	1	0,58%
Medo de ser demitido	1	0,58%
Por considerar a carreira na área pública melhor	1	0,58%
Por ter sido demitido sem justa causa e pela questão financeira	1	0,58%

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

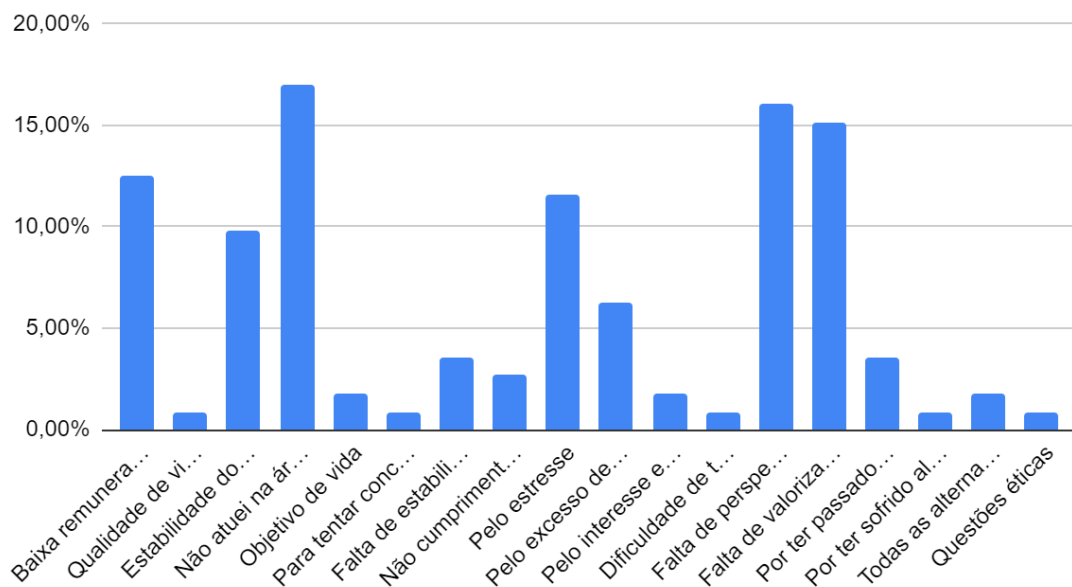
Um aspecto que requer análise é referente à percepção dos jornalistas sobre o crescimento na carreira, pois, ao ingressarem no serviço público, inserem-se em uma trajetória profissional estabilizada, na qual podem desempenhar as mesmas funções ao longo de sua carreira até a aposentadoria. Embora haja a possibilidade de assumir cargos de liderança em

diferentes níveis, como setores, departamentos ou diretorias, tal oportunidade é restrita. Dos nossos respondentes, apenas 7,5% ocupam funções gratificadas (FG) ou cargos de direção (CD), sendo 3,5% e 4%, respectivamente.

No geral, as mulheres apresentaram mais motivos (18) para deixar a área privada em comparação aos homens (16). Entre os motivos divergentes apontados, o fato de ter sofrido assédio é destacado entre as mulheres, conforme evidenciado no Gráfico 37. Questões éticas e objetivos de vida também foram mencionados por mulheres, enquanto o medo de demissão ou a própria demissão foram motivos citados por homens. Tanto jornalistas do sexo masculino quanto feminino buscaram conciliar trabalhos nas duas esferas.

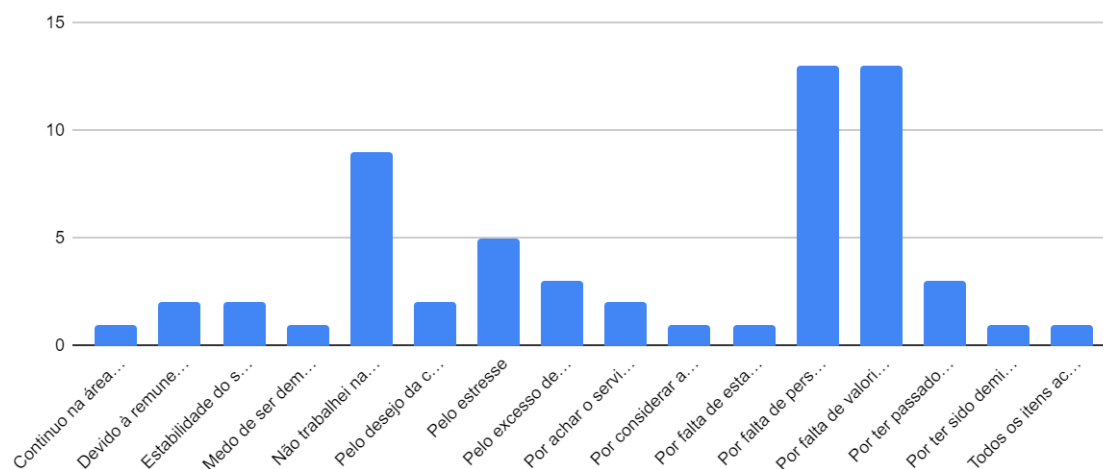
Considerando que a questão permitia respostas múltiplas, admitindo a seleção de mais de uma opção, além do campo "outros" para respostas escritas, algumas respostas foram redigidas pelos próprios jornalistas. É possível observar que algumas dessas redações convergem para pontos abordados nas opções pré-determinadas, enquanto outras indicam que todas as alternativas propostas foram contempladas em suas experiências.

Gráfico 37 – Motivos que levaram as mulheres respondentes a saírem da área privada (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Gráfico 38 – Motivos que levaram homens respondentes a saírem da área privada (Etapa 2)

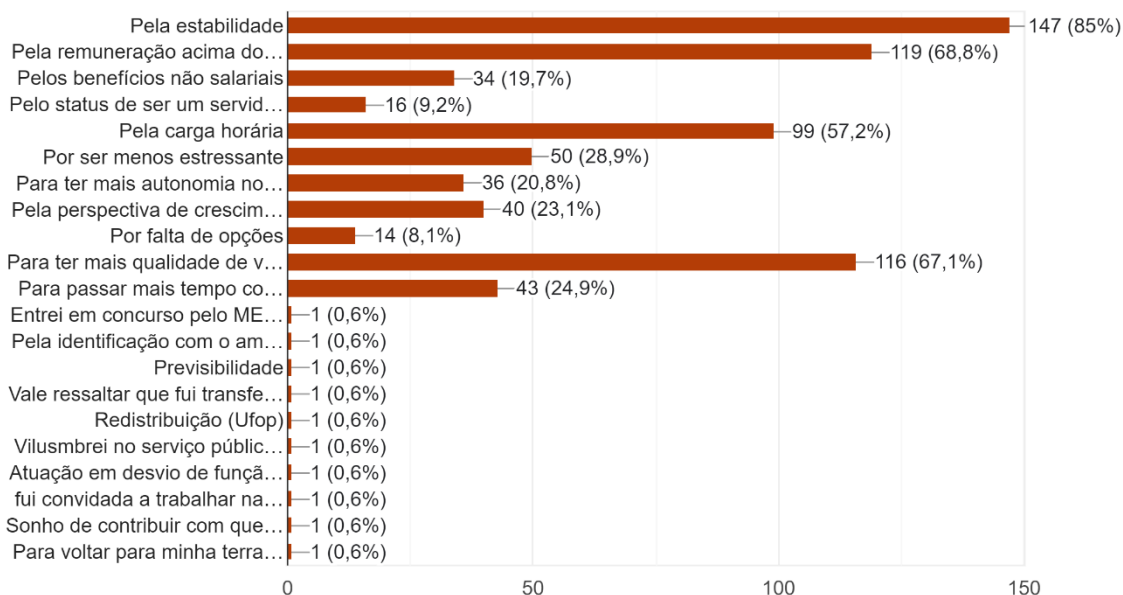


Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Também indagamos diretamente sobre os motivos que levaram os profissionais respondentes a prestarem o concurso público para a posição de jornalista nos Institutos Federais. Para a maioria dos jornalistas (85%), a procura foi impulsionada pela busca de estabilidade no emprego. Além disso, 68,8% dos respondentes apontaram a remuneração acima da média do mercado como um fator motivador, enquanto 67,1% mencionaram o desejo de alcançar uma melhor qualidade de vida. Outro aspecto relevante foi a carga horária de trabalho, mencionada por 57,2% dos participantes.

De acordo com as observações de Lima *et al.* (2022) na Pesquisa de Perfil do Jornalista Brasileiro, no que concerne à carga horária de trabalho, apenas uma minoria (10%) atua por até cinco horas diárias, correspondendo ao limite regulamentado pela legislação da categoria. A maior proporção trabalha de cinco a oito horas por dia (52% em 2012 e 57% em 2017). Além disso, 32% dos profissionais continuam trabalhando mais de oito horas diárias.

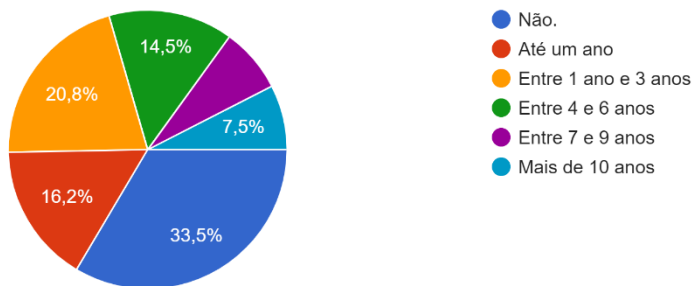
Gráfico 39 – Motivos pelos quais os jornalistas dos IFs respondentes da pesquisa prestaram o concurso (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No que tange a experiências anteriores, 66,5% dos participantes da nossa pesquisa relataram ter trabalhado em empresas de comunicação, com durações que variaram de menos de um ano a mais de uma década. Dentre esses, 39,9% tinham experiência em jornais impressos com alcance local/regional, 19,7% em emissoras de televisão regional, 19,7% em portais de conteúdo ou sites de notícias e 18,5% em rádio. Um total de 33,5% informou não ter experiência anterior em empresas de comunicação.

Gráfico 40 – Tempo de trabalho em veículos de mídia dos jornalistas dos IFs respondentes da pesquisa (Etapa 2)

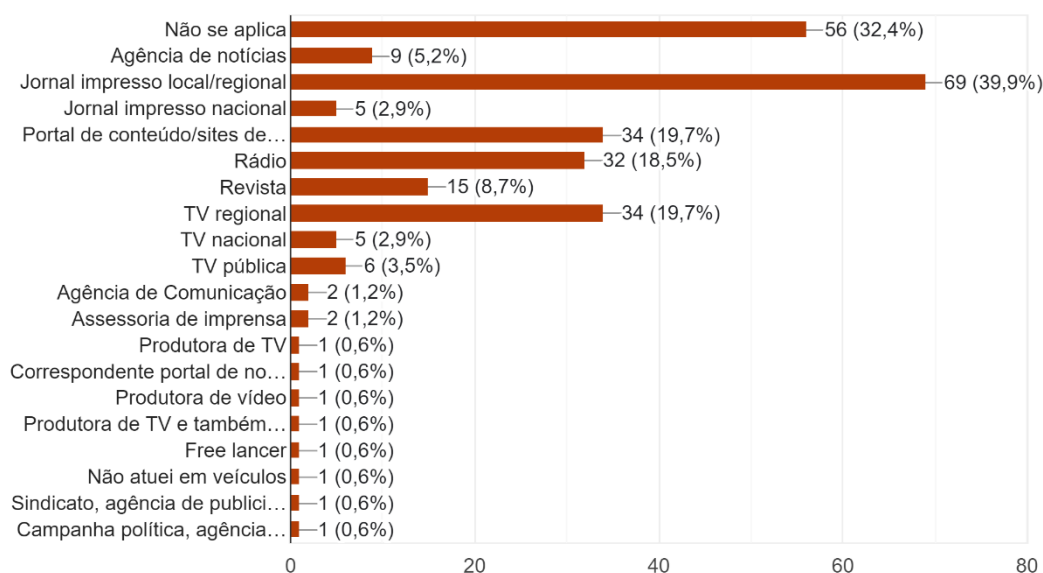


Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Ao compararmos com os dados da pesquisa nacional sobre os jornalistas brasileiros em 2021, observamos uma mudança significativa no panorama jornalístico. Nesse contexto, mais da metade dos jornalistas que atuam na mídia (57,7%) estão envolvidos com mídia *online*, representando 61,5% do total, enquanto apenas 22,3% estão ligados a jornais impressos (Lima *et al.*, 2022). Essa tendência indica uma transformação notável no campo do jornalismo em um curto período de tempo.

É interessante notar que os respondentes da nossa pesquisa têm uma média de 9 anos de experiência no IF, o que nos leva a concluir que o meio digital desempenhou um papel central como suporte para o jornalismo durante esse período. Além disso, 8,7% dos nossos participantes relataram ter trabalhado em revistas, um número que contrasta com a pesquisa nacional, na qual o contingente de profissionais nesse tipo de veículo é menor do que aqueles que trabalham em agências de notícias (5,2%). No entanto, ao levar em consideração os dados da pesquisa nacional, percebemos uma tendência de declínio no número de postos de trabalho, especialmente nas mídias impressas.

Gráfico 41 – Tipo de veículos de mídia em que trabalharam os jornalistas dos IFs respondentes da pesquisa (Etapa 2)

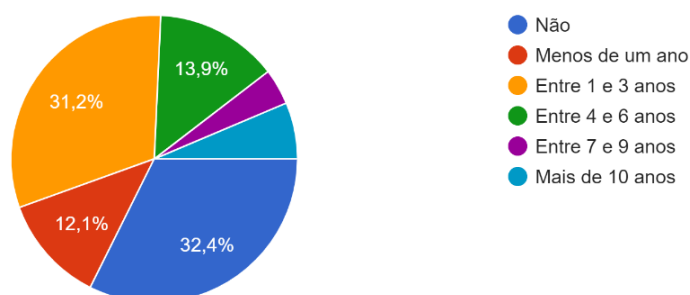


Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No que diz respeito às assessorias de imprensa/comunicação, 32,4% dos participantes da nossa pesquisa indicaram que não tiveram experiência nesse campo. Entre os demais, a

maioria trabalhou por um período de menos de um ano, enquanto 31,2% exerceram atividades nessa área por um período que variou entre 1 e 3 anos.

Gráfico 42 – Tempo de trabalho em assessoria de imprensa/comunicação dos jornalistas dos IFs respondentes da pesquisa (Etapa 2)



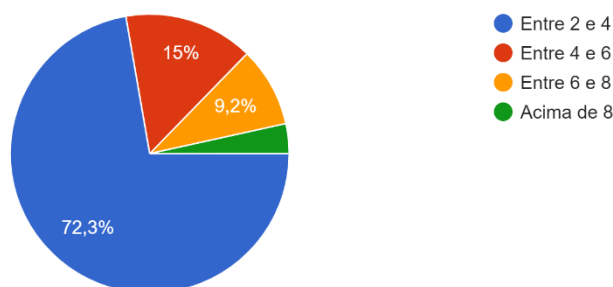
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Nas questões que formulamos relacionadas à qualificação e experiência profissional, observamos que 72,3% dos respondentes que atuam como jornalistas tiveram entre dois e quatro empregos diferentes ao longo de suas carreiras. Apenas 3,5% registraram mais de oito empregos, o que sugere que nossos jornalistas tiveram uma baixa taxa de mobilidade no mercado de trabalho antes de ingressarem no Instituto Federal.

Essa tendência é semelhante àquela observada na trajetória dos jornalistas de 2012 a 2017 que participaram da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro. Cerca de 70% deles mantiveram apenas um emprego, enquanto 25% tiveram dois ou mais empregos e 5% trabalharam como freelancers (Mick; Estayno, 2018).

Por outro lado, a pesquisa de 2021 também revelou que quase metade dos jornalistas brasileiros, ou seja, 49,8%, tiveram entre dois e cinco empregos ao longo de suas carreiras. Aqueles com mais de seis empregos representaram 35,8%, uma diferença significativa em relação aos profissionais dos Institutos Federais.

Gráfico 43 – Quantidade de vínculos profissionais dos jornalistas dos IFs respondentes da pesquisa ao longo da carreira (Etapa 2)



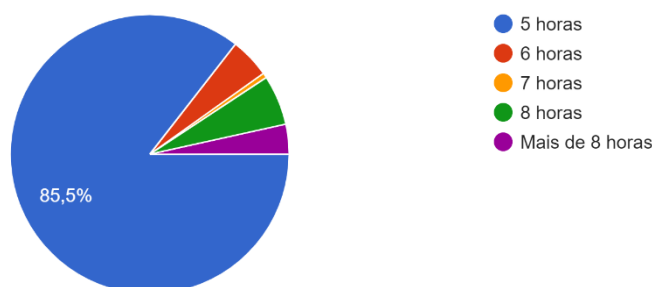
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Enquanto grupo profissional, os jornalistas são reconhecidos por terem um intenso engajamento com a vida profissional (Travancas, 1993), ou seja, eles se dedicam muito à profissão em grande parte do seu tempo. Le Cam (2006) se refere a esses profissionais como “trabalhadores sem hora”, pois estão totalmente comprometidos com as intempéries dos acontecimentos, fazendo da rotina algo imprevisível. Trabalhando horas a fio e sem horário fixo de término, conciliar a vida profissional com a pessoal pode se tornar um desafio.

Nesse contexto de carga horária de trabalho, existe uma notável disparidade no tempo efetivamente trabalhado entre o setor público e o setor privado. Enquanto os jornalistas brasileiros em geral relatam trabalhar mais de oito horas por dia, 85,5% dos jornalistas nos Institutos Federais têm uma jornada de trabalho de cinco horas diárias, cumprindo, assim, a carga horária regulamentada por lei e, em alguns casos, a jornada semanal está sendo realizada em formato híbrido, parte presencial e parte remota.

Conforme os dados da Pesquisa de Perfil de 2021 (Lima *et al.*, 2022), a maioria esmagadora, ou seja, 79,3% dos jornalistas brasileiros, trabalha mais de cinco horas diárias. Desse grupo, 37,1% cumprem uma jornada de sete a oito horas, 29,6% trabalham de nove a dez horas, e surpreendentemente, 3,2% dedicam incríveis 13 horas ou mais por dia ao trabalho (Lima *et al.*, 2022). É importante observar que esses profissionais podem estar envolvidos em atividades não necessariamente relacionadas à profissão jornalística, o que pode afetar significativamente a qualidade de vida.

Gráfico 44 – Carga horária de trabalho diária dos jornalistas dos IFs respondentes da pesquisa (Etapa 2)

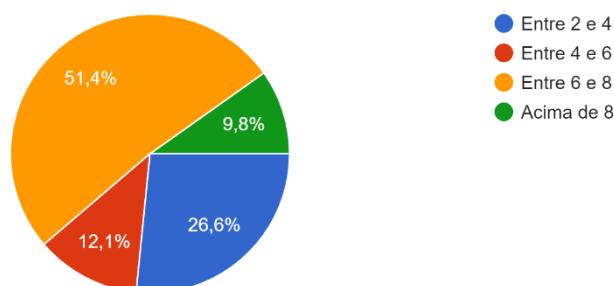


Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Dentre os profissionais jornalistas que trabalham nos Institutos Federais, 51,4% desfrutam de um período de descanso de seis a oito dias por mês, o que, considerando um mínimo de 24 horas de repouso contínuo, poderia ser equivalente aos sábados e domingos em um mês com quatro finais de semana. Esse padrão é considerado dentro da "normalidade" de trabalho.

Em relação à categoria em termos nacionais, 36,9% dos jornalistas afirmaram ter oito dias de folga por mês, o que também está dentro desse padrão de normalidade. Esses profissionais, possivelmente, não trabalham nos finais de semana (sábados e domingos) ou têm outros dias para compensar. Um total de 17,3% relatou ter apenas quatro dias de folga por mês, enquanto 7,4% enfrentam a preocupante situação de não ter nenhuma folga. Por outro lado, 0,9% desfrutam de um luxuoso total de 12 dias de folga mensais (Lima *et al.*, 2022).

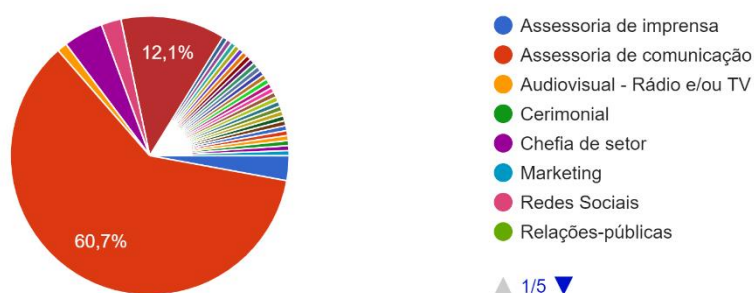
Gráfico 45 – Quantidade de folgas em um mês de trabalho dos jornalistas dos IFs respondentes da pesquisa (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A maioria esmagadora, ou seja, 60,7% dos jornalistas que desempenham suas atividades nos Institutos Federais, trabalha na área de assessoria de comunicação. Este papel emerge como a principal ocupação para jornalistas que atuam fora do âmbito da mídia, de acordo com os resultados da Pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro. Entre todos os jornalistas profissionais brasileiros, 44,3% desempenham a função de assessores de imprensa/comunicação, enquanto outros 18,2% se dedicam à produção de conteúdo e 12,3% estão envolvidos na gestão da área de comunicação.

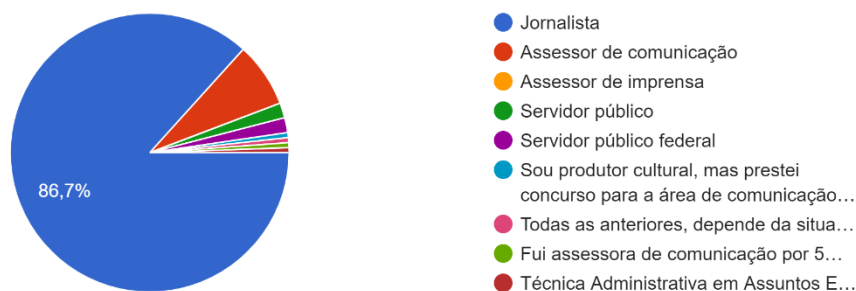
Gráfico 46 – Área de atuação como jornalista no IF dos/das jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Quando se trata de como os jornalistas costumam se identificar em relação à sua profissão nos Institutos Federais, a grande maioria, representando 86,7%, opta por se apresentar simplesmente como jornalistas. Mesmo quando estão envolvidos em atividades de assessoria de comunicação em departamentos que, em 22% das instituições, adotam essa designação, esses profissionais não predominam em se identificar como assessores de comunicação.

Gráfico 47 – Como o jornalista dos IFs respondentes da pesquisa se apresentam (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Nos Institutos Federais, os setores onde os jornalistas exercem suas atividades frequentemente adotam diversas nomenclaturas, tanto nos campi quanto nas reitorias. Foram identificados um total de 35 nomes diferentes que variam desde as diferentes formas de "assessoria", como Assessoria de Comunicação (22%), Assessoria de Comunicação Social (2,9%) e Assessoria de Comunicação Social e Eventos (3,5%), até termos como Setor de Comunicação (11,6%), Departamento de Comunicação (3,5%), Coordenadoria de Comunicação Social (8,7%) e Diretoria de Comunicação (20,8%).

Tabela 11 – Nome do setor em que trabalham os jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)

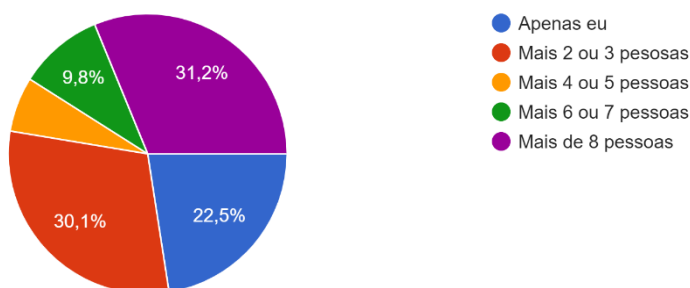
Nome do setor que trabalha	Quantidade	Percentual
Assessoria de Comunicação (Ascom)	39	22%
Diretoria de Comunicação	36	20,8%
Setor de Comunicação	20	11,6%
Coordenadoria de Comunicação Social	15	8,7%
Setor de Comunicação Social e Eventos	10	5,8%
Departamento de Comunicação	7	3,5%
Assessoria de Comunicação Social e Eventos	7	3,5%
Assessoria de Comunicação Social	5	2,9%
Departamento de Comunicação e Eventos	3	1,2%
Secretaria de Comunicação	2	1,2%
Coordenação-Geral de Comunicação Social e Marketing	2	1,2%
Coordenação de Comunicação, Cerimonial e Eventos	2	1,2%
Coordenação de Comunicação Social	2	1,2%
Unidade de Comunicação Social	1	0,6%
Setor de Comunicação Social	1	0,6%
Setor de Comunicação e Marketing	1	0,6%
Seção de Comunicação	1	0,6%
Núcleo de Relações Institucionais	1	0,6%
Não há setor no campus em que atuo	1	0,6%

Gabinete do Reitor	1	0,6%
Divisão de Comunicação	1	0,6%
Diretoria de Comunicação e Eventos	1	0,6%
Departamento de Comunicação Social - Coordenadoria de Jornalismo e Imprensa	1	0,6%
Departamento de Comunicação Social	1	0,6%
Coordenadoria de Relações Externas e Comunicação Social	1	0,6%
Coordenadoria de Relações Externas	1	0,6%
Coordenadoria de Jornalismo	1	0,6%
Coordenação Geral de Comunicação (Cecom)	1	0,6%
Coordenação Especial de Comunicação (Cecom)	1	0,6%
Coordenação de Comunicação e Cultura	1	0,6%
Coord. de Comunicação e Eventos	1	0,6%
Comunicação Social	1	0,6%
Comissão de Comunicação Social	1	0,6%
Centro de Tecnologias em Educação a Distância	1	0,6%
Birô de Criação	1	0,6%

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Em relação aos setores nos quais os jornalistas que atuam no IFs desempenham suas funções, 31,2% das equipes são compostas por mais de oito pessoas, uma realidade típica daqueles que trabalham nas Diretorias de Comunicação ou órgãos similares localizados nas reitorias, onde as equipes costumam ser mais extensas. Para 30,1% dos respondentes, a equipe consiste em apenas duas ou três pessoas, enquanto 22,5% relataram ser os únicos profissionais da área de comunicação em seus respectivos setores.

Gráfico 48 – Quantidade de pessoas na equipe dos jornalistas dos IFs respondentes da pesquisa (Etapa 2)



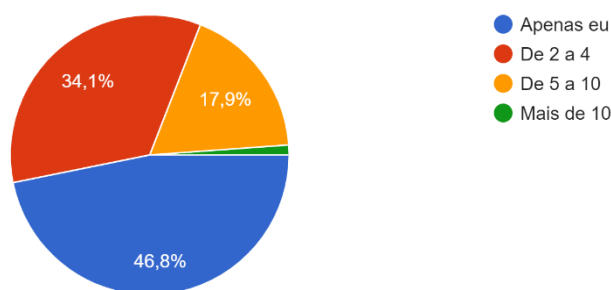
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A realidade de ser o único jornalista na instituição é vivenciada por 46,8% dos respondentes em nosso estudo. Outros 34,1% compartilham o ambiente de trabalho com dois a

quatro colegas jornalistas. Em contraste, na pesquisa nacional envolvendo jornalistas brasileiros que atuam fora da mídia, a situação é ainda mais desafiadora, com 86,6% dos jornalistas relatando trabalhar de forma solitária. Apenas 32,3% fazem parte de equipes pequenas, com até 10 membros; 40% trabalham com até 4 outros jornalistas; 14,3% atuam em equipes de 5 a 10 profissionais e apenas 6,7% têm equipes com até 20 membros, enquanto 6,4% fazem parte de equipes com mais de 20 profissionais (Lima *et al.*, 2022).

Um estudo conduzido por Moliani *et al.* (2022) observa que essa configuração das equipes com as quais os profissionais trabalham está diretamente relacionada ao porte da organização. À medida que a empresa cresce, a comunicação parece ser percebida como mais necessária e, por consequência, é alocado um número maior de profissionais para atender a essa demanda. Isso reflete a tendência de incorporar jornalistas ao quadro funcional à medida que a empresa expande e a necessidade de comunicação se intensifica, caracterizando, assim, a dedicação exclusiva desses jornalistas.

Gráfico 49 – Quantidade de jornalistas no mesmo local dos jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

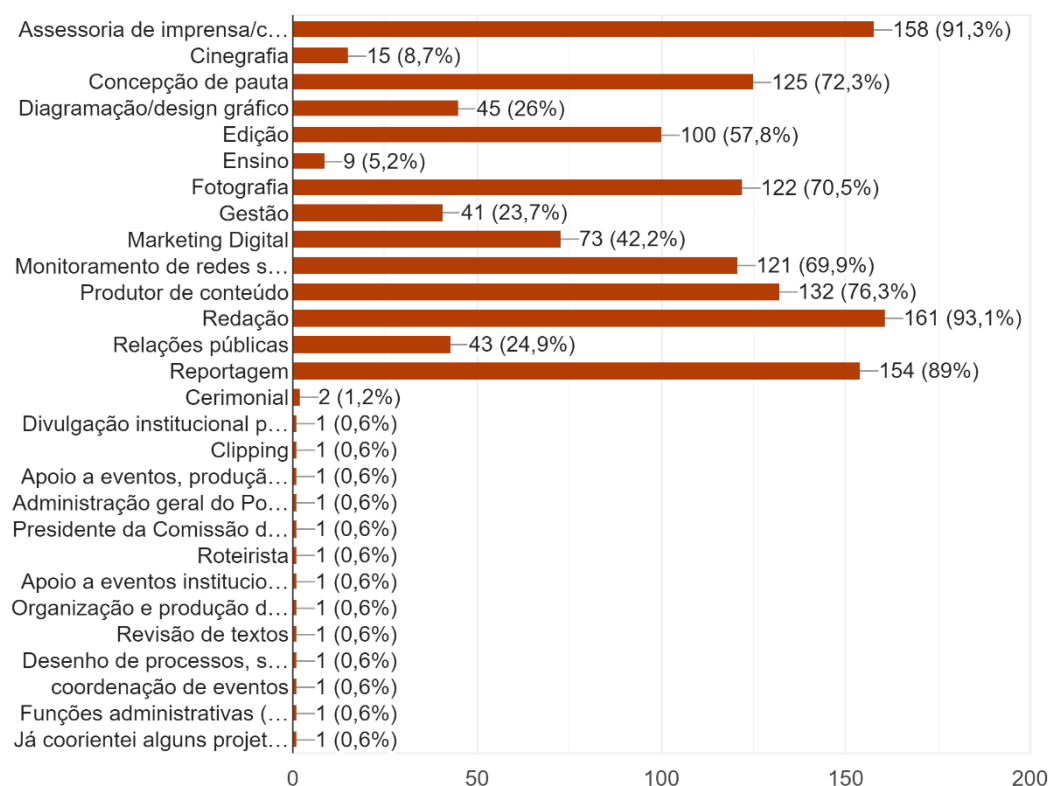
Conforme destacado por Moliani *et al.* (2022), o cenário do perfil do jornalista que atua fora da mídia, em 2021, evidencia uma diversificação de perfis profissionais impulsionada pelas novas tecnologias, acompanhada por uma mudança nas atividades desempenhadas. Além da atividade de assessoria, que é predominante nesse grupo (44,3%), a segunda atividade mais mencionada é a produção de conteúdo direcionado para plataformas digitais (18,2%). Em seguida, estão atividades como o gerenciamento e monitoramento de redes sociais (12,3%). De forma geral, esses profissionais assumem três funções principais: analistas, assessores e produtores.

Essa mesma tendência é observada no contexto dos Institutos Federais. As atividades jornalísticas desempenhadas pelos jornalistas durante seu trabalho nas instituições de ensino abrangem as funções tradicionalmente associadas aos jornalistas que atuam na mídia, como redação (93,1%), reportagem (89%), concepção de pauta (72,3%), fotografia (70,5%) e edição (57,8%), além da assessoria de imprensa/comunicação (91,3%).

Há também atividades relacionadas às redes sociais que fazem parte das responsabilidades desses profissionais, como a produção de conteúdo (76,3%) e o monitoramento de redes sociais (69,9%). Os jornalistas desempenham ainda funções relacionadas à área de comunicação, embora não sejam consideradas habilidades básicas do jornalismo, como marketing digital (42,2%) e diagramação/design gráfico (72,3%).

Essa diversificação de funções, além das atividades "clássicas" da profissão, como reportagem e edição, reflete uma adaptação à evolução tecnológica e às novas formas de organização da produção jornalística, conforme observado por Lima e Ferreira (2022), a realização de multitarefas. Isso sugere uma transformação na profissão, especialmente quando se observa a pesquisa nacional que indica que a produção de conteúdo (85,8%) está superando as atividades de assessoria de imprensa/comunicação (74,1%) entre os profissionais que atuam fora da mídia. Além disso, a gestão de conteúdo (53,4%) e o monitoramento das redes sociais (52,2%) também têm índices significativos de participação nesse cenário em constante evolução.

Gráfico 50 – Atividades desempenhadas pelos jornalistas do IFs respondentes da pesquisa
(Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Em nossa pesquisa junto aos jornalistas que trabalham nos Institutos Federais, avaliamos o grau de concordância deles com diversas afirmações relacionadas ao seu trabalho. Ao agrupar as respostas em categorias que variam desde "discordo totalmente" até "concordo totalmente," e considerando respostas neutras como abstenções, obtivemos um panorama das percepções desse grupo profissional.

No geral, observamos que 57,2% dos respondentes concordam que o ritmo de trabalho é muito intenso. Além disso, 47,3% afirmam frequentemente levar trabalho para casa, embora 41,6% discordem dessa afirmação, e 10,9% permaneçam neutros, o que sugere uma divisão de opiniões quanto a essa prática.

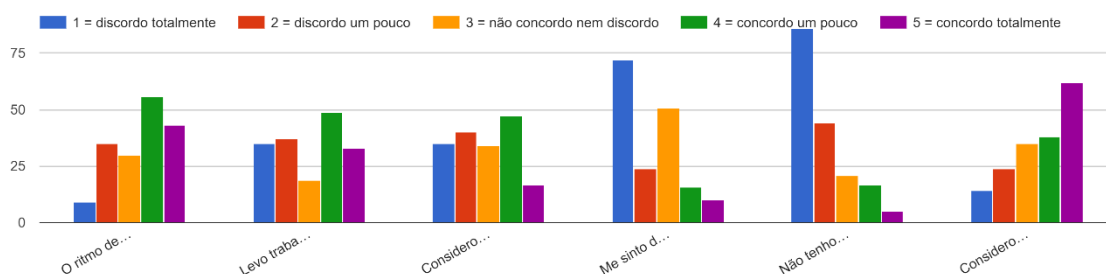
Quanto às condições de infraestrutura e equipamentos no ambiente de trabalho, a maioria, ou seja, 43,3%, não as considera ruins. Além disso, 55,4% não sentem desvalorização em relação aos homens em seu trabalho e 75,1% acreditam ter liberdade para expressar opiniões e pensamentos. Em relação ao tratamento igualitário entre jornalistas mulheres e homens, 57,8% concordam com a afirmação, embora 21,9% discordem e 20,2% permaneçam neutros.

É relevante notar que nossa pesquisa conta com um número significativo de respondentes do sexo feminino, o que nos leva a concluir que a maioria das mulheres não percebe diferenças significativas no tratamento em relação aos homens.

Quando comparamos essas respostas com as de jornalistas brasileiros em geral, identificamos algumas similaridades. Ambos os grupos concordam sobre o ritmo de trabalho intenso (73,3% para os jornalistas brasileiros), bem como o hábito de levar trabalho para casa com frequência (45,7% para os jornalistas brasileiros). No entanto, em relação à valorização no trabalho, 43% dos jornalistas brasileiros concordam que se sentem desvalorizados, enquanto 38% discordam (Lima *et al.*, 2022).

É importante contextualizar os resultados da categoria nacional considerando o cenário da pandemia durante aquela pesquisa e a forte influência das relações de trabalho mediadas por plataformas, bem como o contexto político do momento. Esses fatores podem ter impactado diretamente nas respostas e percepções dos profissionais, especialmente em questões relacionadas à liberdade de expressão e igualdade de tratamento no ambiente de trabalho.

Gráfico 51 – Aspectos relacionados ao trabalho dos jornalistas dos IFs respondentes da pesquisa (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No que diz respeito ao nível de satisfação dos jornalistas em relação ao seu trabalho nos Institutos Federais, notamos que a remuneração é o aspecto que gera o maior número de respostas classificadas como "parcialmente satisfeito" (40 respondentes). Ao analisarmos as respostas de forma mais abrangente, agrupando aqueles que estão "satisfeitos" ou "muito satisfeitos" e aqueles "insatisfeitos" ou "muito insatisfeitos," encontramos um cenário em que 44,5% dos respondentes estão, de alguma forma, satisfeitos com a remuneração, enquanto 42,1% expressam insatisfação.

No entanto, a maioria dos respondentes se mostra satisfeita com outros aspectos de seu trabalho, incluindo carga de trabalho (71,6%), espaço físico e infraestrutura no campus e no local de trabalho (65,3%), tipo de trabalho que realizam (67,6%), qualidade de vida (74,5%) e o tratamento que recebem dos colegas (44,5%).

Comparando com pesquisas anteriores já realizadas com jornalistas, em 2012, os jornalistas brasileiros estavam majoritariamente satisfeitos com as condições de emprego. De 12 dimensões avaliadas, apenas três tiveram uma nota abaixo de 3 em uma escala de 1 a 5: remuneração, possibilidades de promoção e outros benefícios não salariais (Lima; Bellan, 2022). Isso sugere que, apesar de reclamações em várias áreas, o trabalho em si era fonte de satisfação para os jornalistas.

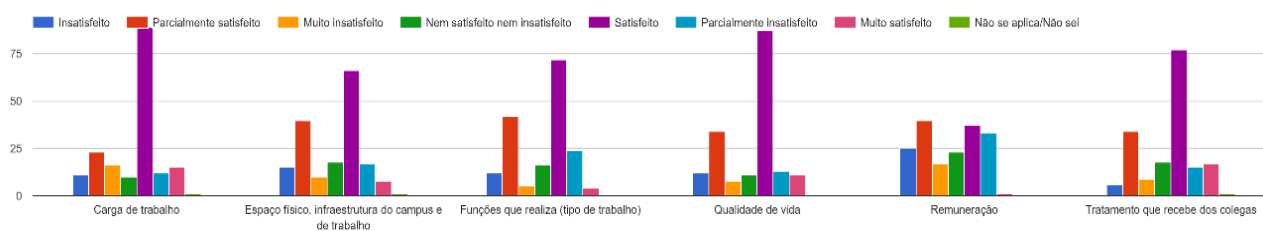
Já em 2021, observou-se uma mudança no grau de satisfação em relação a algumas questões entre todos os jornalistas do Brasil, por exemplo, 32,8% dos profissionais estão satisfeitos agora com as possibilidades de promoção, em comparação com os 26,7% que não expressaram satisfação ou insatisfação. A satisfação com a atividade profissional permanece alta, com 64,7% dos profissionais satisfeitos. A carga horária de trabalho não é uma fonte significativa de insatisfação, com 45,8% expressando satisfação, 29,9% insatisfação e 22% sem uma opinião clara (Lima *et al.*, 2022).

É importante mencionar que a intensidade da rotina de trabalho (40,7%) e a jornada laboral (44,9%) são avaliadas como satisfatórias por uma parcela significativa dos respondentes na pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro. No entanto Lima *et al.* (2022) apontam que esses dados precisam ser analisados considerando a natureza das atividades realizadas pelos respondentes, a fim de determinar se o ritmo de trabalho é aceitável para os jornalistas em diferentes contextos profissionais.

A remuneração (45,2%) e os benefícios não salariais (42,1%) ainda são áreas de insatisfação para muitos jornalistas brasileiros. Por outro lado, as condições de infraestrutura, iluminação e climatização no ambiente de trabalho são vistas como aceitáveis por 42,4% dos profissionais.

Quanto à valorização no trabalho, 43% dos jornalistas brasileiros relatam sentir-se desvalorizados, o que pode explicar, em parte, a busca por oportunidades no serviço público e em relação à liberdade de expressão e às relações com os colegas, os jornalistas brasileiros afirmam que têm a liberdade de expressar suas opiniões e desfrutam de um bom relacionamento com seus colegas de trabalho.

Gráfico 52 – Grau de satisfação com o trabalho dos jornalistas dos IFs respondentes da pesquisa (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Seguindo com a análise da nossa pesquisa, no que diz respeito à conciliação entre o trabalho nos Institutos Federais e a vida familiar, a maioria dos respondentes consegue estabelecer limites claros entre essas duas esferas (69,3%). Isso ocorre mesmo que muitos deles admitam levar trabalho para casa com frequência, conforme relataram em outra questão. Além disso, a grande maioria consegue discutir abertamente o trabalho no ambiente familiar (88,4%) e tem a capacidade de planejar, gerenciar e priorizar a vida pessoal e familiar (75,7%). A maioria também afirma ter tempo para cuidar de si mesmos (72,2%), trabalhar em um ambiente saudável (64,7%), realizar uma avaliação contínua de sua vida pessoal e familiar (68,7%) e não perceber uma influência negativa de sua atividade profissional em sua situação conjugal (64,1%). Esses resultados indicam uma habilidade notável dos jornalistas dos Institutos Federais em equilibrar suas vidas profissionais e familiares, mesmo em meio às demandas frequentes do trabalho.

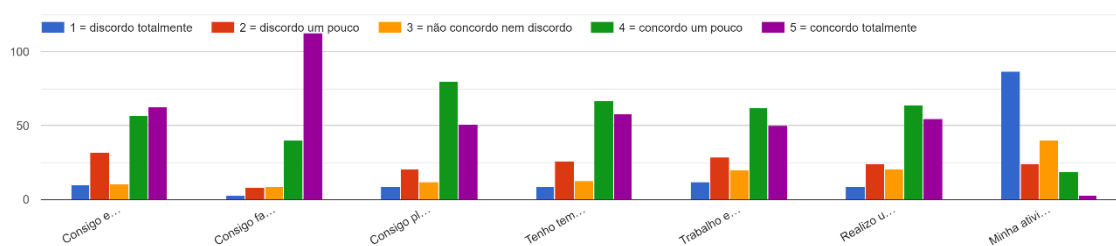
Comparando esses resultados com o cenário nacional, observamos semelhanças, mas também algumas diferenças significativas. No âmbito nacional, os jornalistas também conseguem estabelecer limites claros entre a vida familiar e o trabalho, embora 46,5% discordem dessa afirmação (Lima *et al.*, 2022). Isso levanta discussões sobre a intensificação e extensão da jornada de trabalho para alguns profissionais. Assim como os jornalistas nos Institutos Federais, muitos falam abertamente sobre seu trabalho no ambiente familiar.

No entanto, quando se trata de planejar, gerenciar e priorizar a vida pessoal e familiar, apenas um pouco mais da metade dos profissionais brasileiros consegue fazê-lo. Isso revela a dificuldade que cerca de um terço dos jornalistas enfrenta ao tentar equilibrar sua vida pessoal e profissional, colocando em questão a priorização do aspecto pessoal em detrimento do trabalho (Lima *et al.*, 2022). Essa dificuldade também se reflete na questão de ter tempo para cuidar de si mesmos.

Em relação ao ambiente de trabalho, cerca de 60% dos jornalistas brasileiros acreditam trabalhar em um ambiente saudável. Eles também realizam uma avaliação contínua de sua vida pessoal e familiar e afirmam que a atividade profissional não influencia negativamente sua situação conjugal. No entanto aproximadamente 25% dos respondentes não consideram essa questão aplicável em suas vidas.

Essas constatações demonstram que, apesar das diferenças individuais, uma parte considerável dos jornalistas consegue equilibrar suas vidas profissionais e pessoais de forma satisfatória, tanto nos Institutos Federais quanto no cenário nacional, enquanto outros enfrentam desafios significativos nesse aspecto.

Gráfico 53 – Conciliação entre trabalho e família por jornalistas dos IFs respondentes da pesquisa (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

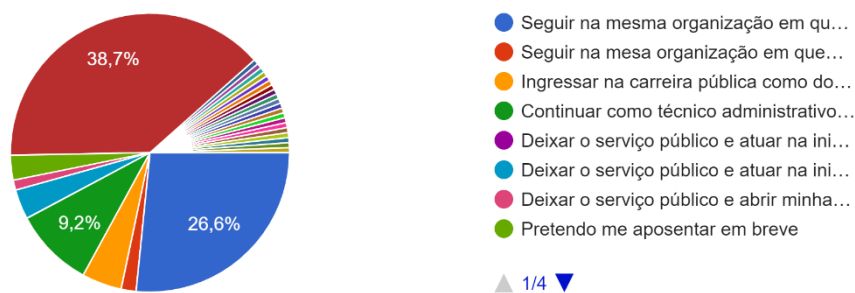
Em nosso estudo com os jornalistas que atuam nos IFs, quando projetamos o futuro a curto prazo, estabelecendo um período de dois anos a partir da coleta de dados, em 2022, observamos que 38,7% dos jornalistas têm a intenção de cursar mestrado ou doutorado. Enquanto isso, 26,6% planejam permanecer na mesma organização desempenhando as mesmas funções e 9,2% têm a aspiração de, além de continuar como técnicos administrativos, ingressar na carreira de docente. Outros 3,5% têm a intenção de deixar o serviço público e buscar oportunidades na iniciativa privada, mas em funções não relacionadas ao jornalismo. Uma parcela menor, 1,2%, expressa o desejo de empreender, abrindo o próprio negócio. Além disso, há projetos que envolvem prestar concursos públicos para outros órgãos ou continuar os estudos, completando a lista de aspirações profissionais.

Os dados nos levam a crer que a maioria dos jornalistas que atuam nos Institutos Federais não planeja deixar seus cargos, mas sim aprimorar seu nível de escolaridade ou até mesmo explorar novas oportunidades de carreira dentro da mesma instituição. Embora o número de profissionais que desejam deixar o serviço público e ingressar na iniciativa privada

em funções não relacionadas ao jornalismo seja pequeno em comparação com as demais opções, seria interessante conduzir estudos adicionais para investigar as motivações por trás desse desejo, especialmente considerando que poderia haver algum descontentamento com a profissão ou com o setor público.

É importante ressaltar que esta pesquisa não aborda essa questão em detalhes, mas abre a possibilidade de futuras investigações, principalmente quando observamos que a pesquisa nacional com jornalistas brasileiros revelou que 9,1% dos respondentes têm o sonho de ingressar no serviço público, seja como docente ou técnico administrativo (Lima *et al.*, 2022).

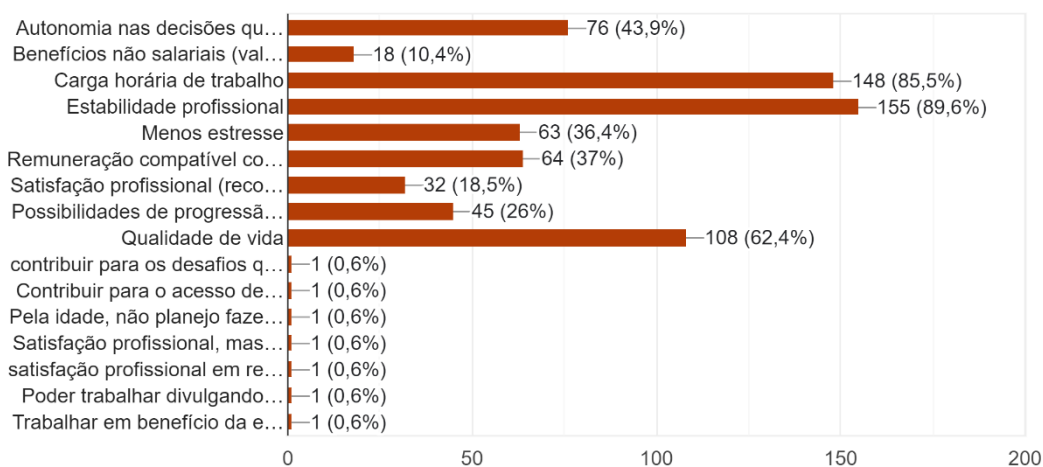
Gráfico 54 – Projeto para os próximos dois anos dos/das jornalistas dos IFs respondentes da pesquisa (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A estabilidade profissional emerge como o principal motivo que leva os jornalistas a buscarem oportunidades no serviço público e também como o fator que os incentiva a permanecerem no Instituto Federal, de acordo com 89,6% dos respondentes em nosso estudo. Em seguida, 85,5% mencionam a carga horária de trabalho como um importante motivador, enquanto 62,4% destacam a qualidade de vida como um fator influente em sua decisão de continuar atuando no IF. Para 43,9% dos respondentes, ter autonomia nas decisões relacionadas ao trabalho é uma característica motivadora para sua permanência na instituição. Outro fator mencionado é a remuneração, que, embora não seja uniformemente fonte de satisfação, é um elemento que incentiva a continuidade para 37% dos respondentes. Além disso, 36,4% apontam a redução do estresse como um fator relevante para sua permanência na instituição.

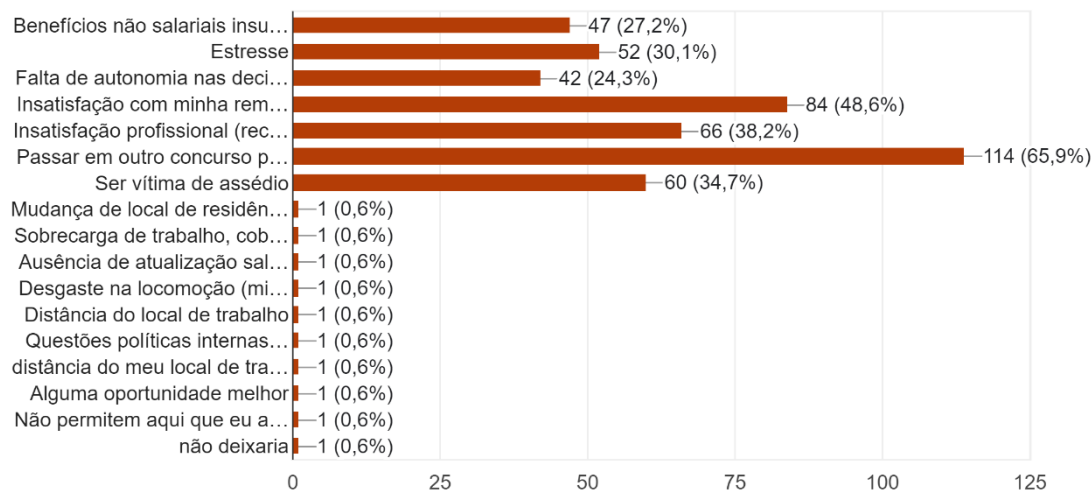
Gráfico 55 – Motivos para jornalistas dos IFs respondentes da pesquisa continuarem no IF
(Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Quanto à possibilidade de deixar a instituição, ou seja, o Instituto Federal, a principal motivação para 65,9% dos respondentes seria a aprovação em outro concurso público. Em seguida, com 48,6%, está a insatisfação com a remuneração, seguida pela insatisfação profissional relacionada ao reconhecimento, que é citada por 38,2% dos respondentes. Além disso, 34,7% mencionam ser vítimas de assédio como uma razão para considerar sair da instituição. Esses dados evidenciam claramente a importância que os jornalistas atribuem à satisfação em sua carreira como um fator determinante em suas decisões profissionais.

Gráfico 56 – Motivos para jornalistas dos IFs respondentes da pesquisa deixarem a instituição
(Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

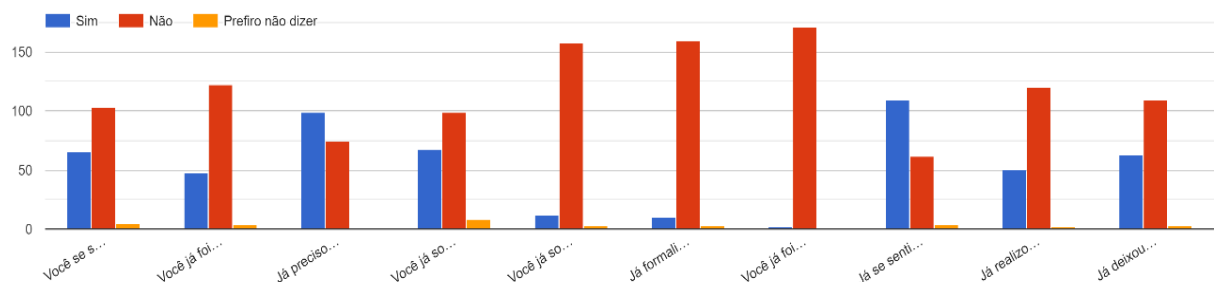
Quando observamos os indicadores de saúde da nossa pesquisa, notamos que 39,9% dos respondentes afirmaram praticar atividade física sempre, enquanto 49,1% o fazem ocasionalmente. Esses números são bastante positivos, especialmente quando comparados à realidade nacional da categoria. A maioria esmagadora dos nossos respondentes (58,9%) relatou não se sentir estressada no ambiente de trabalho e nunca ter sido diagnosticada com estresse decorrente de seu trabalho atual (70,5%). Além disso, a maioria (56%) afirmou que tirou licença do trabalho por razões de saúde não relacionadas ao estresse. A grande maioria dos respondentes relatou não ter sofrido assédio moral (56%) ou sexual (91,3%) no trabalho, nem ter sido agredida fisicamente no trabalho ou em decorrência dele (98,8%). É importante destacar que, possivelmente devido a esses fatores anteriores, a maioria (92,4%) não formalizou qualquer tipo de denúncia relacionada a assédio, ameaça ou agressão. A grande maioria (69,3%) também afirmou que nunca realizou atividades profissionais sob coação e que nunca deixou de realizar alguma atividade profissional por medo de retaliação (61,8%). No entanto uma parcela significativa (61,8%) já se sentiu constrangida no trabalho devido a gestores, superiores ou colegas.

É interessante notar que, em relação ao estresse, os dados divergem da realidade nacional da categoria, em que 66,2% dos respondentes afirmam sentir-se estressados no trabalho e 34,1% já receberam um diagnóstico de estresse relacionado ao trabalho (Lima *et al.*, 2022). Em relação a atividades profissionais realizadas sob coação, 17,8% dos respondentes na pesquisa nacional responderam afirmativamente, em comparação com 28,9% nos Institutos

Federais. Além disso, 35% dos jornalistas na pesquisa nacional e 36,4% dos jornalistas nos Institutos Federais relataram ter deixado de realizar alguma atividade profissional por medo de retaliação. Outro dado interessante é que apenas 7% dos jornalistas brasileiros relataram ter formalizado uma denúncia relacionada a assédio, ameaça ou agressão, enquanto esse número é de 5,7% entre os jornalistas dos Institutos Federais.

Em nossa pesquisa, 38,7% dos respondentes confirmaram ter sofrido assédio moral e 6,9% relataram ter sofrido assédio sexual no ambiente de trabalho. Dois jornalistas (1,2%) informaram terem sido vítimas de algum tipo de agressão no trabalho ou em decorrência dele. Chama a atenção o alto índice de profissionais que já se sentiram constrangidos no ambiente de trabalho, bem como os 28,9% que relataram ter realizado alguma atividade sob coação e os 36,4% que deixaram de realizar alguma atividade profissional por medo de retaliação. Esses dados ressaltam a importância de abordar e combater questões relacionadas ao assédio e à pressão no ambiente de trabalho.

Gráfico 57 – Indicadores de saúde dos jornalistas dos IFs respondentes da pesquisa (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Em suma, os dados demográficos revelam um panorama interessante sobre os jornalistas que atuam nos Institutos Federais. A maioria dos profissionais é jovem, com idades entre até 40 anos e existe um desequilíbrio de gênero, as mulheres são praticamente o dobro dos homens.

Ao analisarmos o perfil desses jornalistas, percebemos que a formação acadêmica é um fator preponderante para o exercício da profissão, com uma parcela significativa com o título de mestre e em constante formação acadêmica. Essa qualificação é fundamental para o desenvolvimento de um jornalismo de qualidade nos Institutos Federais, uma vez que eles têm a responsabilidade de informar a comunidade acadêmica e a sociedade em geral sobre as atividades e conquistas dessas instituições.

Em relação aos indicadores de saúde, os dados revelam que os jornalistas que atuam nos Institutos Federais desfrutam de condições mais favoráveis em comparação com os jornalistas em todo o país, especialmente no que diz respeito ao bem-estar e ao equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Essa constatação evidencia porque muitas pessoas têm o sonho de passar em um concurso público.

A satisfação no trabalho é um fator crucial para a retenção de jornalistas nos Institutos Federais. Os dados mostram que uma parcela considerável desses profissionais se sente satisfeita em sua função, o que é um indicativo positivo. No entanto é importante que as instituições continuem investindo em capacitação e desenvolvimento profissional, além de oferecer oportunidades de crescimento na carreira, a fim de manter a motivação e o engajamento dos jornalistas.

Os motivos de permanência e saída no contexto dos jornalistas nos Institutos Federais são diversos e complexos. Enquanto alguns profissionais mencionam a estabilidade e os benefícios oferecidos pelo serviço público como razões para permanecerem, outros apontam a falta de reconhecimento, a baixa remuneração e as limitações de autonomia como motivos para buscar novas oportunidades. Compreender esses motivos é fundamental para criar estratégias de retenção e garantir um ambiente de trabalho atrativo e estimulante para os jornalistas.

Em resumo, os dados apresentados a respeito do trabalho dos jornalistas nos Institutos Federais fornecem informações valiosas para a gestão dessas instituições. Ao considerar essas informações, é possível implementar ações que promovam um ambiente de trabalho saudável, estimulante e inclusivo, contribuindo para o fortalecimento do jornalismo institucional e para o alcance dos objetivos comunicacionais dos IFs.

No próximo tópico, trataremos dos dados relacionados às mulheres jornalistas dos Institutos Federais. Investigaremos as diferenças e semelhanças que se relacionam ao gênero e cruzaremos as informações relacionando-as à identidade étnico-racial. Nosso objetivo é identificar em quais aspectos as jornalistas brancas e negras se distanciam ou se aproximam.

CAPÍTULO 7: MULHERES JORNALISTAS NOS IFs: PERSPECTIVA ÉTNICO-RACIAL (ETAPA 2)

A presença de mulheres no jornalismo tem crescido significativamente ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, contribuindo para uma maior representatividade feminina nas diversas áreas de atuação. A jornada para a igualdade de gênero na sociedade enfrenta diversos obstáculos e no campo jornalístico não é diferente, sendo um dos mais relevantes a influência das questões raciais. Diante disso, este tópico busca realizar um comparativo entre mulheres jornalistas que atuam nos Institutos Federais, considerando a perspectiva étnico-racial (branca, negra – preta e parda –, amarela e indígena) como elemento central.

Embora tenham enfrentado desafios significativos para romperem com estereótipos de gênero e lutarem por igualdade de oportunidades nas redações, a presença de mulheres brancas no jornalismo tem sido historicamente mais visível. No entanto é fundamental compreender que essa realidade não representa a totalidade das mulheres no campo jornalístico. As mulheres negras, amarelas e indígenas têm enfrentado barreiras adicionais, marcadas pela interseção de gênero e raça, que frequentemente resultam em uma sub-representação desses grupos nas redações, nas organizações e em posições de destaque.

A desigualdade racial reflete não apenas um problema estrutural, mas também é o reflexo de uma sociedade permeada por preconceitos e estereótipos arraigados. A representatividade das mulheres jornalistas, em sua diversidade étnico-racial, como pode ser observada no tópico anterior, está presente nos IFs, assim buscaremos comparar em quais aspectos essas mulheres se diferenciam a depender do critério racial.

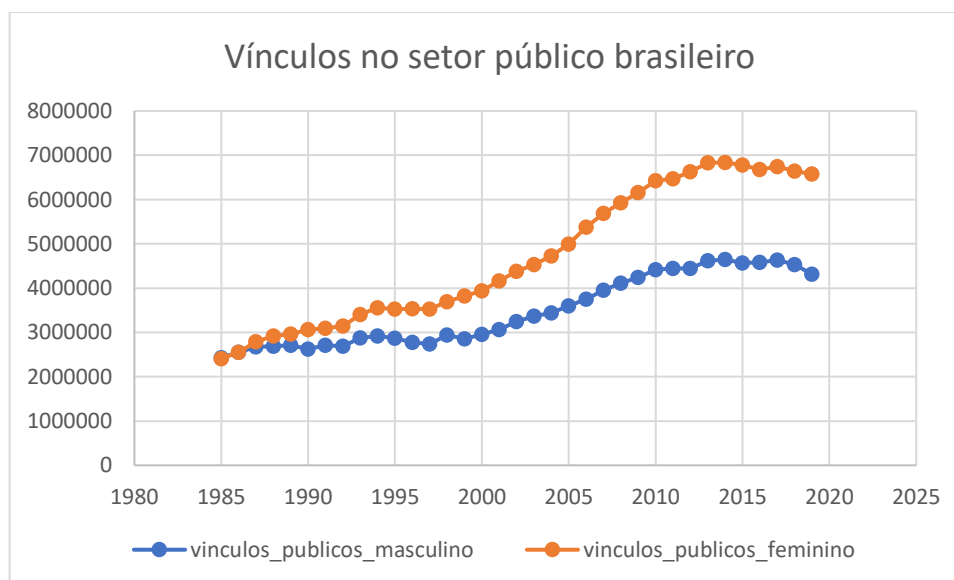
Por meio deste estudo comparativo, esperamos contribuir para o enriquecimento do debate sobre a interseção entre gênero e raça no jornalismo, levando em consideração os números obtidos nas respostas de 173 jornalistas que atuam nos setores de comunicação dos Institutos Federais brasileiros, sendo que 112 respondentes são do sexo feminino.

Além de compararmos os dados das nossas respondentes entre si, trazemos dados de outras pesquisas para complementar nossa análise, tais como a do Perfil do Jornalista Brasileiro (Lima *et al.*, 2022), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD - (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022), Atlas do Estado Brasileiro (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2023), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2023) e do Perfil Racial da Imprensa Brasileira (Jornalistas&Cia *et al.*, 2021).

É relevante ressaltar que, no decorrer deste tópico, adotaremos uma abordagem que combina tanto a representação percentual quanto os valores numéricos absolutos. Essa abordagem visa proporcionar uma compreensão clara do contexto quantitativo ao qual nos referimos. Dado que contamos com uma única profissional identificada como indígena e outra como amarela¹⁷, é notório que em determinadas análises a representação em porcentagem poderia não refletir adequadamente a realidade. Nesse sentido, a exposição dos números absolutos se apresenta como uma escolha mais precisa e coerente para retratar essa situação específica.

Destaca-se que as mulheres representam a maioria da população brasileira, conforme dados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022), totalizando 51,1% em comparação aos 48,9% de homens. Essa tendência de maioria feminina também se manifesta nos vínculos empregatícios do setor público e, mais especificamente, no campo do jornalismo brasileiro, incluindo a presença de mulheres jornalistas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). No ano de 2019, de acordo com estatísticas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os vínculos de trabalho femininos ultrapassavam 6,5 milhões, enquanto os masculinos correspondiam a cerca de 4,3 milhões (conforme ilustrado no Gráfico 58).

Gráfico 58 – Vínculos no setor público brasileiro



Fonte: Atlas do Estado Brasileiro, Ipea, 2023.

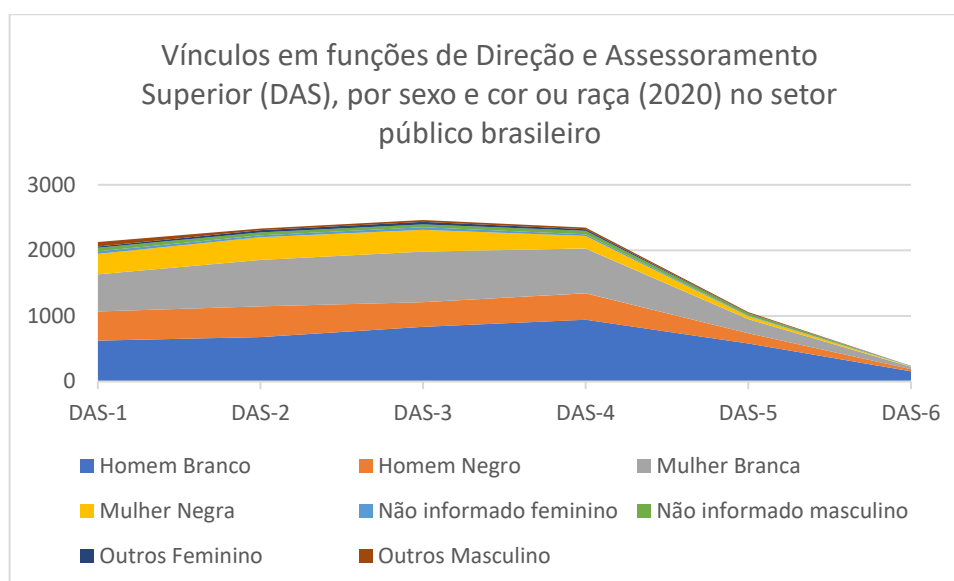
¹⁷ O fato de termos apenas uma respondente autodeclarada indígena e uma autodeclarada amarela impacta também na análise, ou seja, em muitas situações não iremos realizar comparativos entre esses grupos raciais por não haver números suficientes e, nesse caso, apenas informaremos quais foram as respostas das duas profissionais.

O setor público é ocupado por mais mulheres do que homens com uma vantagem de aproximadamente dois milhões de vínculos, no entanto, apesar dessa esmagadora maioria, essa vantagem numérica não é o suficiente para fazer com que ocupem os postos mais altos dos poderes públicos. No Gráfico 59 - Vínculos em funções de Direção e Assessoramento Superior (DAS), por sexo e cor ou raça (2020) - encontramos uma distribuição dos cargos em comissão do Governo Federal brasileiro. Embora sejam dados em nível nacional, podemos ter um panorama do quanto as mulheres ainda são minoria nessas funções e, quando as ocupam, as mulheres brancas ainda superam o quantitativo das mulheres negras.

Os cargos de DAS são divididos em seis níveis hierárquicos e cada nível é subdividido em quatro padrões de remuneração. Em resumo, esses níveis hierárquicos representam:

- DAS-1 e DAS-2 - assessoramento direto e imediato aos ocupantes de cargos de direção e assessoramento superiores como secretário-executivo adjunto, diretor-geral e presidente de empresa pública;
- DAS-3 – assessoramento em áreas específicas de competência do órgão ou entidade como coordenador-geral e diretor de programa;
- DAS-4 – gerenciamento intermediário como gerente-geral, por exemplo;
- DAS-5 e DAS-6 – gerenciamento intermediário, por exemplo, gerente-executivo.

Gráfico 59 – Vínculos em funções de Direção e Assessoramento Superior (DAS), por sexo e cor ou raça (2020) no setor público brasileiro

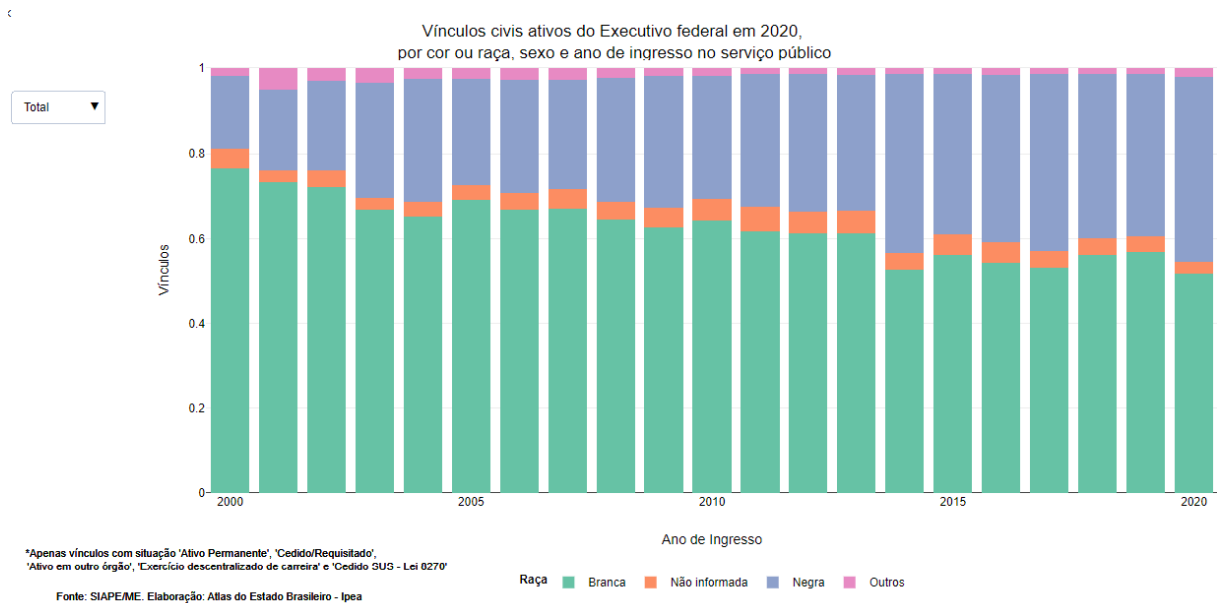


Fonte: Atlas do Estado Brasileiro, Ipea, 2023.

As mulheres são maioria no funcionalismo público municipal; as mulheres brancas são

maioria no funcionalismo público estadual e no funcionalismo público federal lideram os homens, com predominância dos brancos. Nesta esfera, a federal, estão os cargos com maiores salários e mais prestígio. Um levantamento realizado por Silva e Lopez (2021) apontou que, no ano de 2017, enquanto funcionários municipais recebiam remuneração média de R\$2,9 mil, funcionários públicos federais tinham remunerações média de R\$9,2 mil, segundo dados extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e da Receita Federal.

Gráfico 60 – Vínculos civis ativos do Executivo Federal em 2020 por cor ou raça, sexo e ano de ingresso no serviço público



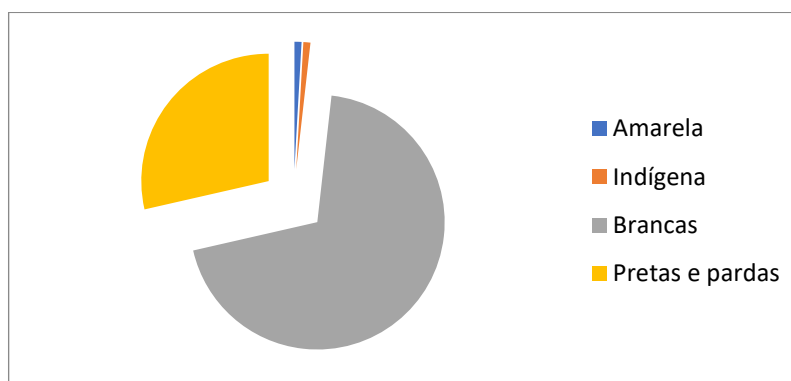
Fonte: Atlas do Estado Brasileiro, Ipea, 2023.

Observamos que essa dinâmica persiste nos Institutos Federais, onde somente 10 das entrevistadas do sexo feminino - representando menos de 10% do conjunto - desempenham funções de liderança. Dessas, nove profissionais identificaram-se como brancas, enquanto apenas uma delas se autodeclarou como mulher negra. Essa disparidade é consonante com a composição do cenário laboral brasileiro, em que, independentemente do gênero, as posições gerenciais são predominantemente ocupadas por indivíduos de origem étnico-racial branca, representando 69%. Ao estratificarmos esses dados de acordo com o gênero, constatamos que os homens ocupam 62,6% dessas posições, enquanto as mulheres compõem 37,4%, conforme informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

A fim de conhecermos quem são as mulheres que atuam nos setores de comunicação dos IFs, neste capítulo, apresentamos os dados referentes apenas a esse gênero¹⁸, realizando um comparativo entre elas de acordo com o critério étnico-racial. Nosso grupo é composto por 112 mulheres respondentes¹⁹, sendo uma maioria autodeclarada branca (70%). As profissionais que se identificaram como pretas e pardas são 29% e amarela e indígena somam 0,5% cada (ver Gráfico 61). Dentre as 32 profissionais autoidentificadas pardas ou pretas, 23 não se autodeclararam negras e todas elas se identificam como pardas. Entre as 9 que se autodeclararam negras, 3 são pretas e as demais pardas.

As mulheres brancas no jornalismo dos IFs somam mais do que o dobro das pretas e pardas, apesar de a maioria da população brasileira ser composta por negros (pretos e pardos), conforme aponta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD – (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

Gráfico 61 – Distribuição de jornalistas mulheres respondentes da pesquisa por critério étnico-racial (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Em 2021, a população residente no Brasil era composta principalmente por 43% de pessoas autodeclaradas brancas, 9,1% de autodeclarados pretos e 47% de autodeclarados pardos, ou seja, pretos e pardos somam 56,1% do total de brasileiros. O percentual de brancos caiu 3,3% e o de pretos e pardos teve um aumento de 1,7% e 1,4%, respectivamente, se comparados ao ano de 2012 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022)²⁰.

¹⁸ Os dados relativos a todos os respondentes da pesquisa – homens e mulheres - foram apresentados e comparados no capítulo anterior.

¹⁹ Quando dividimos o grupo de respondentes por gênero fizemos a opção metodológica de não inserir a/o profissional que se autodeclarou como bigênera, em nenhum dos dois grupos (feminino ou masculino), pois não poderíamos duplicar suas respostas ou direcioná-la/o a um grupo específico, tendo em vista que a/o própria/o respondente não o fez.

²⁰ Conforme os dados do Censo 2022 do IBGE, a população brasileira se autodeclarou 43,5% brancos, 10,2% pretos, 45,3% pardos, 0,4% amarelo e 0,8% indígena, ou seja, a maioria de negros (pretos e pardos) com 55,5%.

Quando se trata da categoria em termos nacionais, ou seja, os dados referentes à Pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro, o total de jornalistas que se identificam como brancos soma 67,8%, pardos 20,6% e pretos 9,3%, além de 1,3% autodeclarados amarelos (Lima *et al.*, 2022), portanto, a categoria não reflete a realidade do país no que tange à maioria étnico-racial, bem como a situação é a mesma nos Institutos Federais.

Desde os anos 2000, vários esforços foram feitos por parte dos governos com o objetivo de ampliar e democratizar o acesso ao ensino superior, como a implantação do sistema de ações afirmativas, incluindo a Lei de Cotas e o Programa Universidade para Todos (Prouni), no entanto o ingresso de pessoas pretas e pardas ainda é inferior ao de pessoas brancas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018).

As jornalistas respondentes da nossa pesquisa estão em maior número nas reitorias dos IFs. As profissionais brancas (39) nesses ambientes somam mais do que o dobro das pretas e pardas (17). Nos campi essa realidade também se repete: são 36 profissionais autodeclaradas brancas e 15 autodeclaradas pretas e pardas. A profissional indígena está lotada em um campus e a amarela em reitoria.

No contexto da distribuição racial, destaca-se o IFSP como a instituição com a maior amplitude de diversidade. Nesse cenário, duas profissionais se autodeclararam como brancas, enquanto outras duas identificam-se como pretas ou pardas e uma integrante é autodeclarada amarela. Notáveis discrepâncias também emergem nos IFs da Bahia e de Minas Gerais (IFMG), onde a representação de jornalistas autodeclaradas pretas e pardas supera aquelas autodeclaradas brancas, respectivamente: uma proporção de três para uma no primeiro e quatro para uma no segundo.

Contrastando com essa diversidade, o IF do Rio Grande do Sul apresenta um quadro de dez profissionais mulheres, todas identificando-se como brancas. No IF do Ceará, essa realidade diverge minimamente, devido à inclusão de uma profissional negra, em contraste com as oito profissionais brancas. Além disso, observa-se que em diversos outros institutos a composição étnico-racial das equipes de jornalistas é caracterizada pela homogeneidade, sendo constituída majoritariamente por profissionais de uma única identidade étnica e racial, seja branca ou negra (preta e parda).

Tabela 12 – IF de lotação das jornalistas mulheres respondentes da pesquisa (Etapa 2)

IF de atuação	Branca s	Pretas e pardas	Amarel a	Indígen a
Instituto Federal Baiano	1			
Instituto Federal Catarinense	1	1		
Instituto Federal da Bahia	1	3		
Instituto Federal da Paraíba	3	2		
Instituto Federal de Alagoas	1	2		1
Instituto Federal de Brasília	1	1		
Instituto Federal de Goiás	5	1		
Instituto Federal de Mato Grosso	1			
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	2			
Instituto Federal de Minas Gerais	1	4		
Instituto Federal de Pernambuco	4	1		
Instituto Federal de Rondônia	1			
Instituto Federal de Roraima	1	1		
Instituto Federal de Santa Catarina	7			
Instituto Federal de São Paulo	2	2	1	
Instituto Federal de Sergipe	1	1		
Instituto Federal do Acre	1			
Instituto Federal do Amapá		1		
Instituto Federal do Amazonas		1		
Instituto Federal do Ceará	8	1		
Instituto Federal do Espírito Santo	1			
Instituto Federal do Maranhão	1	1		
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	1	1		
Instituto Federal do Pará	4	1		
Instituto Federal do Paraná	1			
Instituto Federal do Piauí	1	1		
Instituto Federal do Rio de Janeiro	1			
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	10			
Instituto Federal do Sertão Pernambucano		1		
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	2	1		
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	3			
Instituto Federal do Tocantins	1	1		
Instituto Federal Farroupilha	2			
Instituto Federal Fluminense	4	2		
Instituto Federal Goiano	3	1		
Instituto Federal Sul-rio-grandense	1			

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Conforme dados do PNAD (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022), é possível estabelecer comparações com os dados anteriormente mencionados. Na análise de distribuição racial por estados e regiões, verifica-se que a Bahia se destaca como a localidade com a maior proporção de indivíduos autodeclarados como pretos, representando 21,5% da população. Além disso, na região Nordeste, a parcela de pessoas autodeclaradas pretas é de 11,4%. Esses números vêm acompanhados pelo Sudeste, com uma proporção considerável de 9,6%.

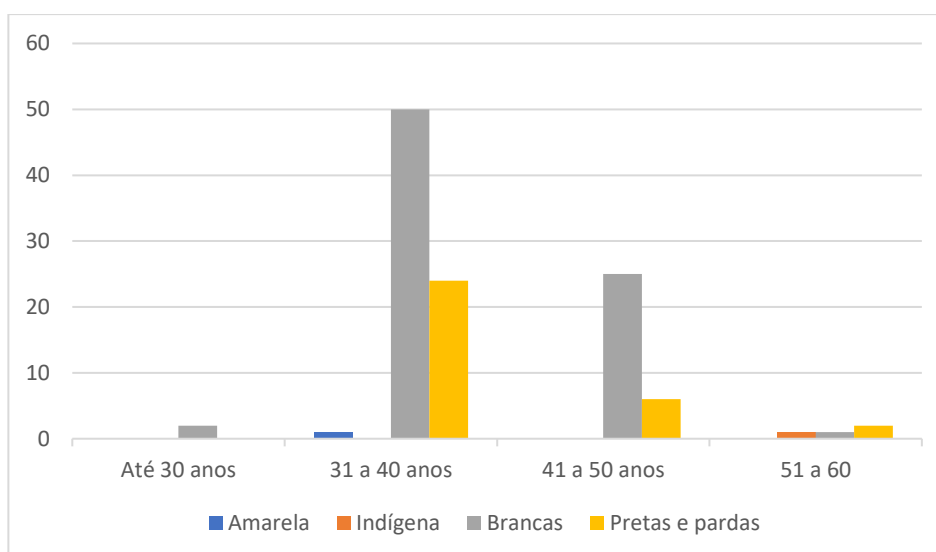
Enquanto isso, a população autodeclarada como parda exibe sua maior concentração na região Norte, atingindo a marca de 73,4%. O estado do Amapá abriga a maior concentração desse grupo do país com 84,5% no total, sendo 7,2% de autodeclarados pretos e 77,3% autodeclarados pardos. A população parda neste estado só não é maior do que no estado do Amazonas, onde 80,1% se identificam como pardos. Não por acaso os institutos desses estados têm, cada um, uma jornalista autodeclarada preta ou parda (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

Por outro lado, a população branca predomina na região Sul, constituindo 75,1% dos habitantes dessa região. Comparando esses dados com as características das instituições apresentadas anteriormente, observa-se a interseção de padrões demográficos e a heterogeneidade de distribuição racial em diferentes contextos.

Continuando nossa análise, a maioria do nosso grupo de mulheres respondentes está concentrada na faixa etária dos 31 a 40 anos, sendo 75% das que se identificam como pretas e pardas e 64% das que se identificam como brancas. Na faixa de idade de 41 a 50 anos estão pouco mais de 20% das profissionais identificadas como brancas e quase o mesmo percentual das profissionais identificadas como negras. Com idades entre 51 e 60 anos estão 6% das profissionais negras e 1% das profissionais brancas. Até os 30 anos, temos apenas 3% das respondentes do grupo e são jornalistas autodeclaradas brancas. Nossa respondente que se identificou como amarela está na faixa de 31 a 40 anos e a profissional autodeclarada indígena tem entre 51 e 60 anos.

Comparativamente, quando observamos os dados do Brasil, conforme relatados na PNAD Contínua (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022), percebemos mudanças na distribuição percentual entre homens e mulheres nos diferentes grupos etários. Por exemplo, na faixa de 25 a 29 anos, a proporção entre os dois gêneros é semelhante. No entanto, a partir dos 30 anos, observa-se um aumento da representação feminina, precisamente na mesma faixa etária em que se encontra grande parte das entrevistadas do nosso estudo.

Gráfico 62 – faixa etária das mulheres jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)



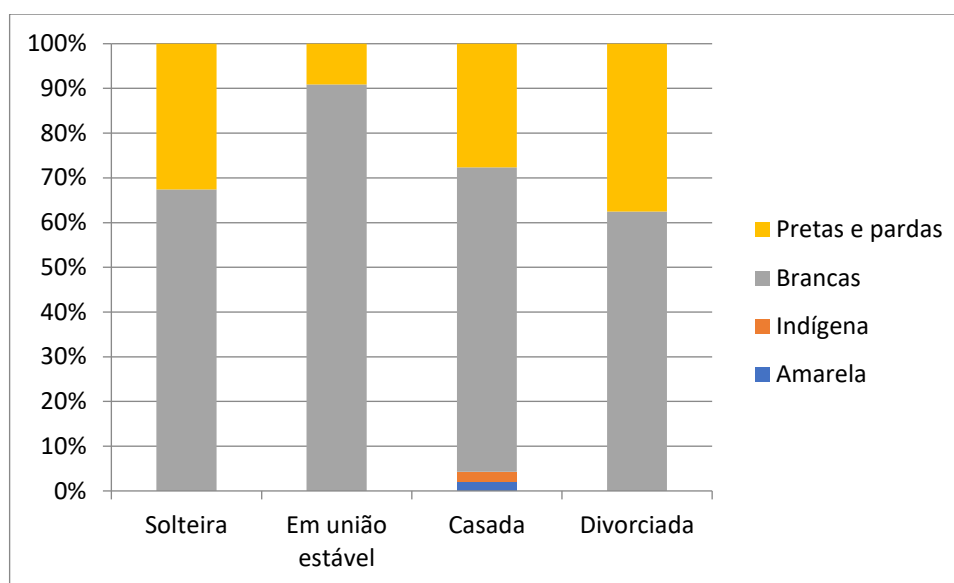
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

As jornalistas autodeclaradas brancas e as autodeclaradas pretas e pardas casadas representam o mesmo percentual: 41% para cada grupo. Por outro lado, quando comparamos as profissionais solteiras e divorciadas, percebemos que a proporção de mulheres pretas e pardas supera a das mulheres brancas: 47% contra 40%, respectivamente. A discrepância também se estende para as divorciadas, em que o grupo de profissionais negras é representado por 9%, enquanto as brancas compreendem 6%. Por sua vez, entre as jornalistas em união estável, as mulheres brancas constituem a maioria, representando 13% em relação a 3% das demais.

Os casamentos, em 2021, tiveram um aumento de 23,2% em relação a 2020, muito provavelmente em decorrência da pandemia de covid-19. De acordo com dados do IBGE (2022), em todas as regiões brasileiras houve um aumento no número de casamentos civis, registrados em cartório, tanto entre pessoas do mesmo sexo como de sexos opostos.

As informações coletadas em nossa pesquisa demonstram que a quantidade de mulheres que não têm companheiros é bem maior entre as pretas e pardas do que entre as brancas. Não é possível afirmar se, no caso das nossas respondentes, elas são as chefas de suas famílias, contudo, é uma possibilidade, principalmente se considerarmos a realidade brasileira na qual mais de 50% das famílias são lideradas por mulheres negras. No Brasil, dentre as lideranças femininas, as mulheres negras são as responsáveis por 21,5 milhões de lares, o equivalente a 56,5%, e as não negras lideram 16,6 milhões (43,5%) de casas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

Gráfico 63 – Estado civil das mulheres jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Continuando a análise com as participantes do nosso estudo, observamos que os percentuais relativos à quantidade de filhos se aproximam bastante, atingindo cerca de 55% tanto para as mulheres brancas quanto para as pretas e pardas. No tocante à ausência de filhos, os números também exibem proximidade, com 54% das entrevistadas não tendo filhos, enquanto 53% do outro grupo também se enquadram nesse cenário.

Quando observamos o contexto de ter um filho, constatamos que pouco mais de um quarto das jornalistas brancas se enquadram nessa categoria, enquanto aproximadamente um terço das jornalistas pretas e pardas está na mesma situação. No que concerne à maternidade de dois filhos, menos de 20% das profissionais se encontram nesse estágio, distribuídas entre 18% das brancas e 16% das pretas e pardas. Um número bastante reduzido de jornalistas respondentes indica possuir três filhos, e é relevante notar que essas profissionais se identificam como brancas.

Nosso grupo reflete a realidade brasileira em que houve uma expressiva diminuição na taxa de fecundidade: de 6,3 filhos por mulher em idade reprodutiva na década de 1960 para a previsão de 1,7 em 2021 com a projeção de 1,5 filho por mulher em 2050 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022). As mudanças na sociedade e na economia, como a dedicação da mulher à carreira profissional e a inserção da mulher no mercado de trabalho, contribuem diretamente para essa alteração.

Tabela 13 – Jornalistas mulheres respondentes da pesquisa e quantidade de filhos (Etapa 2)

Étnico-racial	Não tem	1 filho	2 filhos	3 filhos
Amarela		1		
Indígena			1	
Brancas	42	21	14	1
Pretas e pardas	17	10	5	

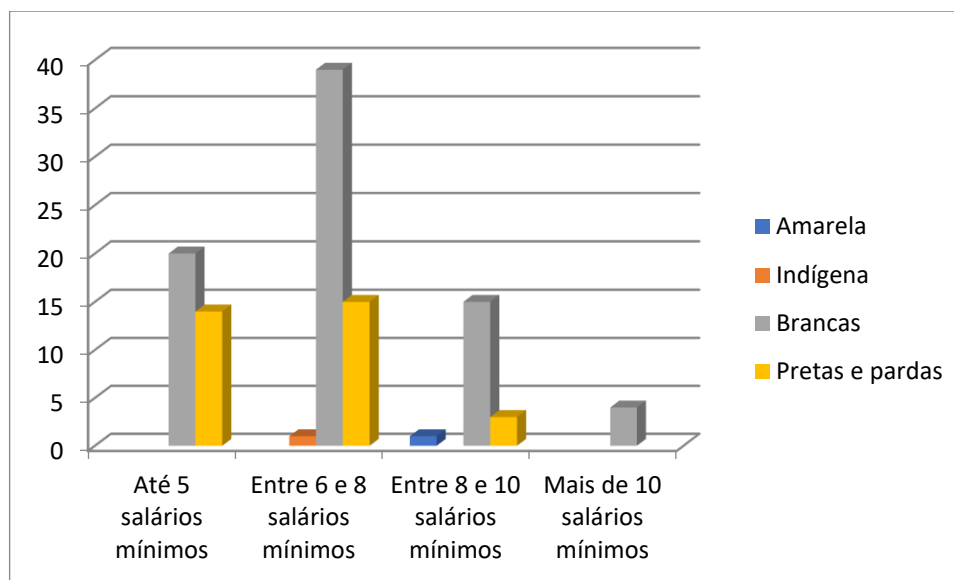
Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Apenas 3,5% do total de jornalistas participantes da pesquisa, ou seja, um grupo composto por seis profissionais, declarou receber um rendimento superior a 10 salários mínimos. Todos os integrantes desse grupo são autodeclarados brancos. Desse contingente, surpreendentemente, mais de 65%, quatro jornalistas, são mulheres. Este dado é intrigante e pode ser associado à tendência observada em nossa pesquisa, na qual há uma predominância de mulheres respondentes. Essa inclinação é importante considerar, uma vez que, no panorama geral do mercado de trabalho, as mulheres frequentemente não representam a maioria nas faixas salariais mais elevadas.

A maior parte das profissionais que participaram de nossa pesquisa, independentemente de serem autodeclaradas brancas ou pretas e pardas, recebe uma renda situada na faixa predominante de 6 a 8 salários mínimos. Há uma predominância de mulheres autodeclaradas brancas na faixa salarial entre 8 e 10 salários mínimos, representando aproximadamente 20% do total. Em contraste, somente metade desse percentual das mulheres autodeclaradas pretas e pardas encontra-se nessa mesma faixa de renda. Essa distinção salienta disparidades existentes entre os grupos étnico-raciais no contexto da remuneração e reflete uma dinâmica complexa.

Um levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2023) apontou que o rendimento médio mensal das mulheres no mercado de trabalho é 21% menor do que o dos homens e que, mesmo em setores de atividades em que elas são maioria, como no jornalismo, ainda recebem menos. Em determinadas áreas de atuação como, por exemplo, serviços sociais, as mulheres com curso superior completo recebem, em média, R\$4.063,00, enquanto, nas mesmas condições, os homens recebem R\$6.331,00 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

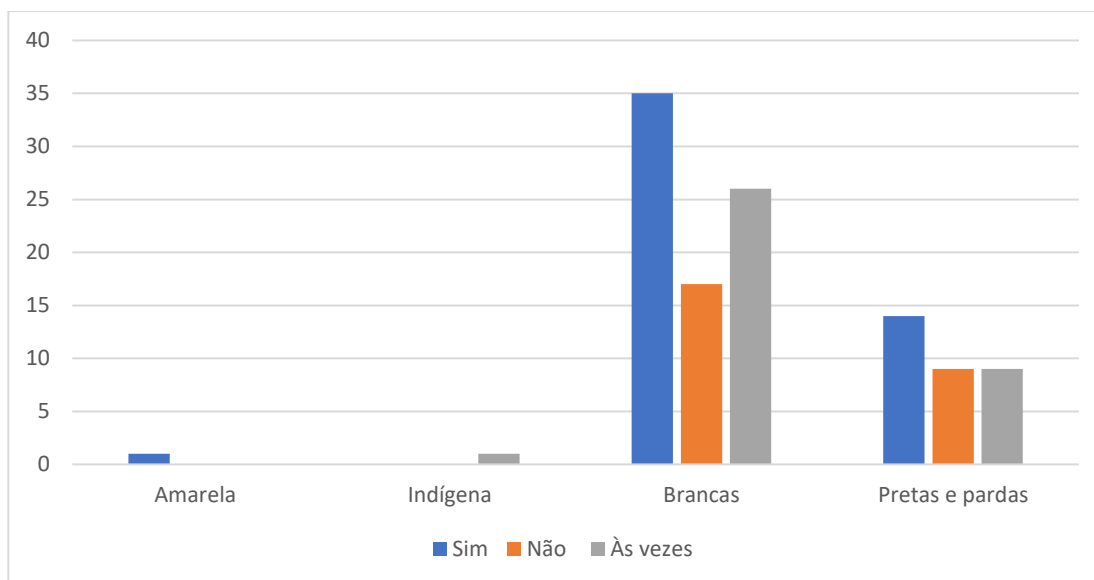
Gráfico 64 – Faixa de renda atual das mulheres jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Com base nessas considerações sobre renda, não é surpreendente que 28% das jornalistas autodeclaradas pretas e pardas relatem que a remuneração que recebem não é adequada para cobrir suas despesas mensais, enquanto um número igual de 28% menciona que é suficiente apenas às vezes. Em contrapartida, 45% das jornalistas autodeclaradas brancas afirmam que a remuneração é suficiente para atender às suas necessidades financeiras.

Essa dinâmica da remuneração é reflexo de um cenário mais amplo. No contexto nacional, as mulheres negras compõem a maioria das mulheres empregadas que recebem até um salário mínimo, totalizando mais de 52%. Por outro lado, as mulheres não negras correspondem a aproximadamente 32% desse grupo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022). Essa discrepância evidencia as desigualdades existentes em termos de remuneração entre profissionais brancos e negros.

Gráfico 65 – Remuneração é suficiente para arcar com as despesas mensais?²¹ (Etapa 2)

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

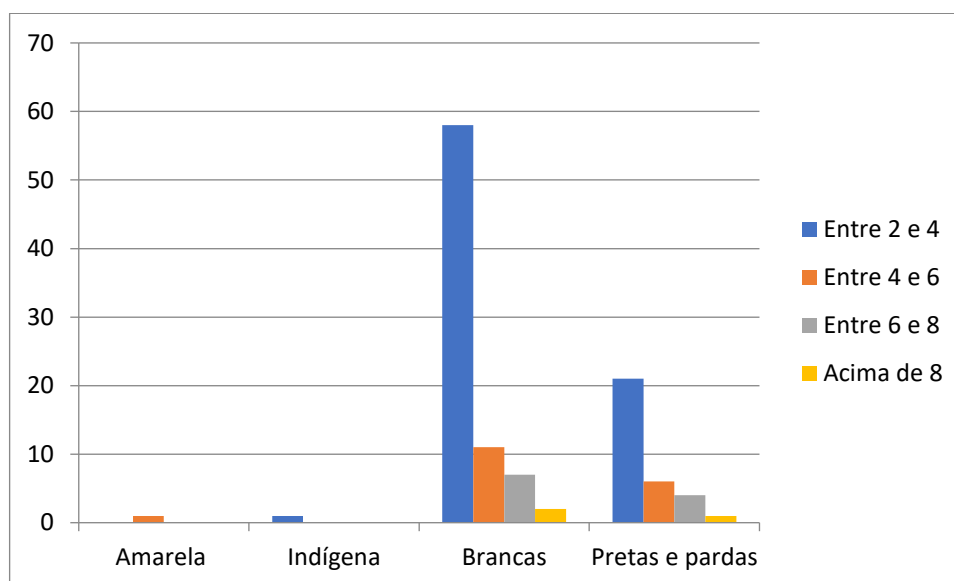
No que se relaciona à mobilidade profissional no campo do jornalismo nos Institutos Federais do Brasil, tem se revelado com características distintas entre jornalistas brancas e jornalistas negras ao longo de suas carreiras. Em nosso estudo, analisando a quantidade de vínculos empregatícios, observa-se que as jornalistas identificadas como brancas apresentaram um número menor de vínculos, concentrados principalmente entre dois e quatro empregos, ao longo do percurso profissional.

Por outro lado, as jornalistas negras registraram percentuais mais expressivos nas faixas de quatro a seis e de seis a oito vínculos, o que aponta para uma maior rotatividade e busca por novas oportunidades ao longo do trajeto profissional. É importante notar que ambos os grupos apresentaram um empate em relação aos vínculos acima de oito, representando 3% das profissionais pesquisadas.

No ano de 2021, a pesquisa do Perfil Racial da Imprensa Brasileira apontou que praticamente para a totalidade do grupo de pretos e pardos (98%) respondente o desenvolvimento da carreira teve mais dificuldades do que os colegas brancos (Jornalistas&Cia *et al.*, 2021). Esses dados evidenciam que, não apenas as jornalistas autodeclaradas negras, mas os profissionais negros em geral, têm enfrentado desafios adicionais no que diz respeito à estabilidade profissional, podendo estar sujeitas a mais mudanças de emprego para se manterem ativas no mercado de trabalho jornalístico. Tais disparidades são reflexo de questões estruturais e históricas que permeiam a sociedade brasileira.

²¹ Dados referentes às respostas fornecidas pelas mulheres jornalistas participantes da pesquisa.

Gráfico 66 – Quantidade de vínculos de trabalho das mulheres jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Outra informação que chama a nossa atenção em nosso estudo é que as autodeclaradas pretas e pardas são maioria no recebimento de até cinco salários mínimos e minoria na faixa entre oito e dez salários mínimos, conforme já apresentado no gráfico 64. Como no serviço público não há distinção no valor do salário base, essas diferenças podem se explicar por dois motivos: as mulheres pretas e pardas têm menos tempo de serviço público, por isso ainda recebem menos valor adicionado a cada interstício de um ano e meio ao salário base ou têm menor grau de escolaridade (especialização, mestrado e doutorado), pois, a cada grau concluído, o servidor recebe um valor denominado incentivo à qualificação que, em 2023, é de 27%, 52% e 75%, respectivamente.

No serviço público, de forma geral, os negros têm participação maior em posições que exigem menor grau de escolaridade para o cargo. Em 2020, os cargos de nível superior apresentavam 65,1% de pessoas brancas e apenas 27,3% de negros e negras, enquanto nos cargos de nível intermediário os negros correspondiam a 43,9% e os brancos a 46,4% (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2023).

Em termos nacionais, conforme apontou a pesquisa do Perfil Racial da Imprensa Brasileira (Jornalistas&Cia *et al.*, 2021), os negros eram maioria (60,2%) em cargos operacionais, como repórter, redator e produtor, enquanto 61,8% dos jornalistas brancos estão em cargos gerenciais nas redações. A diferença nos cargos ocupados entre jornalistas negros e brancos tem relação direta com a remuneração. Os profissionais pretos e pardos predominam (41,7%) na faixa salarial mais básica, correspondente a até R\$3.300,00, enquanto praticamente

a metade desse número é de profissionais brancos (22,9%) que se encontram nessa faixa de renda.

Tabela 14 – Renda até 5 salários mínimos - comparativo entre mulheres jornalistas respondentes da pesquisa autodeclaradas pretas e pardas x autodeclaradas brancas (Etapa 2)

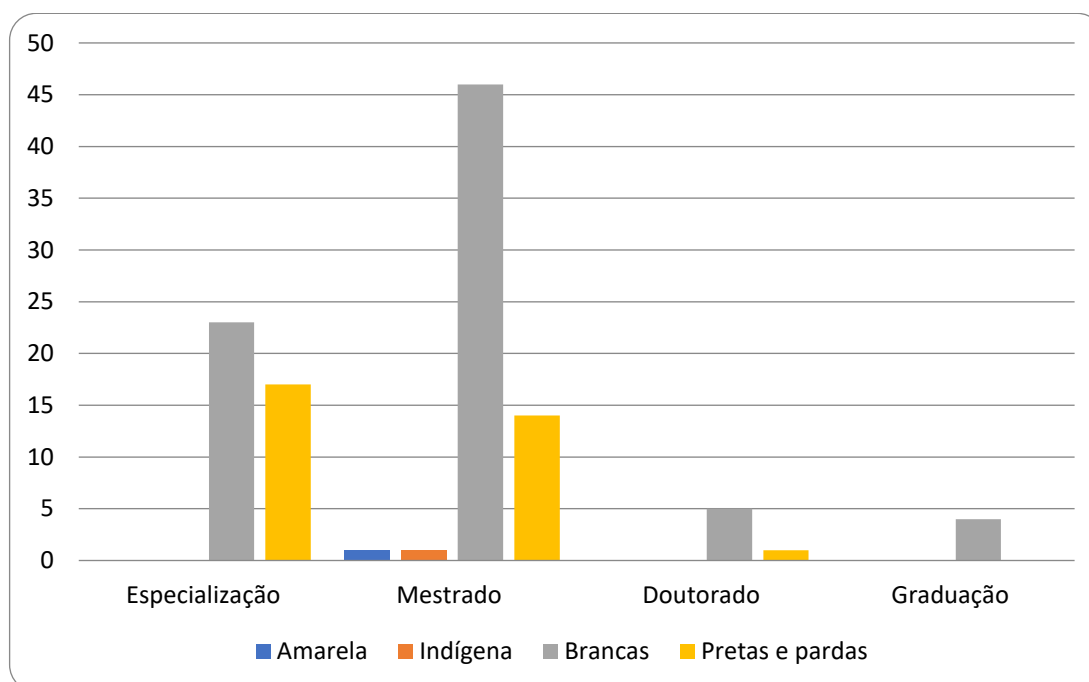
Escolaridade	Pretas e pardas	Branças	Tempo como jornalista no IF	Pretas e pardas	Branças
Graduação	-	10%	Entre 1 e 3 anos	7,2%	5%
Especialização	71,4%	50%	Entre 3 e 6 anos	28,5%	30%
Mestrado	21,4%	40%	Entre 6 e 9 anos	50%	30%
Doutorado	7,2		Entre 9 e 12 anos	14,3%	25%
			Acima de 12 anos		5%

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Diante do que já vimos em nossa pesquisa, o atual grau de escolaridade e o tempo de atuação no IF justificam o fato de mais jornalistas mulheres autodeclaradas pretas e pardas estarem cursando mestrado atualmente. Fora do serviço público ou da docência, os profissionais não costumam ter tempo e nem serem melhor remunerados pela elevação de escolaridade, o que resulta em muitos profissionais apenas com especializações. Nosso grupo de mulheres jornalistas respondentes é majoritariamente mestre, embora essa titularidade seja liderada pelas profissionais autodeclaradas brancas (59%). As profissionais autodeclaradas pretas e pardas são maioria com o título de especialistas (53%).

Essa também é uma realidade dos jornalistas brasileiros, em que a formação escolar revela algumas disparidades ao considerarmos o fator racial, sobretudo em relação à titulação de doutor. Nas demais titulações, os números são bem próximos. Conforme aponta a pesquisa do Perfil Racial da Imprensa Brasileira (Jornalistas&Cia *et al.*, 2021), a quantidade de profissionais, que tem apenas a graduação, autodeclarados brancos (53,4%) é praticamente equivalente a dos autodeclarados negros (53,9%). Quando se trata de cursos de especialização, os autodeclarados negros (29,2%) superam os colegas autodeclarados brancos (28,2%) por uma pequena margem de 1%. A situação se inverte quando se considera o mestrado, em que 9,5% dos brancos têm essa titulação em comparação a 8% dos negros. No entanto o doutorado revela a maior discrepância: 3,6% dos brancos dispõem desse título, enquanto apenas 1,7% dos negros tem doutorado (Jornalistas&Cia *et al.*, 2021).

Gráfico 67 – Grau de escolaridade das mulheres jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)

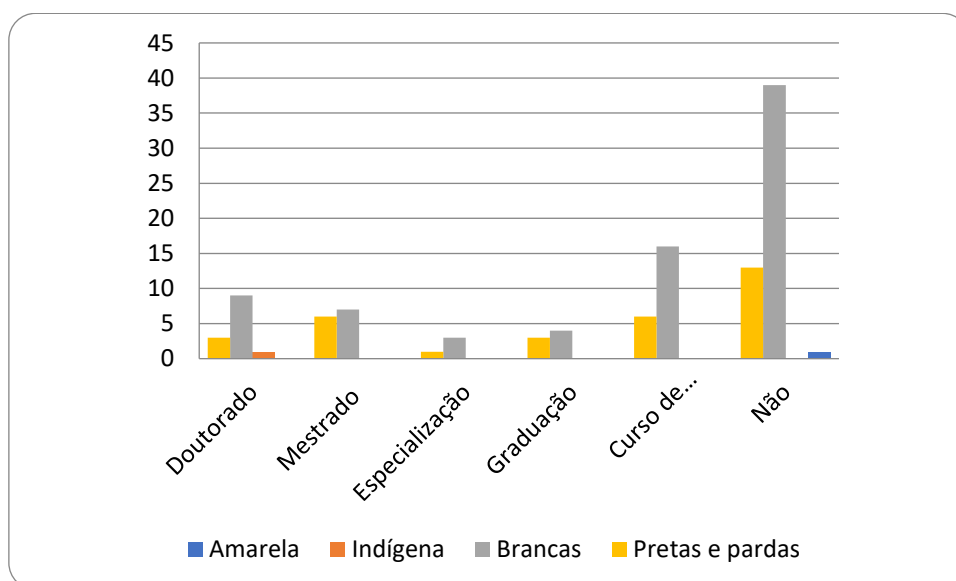


Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Aprofundando nossa análise quanto ao grau atual de escolaridade das jornalistas respondentes, surgem nuances interessantes. Entre as jornalistas autodeclaradas brancas, 9% alcançam o nível de mestras, porém esse número sobe para 19% entre as jornalistas autodeclaradas pretas e pardas. Ao observar o doutorado, uma inversão na tendência se revela. Entre as jornalistas brancas, a maioria (12%) já tem esse título, em contraste com os 9% das jornalistas pretas e pardas que detêm a mesma titulação. Esse cenário pode ser entendido ao considerar que um número maior de jornalistas brancas já alcançou o nível de mestras, o que as habilita a prosseguir com os estudos de doutorado.

Esses dados acentuam a complexidade das disparidades educacionais no contexto jornalístico brasileiro, revelando como a interseção entre fator racial e educação molda as trajetórias profissionais das jornalistas. Além disso, enfatizam a importância de políticas inclusivas e ações afirmativas para fomentar a igualdade de oportunidades e mitigar essas discrepâncias.

Gráfico 68 – Mulheres jornalistas respondentes da pesquisa que estão estudando atualmente (Etapa 2)

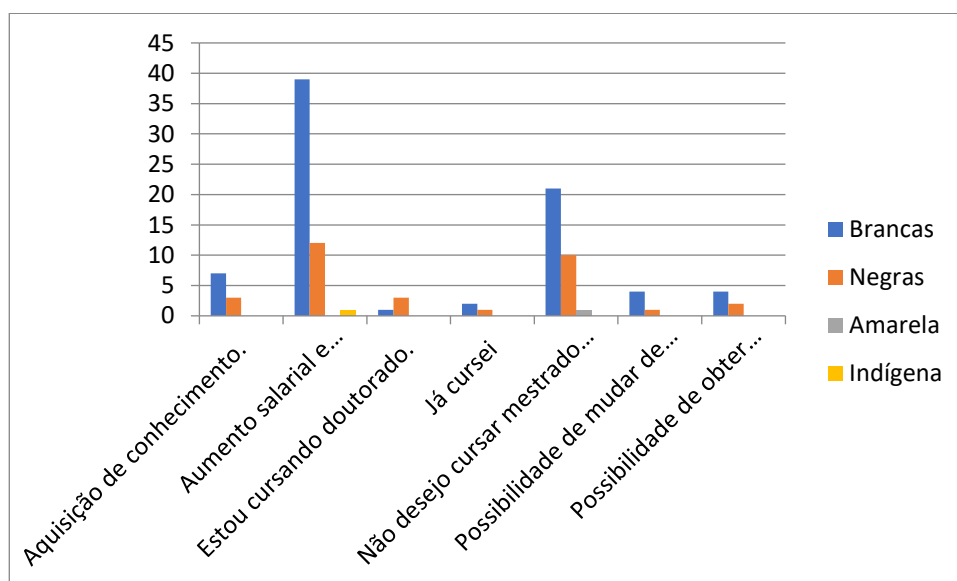


Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Prosseguindo com nossa análise, ao indagarmos as jornalistas respondentes sobre os fatores que as motivaram a buscar a obtenção de mestrado ou doutorado, uma tendência clara emergiu. A maioria expressou que a motivação por trás dessa decisão estava intrinsecamente ligada ao desejo de alcançar não apenas uma progressão em suas trajetórias profissionais, mas também uma significativa elevação salarial em suas carreiras. Essa aspiração por avanço na carreira evidencia uma busca por maiores oportunidades e reconhecimento profissional dentro do jornalismo.

É notável perceber como o impulso de aprimorar sua formação acadêmica tem raízes profundas no anseio por uma recompensa tangível, não somente em termos de remuneração, mas também de crescimento profissional. Essa mentalidade reflete uma compreensão sólida da correlação entre educação avançada e o alcance de posições mais influentes e remunerativas dentro da profissão. Paralelamente, uma porção de profissionais opta por não seguir a rota do mestrado ou doutorado. Essa escolha pode refletir uma série de fatores individuais, como o foco em aprimoramento prático ou priorização de outras responsabilidades.

Gráfico 69 – Motivos das mulheres jornalistas respondentes da pesquisa para cursar mestrado/doutorado (Etapa 2)



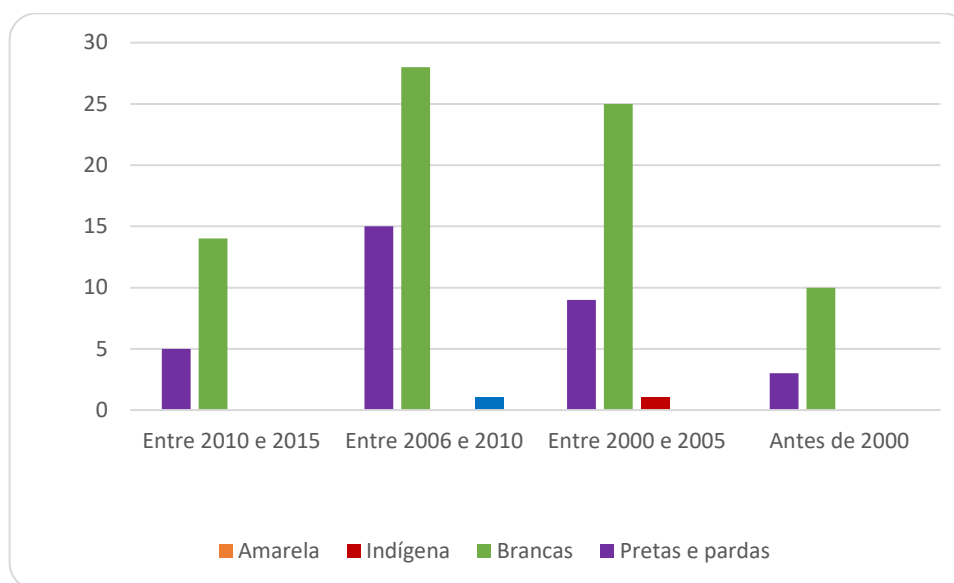
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Dentro do nosso grupo de mulheres jornalistas respondentes da pesquisa, observa-se predominantemente a presença de profissionais que concluíram sua graduação no intervalo entre 2006 e 2010. Essa década é notável na história do jornalismo brasileiro por ter presenciado mudanças significativas no panorama midiático e na própria formação em comunicação social.

O período entre 2006 e 2010 é o único em que o percentual das nossas respondentes autodeclaradas pretas e pardas (47%) supera o percentual das respondentes autodeclaradas brancas (36%) na conclusão da graduação em jornalismo, ressaltando que a quantidade numérica de profissionais brancas (78) é maior do que as profissionais pretas e pardas (32). Essa dinâmica pode ser vista à luz das transformações socioculturais e educacionais ocorridas nesse período, que podem ter proporcionado um ambiente mais inclusivo e acessível para mulheres de diferentes origens raciais. Ao observar outros intervalos temporais, porém, essa tendência se inverte, com as mulheres brancas predominando na conclusão da graduação em relação às mulheres pretas e pardas.

Analisar a evolução da composição étnico-racial das formandas em jornalismo ao longo dos anos oferece um vislumbre das transformações sociais, políticas e educacionais que marcaram a história do jornalismo no Brasil. Também destaca a importância de continuar promovendo uma formação inclusiva e equitativa para todas as mulheres que buscam carreiras no campo jornalístico.

Gráfico 70 – Período de conclusão da graduação das mulheres jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Em nosso estudo, mais jornalistas autodeclaradas pretas e pardas têm outra graduação do que as jornalistas autodeclaradas brancas. Enquanto apenas 13% de autodeclaradas brancas informaram ter outra graduação, as autodeclaradas pretas e pardas somam 19%. Em nossa pesquisa não conseguimos identificar se essa graduação foi cursada antes ou depois da faculdade de jornalismo ou ainda antes ou depois do ingresso no IF, no entanto esses dados demonstram que as mulheres negras estão em constante capacitação e tendem a se capacitar mais do que outros grupos, pois as dificuldades são maiores para elas, mesmo estudando mais.

Isso ficará evidente no próximo capítulo em que traremos entrevistas em profundidade com quatro jornalistas, sendo cada uma integrante de grupo racial. As jornalistas autodeclaradas negra e indígena têm mais de uma graduação, o que pode ser atribuído a uma série de fatores históricos, sociais e estruturais que moldam as trajetórias profissionais e educacionais desses grupos.

Diversas razões podem explicar essa busca constante e mais intensa por capacitação entre profissionais não brancas. Uma delas reside no fato de que essa busca pode representar uma maneira de superar obstáculos adicionais ao acesso à educação superior e ao mercado de trabalho, funcionando como uma maneira de nivelar as oportunidades de atuação. Muitas também podem enxergar a busca por capacitação adicional como um caminho para se destacar e conquistar posições de influência e destaque no campo jornalístico.

Essa motivação surge, em parte, devido ao fato de que jornalistas não brancas frequentemente enfrentam estereótipos e preconceitos que podem prejudicar suas trajetórias profissionais. A busca por educação e capacitação aprimorada emerge como uma estratégia eficaz para confrontar essas percepções distorcidas e reforçar sua própria expertise e credibilidade no meio jornalístico, sendo essencial destacar que essas razões não são exclusivas uma da outra, podendo variar consideravelmente de pessoa para pessoa.

Outra situação apontada em nosso estudo diz respeito ao fato de a maioria das nossas respondentes ter se graduado principalmente em instituições públicas, sendo 75% das autodeclaradas pretas e pardas e 65% das autodeclaradas brancas, o que demonstra a importância da educação pública de ensino superior. Vale ressaltar que a maioria das profissionais respondentes autodeclaradas pretas e pardas não foi beneficiada pela Lei de Cotas, implantada apenas em 29 de agosto de 2012, pois se graduaram até 2010.

Contudo essa participação maior de pessoas pretas ou pardas no ensino superior em instituições públicas brasileiras se tornou uma crescente, principalmente após a Lei de Cotas e, segundo dados do IBGE, pela primeira vez, em 2018, a quantidade de pretos e pardos superou a metade das matrículas em universidades e faculdades públicas, chegando a 50,3%, um indicativo de que a população negra está melhorando seus índices educacionais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

Isso se comprova quando a pesquisa do Perfil Racial da Imprensa aponta que 20% dos profissionais autodeclarados pretos e pardos fez uso da política de cotas para ingressar no ensino superior, um número ainda modesto quando pensamos que todas as pessoas desse grupo racial poderiam fazer uso desse recurso, no entanto as dificuldades adicionais enfrentadas por pretos e pardos no Brasil, como a falta de infraestrutura básica de vida e, até mesmo, a vergonha por entrar em vagas reservadas, impactam nesses números de utilização.

Tabela 15 – Tipo de instituição que as mulheres jornalistas respondentes da pesquisa concluíram a graduação (Etapa 2)

	Amarela	Indígena	Branca	Pretas e pardas
Pública		1	51	24
Privada	1		27	8

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

No que tange à realização dos cursos de pós-graduação, há uma inversão dos números obtidos em nossa pesquisa com mulheres jornalistas que atuam nos Institutos Federais. As

instituições públicas continuam formando as jornalistas brancas (55%), porém não mais as jornalistas pretas e pardas (47%). Do grupo investigado, 47% das profissionais pretas e pardas terminaram o curso de pós-graduação em instituições privadas e 3% desse segundo grupo fizeram em ambos os tipos.

Como perguntamos sobre o maior título de pós-graduação já concluído, consideramos que os cursos realizados pelas jornalistas autodeclaradas pretas e pardas são de especialização, em que há uma grande oferta em instituições privadas e com preços acessíveis. Nesse raciocínio, os cursos concluídos pelas jornalistas autodeclaradas brancas são de mestrado, cuja oferta significativa ocorre nas instituições públicas, além de maior reconhecimento. Essa análise tem em vista o maior grau de escolaridade de cada grupo anteriormente mencionado no gráfico 66.

Nos chama atenção também o fato de nenhuma jornalista autodeclarada preta e parda ter concluído um curso de pós-graduação antes de 2005, já que 9% delas concluiu a graduação antes de 2000 e 28% até 2005, ou seja, 37% das jornalistas pretas e pardas estariam aptas a concluírem um curso de pós-graduação antes do período mencionado, mas não há esse registro.

Nossas respondentes informaram que seus cursos de pós-graduação foram majoritariamente concluídos entre 2016 e 2021, ou seja, nosso grupo de mulheres jornalistas, independentemente da época em que ingressou no IF, continua se dedicando aos estudos e de forma recente.

Tabela 16 – Período de conclusão do curso de pós-graduação das mulheres jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)

	Antes de 2005	Entre 2005 e 2010	Entre 2011 e 2015	Entre 2016 e 2021
Amarela				1
Índigena				1
Branças	4	8	22	40
Pretas e pardas		7	7	17

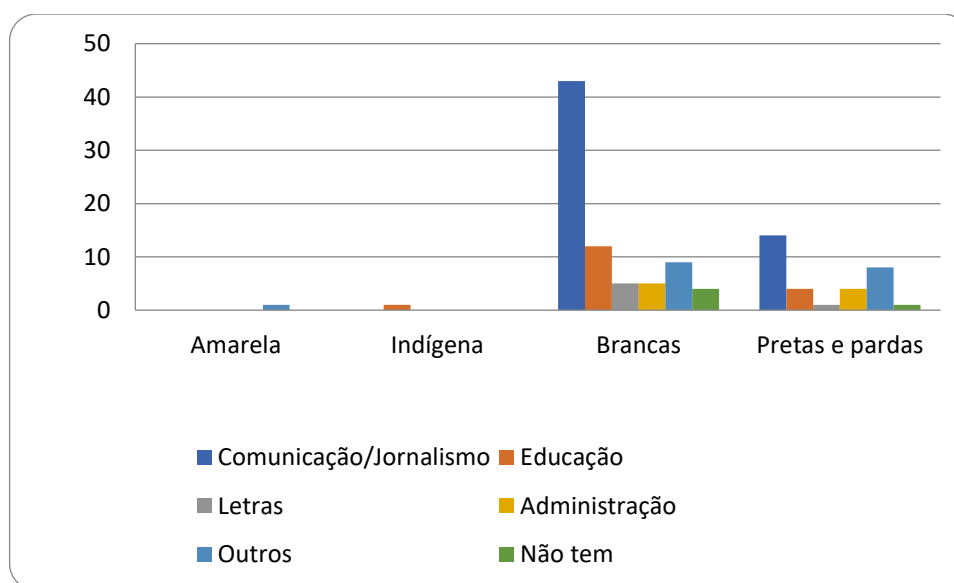
Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Quando exploramos a área de pós-graduação em que nossas jornalistas mulheres respondentes se especializaram, observamos uma tendência predominante em comunicação/jornalismo, em que 55% das profissionais autodeclaradas brancas e 44% das autodeclaradas negras estão concentradas. No campo da educação, notamos uma discreta

discrepância: 15% entre as jornalistas autodeclaradas brancas e 13% entre as autodeclaradas negras.

Contudo uma mudança mais evidente ocorre nas áreas de administração e outras disciplinas, nas quais as jornalistas pretas e pardas ganham destaque como maioria, representando 25% e 13%, respectivamente. Essa dinâmica pode ser influenciada por uma série de hipóteses que permeiam as escolhas individuais, as oportunidades disponíveis para cada grupo ou ainda alternativas à área do jornalismo para mudanças de carreira.

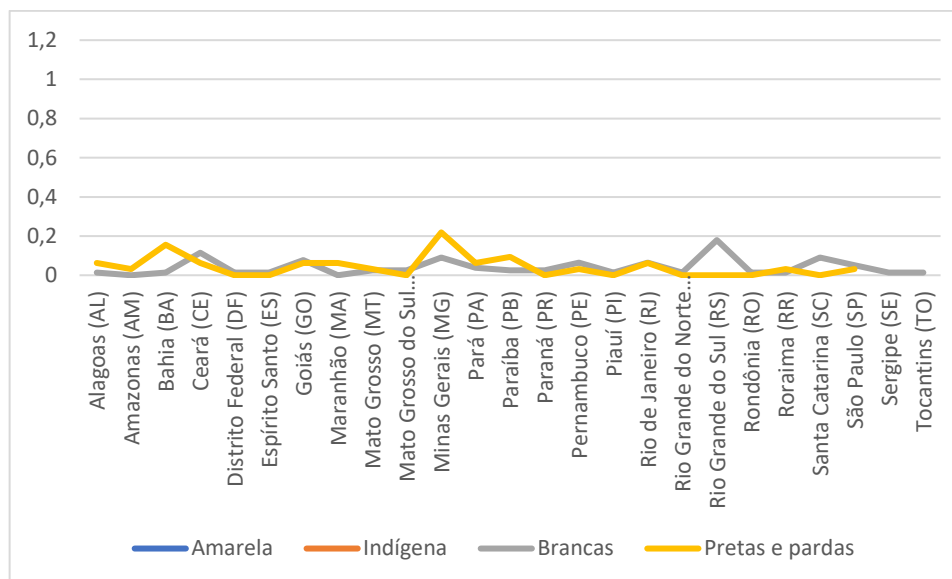
Gráfico 71 – Área da pós-graduação das mulheres jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Nosso estudo é composto por jornalistas mulheres nascidas em 23 dos 27 estados brasileiros. A maioria das profissionais identificadas como pretas e pardas nasceu em Minas Gerais (22%) e na Bahia (16%); já as identificadas como brancas, nos estados do Rio Grande do Sul (18%) e Ceará (12%). Como apresentado anteriormente, esses estados são os mesmos com as maiores quantidades das respondentes da nossa pesquisa, de jornalistas autodeclaradas pretas e pardas e brancas, respectivamente.

Gráfico 72 – Estado de nascimento das mulheres jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No que se refere à distribuição geográfica das jornalistas respondentes do nosso estudo em relação ao estado de residência, verifica-se que o Rio Grande do Sul apresenta a maior concentração de jornalistas autodeclaradas brancas, representando 17% do total. Nos estados de Santa Catarina, Goiás e Ceará, as jornalistas identificadas como brancas também apresentam uma equivalente parcela de 10% cada. No que diz respeito às jornalistas mulheres autodeclaradas negras, a maioria se encontra em Minas Gerais (19%) e na Bahia (13%).

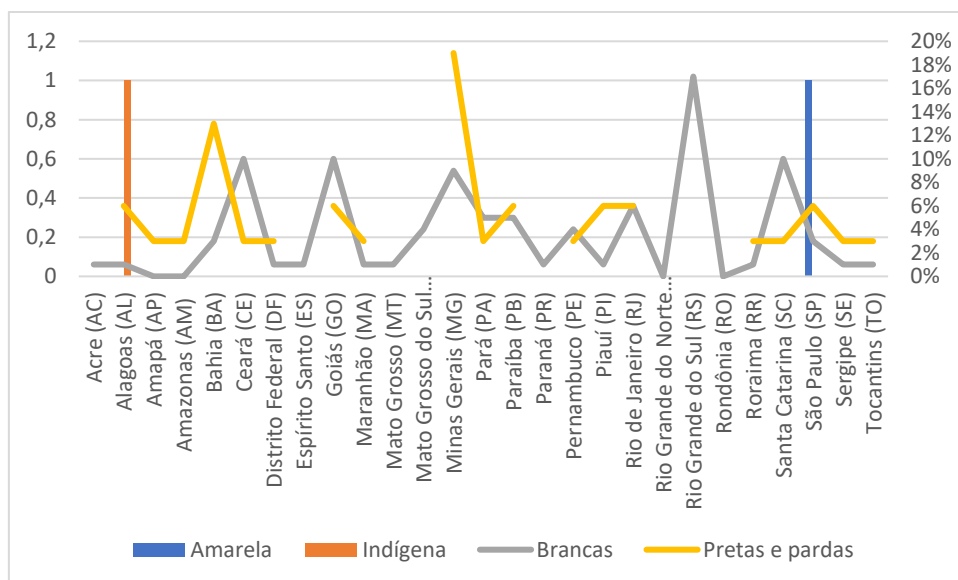
A PNAD Contínua (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022) apontou que os estados da Bahia (21,5%) e do Rio de Janeiro (14,2%) têm a maior concentração de pessoas autodeclaradas pretas e, no que tange às regiões do país, a maior concentração desse grupo racial está na região Nordeste (11,4%). O predomínio da população autodeclarada branca está na região Sul (75,1%) e da população autodeclarada parda está na região Norte (73,4%).

É importante salientar que os dados da nossa pesquisa, referentes ao estado do Ceará, não representam a realidade racial da população que lá vive. Nosso estudo apresenta uma maioria nesse estado de profissionais autodeclaradas brancas, enquanto a maioria da população lá residente, 71%, se autodeclarar como negros, ou seja, como pretos ou pardos (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2022). Esses dados podem indicar a existência de dificuldades da população não branca em chegar até o concurso público ou ainda que a carreira pública não é uma opção para os jornalistas pretos e pardos do Ceará.

Em nosso estudo, ainda é possível notar que há estados onde não se registra a presença de mulheres jornalistas nos IFs, a exemplo de Rondônia e Rio Grande do Norte. Esses padrões

geográficos podem refletir diversos fatores, influenciando as trajetórias e oportunidades das jornalistas em diferentes regiões do país.

Gráfico 73 – Estado atual de residência das mulheres jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Os dados da nossa pesquisa revelam que a participação em concursos públicos influenciou significativamente a decisão de mudança profissional para 30,7% das jornalistas autodeclaradas brancas, enquanto para autodeclaradas negras esse número corresponde a 18,7%. Entretanto é importante ressaltar que para uma parcela considerável de profissionais (24,3% de autodeclaradas brancas e 21,8% de autodeclaradas negras), o concurso público não foi a principal motivação para a mudança de carreira.

Aprofundando a análise, verificou-se que uma proporção maior de jornalistas autodeclaradas negras (59,3%) permaneceu em suas posições anteriores, em comparação com as brancas (44,8%), o que sugere que as motivações para mudanças profissionais podem variar significativamente entre as jornalistas a depender do critério racial. Enquanto a participação em concursos públicos teve uma influência maior sobre as autodeclaradas brancas, outras razões parecem ser mais relevantes para a tomada de decisão das autodeclaradas pretas e pardas.

Tabela 17 – Mudanças devido ao concurso público das mulheres jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)

Mudou em virtude do concurso?	Branças	Pretas e pardas	Amarela	Indígena
Não me mudei	35	19	1	
Sim	24	6		
Não	19	7		1

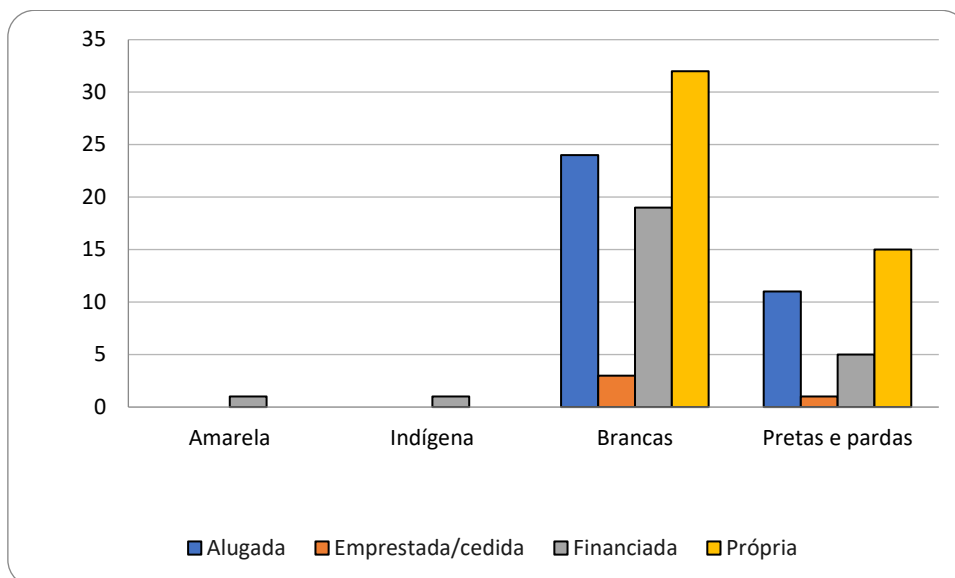
Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Continuando a análise dos dados coletados em nossa pesquisa, constatamos que quase a metade das jornalistas que atuam nos Institutos Federais tem propriedade própria. Vale ressaltar que o número de profissionais autodeclaradas pretas e pardas com residência própria supera em 6% aquelas que se autodeclararam brancas. Por outro lado, quando o imóvel é adquirido por meio de financiamento, observa-se uma inversão dessa tendência: as autodeclaradas brancas apresentam uma proporção 8% maior em relação às autodeclaradas pretas e pardas.

Quanto ao aluguel de imóveis, notamos que 34% das jornalistas autodeclaradas pretas e pardas optam por essa modalidade, enquanto entre as profissionais autodeclaradas brancas esse percentual é de 31%. Além disso, uma parcela de 4% das jornalistas autodeclaradas brancas e 3% das autodeclaradas pretas e pardas reside em locais cedidos ou emprestados por terceiros.

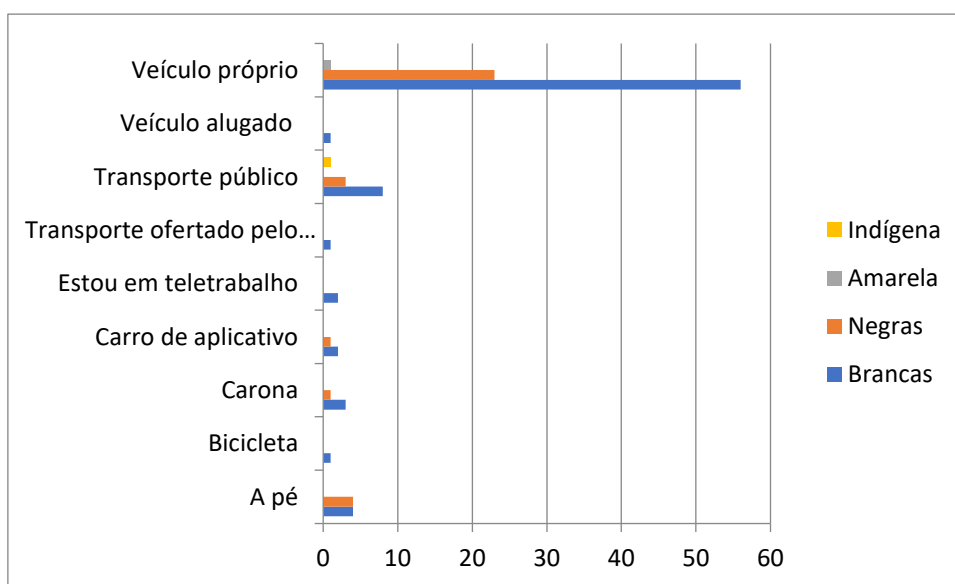
No que concerne à mobilidade para o trabalho, a maioria das respondentes (70,5%) utiliza veículo próprio para o deslocamento. Esses aspectos da moradia e mobilidade das jornalistas nos IFs revelam variações que podem ser influenciadas por uma série de fatores, como localização dos institutos, oportunidades financeiras ou ainda preferências individuais.

Gráfico 74 – Tipo de residência atual das mulheres jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Gráfico 75 – Tipo de transporte até o trabalho utilizado pelas mulheres jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No contexto do questionamento acerca do sentimento de estresse no ambiente de trabalho às nossas respondentes, percebe-se que os percentuais daquelas que optaram por não fornecer essa informação são comparáveis entre autodeclaradas brancas (5%) e autodeclaradas pretas e pardas (3%). Em uma análise global do nosso estudo, é interessante notar que a maior parte das mulheres jornalistas não reporta sentir-se estressada em seu trabalho. No entanto, entre

aquelas que reconhecem experimentar estresse, observa-se que a maioria corresponde a autodeclaradas brancas, representando 37% do total, enquanto jornalistas autodeclaradas pretas e pardas representam 31%. Essa análise revela nuances nas percepções de estresse no ambiente profissional e destaca a importância de compreender os fatores subjacentes a essa diferenciação, levando-se em conta possíveis influências contextuais e individuais.

Tabela 18 – Sentimento de estresse no trabalho pelas mulheres jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)

	Amarela	Indígena	Branca	Pretas e pardas
Sim		1	29	10
Não	1		45	21
Prefiro não dizer			4	1

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Comparando as informações da nossa pesquisa com os dados da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro, observamos algumas tendências no que diz respeito ao assédio sexual e moral no ambiente de trabalho. Os números nos Institutos Federais são menores em comparação com a média nacional da categoria. Enquanto nos IFs o índice de assédio moral é uniforme entre as mulheres, independentemente da identidade étnico-racial, 50% relataram não terem sofrido, 44% afirmaram terem sido vítimas e 6% optaram por não declarar, a pesquisa de perfil do jornalista brasileiro apresenta uma variação maior nos índices de assédio moral entre homens e mulheres, com taxas mais elevadas para o gênero feminino.

Os assédios são alguns dos vários tipos de violência enfrentados por jornalistas, principalmente quando atuam em veículos de imprensa. Os ataques a jornalistas no mundo, especialmente na América Latina e no Brasil, vêm sendo monitorados ao longo dos anos. No Brasil, desde 2013, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) integra a parceria com a rede Voces del Sur (VdS), formada atualmente por organizações de 16 países da América Latina e do Caribe, que realizam o trabalho de monitoramento de forma sistematizada.

São registradas violações contra a imprensa no Brasil, de forma a contribuir para a compreensão e o combate ao quadro de violência contra jornalistas, que incluem desde restrições de acesso à informação à violência sexual, tortura e assassinato. Em 2021, a associação identificou 453 alertas de ataques, um aumento de 23,4% quando comparado a 2020 e o discurso estigmatizante estava presente em 70% dos alertas documentados (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, 2022).

O monitoramento da Abraji registrou, ao longo de 2022, 557 agressões, um aumento de 23% em relação a 2021, com 31,6% dos casos envolvendo diretamente cobertura política eleitoral. Um dado preocupante é que, em mais da metade dos registros, os agressores eram agentes estatais – parlamentares, governantes e funcionários públicos. A forma mais comum de agressão é o discurso estigmatizante, presente em 61,2% das situações registradas, no entanto a violência física também esteve presente em 31,2% dos casos totais (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, 2022).

Essa discrepância entre o trabalho nos Institutos Federais e os trabalhos dos demais jornalistas brasileiros pode indicar que, nos IFs, as políticas de prevenção e conscientização em relação ao assédio podem estar contribuindo para a criação de um ambiente de trabalho mais respeitoso. Além disso, a diferença nos resultados pode também estar relacionada à diversidade de perfis profissionais e características dos ambientes de trabalho nos IFs em comparação com o cenário jornalístico brasileiro em geral.

Tabela 19 – Assédio moral no trabalho sofrido pelas mulheres jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)

	Amarela	Indígena	Branças	Pretas e pardas
Sim	1		34	14
Não		1	39	16
Prefiro não dizer			5	2

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Em nossa pesquisa, no que tange ao assédio sexual, as profissionais autodeclaradas pretas e pardas sofreram 10% a mais de assédio do que as autodeclaradas brancas e outro dado que chama a nossa atenção é que entre as pretas e pardas não houve respondentes que optaram por não dizer, ao contrário das mulheres brancas, que somaram 4% nessa opção. Apesar de não ser um dado positivo para as mulheres, isso pode representar um maior empoderamento das mulheres pretas e pardas que não estão se calando diante de problemas que vivenciam em seus cotidianos e, com isso, não têm receio de se expressarem.

A Abraji registra a violência com o viés de gênero, pois fica claro no monitoramento dos casos que as violências são exercidas de maneira diferente contra mulheres, homens, pessoas não binárias e da comunidade LGBTQIA+, além de fatores como idade, etnia e orientação sexual também serem condicionantes. Em 2020, quase 40% dos ataques a jornalistas e profissionais da imprensa brasileira foram direcionados a mulheres, sendo 44,3% de

agressões, 34,4% restrições na internet, 16,4% discursos estigmatizantes, o que representa, além de uma violação da liberdade de imprensa, formas de diminuir, humilhar e silenciar as vítimas.

Em 2021, foram 119 ataques registrados a jornalistas identificadas como mulheres ou ataques de gênero, dos quais mais da metade foram discursos estigmatizantes. Esse aumento significativo, de acordo com a entidade, esteve atrelado ao discurso de ódio liderado pelo então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, e seus simpatizantes, fazendo com que os ataques se espalhassem nos espaços digitais e físicos dos meios de comunicação. Do total, 38% dos ataques a mulheres em 2021 foram ataques de gênero e em 95% dos casos os agressores são do gênero masculino (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, 2021)

No ano de 2022, enquanto os casos de ataques a jornalistas homens registraram maior incidência de agressões e ataques, as jornalistas mulheres foram vítimas, principalmente, de discursos estigmatizantes, que dizem respeito à aparência, gênero e sexualidade da pessoa, sendo praticados em 49% dos casos por meio de violência verbal. Contudo as mulheres não escaparam das agressões físicas, pois os casos nessa categoria representaram mais de 45% dos registros.

Tabela 20 – Assédio sexual no trabalho sofrido pelas mulheres jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)

	Amarela	Indígena	Branças	Pretas e pardas
Sim	1		5	5
Não		1	70	27
Prefiro não dizer			3	

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

De acordo com as respostas obtidas em nossa pesquisa, a experiência de ter enfrentado assédio desempenhou um papel parcial na motivação de 27% das profissionais autodeclaradas brancas ao escolherem a carreira no serviço público. Da mesma forma, este fato exerceu uma influência parcial em 19% das profissionais autodeclaradas pretas e pardas. Observa-se que a influência total na escolha da carreira foi apontada por 17% das autodeclaradas brancas e por 16% das jornalistas autodeclaradas pretas e pardas, o que significa a complexidade de fatores que moldam as trajetórias profissionais e as escolhas individuais, destacando a importância de compreender o contexto multifacetado que influencia a carreira das jornalistas em diferentes grupos étnico-raciais.

Não é de se estranhar que, após uma situação traumatizante, como em um assédio, as profissionais queiram outras opções para o desenvolvimento de suas carreiras, ainda mais

quando os números de agressões aumentam ao invés de regredirem. Ao todo, 145 episódios foram classificados como ataques de gênero ou contra mulheres no ano de 2022, de acordo com o monitoramento realizado pela Abraji. As vítimas são, principalmente, repórteres ou analistas de meios de comunicação (90,3%), brancas (79,3%) e trabalhadoras de televisão (52,4%). No entanto a associação destaca que pode haver subnotificações ou lacunas no que se refere a cor e gênero das vítimas, dificultando os relatos e as denúncias. Novamente, a maior quantidade de casos está relacionada aos discursos estigmatizantes, sendo 51% do total (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, 2022).

Em 2023, 20 ataques com viés de gênero e casos que vitimaram mulheres foram registrados e não surpreende que os discursos estigmatizantes representem 51% deles, buscando difamar e constranger as vítimas. Na região Sudeste, os ataques foram mais recorrentes, 50,3%, o que em parte se atribui ao fato de essa região concentrar o maior número de profissionais e veículos de comunicação do país. Do total, 31% dos casos são ataques de gênero, sendo que 64,4% usam a reputação, a moral, a aparência, a sexualidade ou traços sexistas para agredir. As vítimas trabalham principalmente em televisão (52,4%) e 79,3% são brancas. Em 57,9% dos casos os agressores são homens (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, 2023).

Tabela 21 – Interferência do assédio na escolha das mulheres jornalistas respondentes da pesquisa pelo serviço público (Etapa 2)

	Amarela	Indígena	Branca	Pretas e pardas
Sim			13	5
Não	1		44	21
Parcialmente		1	21	6

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

No que diz respeito à influência da maternidade na decisão de seguir a carreira no serviço público, observa-se uma significativa discrepância entre as respondentes da nossa pesquisa, as mulheres jornalistas que atuam nos Institutos Federais. A influência total dessa consideração foi notavelmente maior entre as mulheres autodeclaradas brancas, totalizando 15%, em comparação a apenas 3% entre as mulheres autodeclaradas pretas e pardas. Na categoria de influência parcial, as profissionais autodeclaradas pretas e pardas representam 13% contra 9% das autodeclaradas brancas .

Por outro lado, ao analisar aquelas que afirmaram que a maternidade não exerceu nenhuma influência em sua escolha de carreira, os números também revelam uma diferença

notável. Constatamos que 41% das autodeclaradas pretas e pardas e 26% das autodeclaradas brancas reportaram que a maternidade não influenciou na escolha da carreira.

Em suma, a influência da maternidade na decisão de ingressar no serviço público parece ter um peso maior entre as profissionais autodeclaradas brancas em comparação com as autodeclaradas pretas e pardas. Vale destacar que um dado relevante é que 50% das respondentes brancas e 44% das respondentes negras não têm filhos, o que também contribui para a compreensão desse cenário.

Tabela 22 – Influência de ter filhos na escolha das mulheres jornalistas respondentes da pesquisa pelo serviço público (Etapa 2)

	Amarela	Indígena	Branca	Pretas e pardas
Sim			12	1
Não	1		20	13
Parcialmente		1	7	4
Não tem filhos			39	14

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

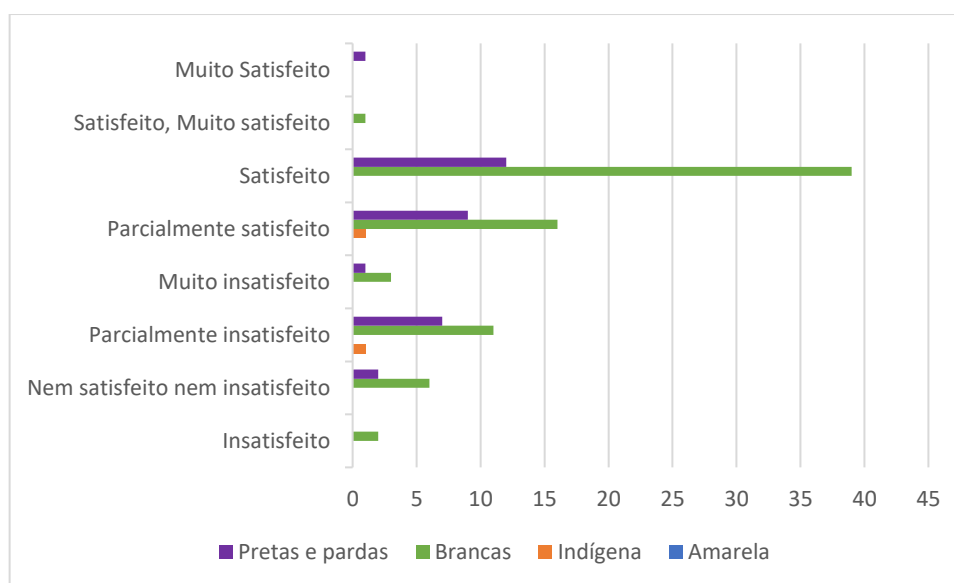
Avançando na análise dos resultados de nossa pesquisa, identificamos que as jornalistas autodeclaradas pretas e pardas apresentam um nível de insatisfação maior em relação ao seu trabalho nos Institutos Federais em comparação com as jornalistas autodeclaradas brancas.

Entre as autodeclaradas brancas, 50% demonstraram estar satisfeitas com seu trabalho, enquanto 21% expressaram uma satisfação parcial. No grupo das jornalistas identificadas como negras, os números correspondentes são de 38% para satisfação e 21% para satisfação parcial. No entanto destaca-se uma diferença nas respostas relacionadas à insatisfação parcial: entre as jornalistas pretas e pardas, esse índice é de 22%, enquanto apenas 14% das jornalistas brancas indicaram essa opção.

Diante dessas discrepâncias, surge a indagação sobre os fatores subjacentes que podem estar influenciando essa maior insatisfação entre as jornalistas negras em relação ao trabalho. Explorar as possíveis motivações para essa discrepância é crucial para compreender as dinâmicas que afetam a satisfação no ambiente profissional e, conseqüentemente, buscar aprimorar as condições e oportunidades para todas as jornalistas nos IFs. Mais adiante, nesta pesquisa, poderemos encontrar, no depoimento de uma jornalista autodeclarada negra, motivos de insatisfação com o seu trabalho no IF e no serviço público. As situações envolvendo assédios, preconceito e racismo são as grandes vilãs dessa insatisfação.

No Brasil, os jornalistas vítimas de ações racistas durante sua trajetória na imprensa brasileira somam 57% dos respondentes para a pesquisa Perfil Racial da Imprensa Brasileira. A pesquisa também registrou avanços, pois 86% afirmaram que isso não aconteceu no atual local de trabalho. As principais ações racistas citadas incluem preconceito racial em geral, discriminação pela aparência e no tratamento profissional, assédio racial (uso de termos racistas por colegas, por exemplo), cultura geral da empresa privilegiando brancos, entre outras (Jornalistas&Cia *et al.*, 2021).

Gráfico 76 – Grau de satisfação com o trabalho das mulheres jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)

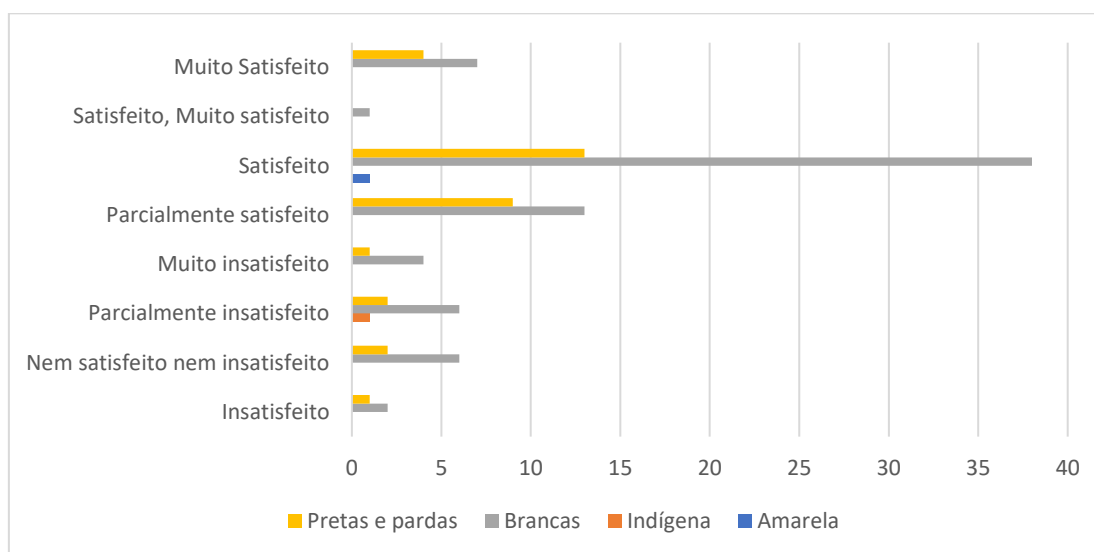


Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Da mesma forma, sobre o grau de satisfação com o tratamento que recebe dos colegas, as jornalistas respondentes autodeclaradas brancas demonstraram um nível mais elevado de satisfação geral (49%) quando comparadas às jornalistas negras (41%). Notavelmente, as jornalistas negras, tanto as de origem preta quanto parda, apresentaram percentuais mais expressivos de satisfação parcial (28% a 17%) e satisfação total (13% a 9%).

Os achados indicam disparidades no ambiente profissional de acordo com o critério étnico-racial. As diferenças constatadas nos níveis de satisfação podem refletir questões mais profundas relacionadas à igualdade de oportunidades, ao tratamento equitativo e à promoção de uma cultura organizacional inclusiva.

Gráfico 77 – Grau de satisfação das mulheres jornalistas respondentes da pesquisa com o tratamento recebido dos colegas (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Ao analisarmos a construção de vida das jornalistas respondentes da nossa pesquisa, investigamos as condições econômicas em que puderam cursar seus estudos. Em relação à renda familiar à época da formação em jornalismo das nossas respondentes, constatamos que as famílias das profissionais autodeclaradas pretas e pardas são maioria (78,1%) nas três faixas mais baixas de renda: um salário mínimo até 3 salários mínimos e entre 3 e 5 salários mínimos. Na maior faixa de renda colocada, mais de 5 salários mínimos, as jornalistas autodeclaradas brancas (34) somam o dobro das jornalistas autodeclaradas negras (7).

Tabela 21 – Renda familiar à época da formação das mulheres jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)

	Amarela	Indígena	Branca	Pretas e pardas
Um salário mínimo			5	4
Até 3 salários mínimos			21	9
Entre 3 e 5 salários mínimos			18	12
Mais de 5 salários mínimos	1	1	34	7

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

A relação intrincada entre as condições econômicas e o acesso a habitações, tendo em vista as nuances históricas e sociais que moldam essas realidades para diferentes grupos étnico-raciais, pode ser percebida no tipo de moradia em que habitavam à época de suas formações no

ensino superior, refletindo em despesas variáveis como aluguel ou parcela de imóvel financiado. Nenhuma família de jornalistas autodeclaradas brancas residia em habitação cedida ou emprestada, ao contrário de 6% das famílias de jornalistas autodeclaradas pretas ou pardas.

Aprofundando-se nas nuances das realidades habitacionais, identificamos que 78% das famílias das profissionais brancas já tinham residência própria, em contrapartida a 59% das famílias das jornalistas pretas e pardas. Quanto às despesas, 25% das famílias das profissionais pretas e pardas arcavam com aluguel, enquanto 9% tinham imóvel financiado. Entre as famílias brancas, 18% estavam em regime de aluguel e 4% estavam efetuando o financiamento habitacional.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua 2019 - fornecem uma série de elementos sobre o local de moradia, como, por exemplo, a condição de ocupação do domicílio. Em 2019, 73,1% da população branca residia em domicílios próprios, proporção que era de 71,8% para a população parda e de 71,1% para a população preta (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

No aspecto referente à população residente em domicílios próprios, 20,8% das pessoas pardas e 19,7% das pessoas pretas residiam em domicílios sem documentação da propriedade, enquanto a proporção encontrada entre as pessoas brancas era cerca de metade desse valor (10,1%). Portanto, pretos e pardos enfrentam uma situação de maior insegurança de posse e de informalidade da moradia própria, assim como, no geral, as condições de moradia das famílias pretas e pardas são inferiores às das famílias brancas, com imóveis menores, pior inserção na infraestrutura urbana e maior índice de informalidade em relação à documentação (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

Tabela 22 – Tipo de residência da família à época da formação das mulheres jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)

	Amarela	Indígena	Branca	Pretas e pardas
Cedida/Emprestada				2
Alugada		1	14	8
Própria	1		61	19
Financiada			3	3

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Ainda no que tange às condições econômicas familiares quando nossas respondentes cursaram a faculdade de jornalismo, a quantidade de pessoas que dependia dessa renda familiar

influencia diretamente nas condições de vida e de formação das nossas entrevistadas. Entre as profissionais autodeclaradas brancas, a maior incidência é da renda de mais de cinco salários mínimos, sendo que 14 jornalistas informaram que quatro pessoas dependiam desse valor à época da graduação e 13 informaram que o núcleo familiar era composto por quatro pessoas.

Entre as profissionais autodeclaradas pretas e pardas, a maior incidência está na faixa entre três e cinco salários mínimos e oito respondentes afirmaram que a renda devia ser distribuída por quatro pessoas, ou seja, 37,5% das profissionais pretas e pardas são oriundas de famílias com rendas de até cinco salários mínimos, enquanto 43,5% das profissionais brancas são de famílias com renda superior a cinco salários mínimos. Apenas 21,88% das jornalistas negras figuram na faixa de renda familiar superior a cinco salários mínimos, sendo os percentuais maiores do que das brancas nas faixas de renda inferiores a cinco salários mínimos.

Tabela 23 – Quantidade de pessoas que dependiam da renda familiar à época da graduação das mulheres jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)

1 salário mínimo		Até 3 salários mínimos			Entre 3 e 5 salários mínimos			Mais de 5 salários mínimos					
	Branca s	Preta s e parda s		Branca s	Preta s e parda s		Branca s	Preta s e parda s		Branca s	Preta s e parda s	Indígen a	Amarel a
2 pessoa s	3	2	2 pessoa s	5	2	2 pessoa s	3		2 pessoa s			1	
3 pessoa s		1	3 pessoa s	4	2	3 pessoa s	4	1	3 pessoa s	5			
4 pessoa s	1	1	4 pessoa s	10	2	4 pessoa s	7	8	4 pessoa s	13	3		1
5 pessoa s			5 pessoa s	2	2	5 pessoa s	2	2	5 pessoa s	14	3		
Mais de 5 pessoa s	1		Mais de 5 pessoa s		1	Mais de 5 pessoa s	2	1	Mais de 5 pessoa s	2	1		

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

No âmbito de nossa pesquisa, também questionamos as jornalistas a respeito do nível educacional de seus pais (pai e mãe), constatando que as mães, independentemente do fator étnico-racial, apresentam níveis mais elevados de formação. Nesse sentido, 29% das mães das jornalistas autodeclaradas brancas e 19% das mães das jornalistas autodeclaradas pretas e

pardas possuem pós-graduação. Em contraste, os índices correspondentes para os pais são de 17% e 6%, respectivamente.

Vale ressaltar que, no caso das mães, enquanto a maior parcela das mães das jornalistas brancas tem pós-graduação (29,4%), a maior proporção (28%) das mães das jornalistas pretas e pardas tem apenas o ensino médio completo. A discrepância na escolaridade dos pais é notável na categoria de curso superior completo, em que 29% dos pais das jornalistas brancas se encontram, enquanto entre as jornalistas pretas e pardas ocorre um empate em 25% para as categorias de ensino médio completo e curso superior completo.

Além disso, outro dado relevante diz respeito ao índice de analfabetismo. Nenhuma jornalista autodeclarada branca relatou que seus pais são analfabetos, contrastando com as jornalistas autodeclaradas pretas e pardas, das quais 6% das mães e 3% dos pais são analfabetos. Esse cenário reflete uma realidade presente na população brasileira. Conforme os dados compilados pelo IBGE em 2018, a taxa de analfabetismo entre brancos era de 3,9%, enquanto entre pretos e pardos atingia 9,1%.

Tabela 24 – Escolaridade da mãe e do pai das mulheres jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)

Escolaridade da mãe	Pretas e pardas	Brancas	Escolaridade do pai	Pretas e pardas	Brancas
Analfabeto (a)	2	-	Analfabeto (a)	1	-
Fundamental Incompleto (1º ao 9º ano)	5	8	Fundamental Incompleto (1º ao 9º ano)	5	16
Fundamental completo	2	4	Fundamental completo	6	2
Médio incompleto		7	Médio incompleto	2	2
Médio completo	9	15	Médio completo	8	15
Superior incompleto		3	Superior incompleto		7
Superior completo	8	18	Superior completo	8	23
Pós-graduação	6	23	Pós-graduação	2	13

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

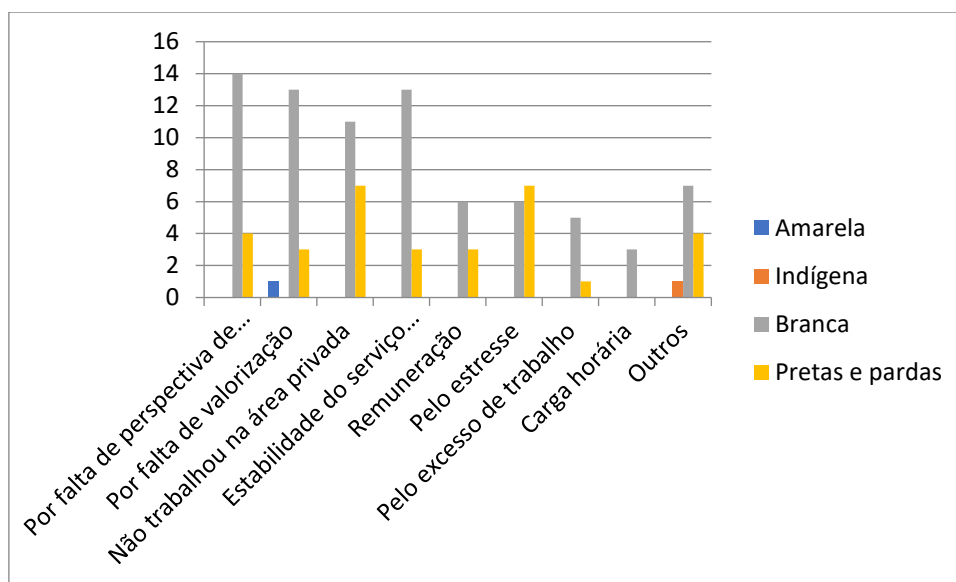
Grande parte das profissionais que responderam ao nosso questionário não atuou na área privada. No entanto, entre aquelas que trabalharam, gostaríamos de saber o que as motivou a escolher o serviço público. Além das opções que fornecemos, outras foram apontadas como, por exemplo, o desejo de ser servidora pública. Elencando os motivos mais assinalados por mulheres autodeclaradas brancas, temos: falta de perspectiva de crescimento na carreira (18%),

falta de valorização (17%) e estabilidade do serviço público (17%). Já o motivo mais elencado pelas mulheres autodeclaradas pretas e pardas é o estresse (22%) e na sequência a falta de valorização (13%).

O percentual de respondentes negras que afirmou não ter trabalhado na área privada é maior (22%) do que o de mulheres brancas (14%) e este grupo também aponta mais motivos outros (13%) do que as brancas (9%). Relacionando essas respostas com outra questão, temos informações divergentes a respeito de experiências prévias no mercado privado.

Quando perguntamos se a profissional havia tido alguma experiência de trabalho como jornalista no mercado privado por pelo menos seis meses antes de ingressar no IF, 18% das jornalistas autodeclaradas brancas e 25% das jornalistas autodeclaradas pretas e pardas disseram que não. A discrepância nos números das jornalistas brancas não é tão grande, ao contrário das pretas e pardas, que somam mais do que o dobro. Diante disso, consideramos a possibilidade de as profissionais pretas e pardas não terem atingido seis meses de trabalho na área privada ou terem trabalhado apenas no serviço público.

Gráfico 78 – Motivos pelos quais as mulheres jornalistas respondentes da pesquisa saíram da área privada (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

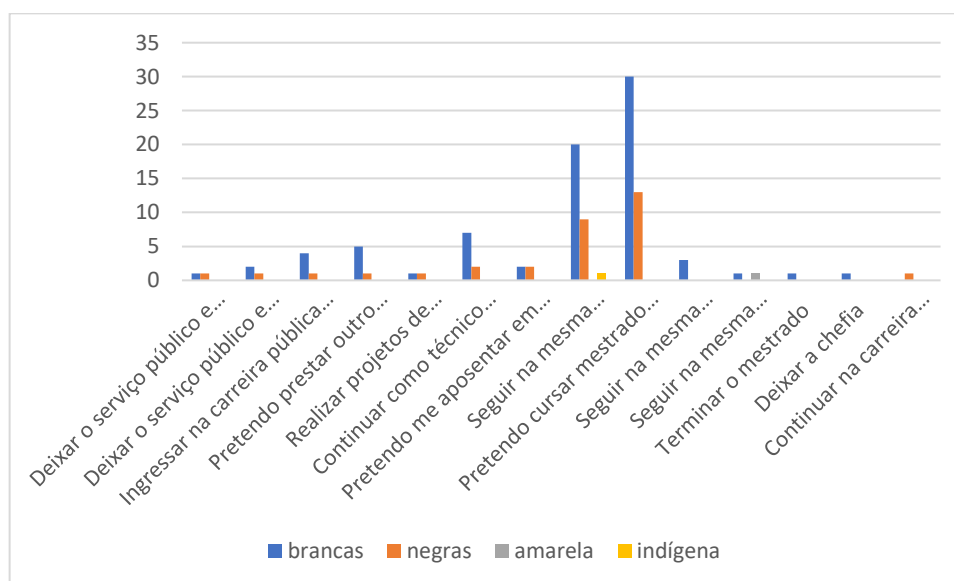
A busca por estabilidade revelou-se como o motivo mais recorrente tanto para as profissionais autodeclaradas brancas quanto para as negras ao prestar o concurso público. Dentro do grupo das profissionais brancas, esse motivo foi mencionado em 69 das 78 respostas, enquanto entre as profissionais negras 26 das 32 respondentes destacaram o mesmo aspecto.

Outra razão de destaque, igualmente frequente, foi a remuneração acima dos padrões do mercado, mencionada por 53 jornalistas brancas e 16 jornalistas negras.

Possivelmente, a estabilidade intrínseca à carreira no serviço público pode explicar a tendência identificada nas expectativas das entrevistadas para o futuro imediato. A perspectiva de permanecer na mesma instituição, mantendo suas responsabilidades profissionais e continuando seus estudos, inclusive por meio de licenças do trabalho, ganha relevância.

Ao serem questionadas sobre seus projetos de vida para os próximos dois anos, tanto a maioria das mulheres autodeclaradas pretas e pardas (41%) quanto das autodeclaradas brancas (38,4%) expressaram a intenção de buscar cursos de mestrado ou doutorado. Além disso, 28% das profissionais autodeclaradas pretas e pardas, juntamente com 25,6% das profissionais autodeclaradas brancas, desejam permanecer na mesma organização desempenhando as mesmas funções. Esse quadro evidencia a influência de fatores como estabilidade e desenvolvimento acadêmico no planejamento das jornalistas para os próximos anos da carreira.

Gráfico 79 – Projeto para os próximos dois anos das mulheres jornalistas respondentes da pesquisa (Etapa 2)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A seguir, serão apresentados os dados que foram coletados em entrevistas semiestruturadas com quatro jornalistas que atuam nos IFs, sendo cada uma autodeclarada de uma identidade étnico-racial brasileira. As entrevistas, embora não sejam amostrais, são representativas do ponto de vista da sócio-história e ilustram com situações alguns dos números que foram trazidos neste capítulo.

CAPÍTULO 8: QUATRO TRAJETÓRIAS, MUITOS DESAFIOS (ETAPA 3)

Nesta parte da pesquisa (Etapa 3), apresentaremos os depoimentos de quatro jornalistas escolhidas a partir dos critérios identitários: faixa etária, gênero e identidade étnico-racial dentre as jornalistas que, ao responderem o questionário, confirmaram estarem dispostas em participar desta etapa de entrevista e que, ao mesmo tempo, tiveram experiências de trabalho como jornalistas anteriores ao ingresso nos IFs.

O contato com essas profissionais foi feito por meio do e-mail informado no questionário *on-line* (Etapa 2) e a entrevista (Etapa 3) teve um roteiro semiestruturado, foi realizada via *Microsoft Teams* e, posteriormente, transcrita, conservando todas as falas na íntegra. No relato a seguir, suprimimos quaisquer tipos de informação que pudessem identificar individualmente nossas entrevistadas, garantindo o anonimato das mesmas, condição expressa desde o primeiro contato no processo da pesquisa de doutoramento.

Ao decupar as entrevistas, percebemos que nem todos os pontos do roteiro puderam ser explorados de forma similar, como, por exemplo, com a jornalista negra, que, com sua história de vida e diversas experiências, deixou em segundo plano alguns tópicos como as rotinas produtivas e comunicação pública, por exemplo, assim como aconteceu com a entrevistada indígena, em que não conseguimos explorar questões referentes ao trabalho prático realizado. Não temos a intenção de generalizar os dados aqui coletados, e sim de situar que os relatos dessas profissionais potencialmente relacionam-se com as experiências de outras jornalistas desde o ponto de vista da sócio- história da identidade étnico-racial.

Elencamos algumas categorias para guiar a nossa análise e começamos com a apresentação das nossas entrevistadas. Para humanizar os relatos e preservar o anonimato, destinamos codinomes para as entrevistadas: a jornalista autodeclarada amarela será *Akemi*; a jornalista autodeclarada branca será *Bianca*; a jornalista autodeclarada indígena será *Indiara* e a jornalista autodeclarada negra receberá o codinome de *Preta Maria*.

8.1 Apresentação do perfil das nossas entrevistadas

Nossa jornalista entrevistada *Bianca*²², jornalista autodeclarada branca, tem 49 anos e estava prestes a completar os 50 anos quando nos concedeu a entrevista, no dia 27 de março de 2023. É uma mulher que já foi casada e, atualmente, mora com um companheiro. Tem um filho

²² Nome fictício concedido à jornalista autodeclarada branca a fim de humanizar o relato e não identificar a respondente.

e trabalha 25 horas semanais em regime híbrido, de forma remota e presencial. Fez faculdade de jornalismo e se formou em 1994, tem mestrado em comunicação rural e é servidora do IF desde 2020, sua única fonte de renda. Antes de ingressar no IF, a jornalista teve diversas experiências no mercado privado em veículos de imprensa e assessorias.

A jornalista autodeclarada indígena, *Indiara*²³, é casada e tem dois filhos, com 51 anos na ocasião em que nos cedeu a entrevista, no dia 29 de março de 2023. *Indiara* se declara como indígena e tem essa informação regulamentada via documento assinado pelo cacique e pelo pajé do povo indígena onde está a maior parte de sua família materna, inclusive tios e primos. Atualmente, assim como a mãe, os irmãos e alguns primos, ela não vive na comunidade indígena, eles são “desaldeados” segundo *Indiara* relata na entrevista. Ela também é descendente de negros por parte do pai e trabalha as 25 horas semanais de forma híbrida, presencial e remota, não tendo outra fonte de renda.

A carreira de *Indiara* no jornalismo começou aos 36 anos de idade, quando ela concluiu a faculdade, e foi toda trilhada na área pública. Também tem graduação em relações públicas, licenciatura em letras português e em artes visuais. É especialista em docência para o ensino superior e em linguagem e suas tecnologias. Tem mestrado em educação profissional e tecnológica e está cursando doutorado em ciências da educação. Além da sua experiência em diversas outras áreas antes do jornalismo, ela não trabalhou em veículos de imprensa ou em empresas de assessoria de comunicação.

A jornalista autodeclarada amarela, *Akemi*, é casada, tem um filho de 3 anos e estava grávida do seu segundo filho e com 37 anos na ocasião em que nos cedeu a entrevista, no mês de abril do ano de 2023. *Akemi* se autodeclara como amarela e é descendente de imigrantes japoneses por parte do pai. Trabalha 25 horas semanais em formato híbrido e não tem outra fonte de renda.

*Akemi*²⁴ é graduada em jornalismo desde 2006, quando tinha 21 anos. Passou por vários estágios em rádio, TV, impresso e assessoria de imprensa e afirma que, apesar de ter entrado no IF com 25 anos, ou seja, quatro anos após sua formatura, ela passou por cerca de 10 locais diferentes de atuação no jornalismo até aquele momento - ou seja, em um período de 4 anos, contando estágios e empregos. Ao se formar atuou em rádio, impresso e assessoria de imprensa.

²³ Nome fictício concedido à jornalista autodeclarada indígena a fim de humanizar o relato e não identificar a respondente.

²⁴ Nome fictício concedido à jornalista autodeclarada amarela a fim de humanizar o relato e não identificar a respondente.

Ao ingressar no Instituto Federal, concluiu uma especialização em comunicação institucional e um tempo depois, o mestrado interdisciplinar em ciências humanas sociais.

*Preta Maria*²⁵, nossa jornalista entrevistada autodeclarada negra, tinha 37 anos na ocasião em que nos cedeu a entrevista, no dia 5 de abril de 2023, é solteira e não tem filhos. É descendente de quilombolas por parte de pai. Trabalha 25 horas semanais, sendo 5 horas diárias, e, eventualmente, realiza serviços ou ministra aulas na área de comunicação e letras em uma faculdade particular. A jornalista, além da graduação em jornalismo, também é formada em letras/português, tem especialização em docência no ensino superior com ênfase em gestão acadêmica, mestrado em letras/estudos literários e doutorado em literatura.

Mais à frente, apresentaremos as trajetórias das nossas profissionais entrevistadas e como suas histórias de vida dialogam com o contexto sócio-histórico em que se situam, ou seja, a partir de uma perspectiva da sócio-história, que visa compreender fenômenos sociais e históricos por meio da interação entre as estruturas sociais e os processos históricos, a qual detalhamos um pouco mais a seguir.

8.2 Perspectiva da sócio-história

Apresentamos as trajetórias das nossas profissionais entrevistadas e como suas histórias de vida dialogam com o contexto sócio-histórico em que se situam, ou seja, a partir de uma perspectiva da sócio-história, que, como dito anteriormente, pretende compreender fenômenos sociais e históricos por meio da interação entre as estruturas sociais e os processos históricos.

Analisar as histórias de vida das jornalistas entrevistadas nesta etapa da pesquisa sob o prisma da sócio-história é uma alternativa viável para as investigações em ciências humanas e sociais, pois, para entendermos o porquê dessas histórias serem representativas em cada identidade étnico-racial, necessitamos de uma mirada transdisciplinar.

A perspectiva da sócio-história foi desenvolvida pelo sociólogo alemão Norbert Elias (1980) e serviu para alargar o campo dos estudos sociológicos, principalmente no que se relaciona à interação humana no âmbito da sociedade. Nessa teoria sociológica, os processos sociais baseados nas atividades dos indivíduos são orientados uns para os outros e unidos uns aos outros das mais diversas maneiras. Os indivíduos então constroem teias de interdependência e estas originam configurações como família, aldeia, cidade, estados, formando conexões em grupos pequenos ou maiores. Essas configurações são chamadas pelo sociólogo de estruturas.

²⁵ Nome fictício concedido à jornalista autodeclarada negra a fim de humanizar o relato e não identificar a respondente.

A sócio-história pode ser encarada como uma ferramenta de múltiplas contribuições científicas devido à sua capacidade de adaptação a distintas formulações. Esse método permite que enxerguemos as relações dos enlaces coletivos e das teias de poder invisíveis a olho nu, valorizando o longo trajeto percorrido pelas redes sociais, para assim compreender a natureza dos processos históricos e suas relações com os processos psíquicos. Por essa perspectiva, é possível desmistificar os mecanismos de controle que incidem diretamente sobre nossas ações práticas e simbólicas.

Nesse sentido, no presente estudo propomos que, para seguir na análise, é necessário estabelecer a gênese dos movimentos da sociedade, nesse caso, sobre como foi construída a produção normativa referente à identificação étnico-racial, ao trabalho feminino e a inserção das mulheres no jornalismo, observando com a lente da história de longo espectro.

Compreender como a mulher foi vista ao longo da humanidade e como foi estabelecida a relação de dominação da etnia branca sobre as demais é o pano de fundo para entendermos os diferentes relatos das jornalistas associando-os às questões geracionais, inserção sociogeográfica e política e perfil étnico-racial.

Em nosso cenário de pesquisa, as entrevistadas frequentam o mesmo espaço público, o Instituto Federal, mesmo que em localidades diferentes, e têm a mesma formação, são formadas em jornalismo, ou seja, compartilham das mesmas práticas e saberes. Portanto, as circulações profissionais e as disposições pessoais e adquiridas estão diretamente relacionadas com suas ações práticas e simbólicas, individuais e da identidade étnico-racial a qual pertencem.

Nossa análise consiste em identificar as relações que constroem os sujeitos, com atores familiares ou sociais, as estratégias que adotaram diante de determinadas situações, o direcionamento tomado, as teias e os fios invisíveis em cada história com a consciência de que o indivíduo e a sociedade não compõem elementos distintos em um espaço hierarquizado e complexo como o nosso. Consideramos o conjunto de possibilidades sociais que envolvem nossas personagens: mulheres, jornalistas e atuantes no serviço público, mas destacando que, embora circulem no espaço institucional comum que é a instituição IF, existem afastamentos e distinções que muito se relacionam com a diversidade étnico-racial, geracional, sociogeográfica e política.

Dentre as profissionais entrevistadas, a história da jornalista *Preta Maria* é a mais diferenciada no que se refere à trajetória. Esse destaque deriva da construção histórica do país com a população negra, uma história de subordinação e da constante luta por espaço. Por isso, em nossa pesquisa, correlacionamos as experiências individuais com as origens étnicas e raciais da população dentro de um contexto histórico.

De forma individual, as pessoas compõem redes, relações de afinidade e de interesses, que fornecem suporte para a ação social. São os indivíduos que constroem a realidade e, dentro desse cenário, temos as relações em comum das mulheres devido ao fator gênero, por exemplo, e temos as relações de acordo com a herança étnico-racial, pois experiências vividas de forma individual pelas profissionais podem acontecer também com outras pessoas da mesma identidade étnico-racial. Embora haja uma melhora da sociedade, como no sentimento de um maior letramento racial e maior consciência do que é assédio, por exemplo, existe uma constata transmutação.

“Entender a sócio-história é compreender as disciplinas humanas de maneira relacional, buscando os conflitos e as disputas pertencentes ao universo dos indivíduos” (Wohnrath, 2011, p. 15). Esse método é um importante instrumento para compreender os modos e os porquês das ligações entre os indivíduos levando em consideração as lutas, disputas, dominâncias e a elaboração direcionada do que é realidade.

Assim, explorar as trajetórias, histórias de vida, as razões simbólicas e o contexto pessoal das entrevistadas é fundamental para compreendermos as ações que realizaram, as decisões que tomaram e como desenvolvem atualmente seu trabalho nos Institutos Federais. A lupa da sócio-história, propomos, nos permitirá vermos as formações humanas modificadas, desenvolvidas e extintas e, por isso, não são estáticas.

8.3 Trajetórias marcadas por um contexto sócio-histórico e étnico-racial

As histórias de vida e de carreira trazidas pelas nossas entrevistadas, embora sejam um levantamento empírico nesta pesquisa, pois temos apenas uma mulher jornalista de cada uma das quatro identidades étnico-raciais mais recorrentes no Brasil relatando as suas experiências, são representativas quando consideramos a construção sócio-histórica do nosso país. Os exemplos trazidos pelas profissionais podem ser pertinentes, em termos de sócio-história, a milhares de pessoas que se identificam com o mesmo critério étnico-racial, por isso, buscamos compreender como fatores sociais, como a cultura, as relações de poder, as instituições e as ideias, moldam e são moldados pela história.

As situações vividas por mulheres brancas, negras, amarelas e indígenas revelam uma complexa interseção de fatores que acomodaram as experiências da população de acordo com sua identificação étnico-racial e inserção sociopolítica na história brasileira. Na fila do privilégio, depois dos homens de todas as identidades étnico-raciais, as mulheres brancas historicamente experienciaram melhor posição se comparada às demais, no entanto, isso não

significa que não tenham enfrentado desafios ou discriminação de gênero, e isso está presente no depoimento da jornalista *Bianca*.

As mulheres negras são marcadas por uma longa história de opressão e discriminação racial, além da opressão de gênero e classe, como demonstram os estudos acerca de interseccionalidade de raça, gênero e classe (Crenshaw, 2004; González, 2020), inclusive os estudos com os quais nossa pesquisa dialoga diretamente, acerca do triplo telhado de raça, gênero e classe, que Moura e Costa (2018) e Moura (2019) propõe estar presente na carreira das jornalistas negras brasileiras. No Brasil, durante a escravidão, foram submetidas às mais cruéis formas de brutalidade humana e, após a abolição, a persistência da mesma estrutura de poder impediu o acesso igualitário a direitos e oportunidades. Essa discriminação racial e o sexismo aparecem de forma muito vívida na fala da jornalista *Preta Maria*.

Os descendentes de asiáticos no Brasil, principalmente os japoneses, vivenciam situações diferentes a depender da região em que estão. Em locais com forte presença dessas comunidades, tendo em vista que a maioria da população também irá se identificar como amarela, o preconceito pode ou não se apresentar. Diferentemente da população negra, que foi escravizada, os asiáticos vieram para o nosso país como imigrantes, como trabalhadores que forneciam mão de obra nas fazendas de café e isso atendia ao interesse dos dois países (Takenaka, 2003). Apesar de todas as nuances inerentes à presença de japoneses no Brasil, aos poucos, os colonizados conseguiram se tornar proprietários de terra e com uma produção na área agrícola, dessa forma e com incentivos por parte do governo brasileiro, os japoneses conquistaram melhores posições na sociedade brasileira, o que oferece a base para a inserção sócio-histórica do relato da jornalista *Akemi*.

As mulheres indígenas são frequentemente marcadas pela marginalização, pela perda de territórios e pela violação de direitos humanos, o que se reflete nos altos índices de pobreza, falta de acesso à educação e à saúde e com a discriminação sistemática. No entanto as mulheres indígenas têm sido ativas na luta por seus direitos e na revitalização de suas culturas. Essa luta está presente no depoimento da jornalista *Indiara*, que também conta como as mulheres dos povos indígenas são as mais afetadas por todos esses problemas sociais.

No contexto histórico sobre a divisão do trabalho, aos homens foi destinado o papel de provedor por meio do exercício do trabalho remunerado e às mulheres o papel de cuidadoras dos seus lares e famílias. Yannoulas (2011) afirma que a ideia de cuidado ligava a mulher ao cuidado em duas fases da sua vida, uma direcionada ao cuidado com as crianças e a outra, ao cuidado das suas próprias crianças, principalmente se referindo às origens do magistério.

Definido pela questão biológica *a priori*, o trabalho remunerado era exclusividade dos homens e quando as mulheres começaram a luta para também exercerem essa atividade os desafios foram os mais diversos. Buscando colocações no mercado de trabalho, as mulheres precisam superar as “dissimetrias que sustentam uma perversa divisão sexual do trabalho” (Macêdo, 2013).

Yannoulas (2013) se propõe a realizar um balanço do que vem se transformando ou contradizendo em virtude das atualizações e mudanças na divisão sexual do trabalho. Uma lógica de sexualização ou generificação vem apontando para um processo de feminização quantitativa e qualitativa das ocupações e profissões, como está acontecendo com o jornalismo.

No campo do jornalismo, até a década de 1980 aproximadamente, as redações eram ocupadas pela maioria masculina, mulheres trabalhavam como secretárias, copeiras, faxineiras e em outros serviços administrativos. A partir do momento em que as mulheres começam a compor a força de trabalho também na produção da notícia, um nicho maciçamente masculino, travam-se batalhas constantes para o rompimento da lógica de manutenção e disseminação de estereótipos de gênero.

Com o avançar dos anos e o surgimento dos cursos superiores em jornalismo, as mulheres inverteram a relação numérica e se tornaram maioria quantitativa na área, o que não representou a ocupação maciça nos cargos de liderança e que caracteriza um processo de feminização do jornalismo, a exemplo de áreas como o magistério, por exemplo. Yannoulas (2011) denomina como feminilização o aumento de mulheres em uma determinada ocupação, ou seja, no sentido quantitativo. Se referindo à parte qualitativa, ou seja, transformações decorrentes da ocupação feminina na profissão, a autora denomina feminização. Esses termos são diferentes, mas complementares. Diante dessa diferenciação apresentada, temos que o campo do jornalismo está passando por uma feminilização e estamos a observar os impactos na feminização.

A delimitação e o exercício das profissões são marcados pelo sexo enquanto condição orgânica – anatômico-fisiológica – e, nesse sentido, o mercado de trabalho está segmentado horizontalmente, com pouca absorção da maioria das trabalhadoras, e verticalmente, onde poucas mulheres ocupem os cargos mais altos, ainda que sejam em setores com atividades consideradas “tipicamente femininas” (Yannoulas, 2011).

A autora reforça que as transformações afetaram pouco a hierarquia das desigualdades profissionais e nos relatos das nossas entrevistadas, isso fica evidente, tanto em termos de prestígio social, como remunerações e colocação no mercado.

8.3.1 A trajetória de uma jornalista branca

“No dia que saiu o meu primeiro salário, eu estava com a luz cortada. 3 dias à base de vela. E aí comecei a trabalhar e trabalhar muito”.

Nos anos 1990, o país passava por importantes transformações após o período da ditadura militar, que durou de 1964 a 1985, inclusive no mundo do trabalho e na contratação de força de trabalho feminina. No campo jornalístico, a década deu início a um processo de colocação da mídia como um setor mais poderoso e influente, o chamado “quarto poder”. Isso resultou em uma maior uniformidade na produção de notícias e em uma pressão por resultados econômicos, muitas vezes em detrimento da qualidade jornalística e da diversidade de vozes. Segundo Nassif (2003), nos anos 90, houve o predomínio do jornalismo denunciatório, um período que o autor considerou perigoso para o jornalismo, pois abusou-se do “esquentamento” da notícia, casos foram transformados em espetáculos.

Também devemos lembrar da concentração da propriedade dos meios de comunicação nas mãos de alguns poucos grupos empresariais, o que tornava as regras semelhantes nos diversos ambientes. A Folha se consolidava na posição de mais influente veículo brasileiro, o Estadão e O Globo começam a adentrar no mercado, Veja estava na liderança e Isto É em um longínquo segundo lugar, e a TV Globo era praticamente absoluta (Nassif, 2003). Nos tempos atuais, ainda existe essa concentração, no entanto existem veículos alternativos aos grandes grupos e que estão se fortalecendo, como no caso da mídia independente.

A década de 1990 foi importante, pois foi o período em que a jornalista *Bianca* ingressou na faculdade de jornalismo com 16 anos, contra a vontade de sua família, que gostaria que ela fizesse outro curso. Segundo ela conta, não conseguiu realizar estágios durante sua graduação, pois não existiam processos seletivos; eram feitas indicações pelos professores que atuavam simultaneamente nas redações e na sala de aula, e isso não acontecia na faculdade em que estudava, porque era federal, e os professores tinham dedicação exclusiva, assim, praticamente quem fazia estágio estava na faculdade particular da cidade. No entanto a jornalista não relata que precisou trabalhar durante a sua graduação.

Nesse cenário, percebemos as dificuldades enfrentadas por estudantes das universidades públicas nos anos 90 para acessar estágios, por exemplo. Sem programas de seleção bem definidos, os veículos optavam pelo método de indicação, o que prejudicou o ingresso de um determinado grupo e evidenciou uma prática de recomendação, privilegiando conexões pessoais na obtenção de oportunidades profissionais.

Quando a jornalista se graduou, ela foi para São Paulo, capital, com o objetivo de tentar ingressar no jornal Estadão, que ainda não tinha um programa para “focas”, por exemplo. Diante desse quadro, não nos surpreende que a profissional tenha feito mudanças ao longo de sua trajetória, em busca de oportunidades de trabalho e estudo.

Em um período de seis meses, em que fez trabalhos como freelancer, não conseguiu a entrada no Estadão e descobriu um problema de saúde, que a fez retornar para sua cidade e ficar sem trabalhar por mais ou menos um ano. Essa interrupção em sua carreira teve impactos significativos, pois ela teve que reconstruir sua trajetória profissional a partir desse período.

Ao retornar para o mercado novamente fez diversos trabalhos como freelancer em cooperativas e cadernos especiais, até que decidiu fazer a seleção para o mestrado. Em uma das seleções não passou, segundo ela, porque os componentes da banca a acharam muito nova para cursar mestrado. Isso levanta questões sobre a expectativa social em relação à idade para ingressar em um curso de mestrado e como essas normas influenciam as decisões das instituições.

Continuando a trajetória profissional de *Bianca*, ela passou em outro processo seletivo para o mestrado “após estudar muito”, em suas palavras, pois necessitava fazer a prova da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Anpad), que cobrava conhecimentos fora da área de comunicação. Durante o mestrado, dedicou-se apenas ao curso e recebia uma bolsa. Ao terminar, recebeu uma proposta de trabalho para dar aulas em uma faculdade fora da cidade em que residia, a qual não aceitou, pois decidiu ficar perto da mãe, que acabara de ter um diagnóstico de câncer em estágio avançado.

Portanto, sem sair de sua cidade, *Bianca* conta que foi fazendo o que apareceu. Ficou cerca de três anos na assessoria de um parlamentar e foi durante esse período que sua mãe veio a falecer. Saiu da assessoria e foi para um jornal local, inicialmente cobrindo férias em várias editorias, e depois em um caderno de Cidades, que trazia, principalmente, assuntos policiais.

Após cerca de dois anos, *Bianca* saiu do jornal e foi para assessoria de uma organização não governamental, momento em que apareceu uma proposta de trabalho na cidade do Rio de Janeiro, que ela descobriria depois não ser da forma anunciada. Uma vez no Rio decidiu fazer a seleção para o doutorado, foi aprovada, mas não conseguiu bolsa e passou por muitas dificuldades para seguir estudando. Depois de um tempo em apuros, foi selecionada em um processo para atuar na comunicação de uma organização ligada à área rural e, com isso, passou a viajar constantemente, o que comprometeu o doutorado.

Terminado o vínculo com a organização e tendo cumprido os créditos do doutorado resolveu voltar para a cidade natal e foi ministrar aulas em faculdades. Nesse período, ela

engravidou, teve problemas na gestação que a fizeram ficar afastada do trabalho novamente e foi desligada do programa de doutorado. Após esse período como professora voltou a trabalhar como assessora, depois em outro jornal, atuando em várias frentes; na sequência, foi para a assessoria parlamentar, fez a edição de um livro e retornou para o jornal que havia trabalhado antes de ir para o Rio de Janeiro.

Em todo esse tempo que retornou à sua cidade chegou a prestar concursos, mas não se classificava, até que foi chamada em um concurso que havia feito para o IF, no ano de 2019, ano em que o então presidente, Jair Bolsonaro, assinou um decreto extinguindo o cargo de jornalista e vários outros. Diversos candidatos atingidos com a medida entraram com ação na Justiça e conseguiram tomar posse por liminar, como foi a situação da entrevistada *Bianca*.

Nossa jornalista *Bianca*, oriunda de uma classe média, afirma que não teve problemas financeiros enquanto a mãe era viva, pois a mãe tinha um bom emprego e depois uma boa aposentadoria, o que proporcionou que a jornalista estudasse em escola particular, por exemplo. *Bianca* faz referência apenas à mãe em sua fala, o que nos leva a crer que a mãe era a pessoa de referência da casa e, após o falecimento da genitora, *Bianca* assumiu esse lugar em sua família, principalmente quando se tornou mãe solo. Os domicílios chefiados por mulheres representavam 50,9% dos lares brasileiros no ano de 2022 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

Assim como grande parte da população branca, não passou por problemas referentes à discriminação racial, mas enfrentou barreiras na questão de gênero. A opção por ficar perto da mãe doente, abrindo mão de um emprego em outro estado, é uma característica muito presente nas mulheres no Brasil, o cuidado com o outro. Estudos como o de Passos e Guedes (2021) comprovam que, ao longo da história, as mulheres assumiram o papel de prover cuidados. Já a pesquisa conduzida por Moraes *et al.* (2022) com familiares cuidadores revela que eles são, em sua grande maioria, do sexo feminino.

Kantorski *et al.* (2019), na pesquisa que realizaram sobre atenção em saúde mental, apontaram que as mulheres correspondem à maior parte da amostra e são, em sua maioria, as únicas cuidadoras de seus assistidos, o que reflete valores morais e culturais que as interpelam diariamente, persistindo uma ideia de divisão entre o trabalho público e o privado, sendo este último desvalorizado e atribuído às mulheres de forma principal. Outro achado na referida pesquisa diz respeito ao fato de as mulheres, em geral, ao assumirem o cuidado do familiar, o tratem como mais uma tarefa cotidiana, adicionando essa função às tantas já executadas ou abrem mão do trabalho formal, como aconteceu com nossa entrevistada *Bianca*.

A jornalista também enfrentou problemas ao se tornar mãe, tanto de saúde, durante a gestação, quanto financeiros, pois, de acordo com ela, a maternidade solo afetou sua progressão acadêmica e profissional. Embora a maternagem possa ser exercida por homens e mulheres, nas sociedades ocidentais, as mulheres assumem essa tarefa quase que exclusivamente por diferentes razões (Batinder, 1985), sendo uma delas a ausência de outra figura para dividir a função.

Bianca relata as estruturas sociais presentes em sua trajetória, como a influência familiar, por exemplo. O cuidado com a mãe a fez abrir mão de um emprego em outro estado, refletindo uma construção social sobre o papel feminino ligado à responsabilidade com a família e o cuidado, características atribuídas historicamente às mulheres no Brasil e que ilustram as tensões enfrentadas pelas mulheres na conciliação de diferentes papéis sociais.

As mulheres enfrentavam desafios em relação à maternidade e à conciliação entre vida profissional e pessoal ainda maiores do que os da atualidade, pois era um contexto social em que os papéis de gênero tradicionais exerciam forte influência. Essas conexões evidenciam como as estruturas sociais, as ideias e os discursos moldaram as experiências e a trajetória da nossa entrevistada.

A apresentação dessa trajetória profissional e as relações com a vida da entrevistada, trazem reflexões sobre as desigualdades de gênero, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na área jornalística e as complexidades da conciliação entre carreira e cuidado familiar. O percurso de *Bianca* contribui para a compreensão das questões sociais, históricas e políticas relacionadas ao posicionamento da mulher na sociedade, desde a designação dos cuidados dos familiares aos desafios da maternidade e conciliação com as relações de trabalho.

8.3.2 A trajetória de uma jornalista indígena

“A gente tem que ter essa vivência porque essa vivência me fez a jornalista que eu sou, a mulher que eu sou hoje. Eu não tinha a consciência da minha identidade indígena, por exemplo”.

A trajetória da jornalista *Indiara*, a partir da perspectiva da sócio-história, começa antes mesmo de ela efetivamente concluir a faculdade de jornalismo. Em alguns momentos de sua carreira, seu vínculo profissional esteve relacionado à área da educação. Uma marca em sua trajetória é a dedicação contínua aos estudos, que resultaram em conquistas acadêmicas.

Aos 17 anos, foi a primeira tentativa de *Indiara* de iniciar os estudos na faculdade de jornalismo, porém, após mudar-se de cidade, não conseguiu continuar os estudos por questões

financeiras. Para conseguir se manter em outro estado, ela trabalhou como auxiliar de sala de aula/assistente de classe da educação infantil, assistente administrativo em um órgão da Polícia Militar e em uma empresa de segurança, além de gerente de *fast food*.

A conexão com a família pode ser uma grande motivação para uma transformação de vida e de carreira. Eventos pessoais, principalmente no que se refere ao afeto familiar, podem influenciar nas decisões do indivíduo e redirecionar a trajetória profissional. Foi o que aconteceu com *Indiara*. A reviravolta na sua vida aconteceu no ano 2000, motivada pelo nascimento da sua primeira sobrinha. Ela pediu as contas do emprego em que estava para voltar ao seu estado e, por procuração, pediu à mãe que a inscrevesse no vestibular para jornalismo e em um concurso para secretária escolar. Passou em ambos, assim, enquanto fazia a graduação, trabalhava como secretária escolar.

Ela conta que, desde o início do curso, envolveu-se na militância. Era membro do Diretório Estudantil e a ponte com os Sindicatos dos Jornalistas local. Ao se formar, em 2005, passou em outro concurso para uma Secretaria Municipal de Educação, agora como jornalista, e tinha indicação para fazer um mestrado na Europa, do qual abdicou, pois queria se casar e ter filhos. Diante do fato de não ter optado por se mudar de país, ser jornalista na Secretaria Municipal de Educação foi o seu trabalho até passar no concurso para jornalista de uma Universidade Federal, onde de lá conseguiu a redistribuição para o instituto no qual está hoje.

A participação de *Indiara* em agremiações e instituições sindicais indica a presença de ideias e discursos que se relacionam à defesa dos direitos dos estudantes e profissionais de jornalismo, além das pautas específicas da comunidade indígena. O contexto sócio-histórico dos indígenas no Brasil é marcado por uma trajetória complexa e desafiadora até os dias de hoje, na segunda década dos anos 2000. Mesmo tendo se passado mais de 500 anos da chegada dos portugueses, que iniciaram o processo de colonização dos povos indígenas, esta comunidade ainda sofre os impactos da exploração, escravização e apropriação das terras indígenas. A luta pela demarcação de suas terras, pela preservação das suas culturas e a busca por autonomia é contínua, ou seja, é uma etnia que segue na busca pelo seu espaço e nossa entrevistada representa esse povo.

Ela exemplifica que a comunidade indígena em sua região é muito sofrida, assim como em todo o país. *Indiara* tem vários primos que trabalham na construção civil, outros no corte de cana, situação que contribui para que a cultura indígena se perca. “Não tem seus direitos reconhecidos. Suas terras estão sempre sendo invadidas ou nunca são demarcadas. As famílias, a família, as famílias têm que se desintegrar porque não tem como ficar. Tem que trabalhar e vai trabalhar fora”.

Na percepção da jornalista *Indiara*, as meninas indígenas são as que mais sofrem com toda a questão envolvendo as terras e a cultura, pois são elas que ficam em casa cuidando de tudo, mais uma constatação das tantas violências de gênero sofridas pelas mulheres. “As meninas [indígenas], principalmente as meninas que não conseguem estudar porque têm que ficar em casa, têm que cuidar da casa, têm que cuidar dos irmãos”.

A jornalista expressa que o fato de ter terminado a faculdade “mais velha” e a vida acadêmica na universidade em que estudou fizeram dela a jornalista e a mulher que é atualmente. Segundo ela, a consciência de sua identidade indígena foi aflorada nesse período e, para ela, a educação é de extrema importância, mas ressalta que isso não é vivido de forma unânime nas comunidades indígenas: “porque tem uma escola na aldeia, porque meu irmão doou o terreno. Um exemplo, se ele não tivesse doado o terreno, vai saber se ia ter uma escola na aldeia” e, com a militância dela tem um olhar voltado para as minorias, integrando, inclusive, comissões de gênero e raça do IF no qual trabalha e do sindicato.

Indiara conta que vive estudando. Simultaneamente ao curso de jornalismo, a profissional também iniciou a faculdade de relações públicas e de letras em formatos semipresenciais. Por ter engravidado no período, ela teve que trancar, mas concluiu os cursos posteriormente. “No mesmo ano, eu entreguei o TCC de relações públicas, qualifiquei no mestrado no ano seguinte e eu entreguei o TCC de letras e a minha dissertação de mestrado, foi uma loucura”. Durante a pandemia, *Indiara* concluiu mais uma graduação, licenciatura em artes visuais, e, em 2023, estava cursando doutorado em ciências da educação, em Assunção, no Paraguai.

A trajetória dessa jornalista indígena revela as estruturas sociais presentes em sua vida. Ela trabalhou em diferentes empregos para garantir a própria subsistência e financiar os estudos e não conseguiu ingressar diretamente do ensino médio em um curso de graduação, o que evidencia as dificuldades socioeconômicas enfrentadas por muitos indígenas no acesso à educação e ao mercado de trabalho.

Destaca-se, nessa trajetória, a persistência da profissional em buscar oportunidades de estudo, a militância estudantil, além da luta para conciliar maternidade e carreira acadêmica, aspectos que demonstram sua atuação como agente de transformação em sua própria vida e na representação do seu povo.

Por ser uma profissional que integra uma população minorizada no Brasil, as conquistas da jornalista se tornam representativas para toda a comunidade, inclusive possibilitando a ampliação da diversidade de vozes e perspectivas na sociedade. É possível falarmos em um

legado de dedicação, perseverança e superação e que implicam no fortalecimento da identidade indígena, na luta por direitos e a valorização das culturas desse povo no contexto brasileiro.

8.3.3 A trajetória de uma jornalista amarela

“Depois que eu virei mãe, eu acho que a maternidade vem em primeiro lugar, porque eu entendo o meu papel de mãe não só como dentro do meu núcleo familiar, mas também a maternidade enquanto projeto social”.

O objeto da nossa análise agora é a trajetória de uma jornalista que se autodeclara amarela, por ser descendente de japoneses, *Akemi*, desde a sua formação em jornalismo até o trabalho no Instituto Federal. *Akemi* se formou em jornalismo em 2006, aos 21 anos. Até ingressar no Instituto Federal, aos 25, atuou em diversos veículos de comunicação e em assessorias de imprensa. O rádio foi o veículo onde passou mais tempo, chegando a ser chefe de reportagem. Enquanto repórter de rua atuou nas áreas de política, cidades e nos plantões também cobria esporte, cultura e polícia.

A sobrecarga de trabalho, as longas jornadas e a consequente exploração enfrentadas pelos jornalistas são indicadores da precarização do trabalho, fator identificado em diversas pesquisas de abrangência nacional, como a tese de doutorado de Nicoletti (2019), que utilizou métodos quanti-qualitativos para identificar as percepções dos jornalistas sobre o espaço laboral, desempenho e satisfação, identificando um nível geral de precariedade laboral entre razoável e ruim, com alta intensidade e carga de trabalho elevada. Outro estudo que aborda a temática é o de Lelo (2019a) que, ao segmentar os resultados de sua pesquisa por faixa etária, revelou uma precarização ascendente dos mais experientes no setor. A necessidade de adquirir experiência profissional, mesmo em situações degradantes de trabalho, revela as condições às quais os indivíduos se submetem e o quanto podem influenciar na qualidade de vida e na construção da carreira profissional.

Essa é a história de *Akemi*, que viveu um período de muita sobrecarga de trabalho e que, por ser uma situação considerada “normal” pelos jornalistas, acabou se acostumando.

Eu entrava às 10 da manhã e saía por volta da meia-noite, de segunda a sexta. A cada 15 dias eu fazia plantão aos sábados. Eu saía meia-noite na sexta e entrava às 5 da manhã, 15 para 5 da manhã, no sábado, porque eu tinha que estar lá, é, para o primeiro jornal da manhã, que era mais longo. No sábado, ficava até umas 4 da tarde; das 5 da manhã às 4 da tarde, no sábado, isso. No domingo, entrava logo depois do almoço, à 1 da tarde para o fechar o jornal da manhã de segunda-feira, então ficava da 1 da tarde às 7 da noite. E, e, era muito puxado assim, né, gente? Um salário muito ruim (*Akemi*, entrevista à pesquisadora, 2023).

O trabalho no jornalismo é conhecido por uma rotina exaustiva e baixos salários, chegando ao ponto de se normalizar a questão. Nossa entrevistada autodeclarada amarela afirma que, quando se trabalha nos meios de comunicação, é uma prática comum os funcionários serem explorados. No relato, ela diz que o profissional recém-formado acaba precisando trabalhar para ganhar experiência, o que o coloca em situações degradantes e que, com o tempo, se acostuma. E, apesar de toda a exploração, a jornalista considera que esse período foi benéfico para que ela ganhasse experiência e tivesse mais bagagem ao ingressar no Instituto Federal.

Akemi conta que fazer o mestrado em uma instituição pública foi uma experiência muito interessante na sua carreira, porque tinha estudado durante a graduação em faculdade particular. Ela conta que os pais não permitiram que ela fosse para uma cidade maior para fazer o curso superior, mas que, talvez por estar em uma cidade menor, teve mais oportunidades do que se tivesse em uma capital, por exemplo.

À época em que a jornalista cursou sua graduação, ano de 2006, a comunidade de imigrantes japoneses e seus descendentes já estavam bastante integrados à sociedade brasileira e atuavam economicamente em diversos setores, incluindo agricultura, comércio e indústria. Essa participação, principalmente em locais de forte presença da comunidade, se refletia também nas escolas e associações, com forte presença da cultura e da língua japonesa.

Seguindo a sua trajetória, após concluir o curso de jornalismo, *Akemi* chegou a cursar um ano da faculdade de direito, pois atuava em um projeto de educação ambiental do governo do estado, como assessora de imprensa, e lidava muito com legislação, no entanto trancou o curso. Seu ingresso no IF aconteceu em 2010 e a realização do concurso público foi motivada por ações vividas nos veículos de comunicação privados e que passaram a lhe incomodar, como veremos mais adiante.

8.3.4 A trajetória de uma jornalista preta

“Eu queria fazer faculdade, queria ter uma profissão diferente da minha mãe.”

A história das mulheres negras no Brasil é marcada por uma trajetória de lutas, resistência e superação diante de uma sociedade estruturalmente racista e sexista. Ao longo dos séculos, as mulheres negras enfrentaram inúmeras formas de opressão e discriminação, tanto devido à raça quanto ao gênero, o que as colocou em uma posição de desvantagem e até de invisibilidade.

A nossa entrevistada, jornalista *Preta Maria*, é a primeira da sua família, considerada muito pobre, que chegou ao ensino superior. Filha de pai pedreiro descendente de quilombolas

e mãe empregada doméstica, profissão em que ela também trabalhou por muitos anos, percebeu que podia mudar seu futuro por meio dos estudos.

Preta Maria integra o grupo, ainda restrito, de pessoas negras que conseguem chegar a 12 anos ou mais de estudo. Em 2015, por exemplo, esse percentual era de 12%, enquanto o percentual de brancos era de 25,9%. O índice entre a população negra naquele ano era quatro vezes maior do que o registrado em 1995, o equivalente a 3,3%. Nesse referido ano, a população branca já registrava 12,5%, ou seja, a população negra chegou ao mesmo patamar 20 anos atrás da população branca (Fontoura; Rezende, 2016).

A mãe de *Preta Maria*, também negra, trabalha como empregada doméstica, algo que não nos parece uma coincidência, considerando os dados que compõe a realidade brasileira, que registra no trabalho doméstico a participação de 92% de mulheres nas quais 65% são negras (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2021). Além da maior ocupação desse nicho de trabalho por mulheres negras, elas ainda enfrentam desigualdade salarial e na carteira assinada com relação às mulheres brancas, maior índice de trabalho infantil e assédio sexual (Silva; Silva, 2021).

A categoria gênero explica que existe uma construção histórica que reserva às mulheres o cuidado da casa. E, ao se considerar a categoria raça, pode-se desvelar melhor essas estruturas de desigualdade, no âmbito das quais às mulheres negras são reservados historicamente espaços não prestigiosos, como o de empregadas domésticas (Souza; Auad, 2016, p. 03).

O trabalho doméstico é a categoria que mais emprega mulheres no Brasil, especialmente as negras com baixa escolaridade e oriundas de famílias de baixa renda. Em 2022, de cada 100 trabalhadoras negras, 16 eram trabalhadoras domésticas, enquanto entre as mulheres brancas o número caía para menos de 9. Outra desigualdade se instala no rendimento médio dessas trabalhadoras. As domésticas negras recebem cerca de 84% dos rendimentos das trabalhadoras brancas e somam menor número com carteira assinada (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2023).

A contratação de empregadas domésticas, principalmente quando é feita por outras mulheres, consolida o modelo de delegação na divisão sexual do trabalho. À medida que as mulheres se posicionam melhor no mercado de trabalho e adquirem um nível mais elevado de renda, elas contratam outras para aliviarem a carga de trabalho doméstico ou mesmo substituí-las nesses afazeres, o que cria uma estratificação do conflito entre trabalho e família de acordo com a classe social.

Essa situação gera um ciclo vicioso, conforme apontam Passos e Guedes (2021), pois as mulheres de classe média e rica alcançam melhores postos e mantêm ou ascendem o nível de renda, enquanto as mulheres pobres, por não terem meios de conciliar trabalho e família, encontram dificuldades adicionais de inserção e de postos melhores de trabalho, perpetuando a sua condição de pobreza e, muitas vezes, apresentando menor desenvolvimento profissional.

A jornalista *Preta Maria* compartilha histórias que também são retratadas por outras pessoas pretas ou pardas, por se tratar de questões estruturais, que tendem a desvalorizar e invisibilizar as mulheres, principalmente, as negras. No contexto sócio-histórico brasileiro, o país foi marcado por séculos de escravidão da população negra, o que gerou alto impacto na configuração das relações sociais e econômicas.

Após a abolição da escravatura, em 1888, os negros enfrentaram enormes desafios para sobreviverem e mais ainda para terem acesso à educação e ao mercado de trabalho, portanto, chegar ao ensino superior evidencia a luta por mobilidade social. *Preta Maria*, desde criança, pensava em ser jornalista porque via na televisão, nas revistas e nos jornais os nomes de pessoas e achava isso o máximo.

Quando eu ingressei na faculdade de jornalismo, o máximo da minha carreira era ter um nome, ter meu nome no jornal ou numa revista. Eu nem almejava a televisão, porque também quando eu entrei na faculdade eu percebi que a televisão, o espaço da televisão, até aquele momento, era um espaço hostil para jornalistas negras, não é? É, bem mais hostil do que hoje (*Preta Maria*, entrevista à pesquisadora, 2023).

A fala de *Preta Maria* exemplifica a realidade das redações jornalísticas brasileiras com sua maioria de profissionais brancos e homens, o que não reflete a população do país. Em 2021, a maioria dos jornalistas brasileiros lotados na imprensa (40,3%) trabalhava em portais/sites de notícias e os negros tinham maior representatividade em jornal impresso (Lima *et al.*, 2022).

A falta de representatividade nos meios de comunicação, combinada com estereótipos e preconceitos arraigados, dificultou o reconhecimento e a valorização do trabalho dos profissionais negros, especificamente nesse nicho de mercado, a televisão. Apesar de avanços, o acesso e a ascensão das mulheres negras e dos homens negros no jornalismo brasileiro foram e continuam sendo marcados por uma série de desafios e obstáculos.

Pelo fato de morar em uma cidade com muitas possibilidades para estudantes e para as artes, *Preta Maria* conseguiu entrar para o conservatório local, formou-se em flauta doce e também fez balé. Nesses espaços, sempre se viu como uma pessoa pobre no meio das ricas, se não fosse a única, era uma das poucas negras do meio. A inserção nesse grupo, um grupo que

se interessava muito por estudos, proporcionou a oportunidade de conseguir uma bolsa para estudar o ensino médio em uma escola particular.

Após a conclusão do terceiro ano do ensino médio, ela estava decidida a fazer jornalismo, no entanto, na cidade em que morava, esse curso era ofertado apenas na faculdade particular e, por não ter condições de pagar, optou por fazer letras/português na universidade pública, um curso que seria mais próximo do jornalismo. No entanto, seis meses depois, prestou o vestibular para a faculdade particular de jornalismo, passou e conseguiu uma bolsa, com a condição de trabalhar na faculdade, assim, *Preta Maria* trabalhava no turno da manhã, cursava letras no período da tarde e jornalismo no turno da noite.

Um dado alarmante no jornalismo brasileiro indica que os profissionais negros no Brasil têm maior prevalência de ter outro trabalho em veículos de comunicação (21,4%) do que profissionais brancos (18,3%) (Jornalistas&Cia *et al.*, 2021), mas não significa que seja apenas em outros meios de comunicação, podendo ser também em outras funções dentro ou fora do jornalismo. Elencamos duas hipóteses para essa situação: uma de origem financeira, ou seja, com remunerações menores, esses profissionais precisam complementar sua renda, e outra que diz respeito a abraçar todas as oportunidades, considerando a escassez delas para profissionais negros.

Preta Maria cursou duas graduações simultâneas, motivada pelo desejo de realizar seu sonho no jornalismo, embora não contasse com o total apoio familiar. Além disso, a escolha pelo curso de letras/português foi impulsionada pela perspectiva de maior empregabilidade. Ela mencionou ter sentido bastante receio ao ouvir de outras pessoas da sociedade e ao testemunhar jornalistas empregados enfrentando dificuldades, recebendo baixos salários e lidando com uma carga de trabalho excessiva. Por essa razão, decidiu que permaneceria fiel ao jornalismo, que tanto amava, mas simultaneamente investiria em letras/português, pois, assim, se não obtivesse sucesso no jornalismo, teria a alternativa de ganhar a vida como professora de português, uma área considerada mais estável e com demanda constante.

Outra motivação de *Preta Maria* para cursar as duas graduações foi o fato de não querer perder nenhuma oportunidade. “Quando se é uma pessoa negra no, no Brasil, às vezes, quando a gente, a gente quer abraçar todas as oportunidades, porque a gente tem medo e a gente sabe que, às vezes, essa oportunidade não vai aparecer de novo. Então você quer abraçar tudo, você fala, não vou perder a oportunidade não, estou ganhando, eu estou aqui, vai que eu não passo de novo, então? É um medo, é um desespero, é uma angústia de perder oportunidades”.

A experiência em cursar mais de uma graduação é compartilhada por vários profissionais. Embora tenhamos em mente a limitação do público entrevistado, a pesquisa do

Perfil Racial da Imprensa (Jornalistas&Cia *et al.*, 2021) indicou números próximos com a superioridade branca entre aqueles que cursaram uma ou duas graduações, no entanto, quando se referem a três graduações, os profissionais pretos superam os brancos nesse tópico.

A jornalista, que não entrou por cotas em nenhuma das duas instituições que estudou, fazia o trajeto casa-faculdade a pé: no início com apenas a ida e os pais bancavam a volta, depois do sétimo período, ia e voltava a pé. Para conseguir realizar um estágio voluntário em uma emissora de TV local, ela negociou com a faculdade em que trabalhava para cumprir sua jornada de forma alternativa, pois o estágio tinha a carga horária de quatro horas pela manhã.

Durante cinco meses ela fazia o estágio pela manhã, estudava letras à tarde e ia para a faculdade de jornalismo trabalhar das 16h40 até as 19h, quando começava a aula de jornalismo. Foi um período ainda mais difícil. “Foi assim, eu acho que nesse período foi onde eu cheguei assim, meio no fundo do poço. É de cansaço, não é, de muita pressão, mas eu sim, eu, eu era muito forte, sabe? Nada me desanimava. Eu, não, vou terminar. Eu consigo. Então assim, na época, eu aceitei isso como desafio e não importava”.

Durante as graduações, para ajudar a se manter financeiramente, *Preta Maria* ainda fez trabalhos como freelancer não somente na área da comunicação, mas também em outras áreas, como, por exemplo, de recepcionista em eventos ou na faculdade que trabalhava. Foi nesse momento que começou a entender que a sua vida enquanto jornalista preta não iria ser fácil. Apesar de ser uma excelente aluna, com boas notas e se destacar na escrita, algo que sempre a acompanhou desde o ensino fundamental, quando ganhou prêmios municipais e estaduais, ela não conseguiu estágios remunerados, apenas voluntários, o que ela atribui ao fato de ser uma mulher preta. “Era muito mais fácil uma pessoa branca mediana ou ruim conseguir estágio do que eu, uma pessoa, uma mulher preta, ótima aluna”.

Ao se formar em jornalismo foi contratada como jornalista pela mesma faculdade particular e, durante esse período, começou a atuar com assessoria política dos proprietários da faculdade, que eram políticos. *Preta Maria* disse ter aprendido muito e que conheceu profissionais de todo o país que trabalhavam nas campanhas, mas que não recebia a mais por isso, era apenas um remanejamento de função. “Às vezes você se sujeita a muitas situações que hoje eu não me sujeitaria, é por valorizar o meu trabalho, né? Por valorizar a minha competência, isso hoje, mas na época eu via tudo como uma oportunidade para aprender, para fazer contatos, enfim, e realmente me ajudou muito”.

Enquanto trabalhava na faculdade decidiu que queria dar aulas, como uma forma de complementar a sua renda, e para isso fez uma pós-graduação em docência do ensino superior. Ao terminar, começou a dar aulas em cursos de graduação na área de letras, o que ela conta que

foi um desafio muito grande. “Lidar com o público [...] de um espaço, de uma faculdade particular, um público racista, preconceituoso. Eu sou pequenininha, sou mulher, sou negra, então foi bem difícil também, mas eu estava adorando.”

Preta Maria, nessa época, por volta dos anos 2010, já estava prestando concursos públicos e o concurso para o qual foi chamada, antes de ingressar no IF, foi para o cargo de jornalista na prefeitura da sua cidade, onde trabalhava seis horas por dia e tinha um salário melhor do que o que recebia na assessoria da faculdade. Ela complementava sua renda dando aulas tanto na área de português como em disciplinas específicas do curso de jornalismo, ou seja, frente às barreiras de identidade étnico-racial, a jornalista estava sempre em busca de mais estudo, mais trabalho e mais formação.

Por atuar na docência seu pensamento foi: “para poder dar aula, ganhar mais dando aula, tenho que fazer mestrado” e, após cursar algumas disciplinas isoladas, ingressou no mestrado na área de letras com ênfase em estudos literários. O curso fez com que ampliasse sua visão e pegasse o gosto pela pesquisa, assim, ela decidiu cursar o doutorado.

Ela queria fazer doutorado em uma Universidade Federal, portanto, procurou programas que estivessem com inscrições abertas na época. “Eu queria fazer doutorado numa Universidade Federal, sabe, chique assim. Então eu queria, eu queria USP, UFMG e aí eu descobri, lembrei da UnB, falei nossa UnB é legal e eu tive colegas, né, que estudou na UnB e falei, ó, vou tentar UnB”.

Após ser aprovada no programa de doutorado em literatura, pediu licença sem vencimentos do seu cargo na prefeitura e se mudou para Brasília, onde meses depois começou a trabalhar como professora e coordenadora de curso em uma faculdade particular dos mesmos donos da faculdade em que trabalhou na sua cidade.

Preta Maria disse que começou “a ganhar muito dinheiro” e por isso até deixou o doutorado de lado por um tempo. Além da faculdade particular, ministrou aulas em outras escolas particulares de ensino médio e acrescenta uma observação: “eu era a única professora preta também, a única de todo o colégio, e tinha alguns alunos negros lá. Os alunos negros também começaram a se identificar comigo.”

Com essa experiência, sua vontade era de não voltar para a sua cidade natal, tendo em vista que seu sonho era morar em uma cidade grande e estava gostando de Brasília, no entanto foi chamada para o concurso do IF no qual está desde o ano 2016 até o momento em que realizamos a presente entrevista, ano de 2023, tendo sido aprovada em quarto lugar. Diversas situações aconteceram com os candidatos que estavam à sua frente e, com isso, ela sendo a próxima da lista foi chamada e aceitou. “Aí saí de Brasília e fiquei muito triste, porque eu

também não queria deixar Brasília. Eu gostava, gosto até hoje muito de Brasília. E aí voltei para [...] e ingressei no, no IF, onde eu completei agora em março 7 anos”.

A trajetória de *Preta Maria* nos apresenta a realidade do preconceito racial no mercado de trabalho, seja ele privado ou público. Ela foi vítima de preconceito em situações relacionadas à sua aparência e à sua competência. As diversas formas de preconceito geram, inclusive, falta de representatividade nos meios de comunicação de pessoas pretas, por exemplo. A ausência de representação de negros no jornalismo brasileiro, embora esse cenário esteja mudando paulatinamente, contribui para a perpetuação de estereótipos e preconceitos, dificultando o acesso de novos profissionais.

A profissional destaca o quanto os estudos foram importantes para transformarem a sua vida e a de toda a família, não apenas em aspectos financeiros, mas de vivência como um todo. O discurso da jornalista reforça um percurso de lutas, de resistência e de superação. Sua formação foi marcada pelo esforço e a necessidade de não perder as poucas oportunidades que surgiam, devido ao contexto racial, o que fez com que conciliasse duas graduações para ampliar suas possibilidades.

8.4 As diversas motivações para mudanças

Com os relatos de trajetórias das nossas jornalistas entrevistadas é possível perceber os momentos que marcam cada história e como essas mudanças são influenciadas por fatores externos, como o contexto sócio-histórico que influencia cada grupo étnico-racial, por exemplo. Um desses aspectos é a mudança de endereço, impulsionada por diferentes motivos e influenciada pela realidade e aspirações. Ao observarmos histórias de diferentes famílias, notamos que a busca por melhores condições de vida e a realização de um sonho são fatores que motivam ações significativas.

Entre as famílias que experimentam essas mudanças, encontramos aquelas que pertencem à comunidade negra. Muitas vezes, movidas pela esperança de construir um futuro mais promissor, elas se aventuram em jornadas rumo a lugares desconhecidos. A determinação em buscar melhores oportunidades e proporcionar uma vida mais digna para seus entes queridos se torna um guia em suas decisões. Este fato, inclusive, faz com que as famílias pretas apoiem ou não certas decisões dos jovens, pois o objetivo é que consigam ter um futuro melhor do que o vivido no momento atual.

Da mesma forma, encontramos famílias indígenas que, em determinado momento, precisam se afastar de suas terras ancestrais para trabalhar em outros lugares, para se formarem,

pois as condições nas aldeias, em sua maioria, ainda são muito precárias. No entanto a ânsia de retornar à sua comunidade, fortalecer laços familiares e preservar suas tradições acaba por desencadear o movimento de volta às origens, agora com empoderamento e podendo provocar transformações nesses espaços.

Já para famílias brancas, a motivação inicial pode estar relacionada ao trabalho. Mudam-se em busca de oportunidades de emprego ou crescimento profissional, no caso de famílias de renda média ou baixa. Porém, ao longo do tempo, a distância dos entes queridos e a falta de recursos acabam pesando na balança. Assim, o desejo de estar perto da família e compartilhar momentos afetivos torna-se um fator decisivo para o retorno.

No caso das famílias de origem asiática, especialmente da comunidade amarela, as mudanças de endereço são menos frequentes, muitas vezes sendo motivadas, principalmente, por questões relacionadas ao trabalho. A dedicação e o comprometimento com suas ocupações são valores fundamentais e essas decisões são guiadas pela busca de melhores oportunidades profissionais.

Ao considerarmos essas histórias torna-se evidente o impacto significativo que a família e os laços afetivos exercem sobre as escolhas ao longo da vida. Os vínculos familiares, o sentimento de pertencimento e a necessidade de apoio mútuo são elementos que influenciam diretamente as decisões tomadas. A busca por melhores condições de vida é impulsionada, em grande parte, pela vontade de proporcionar um futuro próspero e seguro para as pessoas amadas.

Diante das mudanças nas trajetórias, para obter algumas realizações, às vezes, as pessoas abrem mão dos próprios sonhos. As circunstâncias obrigam a abrir mão de determinadas aspirações, especialmente quando essas estão ligadas a uma profissão específica, como é o caso da jornalista preta. Obstáculos e desafios adicionais podem se apresentar nesse caminho, mas a persistência e a resiliência são características que se tornam ainda mais relevantes.

Nesses relatos também é importante ressaltar o quanto a palavra “oportunidade” está presente nos discursos, em alguns mais do que em outros. A jornalista preta, por exemplo, traz consigo pensamentos enraizados sobre a relação entre cor e pobreza, sendo assim, "oportunidade" é uma presença constante em sua fala, refletindo uma busca incessante por igualdade de condições e chances reais de ascensão social, o que mostra que é preciso desconstruir estereótipos e promover a equidade, para que todas as pessoas, independentemente de sua cor ou origem, tenham as mesmas oportunidades de realização pessoal e profissional.

Em resumo, as mudanças de endereço por diferentes motivações revelam o papel determinante da família e das relações afetivas nas escolhas. A busca por melhores condições

de vida, a realização de sonhos e a abdicação de aspirações são aspectos presentes nessas trajetórias.

8.5 O início da carreira e reconhecimento profissional

A escolha por determinadas carreiras é influenciada por diferentes fatores e também pode estar atrelada a benefícios associados à profissão como status, estabilidade, possibilidade de crescimento e boa remuneração. No jornalismo, a escolha envolve dois processos: as escolhas individuais, que buscam melhores oportunidades e satisfação no trabalho, e as dinâmicas coletivas/institucionais, que se relacionam ao mercado de trabalho, tais como oferta de vagas, precarização, postos mais legítimos ou renomados (Pereira, 2013).

Os desafios para cursar jornalismo começaram antes mesmo do ingresso na faculdade para as jornalistas *Preta Maria* e *Bianca*, isso porque as suas famílias não eram favoráveis a essa escolha por considerarem que outras carreiras teriam mais benefícios associados. Investigar a construção da carreira das nossas jornalistas entrevistadas permitirá que entendamos suas percepções referentes à experiência sobre as dinâmicas no mundo dos jornalistas. Importante salientar que o conceito de carreira é o ponto de partida para que as jornalistas descrevam como se inseriram na profissão e como participaram da construção de suas trajetórias.

A jornalista *Bianca* ingressou no curso contrariando a vontade de sua família, composta principalmente por advogados. Avaliando sua carreira do ponto de vista atual, ela pondera que talvez tenha feito a escolha errada, pois, para ela, o mercado de trabalho para jornalista no Brasil é muito ruim e, ao ver os advogados da família, por exemplo, que não tiveram tantos percalços pelo caminho, ela pensa que talvez sua vida tivesse sido mais tranquila.

A jornalista *Preta Maria* cursou duas graduações simultâneas, pois o jornalismo era o seu sonho, mas na visão de todos da família não ‘dava dinheiro’, assim, por medo de não dar certo na carreira jornalística, cursou também letras/português, pois emprego para professores de português nunca faltaria.

Preta Maria faz um desabafo ao olhar para o início da sua carreira ainda na graduação. Sobre sua trajetória, ela afirma que não romantiza a pobreza, ressaltando que, embora sua história possa parecer bonita ao ser contada, devido à superação, a realidade de vivenciá-la não é de fato bonita. *Preta Maria* expressa que não gostaria de passar novamente por necessidades e que deseja evitar que outras pessoas, especialmente crianças, adolescentes e todas as pessoas negras, passem pelas mesmas dificuldades. O desejo dela é que essas pessoas possam estudar,

ter acesso à educação, inclusive com a oportunidade de cursar duas faculdades, e não tenham que se preocupar com o fato de não terem dinheiro para se alimentar. Seu principal desejo é que as gerações futuras, principalmente as de origem negra, possam desfrutar de opções e oportunidades com conforto e tranquilidade, evitando a necessidade de enfrentar dificuldades extremas para obter sucesso.

Akemi teve que cursar a graduação na faculdade particular da sua cidade porque os pais não permitiram que ela se mudasse para outra cidade para estudar em uma universidade pública e *Indiara*, mesmo aos 36 anos, não abriu mão da vontade de cursar jornalismo.

Uma vez dentro da carreira de jornalista e gostando do trabalho, as profissionais destacam se têm reconhecimento profissional e como se dá esse reconhecimento. *Preta Maria* afirma que é uma pessoa reconhecida em sua cidade pelo trabalho que desempenhou em diversos lugares. No IF, ela afirma que o reconhecimento, da forma que deseja, não acontece, pois as pessoas dizem que uma matéria que escreveu ter ficado linda não seria um reconhecimento. Para ela, no serviço público, ele teria que vir de outras formas, como, por exemplo, a gestão oferecer e custear cursos de capacitação para áreas que ela precisaria se desenvolver mais. Ela afirma que nunca conseguiu um recurso da instituição para capacitação, por exemplo. Diante desse comentário, inferimos que uma forma de reconhecimento para *Preta Maria* seria monetizada, ou seja, reconhecer com valores financeiros, seja custeando cursos ou pagando por palestras, por exemplo.

Bianca acredita que, atualmente, é reconhecida como profissional da comunicação no IF, mas menciona que podem haver obstáculos. “Eu contribuo, contribuo bem e estou feliz da forma como as coisas estão andando. Agora você vai lidar com gente, sempre tem um ou outro atrito, uma ou outra coisa, mas no geral eu acho que a coisa está fluindo muito bem. Eu estou satisfeita de estar aqui”. Observamos diante dessa afirmação que esse sentimento de pertencimento que *Bianca* apresenta não aparece com tamanha intensidade nos depoimentos das demais entrevistadas.

Sobre reconhecimento, a jornalista *Indiara* afirmou que se sentiu reconhecida em todos os lugares que trabalhou, inclusive na área privada. Ela relata que passou por um aprendizado, pois, quando era mais nova, tinha muita vergonha e achava que não merecia nada. “Quando você é mais velha, com mais experiência, com mais formação, você consegue perceber melhor esse reconhecimento. Antes eu era, eu tinha vergonha de tudo. Eu não merecia nada. Eu achava que qualquer elogio e eu me encolhia. Hoje, não. Hoje se alguém elogia, se alguém disse que eu faço um bom trabalho, eu aceito”.

Sobre reconhecimento profissional, a jornalista *Akemi* afirma que, com relação a cargos, é mais fácil na iniciativa privada, que ela chegou ao cargo de chefia. Já no Instituto Federal ela foi coordenadora por um período, mas o cargo foi extinto e, quando virou diretoria, foi ocupado por uma pessoa apontada pelo reitor e não técnica na área.

No entanto *Akemi* aponta que, para qualificação, o Instituto Federal oferece mais oportunidades, como a possibilidade de fazer o mestrado com um afastamento remunerado e o incentivo para aprender, já que, devido ao mestrado, ela conseguiu desenvolver um projeto de extensão na instituição.

A escolha da carreira pode ser um processo desafiador e as jornalistas entrevistadas enfrentaram obstáculos desde o início. Tanto a jornalista *Preta Maria* quanto *Bianca* tiveram que lidar com a desaprovação de suas famílias em relação à escolha do jornalismo. A jornalista *Bianca*, olhando para sua carreira atualmente, questiona se talvez tenha feito a escolha errada, considerando as dificuldades que ela enfrentou no mercado de trabalho e a situação dos jornalistas no Brasil.

Por outro lado, a jornalista *Preta Maria* decidiu cursar duas graduações simultâneas, buscando atender às expectativas familiares e garantir uma opção de emprego estável como professora de português, pois não era possível afirmar o mesmo da carreira jornalística. Essas experiências demonstram como as influências familiares podem impactar as escolhas profissionais e como a perspectiva atual pode fazer com que se reflita sobre o caminho percorrido.

Em relação ao reconhecimento profissional, cada jornalista tem uma percepção diferente. Para *Preta Maria*, o reconhecimento desejado não ocorre no Instituto Federal, pois palavras elogiosas não são suficientes. Ela espera que o reconhecimento venha de forma mais concreta, como o investimento em cursos de capacitação oferecidos pela instituição. Já *Bianca* sente que é reconhecida como profissional da comunicação e está satisfeita com o andamento de sua carreira. A *Indiara*, por sua vez, relata uma evolução em sua percepção de reconhecimento ao longo do tempo, deixando de sentir vergonha e aceitando elogios pelo seu trabalho. *Akemi* destaca as oportunidades de qualificação oferecidas pelo Instituto Federal, como a possibilidade de fazer um mestrado com afastamento remunerado e permitindo que ela desenvolva projetos na instituição.

As experiências das jornalistas revelam os desafios enfrentados na escolha da carreira, o impacto das expectativas familiares e as percepções distintas em relação ao reconhecimento profissional. Cada trajetória traz consigo aprendizados e reflexões sobre o caminho percorrido.

A valorização do trabalho e a busca por oportunidades de desenvolvimento são aspectos essenciais para a realização e satisfação profissional.

8.6 A hora do concurso público

Quando é o momento de sair das redações, do mercado privado e procurar um concurso público? As motivações principais e o momento em cada carreira variam de acordo com os contextos individuais, no entanto seguem o fluxo da procura pela estabilidade, qualidade de vida e melhor remuneração.

Trata-se da mobilidade na estrutura das carreiras jornalísticas e nos referimos à capacidade dos profissionais de jornalismo em progredir, mudar de função, como, por exemplo, de jornalista de redação para assessor de comunicação, o que resulta na ocupação de diferentes posições dentro do campo jornalístico. Essa mobilidade pode estar relacionada à busca por melhores condições dentro da área, sejam essas condições financeiras ou avanços em termos de progressão na carreira.

Devido à mobilidade associada à instabilidade profissional e à precarização em muitos postos de trabalho, a “gestão das incertezas” (Pereira, 2013) aparece como uma característica na carreira jornalística e, muitas vezes, supera as próprias vontades. A incerteza da falta de salário no mês seguinte levou a jornalista *Bianca* a prestar o concurso público, mesmo achando que a área pública era muito engessada. Da mesma forma, a incerteza quanto ao mercado de trabalho jornalístico para os negros motivou a jornalista *Preta Maria* a prestar concursos. A jornalista *Akemi* se questionou se conseguiria trabalhar no veículo privado em que estava, pois algumas das suas produções foram censuradas devido aos interesses dos proprietários e anunciantes. *Indiara*, após um tempo atuando em diversos outros postos de trabalho, atuou em órgãos públicos e estava na Secretaria Municipal de Educação quando prestou o concurso que lhe renderia mais financeiramente.

A opção pelo concurso público, no caso da jornalista *Bianca*, surgiu quando ela achou que o mercado estava muito ruim. Apesar de sua mãe ser concursada do Banco Central, ela criticava quem era concursado por achar que era um trabalho engessado, que forçava a pessoa a ser o que não era. Ela conta que, depois das críticas à mãe por continuar em um trabalho burocrático, sendo que ela era inteligente e poderia fazer várias outras coisas menos burocráticas, ela entendeu que, dessa forma, a mãe trabalhava seis horas por dia, tinha tempo para os filhos, um salário bom, viajava nas férias, já tinha viajado pela Europa e percebeu que isso só foi possível porque ela era concursada.

Já a principal motivação apontada pela jornalista *Indiara* se relaciona a gosto, mas não especificamente pelo jornalismo. Ela conta que prestou o concurso para a universidade, depois foi redistribuída para o IF, porque sempre gostou de trabalhar com educação e, por isso, teve várias ocupações na área, mas também procurava estabilidade e uma melhor remuneração. Outro ponto que ela chama a atenção foi para o fato de as instituições públicas de ensino, como as universidades e institutos, terem programas que possibilitam a realização de cursos de pós-graduação, muitas vezes até custeando as despesas em instituições particulares por meio de editais específicos.

A jornalista *Akemi* relata que prestou o concurso por causa da remuneração e porque foi se decepcionando com situações vividas dentro do jornal que trabalhava. Ela ainda endossa o pensamento de que o jornalista tem a ideologia de salvar o mundo.

Eu me lembro de duas situações específicas. Essa situação em que a gente, que tinha aquela, aquele caderno, né, de formação, de informe oficial. O diário de forma oficial, que era pago pela prefeitura, né? Os informes lá, enfim. E aí, quando a prefeitura suspende por algum motivo, atrasava o pagamento, que o chefe de redação falava agora está liberado para a gente fazer o que a gente quiser na cidade e aí você coloca a gente sair igual louco assim na cidade, só procurando. Fazia matéria de, de espaço, de esporte e lazer é com falta de manutenção, mas era feito de tudo, assim, sabe que catando. E aí quando voltava a pagar, aí a gente tinha que ficar em silêncio, ignorar essas questões. Então esse lance da falta de liberdade do jornalismo me doeu muito, sabe? (*Akemi*, entrevista à pesquisadora, 2023).

Em outro veículo, *Akemi* relata ter passado por uma situação de censura.

Eu lembro que foi um funcionário de uma empresa muito grande que, aqui da região, de ônibus, é, que é um dos maiores do Brasil, e veio fazer uma denúncia das precárias condições de trabalho deles, que eles não tinham nem tempo nem lugar para fazer as refeições, por exemplo, de que ele esquentava marmita no motor do ônibus. E aí eu conversei com ele e tal, fiz uma matéria, conversei com a chefe de reportagem. Oh, estou fazendo uma matéria sobre isso, tal. Acontece que ela falou, [*Akemi*] segura a matéria. Aí eu falei, seguro. E aí levou para o dono do jornal e o dono do jornal era amigo muito próximo do dono da empresa e derrubou a minha matéria. Eu fiquei muito brava, muito brava. Então eu acho que vê, a gente tem uma falsa crença de que o jornalismo é muito livre para fazer tudo que ele pode, não é? Sendo que o papel do jornalismo é sempre estar do lado do cidadão em prol da sociedade, enfim. E vê essas questõezinhas assim, sabe? Algo com muita frequência assim, olha isso não pode. Isso tem que trocar por isso. E de uma forma muito sutil, sabe? E isso foi me deixando muito chateada (*Akemi*, entrevista à pesquisadora, 2023).

Akemi ressalta que a experiência no Instituto Federal a encantou e que, comparado ao seu trabalho anterior na iniciativa privada, ela ganha um salário maior e tem uma carga horária menor. Antes, trabalhava longas jornadas, inclusive nos finais de semana e feriados, mas agora

consegue conciliar sua vida profissional e pessoal, especialmente ao poder dedicar-se à sua família e ao projeto de vida de ser uma mãe presente.

No início de sua trajetória no IF, ela sentiu falta da adrenalina do jornalismo diário, mas, com o tempo e ao assumir atividades que exigiam sua experiência, encontrou um ritmo adequado. Embora tenha passado por momentos de desgaste, a possibilidade de licenças para cursar o mestrado e se capacitar permitiu superar essas situações.

Apesar de estar satisfeita com seu trabalho atual e não pensar em sair no momento, *Akemi* deixa claro que não encara essa posição como um emprego vitalício. Ela está aberta a novas oportunidades e não se apega ao cargo, indicando que, caso chegue o momento em que não contribua mais para a instituição e não aprenda, estará disposta a considerar outras possibilidades profissionais.

A jornalista *Preta Maria* procurou os concursos públicos após as dificuldades que vivenciou, ainda na graduação, como a dificuldade de conseguir um estágio, por exemplo, o que ela atribuiu ao fato de ser negra. Diante disso, sua motivação era bastante clara: “já que o povo não me dá emprego, já que eu não consigo estágio, eu, eu vou passar num concurso público porque aí não vão olhar minha cor, aí agora não, ninguém vai tirar a vaga de mim”.

Quando terminou o curso de jornalismo, o qual fez boa parte sem ter computador em casa, a faculdade onde ela cursava a contratou para trabalhar na assessoria de comunicação e com o salário, embora fosse pouco, começou a investir na realização dos concursos públicos. Ela viajou o Brasil fazendo concursos para diferentes órgãos e tinha consigo que não queria ficar na cidade em que morava: “detalhe, eu não queria ficar em [minha cidade], eu queria muito sair da minha cidade, eu queria passar na capital porque, né, eu queria ser jornalista na capital e tal, eu queria ser famosa assim, sabe, de certa forma”, no entanto acabou passando em concursos e se estabelecendo, até o momento dessa entrevista, na sua cidade.

Preta Maria valoriza muito o ingresso no concurso público ao ponto de afirmar que: “jamais eu ia, iria abrir mão de um concurso público para qualquer coisa”, uma conquista inestimável para ela e uma grande oportunidade. Ela associa a sua condição à sua cor: “a gente que é pobre e preto no Brasil, a gente não faz o que a gente sonha, o que a gente quer. A gente faz o que, o, o que a gente tem que fazer para sobreviver”.

Além da estabilidade do concurso, a questão salarial está presente nos relatos e destacamos que as profissionais que falaram com mais ênfase no conforto e da segurança do concurso público foram as jornalistas negra e a branca e por motivos diferentes. A primeira por acreditar que sua cor não influenciaria nesse caso, que, por se tratar de uma prova às cegas, seria avaliado apenas o seu conhecimento técnico; a outra jornalista, *Bianca*, foi pela

tranquilidade de receber um salário certo todo mês e, assim, poder organizar a sua vida, inclusive voltar para os estudos.

As outras jornalistas deram menos ênfase na questão salarial, mas relataram que foi um fator a ser levado em consideração. Por exemplo, a jornalista amarela se coloca pertencente à classe média, mas afirmou que, com o trabalho no IF, ganharia mais do que na iniciativa privada. Já a jornalista indígena trabalhou grande parte da sua vida laboral em cargos públicos, com menor remuneração, é verdade, mas ligados à temática da educação, e esse gosto pela área a levou ao concurso da universidade, de onde foi redistribuída para o IF no seu estado.

A decisão de buscar um concurso público na área jornalística está relacionada a várias motivações individuais, porém há um padrão comum de busca por estabilidade, qualidade de vida e melhor remuneração. A mobilidade na estrutura das carreiras jornalísticas é mencionada como uma forma de progressão e mudança de função, permitindo que as profissionais ocupem diferentes posições dentro do campo jornalístico.

A incerteza e a precarização no mercado de trabalho são fatores que levaram algumas das nossas entrevistadas a optarem pelo concurso público. A falta de segurança financeira e a experiência de censura em suas atividades jornalísticas foram mencionadas como motivadores para buscar uma carreira mais estável e com menos restrições. Além disso, as jornalistas destacaram a possibilidade de melhores condições de trabalho, como a carga horária respeitada, a oportunidade de realizar cursos de pós-graduação e a capacidade de conciliar a vida profissional com a vida pessoal, especialmente no caso da jornalista amarela, que valoriza poder ser mãe e ter tempo para sua família.

O contexto racial também desempenhou um papel importante nas decisões das jornalistas. A jornalista *Preta Maria* menciona a dificuldade de encontrar emprego na área e atribui isso à sua cor, o que a levou a buscar um concurso público como uma forma de garantir uma vaga com base no critério técnico, independentemente de sua cor. Para a jornalista, o concurso público era uma oportunidade de ascensão social e de superação das barreiras impostas pela condição de ser pobre e negra no Brasil.

Em relação à remuneração, embora nem todas as jornalistas tenham dado ênfase a esse aspecto, a estabilidade financeira proporcionada pelo concurso público é valorizada. Tanto a jornalista negra quanto a branca enfatizaram a segurança de receber um salário certo todo mês, o que lhes permite organizar suas vidas e até mesmo retornar aos estudos.

Nossas entrevistadas apresentam diferentes perspectivas e experiências em relação à busca por um concurso público na área jornalística. Embora as motivações e os contextos individuais variem, a busca por estabilidade, qualidade de vida e melhor remuneração emergem

como elementos comuns. A incerteza e a precarização no mercado de trabalho, a insatisfação com as restrições impostas pela indústria jornalística e as questões raciais são fatores que influenciaram as decisões das profissionais em busca de uma carreira no setor público.

8.7 O trabalho no IF: rotinas produtivas e percepções

O trabalho no Instituto Federal engloba diversas atividades e responsabilidades, permeadas por rotinas produtivas e percepções que moldam o ambiente institucional. O IF, como instituição de ensino voltada para o ensino técnico e tecnológico, desempenha um papel fundamental na formação de profissionais qualificados e no desenvolvimento de pesquisas científicas.

Nesse contexto, é essencial compreender as dinâmicas e perspectivas dos profissionais que atuam nesse ambiente, assim como as suas percepções sobre as rotinas de trabalho. Este tópico, portanto, apresentará as práticas laborais, os desafios enfrentados, as expectativas dos profissionais e as reflexões acerca do impacto do trabalho no desenvolvimento da educação e da ciência.

A jornalista *Bianca* trabalha com a administração do site e das redes sociais. Segundo ela, antes da pandemia, havia outros veículos para alimentar, como o canal no YouTube e informativos, mas que ainda não haviam sido retomados. Outra atividade que desempenha é o acompanhamento do diretor a eventos que possibilitam fazer a ponte entre a comunidade interna e externa.

Bianca está satisfeita com o seu trabalho no IF, mas sente falta do clima da redação, de ter colegas para trocar ideias e até mesmo da pressão que era, mas diz que talvez hoje esteja fazendo uma coisa mais útil trabalhando no instituto. “Eu me vejo fazendo uma coisa que talvez seja muito mais útil do que as coisas que eu faço, são mais concretas e a longo prazo eu vejo o que eu estou construindo alguma coisa de fato, sabe, não é? Não, não, não estou produzindo negócio que hoje faz sentido e amanhã está embrulhando peixe”.

Bianca revela que, em sua atuação no IF, vai além de suas funções como jornalista, descrevendo-se como uma pessoa proativa que realiza atividades adicionais. Entre essas iniciativas, destaca a participação em uma campanha para arrecadar livros literários em parceria com o pessoal da biblioteca. A entrevistada percebeu a carência de livros desse gênero na instituição, que contava com uma maior quantidade de livros técnicos. Ela utilizou seus contatos e conhecimentos para buscar apoio de uma editora que recebe fundos do estado e que produz

obras de arte e literatura de alta qualidade. Como resultado, foi possível obter a doação de 300 livros para a biblioteca do seu campus.

Outra ação de *Bianca* foi buscar soluções para a falta de equipamentos, como uma máquina fotográfica e celular, necessários para o desempenho de suas atividades. Ela descobriu que a Receita Federal realiza doações de equipamentos confiscados e, por meio de contatos com assessores do órgão e da diretora responsável pela área, elaborou um ofício solicitando alguns itens que a instituição precisava. Essa iniciativa resultou na obtenção de diversos equipamentos no valor de 300 mil reais.

Bianca enfatiza que o papel do jornalista no IF é voltado para o serviço ao público e a conexão entre a instituição e a comunidade externa: “você saber que você, que você tá a serviço de uma coisa maior. Porque você é a ponte para trazer a comunidade externa para perto do, do IF e trazer o IF para perto da comunidade externa. Você é o catalisador do relato”.

Por outro lado, a jornalista *Indiara* demonstra, de maneira geral, satisfação com seu trabalho no IF, mas atribuiu uma nota oito em uma escala de zero a dez. “Eu digo que não é mais porque nós não temos as condições de trabalho que gostaríamos de ter, mas eu trabalho num campus muito bom [...] Os colegas que estão na reitoria devem dar uns cinco para satisfação deles, porque a reitoria é ruim. É muita política que se vê, o que se corre lá dentro é um jogo de egos muito grande”.

Indiara relata que faltam equipamentos para a comunicação, por exemplo, o campus não tem uma máquina fotográfica e, até pouco tempo, ela levava a sua câmera pessoal para o trabalho, e que, por isso, tem que se virar com o que tem. Em contrapartida ela diz ter autonomia e que “ninguém a cala”, que é respeitada no seu trabalho, mas que seu caminho não é fácil.

Sobre o início do trabalho no campus, ela relata que, quando chegou, o chefe da comunicação era um administrador e ela deixou claro que a comunicação não era a comunicação da gestão e sim da unidade, dos alunos, enfim, de toda a comunidade acadêmica, mas que, para ter o seu trabalho respeitado, teve que brigar. *Indiara* conta algumas situações que aconteceram no início do seu trabalho no IF. A primeira envolveu esse antigo chefe do setor ao censurar uma matéria sobre a participação do Grêmio Estudantil em um evento. A jornalista escreveu o texto para ser publicado no site e nas redes sociais, no entanto o então chefe, que era administrador, não permitiu a publicação. Ao questionar tal situação, os ânimos se exaltaram e *Indiara* não se intimidou, nem mesmo diante do diretor-geral, que pediu calma a ambos. Ao manter sua posição firme, a jornalista destaca que “foi um santo remédio, mas é porque, porque eu bati o pé, porque eu disse, eu não me calo”.

Dessa forma, *Indiara* relata que o seu começo na instituição não foi fácil. Quando ela chegou não conseguia escrever matérias porque não tinha acesso às informações que precisava, como, por exemplo, ser informada de que havia uma equipe da reitoria no campus, ia conversar com envolvidos em projetos e ninguém falava. Segundo *Indiara*, apenas com a troca de gestão é que a situação melhorou e que é recente a percepção da importância de se ter um jornalista no campus.

Indiara escreve todas as matérias do site e os textos das mídias sociais ela divide com o seu colega de setor. Também faz fotografia e arte para as redes sociais, além de assessoria de imprensa. Outros serviços internos, como cerimonial em eventos e atuação direta nos eventos, incluindo a recepção de pessoal e entrega de crachás também são atribuição do setor, que é chamado de Comunicação e Eventos. Os vídeos normalmente ficam por conta da reitoria. Sobre divulgação científica ela afirma fazer, mas menos do que gostaria, assim como comunicação pública. Assessoria de imprensa é feita de forma reativa, ou seja, quando a instituição é procurada.

Para *Indiara*, o papel exercido pelo jornalista no IF é principalmente realizar divulgações: do processo seletivo, dos projetos de pesquisa e inovação, das ações que são realizadas internamente e externamente, buscando a mídia gratuita, ou seja, espontânea.

Diferentemente das colegas *Bianca* e *Indiara*, *Akemi*, nossa entrevistada autodeclarada amarela, trabalha na diretoria de Comunicação da reitoria de um IF com muitos campi e que praticamente só tem profissionais de comunicação nesse ambiente, na reitoria. Em alguns campi existem profissionais que têm afinidade com a área e que exercem a ponte entre o campus e a reitoria, mas que, por não serem da área de comunicação, não conseguem executar muitas funções, sobrecarregando os profissionais da reitoria.

O trabalho que envolve o processo seletivo é elencado por *Akemi* como a maior das atribuições do setor, seguido do atendimento às demandas de todas as pró-reitorias, diretorias e outras atividades de campi. Além disso, tem o atendimento à imprensa, as campanhas internas e os produtos da comunicação, como, por exemplo, material audiovisual.

A equipe de *Akemi* na reitoria cresceu desde quando ela ingressou em 2010, mas, para o tamanho da instituição, ela considera que a quantidade de profissionais ainda não é ideal, pois seria se houvesse ao menos um profissional de comunicação em cada campus. Com esse cenário e devido ao atendimento de demandas, não conseguem ter proatividade que gostariam de ter, ou seja, se anteciparem a problemas e realizarem um planejamento de comunicação, por exemplo.

Akemi ressalta que a iniciativa privada e a pública apresentam contextos bastante distintos. Na iniciativa privada, geralmente, quanto mais você se empenha em trabalhar, melhor é visto. No entanto, na iniciativa pública, há situações em que isso não se aplica. Ela menciona que enfrenta algumas dificuldades técnicas e, por vezes, questões relacionadas ao interesse da instituição, o que acaba limitando suas ações. Ela exemplifica duas situações no Instituto Federal em que esbarrou em falta de estrutura. Uma na qual foi informada de que não poderia haver muitos candidatos para o processo seletivo, pois, caso houvesse, não teriam verba para custear a realização das provas e, em outra, não conseguiu ter o recurso de transporte para o projeto de extensão que estava desenvolvendo, sendo que o transporte já estava descrito nas atividades do projeto, assim, ela e outros servidores tiveram que arcar com diversos custos do próprio bolso.

Para a jornalista *Preta Maria*, em seu IF, o setor de comunicação sempre foi muito desvalorizado. Ela conta que a colega jornalista trabalhou muito tempo sozinha e que não havia equipamentos no setor. “A gente não tinha câmera para trabalhar. A gente usava o nosso, os nossos próprios equipamentos. A gente não tinha o notebook, não tinha nada”. Com o tempo foram conquistando algumas coisas, principalmente no quesito equipamentos necessários para se trabalhar, o que, para ela, já é uma forma de valorização e reconhecimento.

Assim, dentre as percepções apresentadas, podemos destacar o papel do jornalista como um catalisador do relato, sendo responsável por aproximar a comunidade interna e externa ao IF. Em diferentes níveis, nossas entrevistadas enfrentam desafios e limitações em suas atividades, como a falta de estrutura, equipamentos e recursos financeiros. No entanto elas também demonstram comprometimento e dedicação em realizar seu trabalho da melhor maneira possível, superando obstáculos e buscando soluções criativas para atender às demandas de comunicação da instituição.

Essas percepções divergentes destacam a importância de valorizar e investir na área de comunicação nos IFs, reconhecendo o papel estratégico desempenhado pelos jornalistas. O fortalecimento dessa área contribuirá para uma maior visibilidade das atividades e projetos desenvolvidos por eles, além de facilitar o diálogo com a comunidade interna e externa, promovendo a transparência e o engajamento.

8.8 A comunicação institucional e a função do jornalismo na divulgação e promoção de uma instituição

A comunicação institucional - como foi apresentado no Capítulo 1: Comunicação organizacional - desempenha um papel fundamental na divulgação e promoção de uma instituição, sendo uma área estratégica que visa transmitir informações relevantes ao público-alvo e fortalecer a imagem e reputação da organização. Nesse contexto, o jornalista desempenha uma função essencial, atuando como um agente que busca informar, engajar e estabelecer conexões entre a instituição e seu público.

Por meio da produção de conteúdo, divulgação de notícias, criação de campanhas e uso de diferentes canais de comunicação, o jornalismo institucional busca transmitir mensagens coerentes e consistentes, construindo relacionamentos de confiança e promovendo os valores e objetivos da instituição. Nesse contexto, exploraremos a importância da comunicação institucional e a função do jornalismo na divulgação e promoção de uma instituição, destacando os desafios, as oportunidades e o impacto dessa abordagem na construção de uma identidade sólida e na interação com os diferentes públicos envolvidos.

Bianca destaca a evolução da área de comunicação em seu campus desde que assumiu. Ela menciona que tem conseguido fazer mais postagens nas redes sociais e que tem seguido um calendário, que inclui datas comemorativas. Ela se esforça para realizar pelo menos uma ou duas postagens por dia.

Além disso, a jornalista relata a necessidade de criar as artes do material para as redes sociais, pois não há designers gráficos no campus, somente na reitoria, e que precisam atender a 16 unidades. Devido a essa limitação, os pedidos devem ser feitos com 15 dias de antecedência, mas nem sempre é possível cumprir esse prazo. Em uma reunião com os designers, eles apontaram alguns erros em artes, muitos dos quais foram cometidos por ela, que reconhece esses erros e afirmou que está sempre tentando melhorar, mesmo sabendo que ainda pode cometer erros diferentes dos apontados.

Caso houvesse mais pessoas trabalhando, *Bianca* poderia delegar essas tarefas, mas, no momento, é importante manter uma frequência de postagens adequada. A jornalista conta, com muita felicidade, o aumento do engajamento que teve nas redes sociais, o que antes era uma frustração pelo baixo número de curtidas, por exemplo, atualmente é motivo de orgulho.

Da mesma forma, para *Indiara*, o que restringe os trabalhos do seu setor de comunicação é a falta de recursos, sejam equipamentos, pessoal ou financeiro, o que impacta em não conseguir realizar a comunicação pública, fazendo muito pouco e sem intencionalidade, ou seja,

sem planejamento. O mesmo também acontece no IF de *Akemi*. A falta de pessoal na equipe faz com que eles foquem principalmente, no atendimento às demandas e não conseguem tempo para se dedicar à divulgação científica, por exemplo, mas no que tange à comunicação pública, ela considera que é feita porque sempre tem em mente que os alunos e a sociedade como um todo são o público-alvo, no entanto afirma que ainda poderia fazer mais.

Um dos principais papéis do jornalista no IF apontado por *Akemi* é a promoção da divulgação científica, desmistificando a ideia de que a ciência é algo distante e elitista para muitas pessoas. Ela destaca o dever da instituição em acabar com a separação entre o conhecimento acadêmico e a sociedade, especialmente por meio das ações de extensão.

Por outro lado, a jornalista *Preta Maria* afirma que, tanto no IF quanto no serviço público em geral, a atribuição do jornalista está relacionada à transparência e à defesa da democracia. Ela destaca a importância de garantir que as informações alcancem as pessoas que estão mais distantes e têm menos acesso a elas. Além disso, a jornalista menciona sua responsabilidade em promover a transparência na instituição de ensino, alinhada ao valor da educação e à questão da meritocracia. Ela questiona por que mulheres não ocupam cargos de liderança, mesmo quando têm méritos e competências equivalentes ou até superiores aos homens.

Depois do tempo em que ficou no cargo de gestão na reitoria, *Preta Maria* ressalta que valoriza ainda mais o seu trabalho como jornalista no IF. “Retornar para, para o jornalismo, é uma forma também de eu trazer outras pautas que a instituição pública não traz e não traz por omissão, porque é nossa obrigação também falar sobre isso”.

A comunicação institucional desempenha um papel crucial na divulgação e promoção de uma instituição e as experiências compartilhadas pelas jornalistas nesse contexto refletem dificuldades e oportunidades distintas. *Bianca* destaca a evolução na área de comunicação, com um aumento significativo no engajamento nas redes sociais, transformando frustrações anteriores em motivo de orgulho. No entanto ela enfrenta limitações de recursos, especialmente quando se trata da criação de materiais visuais, devido à falta de designers gráficos disponíveis.

Por outro lado, *Indiara* enfatiza a restrição de recursos como um obstáculo aos trabalhos de comunicação e *Akemi*, por sua vez, destaca a falta de pessoal na equipe como um fator que dificulta a dedicação à divulgação científica, mesmo considerando sua comunicação como pública, voltada para os alunos e a sociedade em geral. Ela vê o papel do jornalismo no Instituto Federal como essencial para derrubar a percepção de que a ciência é distante e elitista, promovendo a democratização do conhecimento.

Preta Maria destaca a responsabilidade do jornalista na transparência e na defesa da democracia, levando informações às pessoas mais distantes e, muitas vezes, marginalizadas. Ela também valoriza seu retorno ao jornalismo após o período de gestão na reitoria, enxergando-o como uma oportunidade para trazer à tona pautas importantes que a instituição pública muitas vezes omite.

Essas experiências destacam a importância do jornalismo e da comunicação institucional como ferramentas fundamentais para promover a transparência, a valorização da educação e o acesso ao conhecimento, ao mesmo tempo em que superam desafios e buscam preencher lacunas para atingir um público mais amplo e diversificado.

8.9 A interação com outros atores do mundo social

A interação com outros atores do mundo social é um elemento fundamental para o funcionamento e desenvolvimento das sociedades contemporâneas. A forma como os indivíduos se relacionam e se comunicam uns com os outros influencia diretamente a construção de significados, a tomada de decisões coletivas e a maneira como as instituições sociais operam. Compreender a dinâmica das interações sociais e explorar os diferentes atores envolvidos é crucial para analisar as relações de poder, os processos de inclusão e exclusão, as estruturas sociais e os desafios enfrentados na busca por uma convivência harmoniosa.

Bianca teve vários conflitos com colegas de trabalho ao longo de sua carreira, inclusive envolvendo casos de assédio. Na sua experiência no IF, ela relata que está em um campus novo do IF e que, devido à suspensão de várias nomeações de servidores, muitos estão sobrecarregados. De acordo com ela, a situação é ruim, pois há a necessidade de assumir responsabilidades extras e até colaborar com a reitoria, embora não seja sua atribuição. No entanto ela acredita que essa falta de contingente também pode levar a menos problemas entre os colegas.

A jornalista *Bianca* enfatiza que o fácil acesso ao seu superior é um ponto positivo do campus em que trabalha. Ela pode conversar diretamente com o diretor sem precisar marcar horários e ele valoriza suas opiniões. Essa abertura e respeito mútuo são apreciados por ela. Outra situação que a jornalista destaca é o bom relacionamento com sua chefia imediata, que não é da área de comunicação, mas da tecnologia da informação. Apesar disso, eles trabalham bem juntos e conseguem planejar e executar as tarefas de forma harmoniosa, sem atritos.

No convívio profissional, *Indiara* relata que sempre quis ter um colega no setor de comunicação e que, por esse motivo, nunca aceitou uma função gratificada, que poderia ser

destinada ao setor. No campus no qual ela trabalha havia um jornalista ‘de formação’, mas que atuava na biblioteca e ele foi direcionado para a comunicação. Essa parceria tem sido muito proveitosa, pois eles têm habilidades complementares. Ela se considera criativa e ativa, enquanto o colega é organizado e consegue implementar as ideias. Juntos, eles fazem as coisas acontecerem no campus e trabalham de forma harmoniosa e produtiva.

Fora de seu setor, *Indiara* relata que também não tem problemas com os atuais gestores do campus e do IF, mas que essa relação já foi pior com gestões anteriores. Segundo suas palavras, na reitoria, o reitor a reconhece, conhece a comunicação do campus e elogia seu trabalho, considerando-a uma das melhores e mais completas.

No coletivo de jornalistas do seu instituto, *Indiara* destaca que obtiveram muitos avanços com a atual gestão na reitoria, o que resultou na padronização de diversas ações na comunicação. Ela explica que conseguiram estabelecer uma união e alinhamento com a reitoria para que as atividades fluam de forma harmoniosa e padronizada em todo o IF. Ela afirma que essa forma de trabalho não foi imposta, mas sim é resultado de uma solicitação feita durante a candidatura do reitor. Eles pediram que a chefia na reitoria fosse ocupada por um jornalista, o que possibilitou que trabalhassem de forma mais organizada, com uma identidade visual comum e processos seletivos uniformizados. Ela expressa satisfação com o resultado e como as coisas estão fluindo atualmente.

Indiara atribui as muitas dificuldades que teve, principalmente no início do seu trabalho no IF, ao fato de estar em um campus com muitos homens na área técnica e eles não terem muito ‘traquejo’ devido ao fato de ser um campus com bastante atividade ligada à área rural, mas que isso nunca a intimidou.

Diferente das colegas, a chefia do setor da jornalista *Akemi* não é da área de comunicação e ela conta que, desde que entrou, há 12 anos, o cargo tem sido ocupado por pessoas indicadas pelo reitor e que, por pouquíssimo tempo, teve alguém da comunicação ocupando a posição. “Porque quando tem alguém que é técnico na área, entende das nossas necessidades e aí repassa, né? Aí quer bater o pé porque não é bem assim, não é, o que nem sempre, o que a gestão quer fazer, é compatível com os produtos de comunicação, aí gera um conflito”.

Na reitoria onde *Akemi* trabalha, os profissionais da comunicação tiveram a oportunidade de se reunirem com o reitor para abordar a situação e expressaram que havia pessoas capacitadas no setor e que poderiam assumir a chefia. O setor era originalmente uma coordenadoria, mas o reitor os presenteou com uma diretoria, o que foi visto como algo preestabelecido. Apesar de a pessoa que assumiu o cargo não ser da área, *Akemi* ressalta que

ela tem um diálogo muito bom com a equipe e uma afinidade com a área de comunicação, mostrando real interesse. No entanto há conflitos quase diariamente ou semanalmente, devido a questões específicas, como decidir sobre demandas que não se enquadram na comunicação e que poderiam abrir precedentes para pedidos sem sentido para o setor. Diante das ações da gestão, foi possível perceber que o cargo é altamente político e apresenta complexidades adicionais.

Akemi adiciona que o fato de ter alguém da confiança do reitor na chefia possibilitou algumas conquistas, que talvez não teriam conseguido se fosse uma pessoa técnica. Atualmente, ela afirma que estão em um momento no qual existe um bom diálogo com o gabinete e que a situação já foi bem pior. Ela exemplifica a situação com recursos que foram concedidos para a contratação de um consultor externo para auxiliar na produção da política de comunicação daquele IF. Segundo a jornalista, eles têm bastante liberdade para acionarem qualquer pró-reitor, diretor, chefe de gabinete e realizar publicações, no entanto, se for algum assunto considerado delicado, passa-se para o diretor resolver.

Devido à questão racial e sua história de vida, *Preta Maria* conta que é frequentemente convidada para palestrar sobre o tema e menciona que enfrenta muitos embates relacionados à meritocracia, além de ouvir afirmações do tipo "é só estudar e você consegue" ou "você tem que ser esforçado". Para ela, a oportunidade desempenha um papel fundamental. Ela destaca que não se considera privilegiada, já que nenhuma pessoa negra no Brasil costuma se sentir assim, mas reconhece que teve oportunidades significativas durante a sua jornada. Ela menciona ter estudado em uma escola particular com bolsa, o que talvez não tivesse sido possível sem uma oportunidade. Essa base sólida lhe proporcionou condições para passar no Processo de Avaliação Seriada (PAS) e, posteriormente, no vestibular particular, em que conseguiu uma bolsa. Diante disso, ela enfatiza que o sucesso não se resume apenas ao esforço individual, pois a oportunidade e as circunstâncias também desempenham um papel relevante em seu percurso, e ela frequentemente se depara com comentários que não levam isso em conta.

A interação com outros atores do mundo social desempenha um papel essencial no ambiente profissional e na construção de uma convivência saudável e produtiva. O relato das jornalistas evidencia a importância das relações interpessoais no trabalho diário, tanto com colegas de equipe quanto com gestores e outros profissionais.

A narrativa revela que a interação positiva entre os membros de uma equipe de comunicação irá contribuir para o bom desenvolvimento das atividades. A parceria entre *Indiara* e o colega jornalista, por exemplo, demonstra como habilidades complementares e uma boa comunicação podem impulsionar o trabalho conjunto, resultando em realizações efetivas.

Além disso, a relação entre os profissionais de comunicação e a gestão do IF também é destacada. A busca por uma chefia que compreenda as necessidades do setor e promova o diálogo é fundamental para a superação de conflitos e o alcance de resultados satisfatórios. *Akemi* enfatiza a importância de ter uma chefia com afinidade pela área, mesmo que não seja um profissional de comunicação, o que permite a compreensão das demandas específicas do setor.

Outro ponto relevante é a sensibilidade de *Preta Maria* em relação às questões raciais. Sua experiência evidencia a necessidade de superar estereótipos e discursos baseados na ideia de meritocracia, reconhecendo que as oportunidades desempenham um papel crucial no sucesso profissional. Diante disso, destaca-se que a interação com outros atores do mundo social no contexto profissional envolve a construção de relacionamentos saudáveis, a busca por compreensão mútua e a promoção de um ambiente colaborativo.

8.10 Desafios para as mulheres jornalistas

A profissão de jornalista é repleta de desafios e demanda habilidades específicas para lidar com a complexidade do mundo da informação. No entanto, ao se tratar das mulheres que atuam nessa área, os desafios se intensificam, uma vez que elas precisam enfrentar obstáculos adicionais devido a estereótipos de gênero, desigualdades estruturais e preconceitos arraigados na sociedade.

A presença feminina no jornalismo tem se fortalecido nas últimas décadas, mas ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar a igualdade de oportunidades e representação plena, como foi apontado no capítulo anterior, em que apresentamos as diferenças no mercado de trabalho entre homens e mulheres e dentro o próprio grupo de mulheres. As mulheres jornalistas enfrentam dificuldades que vão desde a desvalorização de seu trabalho e competência até o assédio e a violência de gênero nos ambientes de trabalho, por isso, neste tópico exploraremos os desafios enfrentados pelas mulheres na profissão de jornalista, principalmente no que se refere ao assédio em suas diversas formas.

A maternidade, para *Akemi*, é o que mais dificulta o acesso da mulher ao cargo máximo de chefia numa instituição. Outra dificuldade é o fato de muitas pessoas acharem as mulheres mais frágeis emocionalmente e fisicamente. “Eu acho que ainda tem muita questão estrutural de ser um homem branco de meia idade, que tem talvez mais é, mais facilidade de permear com política, porque a gente sabe que os cargos de chefia dentro dos meios de comunicação são muito políticos, né?”

Bianca concorda com *Akemi* e exemplifica a situação da maternidade com sua própria experiência. Ela relata que o período em que mais teve dificuldades foi ao se tornar mãe porque não era vista, devido ao fato de não sair, pois estava cuidando do filho e, com isso, não surgiam propostas de trabalho ou para atuação em projetos. Segundo ela, isso pesou mais do que o fato de ser mulher, simplesmente.

Historicamente, recai sobre a mulher a responsabilidade de conciliar trabalho e vida doméstica. Para equilibrar a vida profissional com a pessoal, as mulheres buscam alternativas que podem ser danosas profissionalmente, como a flexibilização, trabalhos temporários ou em meio período, ações que podem culminar, como mencionou *Bianca*, na visibilidade no mercado de trabalho, dificultando melhor inserção e até mesmo a permanência em empregos melhores e bem remunerados (Passos; Guedes, 2021).

Sobre a relação de homens e mulheres com as editorias, *Akemi* percebe predominância masculina em algumas editorias e também vê como uma questão de afinidade. Em todos os lugares que passou, por exemplo, a editoria de esporte era sempre chefiada por um homem. Já para falar da afinidade ela usa o seu próprio exemplo: “já tive que cobrir esporte em dias, um dia de plantão e para mim foi muito difícil, então acho que é mais uma questão de afinidade”.

Quando chegou ao IF, *Preta Maria* sentiu como se tivesse chegado no paraíso. “Eu falei, nossa, eu estou no céu, gente. Tipo assim, cheguei no topo da carreira, alcancei meu sonho, porque o Instituto Federal era o meu sonho de vida”, embora em outro momento ela tenha colocado o Senado como um patamar mais elevado ao IF. Trabalhar as cinco horas por dia regulamentadas e apenas no turno da tarde foram condições que a deixaram extasiada.

A realidade compartilhada por profissionais negros no jornalismo brasileiro compreende uma história de racismo vivenciada em sua trajetória. O racismo está presente na vida de praticamente todos os profissionais negros que estão nas redações, mas não apenas. As ações racistas variam de preconceito racial em geral com algumas práticas mais sutis, como, por exemplo, não acreditar que a pessoa é jornalista por ser negro, ser confundido com o pessoal da limpeza ou de serviços gerais e receber tratamento diferenciado.

Preta Maria acreditava que estaria livre do preconceito e do racismo, por ter ingressado via concurso público, mas ela conta que as práticas sutis foram aparecendo aos poucos, por mais que ela estivesse cursando doutorado e que fosse uma profissional competente. “Eu descobri assim, que ainda sim, eu sofria racismo, preconceito. E eu fui percebendo isso aos poucos, sabe? Fui percebendo isso quando as pessoas, é, não acreditavam na minha história; quando as pessoas assim: você fez duas faculdades?” E isso a incomodava, principalmente “porque se fosse uma jovem branca, talvez o susto não seria o mesmo”.

A percepção de que havia chegado ao paraíso foi mudando à medida que conseguia perceber uma nova forma de manifestação de racismo: nas entrelinhas, de maneira subentendida. A jornalista menciona que foi constantemente questionada em relação à competência do seu trabalho. Ela observou diferenças de tratamento entre ela e uma colega de trabalho branca, particularmente em relação a textos institucionais. Seu chefe, um homem branco, costumava corrigir seus textos, algo que ela não tinha problema, mas se questionava se ele fazia o mesmo com sua colega branca. Ela reflete que, como uma servidora negra, sente que está sempre sob escrutínio e as pessoas estão sempre de olho nela, o que gera uma pressão adicional.

Com base em diversas situações vividas, *Preta Maria* enfatiza que consegue perceber a diferença na cobrança entre pessoas negras e brancas. Ela observa que pessoas brancas, muitas vezes, podem cometer erros até piores e não enfrentam a mesma cobrança. Ela afirma que experimenta um aumento no racismo atualmente, principalmente quando pessoas negras conseguem chegar a patamares semelhantes aos de pessoas brancas e considera que algumas das reações são motivadas por uma resistência à ideia de pessoas negras alcançando sucesso e igualdade.

8.11 Assédio: um problema persistente na profissão

O assédio é um problema persistente, que afeta diversas esferas da sociedade, e as jornalistas não estão imunes a essa situação. No local de trabalho, o assédio cria um ambiente hostil, prejudica a saúde mental e emocional dos indivíduos e compromete a dignidade e os direitos humanos. No exercício da profissão, em que as relações interpessoais são fundamentais, o assédio se torna ainda mais prejudicial, afetando não apenas o bem-estar, mas também a qualidade e a integridade do trabalho realizado.

Nossas entrevistadas já foram vítimas de assédio de formas diferentes e é possível perceber os efeitos negativos dessas situações. Uma das barreiras que dificultam as denúncias desses casos é a própria consciência de que se foi vítima de assédio. Nossa entrevistada *Akemi*, por exemplo, somente foi perceber que tinha sofrido assédio ao amadurecer e olhar para determinadas situações que viveu com a clareza de que era assédio.

Quando se trata desse assunto, as profissionais que falaram com mais intensidade em relação ao tema são as jornalistas *Preta Maria*, como veremos mais à frente, e a jornalista *Bianca*, por exemplo: a jornalista branca conta que passou por várias situações de assédio. Ela chegou a trabalhar 21 dias seguidos sem folgas, recebia pautas de última hora que a impediam

de ministrar aula em um único dia na faculdade em que tinha vínculo, foi acusada de falsificar um atestado médico e foi assediada sexualmente pela chefe.

A mesma jornalista, ao trabalhar na assessoria de uma vereadora e contrair chicungunha, substituindo-a em um evento, ficou bastante debilitada. Após um tempo em casa, no qual perdeu 15 quilos, voltou a trabalhar, mas foi demitida na sequência. “Qualquer animal conseguia enxergar que eu estava doente, mas ela não. E aí depois eu voltei. 15 dias depois, ela me demitiu”. Quando fala do IF, *Bianca* relata que, para ela e no seu campus, tem sido extremamente sadio, embora saiba de situações em que outros profissionais passaram por problemas de saúde em virtude do trabalho.

Indiara relata situações vividas por ela e também que presenciou. “Eu já vi professores colocando o dedo assim na cara de uma moça, se fosse o mesmo, fazendo na mesma situação, homens, eu não vi nunca nenhum botando o dedo na cara do outro. Agora, com mulheres, eu já vi e não vi só no IF, já vi no ensino médio, quando trabalhava na universidade”.

Outra situação vivida por *Indiara* foi em uma reunião. Ela estava inscrita para falar e, quando chegou a sua vez, o homem que estava conduzindo a cortava e não a deixava se expressar. Ela então demonstrou a sua insatisfação, levantou-se e foi embora. Esse fenômeno, já identificado na sociologia, é chamado de *gaslighting* (Sweet, 2019), um tipo de abuso psicológico que faz com que as vítimas pareçam ‘loucas’ e acontece em relações carregadas de poder, sendo entendido como algo enraizado nas desigualdades sociais, principalmente na de gênero. *Indiara* tem uma postura firme quanto a esse tipo atitude e não se deixa intimidar. “Não importa se eu estou no campus, se eu estou na reitoria, onde eu tô, eu tenho sempre a mesma postura. É, eu não admito. Aí acaba fazendo inimizade e acho que nunca vou ser convidada para, para nada fora do meu campus, mas eu não ligo”.

As mulheres quando apresentam um posicionamento firme, quando não se deixam diminuir em situações de brigas ou desconforto são taxadas de várias formas. No caso da nossa entrevistada *Indiara*, ela adquiriu a fama em seu campus de que “não adianta falar com ela”. “As pessoas quando querem alguma coisa que sabem que não é obrigação da comunicação, elas não pedem pra mim, elas pedem pro [fulano] porque o [fulano] tem uma dificuldade muito grande de dizer não, é não. Aí ele fica sobrecarregado”.

Akemi relata que não teve dificuldades para se colocar no mercado de trabalho e acredita que sempre teve bastante oportunidade. Na época em que estudava chegou a fazer três estágios remunerados ao mesmo tempo, mesmo pagando muito mal, e também outros não remunerados.

Sobre sua identidade étnico-racial, *Akemi* afirmou não ter tido problemas, pois vive em uma cidade que tem grande concentração de descendentes de japoneses, assim, sua identidade

étnico-racial nunca foi uma dificuldade, mas o fato de ser mulher fez com que ela sofresse bastante assédio dentro do trabalho. Ela relata que compreende ter passado por situações de assédio com o olhar de agora, pois há 15 anos ela não tinha as mesmas informações e não tinha o empoderamento que tem hoje. “Os homens brancos que praticam assédio, eles se veem, eles têm tanta liberdade para fazer isso, que eles fazem em público e quando fazem público, a gente não acha que está sendo assediada, porque se houvesse essa ‘intenção’, entre aspas, faria de forma reservada, né?”

Um dos episódios vividos por *Akemi* aconteceu durante um estágio em um jornal. Havia um vereador que só concedia entrevistas para ela. “Ligava para o editor chefe e pedia que eu fosse entrevistar, eu que fosse entrevistá-lo. Ele não daria entrevista para outras jornalistas, outros jornalistas”.

Já quando trabalhou na rádio, em seu segundo dia, estava em uma reunião com toda a equipe de jornalismo e os donos da emissora quando vivenciou outro episódio de assédio.

Um âncora, na frente de todo mundo, me encostou na parede e falou, ah se eu não fosse, se eu não tivesse com data de casamento marcada, eu ia te dar uma proposta, umas coisas assim, sabe, me, me encostando assim na parede, na recepção da rádio, na frente de todo mundo. E eu fiquei muito constrangida, né? E era o segundo dia de trabalho. Ele era o âncora. Enfim, estava na frente de todo mundo, então eu meio que tentei levar com uma brincadeira, mas eu nunca consegui ter uma relação legal de trabalho com ele, isso é óbvio, não é? (*Akemi*, entrevista à pesquisadora, 2023).

Em uma outra situação, o agressor era o assessor de um secretário municipal que gostava de encostar, fazer muitos elogios e chegava muito perto, algo que a incomodava muito. Segundo *Akemi*, os episódios de assédio, praticados inclusive pelas chefias, não eram vividos apenas por ela, mas também por outras profissionais mulheres.

Que era um ambiente muito mais masculino do que feminino, não, não era, mas eu acho que as pessoas que estavam em cargos de poder se achavam com muito poder [...] para sabe, vocês são iniciantes, vocês não vão fazer nada, não vão, e vamos deixar o emprego por causa disso? Não vão denunciar porque não tem para quem denunciar, porque se a própria chefia faz isso, sabe? (*Akemi*, entrevista à pesquisadora, 2023).

No Instituto Federal, *Akemi* também passou por mais uma situação de assédio.

Não era um servidor concursado, era um cargo de confiança que ficou lá durante um período. Em público também. A gente estava acompanhando uma equipe da Globo que estava lá, que tem um caso lá de um professor e estava na Globo News ao vivo. E ele segurou no meu pescoço e apertou. E apesar de nessa época eu já ter informação, ter conhecimento, enfim, eu congelei. Eu simplesmente não, eu estava aflita e eu não consegui. Foram sim, os 10 segundos mais longos, alguns dos 10 segundos mais longos da minha vida. Assim eu não consegui falar nada. Não consegui fazer nada. Só que imediatamente, quando voltei para minha sala, eu conversei com o chefe imediato, expliquei a situação e falei, a próxima, se houver uma próxima vez, eu vou formalizar essa, né? Vou pedir para abrir um PAD [Processo Administrativo Disciplinar], enfim,

que eu sei que isso é assédio, não é? É. Enfim, aí ele nunca mais chegou perto também (Akemi, entrevista à pesquisadora, 2023).

Apesar de ter passado por todas essas situações de assédio, Akemi diz que “nunca teve problemas maiores” e que quando os casos ocorreram não sabia que estava passando por situações de assédio. Ela viveu situações tanto na área privada quanto na área pública e, para a jornalista, em toda instituição existem amostras do que é a sociedade inteira, por isso existem coisas ruins em todos os ambientes.

Akemi aponta que existem diferenças no que se refere a promoção de ações para combater o assédio no IF e na iniciativa privada. Ela conta que, no IF, foram realizadas campanhas sobre assédio moral e sexual, uma roda de conversa com a participação de um jurista e uma reunião fechada para os diretores gerais. “Eu acho que isso é muito importante, porque é estrutural, né? Então a gente vem de, enfim. A nossa geração, acho que está despertando pra isso, que consegue, as mulheres hoje conseguem entender que são vítimas de né, de, de assédio”. Akemi considera que, assim como ela, muitas mulheres da sua geração e de gerações anteriores não conseguiam fazer a identificação de que estavam sendo vítimas de assédio.

Além de ser vítima do assédio, as mulheres ainda lidam com o julgamento e como a situação será interpretada por outras pessoas. Akemi relata a sua angústia: “eu não posso nem falar para outras pessoas, porque senão vão pensar nossa, ela tá se achando, né? Tá achando que é o quê? Top? Hã? Não. É achar que alguém está dando em cima dela”. Diante disso, tipos de afirmação, ela constata que a sociedade ainda precisa trabalhar muito para evoluir e assim as mulheres consigam entender a sua posição. Para ela, “tem ambiente de trabalho que são tóxicos e eu acho que não vão melhorar”.

Os cargos gerenciais, em qualquer que seja o ambiente, são ocupados predominantemente por brancos, como vimos no capítulo anterior. Nas redações brasileiras são 61,8% contra apenas 39,8% de profissionais negros que ocupam essas funções, o que se inverte quando falamos da parte operacional, em que são 60,2% de profissionais negros e 38,2% de brancos (Jornalistas&Cia *et al.*, 2021). Esses números deixam clara a dificuldade de acesso dos profissionais negros aos patamares mais altos e, quando chegam, passam por diversas situações e dificuldades, como as vivenciadas por Preta Maria. A pesquisa sobre a imprensa também aponta que profissionais brancos obtêm mais promoções salariais e de cargos em comparação aos jornalistas negros.

“Acostumada” com diversas formas de preconceito e racismo ao longo de sua vida, a jornalista Preta Maria relata um período muito difícil vivido no IF enquanto exercia um cargo

de direção e que era fora da área da comunicação. Nessa situação, ela foi do contentamento e emoção pelo reconhecimento ao adocimento.

Quando eu fui convidada para o cargo de gestão, eu falei, gente, é, e aí eu achei que era um reconhecimento. Eu fiquei tão feliz, eu fiquei tão emocionada. Eu fiquei assim, gente, não, agora está vendo, valeu a pena, chegou assim. Está vendo? Alguém viu meu valor! Alguém acredita em mim e tal. Eu fiquei muito feliz, muito feliz mesmo assim e com medo, tá? (*Preta Maria*, entrevista à pesquisadora, 2023).

Os questionamentos começaram pelo fato de ser uma jornalista ocupando um cargo de direção em outra área, de desenvolvimento institucional, e ela acrescenta o fato de ser negra. *Preta Maria* conseguiu fazer paralelos com outras situações, em que profissionais de outras formações ocuparam cargos administrativos sem que suas competências fossem questionadas. Ela mencionou que a então reitora do IF naquele momento, que também se identifica como preta/parda, precisou justificar sua escolha de nomeá-la como diretora de desenvolvimento institucional diante do conselho de administração do IF específico. Ela compartilhou que, ao contrário, o diretor anterior a ela, com formação técnica em informática, não enfrentou questionamentos semelhantes.

Posteriormente, *Preta Maria* relata que participou de reuniões nas quais lhe foi negada a oportunidade de falar e foi chamada de insuportável. Ela sentiu que nada do que fazia estava satisfatório e que seus erros eram constantemente apontados, mesmo que outros também cometessem situações semelhantes. Ela atribuiu essa situação ao racismo estrutural, discutiu as pressões e questionamentos enfrentados pela reitora que a convidou para o cargo, ressaltando a importância de um maior apoio e enfrentamento daqueles que a questionavam. “Mulher e negra no nosso país não tem o direito de errar. Eu teria que ser fodástica. Eu teria que ser impecável, perfeita, para eles me tolerarem e olhe lá”.

Diante dessa situação, em mais de um ano no cargo de gestão, *Preta Maria* conta que começou a sofrer assédio, pois recebia muita cobrança para executar demandas que não eram da sua atribuição, principalmente porque estava praticamente sozinha no setor. “Eu estava cansada, trabalhando demais. É, eu deixei o meu emprego na [...], as aulas para poder me dedicar só ao cargo. Eu estava trabalhando de manhã, de tarde, de noite, final de semana, para dar conta e tal.”

Discriminação no tratamento profissional e assédio racial foram apontados por jornalistas brasileiros entrevistados na pesquisa do Perfil Racial da Imprensa Brasileira, no entanto essas formas de tratamento estão em todos os lugares, inclusive no serviço público, e que incluem um tratamento com diferença e desconfiança pelos colegas, por exemplo. *Preta*

Maria foi vítima dessa forma de agressão. As pessoas não a escutavam e ignoravam o fato de que ela era uma diretora, como ela exemplifica a situação em que um pró-reitor, que não entregou os dados no prazo, e após ser cobrado, disse que estava trabalhando demais e pediu que ela fosse ligando para ele. Quando ela passou a situação para a reitora, ela que foi questionada se estava fazendo o seu trabalho e sobre o seu comportamento nas redes sociais.

Numa dessas reuniões, eu tinha feito uma postagem no final de semana sobre uma canjica que eu tinha feito e eu, a canjica queimou e aí eu compartilhei isso com os meus seguidores, enfim, e aí nesse dia que eu falei do meu colega que não tinha entregado o trabalho dele, ela falou assim, como que os diretores iriam me respeitar, se eu postava, ficava postando canjica na minha rede social (*Preta Maria*, entrevista à pesquisadora, 2023).

Após tantas outras situações, a gestão a pressionou para que pedisse exoneração do cargo, pois seria desfavorável para uma administração eleita com a bandeira da diversidade e inclusão exonerar uma pessoa negra “sem motivo aparente”. Ao longo desse período, ocorreram várias tentativas de pressioná-la nesse sentido. No entanto, *Preta Maria* se recusou a fazê-lo e expressou seu entendimento de que não havia cometido nenhuma infração que justificasse tal medida. Embora tenha enfrentado grande pressão e embate, ela optou por não ceder à pressão.

No entanto *Preta Maria* foi exonerada do cargo de gestão enquanto estava em licença médica para tratar o burnout, resultante das inúmeras situações difíceis que enfrentou. Essas circunstâncias a levaram a um estado de desespero ao ponto de alcançar intensa fragilidade na saúde mental. Após sua saída, o cargo foi preenchido por outra mulher, dessa vez branca, loira e formada em administração.

O preconceito e o racismo são fatores que influenciam o ritmo de desenvolvimento na carreira, interrompido mais cedo entre os profissionais negros. Os brancos obtêm promoções de cargo com muito mais intensidade e frequência do que os negros, situação que se repete nas promoções salariais. No serviço público, os valores são únicos e de acordo com o cargo ocupado, mas a situação relatada por *Preta Maria* evidencia o porquê os negros são minoria nos cargos de gestão.

De acordo com o apresentado por Lelo (2019b), o silenciamento de mulheres jornalistas vítimas de assédio é uma forte tendência, inclusive internacionalmente, muito devido à ausência de políticas nas redações que ofereçam amparo psicológico e jurídico às profissionais. Quando há o relato de incidentes como violência sexual e agressão física à chefia, na maioria dos casos não há suporte ou acolhimento da empresa à vítima. Em alguns casos, a publicização da denúncia ainda pode acarretar danos adicionais às vítimas.

Entre os tantos problemas referentes ao assédio, as mulheres jornalistas entrevistadas ainda precisam conviver com as tentativas de justificar as ações tomadas contra ela ou mesmo se perguntar como teria sido se tivesse agido de maneira diferente. *Preta Maria* sente que diminuiu seu espaço e se silenciou, durante o exercício do cargo de chefia. Ela levantou a possibilidade de que, se tivesse feito apenas o que lhe era solicitado, talvez ainda estivesse ocupando o cargo atualmente. Também expressou que a questão da inclusão e diversidade é superficial, tanto no setor público quanto no privado, sendo muitas vezes, uma fachada, pois colocam uma pessoa em determinada posição, mas não fornecem o suporte necessário.

A jornalista *Preta Maria* ainda se culpa porque tem a sensação de que permitiu que o assédio acontecesse ao não colocar os seus limites, ao trabalhar sem condições, ao não se impor. “Eu tinha que ter reivindicado mais. Eu aceitei a situação, eu me sujeitei a situação e eu me sujeitei, eu aceitei isso. Mais uma vez, por conta do racismo institucional, por conta do racismo estrutural, sabe, de achar que se eu falasse alguma coisa, eles não iriam gostar de mim”. O pensamento de *Preta Maria* era o de trabalhar muito para aproveitar aquela oportunidade a qualquer custo.

O assédio é uma forte violência contra as mulheres, afetando tanto o ambiente de trabalho quanto o exercício da profissão em si. As jornalistas entrevistadas compartilharam experiências de assédio moral, assédio sexual e discriminação, destacando os efeitos negativos dessas situações em sua saúde mental, emocional e no desempenho de suas atividades.

Uma das entrevistadas só percebeu que havia sido vítima de assédio quando amadureceu e adquiriu mais conhecimento sobre o tema. O assédio ocorre em diversas esferas da profissão jornalística, desde o local de trabalho até as relações com fontes e colegas de trabalho.

As jornalistas negra, *Preta Maria*, e amarela, *Akemi*, foram as que mais abordaram o tema assédio, compartilhando diferentes episódios de assédio vivenciados ao longo de suas carreiras. Esses relatos evidenciam a presença de um ambiente de trabalho tóxico e desigual, onde o assédio é uma realidade enfrentada pelas mulheres jornalistas e mais ainda por mulheres pertencentes ao Black, Asian and Minority Ethnic (Bame) (Kirton, 2018).

As profissionais entrevistadas, principalmente aquelas que mais sofreram com situações, *Akemi* e *Preta Maria*, ressaltaram a necessidade de um trabalho contínuo para conscientizar e combater o assédio na profissão jornalística e que é preciso ampliar a discussão sobre o tema, promover a igualdade de gênero e raça e criar ambientes de trabalho seguros e respeitosos para todas as mulheres.

8.12 Ser jornalista e identidade profissional

A profissão de jornalista é caracterizada por sua natureza versátil e múltipla, oferecendo diversas oportunidades de sucesso. No entanto essa diversidade de experiências pode levar a uma sensação de fragmentação na carreira, como observado na história da jornalista branca entrevistada, *Bianca*. Ela teve a oportunidade de atuar em diferentes áreas do jornalismo, como imprensa, assessoria de comunicação e docência, mas enfrentou desafios ao tentar conciliar suas aspirações pessoais com as expectativas da família.

Por outro lado, a jornalista amarela, *Akemi*, valorizou a variedade de experiências que teve antes de ingressar em uma instituição de ensino, reconhecendo que essas experiências contribuíram para sua autoridade profissional. Já a jornalista indígena, *Indiara*, destacou seu constante envolvimento com a comunidade jornalística, participando de grupos, sindicatos e comissões, o que reforça sua identificação com a profissão.

A jornalista negra, *Preta Maria*, ressalta a importância do jornalismo como uma profissão que busca questionar, informar e promover mudanças sociais, mesmo atuando em uma assessoria de comunicação. A profissão de jornalista é vista como um meio de compartilhar informações relevantes para a sociedade de forma clara e ágil. No entanto também há desafios, como a pressão diária e a diferença entre o mercado e a academia.

O jornalismo é “uma profissão de carreiras múltiplas, segmentadas, com diferentes possibilidades de se conseguir o sucesso” (Pereira, 2020, p. 267) e, de forma fluida, a mobilidade acontece. *Bianca*, por exemplo, tem vasta experiência nos três segmentos do jornalismo: imprensa, assessoria de comunicação e docência, estando atualmente no IF como jornalista na função de assessora de comunicação de um campus.

Essa variedade de experiência pode ser algo maravilhoso, no entanto *Bianca* não queria ter tido uma carreira que ela chama de ‘picotada’, e isso para ela foi horrível. Sua vontade era ter seguido na docência ao terminar o mestrado e depois fazer o doutorado, mas a família falou mais alto, no caso a influência da mãe, e ela abriu mão dessa vontade.

Já na visão de *Akemi*, a experiência que adquiriu antes de ingressar no IF em diferentes veículos lhe permitiu chegar com autoridade para trabalhar na instituição. Ela atribui as suas mudanças de local de trabalho ao fato de querer sempre experiências novas: “quando eu achava que já tinha aprendido o suficiente, eu me desinteressava, queria ir para outra área”. Ela afirma que também existem desafios no IF e acha que não tem fim o aprendizado na instituição.

Mesmo atuando em assessorias de comunicação de uma instituição, nossas entrevistadas continuam se identificando como jornalistas. *Bianca* se considera jornalista e dependendo do

momento diz que se apresenta também como servidora pública. Ela relembra situações em que ex-colegas a diminuiram por estar no IF como, por exemplo: “é a gente tem que viver, não é?”.

Ela explica:

O povo que passa por redação tem essa assim, parece que você só vale se você tiver dentro da mídia. É um negócio muito louco assim, porque eu ganho mais do que eu ganhava quando eu trabalhava no jornal, eu recebo em dia. Eu tenho perspectiva de carreira, eu tenho tranquilidade no serviço que eu faço. [...] Eu posso contribuir de uma maneira que eu não contribuo estando na mídia. Contribuir para a sociedade para melhoria de alguma forma, para construir uma coisa mais concreta, mas a longo prazo (*Bianca*, entrevista à pesquisadora, 2023).

Indiara conta que sempre se identifica como jornalista e que, além de compartilhar das rotinas produtivas da profissão ainda está presente em diversos ambientes do coletivo de jornalistas. Ela integra o sindicato de jornalistas da sua região, é representante do sindicato na Fenaj e integra a comissão de mulheres da federação. “Eu acredito que eu sou uma jornalista, porque eu labuto no jornalismo todo dia. [...] Eu não sou só assessora do IF não, eu sou assessora do IF, mas eu sou representante do sindicato no conselho estadual do meio ambiente, sou representante do sindicato na comissão de mulheres na estadual e na da Fenaj”.

Para *Preta Maria*, que afirma que seu letramento racial vem aumentando a cada dia, ser jornalista é uma profissão que causa incômodo, que questiona, que fala e que se impõe de forma crítica e que ela é uma jornalista porque sofre as consequências, por incomodar no serviço público, tentando fazer com que as pessoas não retenham dados, que as informações alcancem o máximo de pessoas possível, isso independentemente de estar atuando numa assessoria de comunicação, de estar representando uma instituição. Para ela, o jornalista tem a função social de fazer com que as informações cheguem da forma mais clara, mais ágil possível para a sociedade. “O meu trabalho é para o instituto, mas é pra sociedade. Na verdade, é pro Brasil, né, pra nossa área de abrangência, mas é, mas é para a sociedade”.

Outros tópicos ainda são apontados por *Preta Maria* como sendo característicos da carreira de jornalista: a correria do dia a dia atrelada à pressão da profissão e a diferença entre mercado e academia. “Eu fiz um projeto correndo, porque eu sempre também, foi assim, as coisas meio que na última hora, mas eu acho que é mal de jornalista, não sei”. Ao ingressar na pós-graduação, ela afirmou que não tinha produções científicas em seu currículo lattes e justifica: “eu tenho uma falha no meu currículo, porque eu não tenho produções científicas, eu acho que é a carreira jornalística, ela, ela, ela é meio, ela não dialoga muito bem com essas produções científicas”.

A profissão de jornalista transcende as limitações de um único campo de atuação, oferecendo aos profissionais uma gama de possibilidades e desafios. Cada entrevistada trouxe suas perspectivas individuais sobre o significado de ser jornalista e como essa identidade profissional se manifesta em suas vidas. Apesar das diferenças de experiências e trajetórias, todas compartilham o sentimento de pertencer à comunidade jornalística e de ter a responsabilidade de transmitir informações relevantes para a sociedade.

A jornalista *Bianca* ainda reflete sobre as escolhas e concessões feitas ao longo de sua carreira, enquanto *Akemi* valoriza a busca constante por novas experiências. *Indiara* destaca seu envolvimento ativo em grupos e sindicatos, enquanto *Preta Maria* ressalta o papel crítico e incômodo do jornalismo na promoção da transparência e do acesso à informação. Embora enfrentem desafios e pressões específicas, todas elas contribuem para a construção de uma sociedade informada e engajada. Assim, ser jornalista significa abraçar essa identidade profissional e usar sua voz para fazer a diferença, seja qual for o contexto em que atuam.

8.13 A percepção da profissional sobre si mesma

A percepção das profissionais entrevistadas sobre si mesmas é um tema que aborda a maneira como as pessoas enxergam a própria identidade e valorização no contexto profissional. É uma questão que transcende a simples definição de cargo ou função desempenhada, pois envolve a forma como os indivíduos se reconhecem e se avaliam dentro do ambiente de trabalho.

A percepção de si mesmo pode ser influenciada por uma variedade de fatores, como conquistas profissionais, experiências passadas, relações interpessoais e expectativas pessoais. Nesse sentido, é fundamental compreender como essa percepção pode afetar a motivação, a autoconfiança e o desenvolvimento profissional. Ao explorar essa temática, é possível analisar como a percepção da profissional sobre si mesma pode impactar sua carreira, suas decisões e suas aspirações, assim como as estratégias que podem ser adotadas para fortalecer uma identidade profissional positiva e saudável.

Olhando para seu passado, *Bianca* afirma que, se pudesse ter visto o futuro, não faria jornalismo. Ela ingressou na área porque gostava de escrever, mas pensa que poderia ter feito letras, direito ou outras tantas coisas. Ela afirma ter uma boa percepção para ser jornalista, que é uma área que domina, mas que é muito difícil e sofrida.

Bianca se define da seguinte forma:

eu sou um tecido formado de muitos fios. Eu não sei, eu não sou uma coisa só não. Eu sou alguém que ao mesmo tempo em que não perde o fio condutor, não deixo de ser quem eu sou. Eu tento me adaptar para onde a vida leva. Eu acho que a minha trajetória toda, de alguma forma foi, foi assim. Às vezes a vida me levou para lugares para onde eu não, não, não seria onde eu queria, eu, eu gostaria exatamente, mas e, é, a gente pega o que, o que aparece e transforma no que, no que é possível fazer o melhor, né? (*Bianca*, entrevista à pesquisadora, 2023).

Já *Indiara* conta que tem duas frustrações na sua carreira: uma relacionada à época da graduação, pelo fato de não ter feito estágio em TV, que era algo que ela queria ter aprendido, e a outra é de não ter podido escrever uma coluna de cultura, pois estava amamentando e não tinha a disponibilidade necessária.

Entre as conquistas de *Indiara* estão coisas ligadas à sua carreira como jornalista: ter sido finalista algumas vezes de prêmios na área de fotografia, ter o seu produto educacional, produzido no mestrado, como o melhor no quadriênio da região, ser reconhecida por populares como jornalista e o que mais a marca, o fato de ter cursado jornalismo já mais velha e ter conseguido tantos resultados positivos. “Eu fiquei esse tempo todo fora, então isso pra mim foi uma conquista porque o que eu consegui fazer de 2005 pra cá, mesmo tendo dois filhos e trabalhando! Eu fiz quatro graduações, duas especializações e um mestrado e estou cursando um doutorado, quer dizer, foram muitas coisas que eu consegui. Tudo começou com a faculdade de jornalismo”.

Indiara se define como uma mulher que não leva desaforo para casa e que sempre está aberta ao novo. Gosta de dizer que é jornalista, mas é mais do que isso, e que teve suas conquistas por uma conjunção de fatores. A jornalista ressalta o fato de ser “a mulher mais velha” no seu grupo e ter sido uma das últimas a entrar no IF.

A jornalista *Akemi* relata que uma das suas maiores conquistas foi ter desenvolvido um projeto de extensão, que envolvia estudantes de escolas públicas em atividades culturais. Outra ação que considera importante em sua carreira foi um projeto institucional no qual conheceu a realidade de campi no interior e teve contato com diversas escolas públicas de cidades pequenas, uma experiência que também lhe gerou uma frustração.

Com a execução do projeto, *Akemi* teve a oportunidade de conversar com gestores, docentes e, principalmente, com os estudantes das escolas públicas de ensino fundamental, ensino médio, que são o público-alvo dos IFs, e essa foi uma experiência relevante para auxiliar nas campanhas de processo seletivo. Durante as visitas, *Akemi* conseguiu identificar as principais necessidades e demandas dos estudantes locais, incluindo a percepção de que, em cidades pequenas, muitos alunos enfrentam uma autoimagem limitada em termos de suas capacidades. Contudo também expressou uma sensação de frustração ao perceber que os

desafios são mais complexos do que inicialmente pareciam, lembrando que apenas uma pequena parte do problema é visível, enquanto muitas questões profundas permanecem além do alcance de intervenção.

Para *Akemi*, depois que se tornou mãe, a maternidade ganhou prioridade, não apenas devido ao seu papel como mãe, mas também devido ao que ela descreve como um projeto social vinculado à maternidade. Ela menciona que, em uma sociedade predominantemente machista, ter dois filhos do sexo masculino exige que ela constantemente desconstrua conceitos pré-concebidos. Esforça-se ao máximo para proporcionar a eles uma educação que promova respeito ao próximo e, ao mesmo tempo, acredita que isso também influencia sua atuação profissional. *Akemi* demonstra grande apreço pelo seu trabalho e sente que sua perspectiva se tornou mais humana, considerando tanto os alunos quanto a promoção de ações contra o machismo. Portanto, ela destaca que, embora se identifique primeiramente como mãe, devido ao tempo significativo que dedica à maternidade durante o dia, continua se enxergando como jornalista, mas em segundo plano.

Akemi completa dizendo que gosta muito do que faz e que se a profissão de jornalista acabasse ela passaria fome. “Eu gosto muito do que eu faço. Eu sempre falo que eu não me vejo fazendo outra coisa”. Ela afirma gostar de desafios, mas que tem dúvidas se irá encarar o doutorado.

Já para *Preta Maria*, apesar de ter sido um período muito difícil da sua vida, ela afirma não se arrepende de ter cursado duas faculdades ao mesmo tempo, mas enxerga os impactos desse esforço na sua saúde mental e no seu corpo. Ela emagreceu cerca de 10 quilos que nunca mais conseguiu recuperar, e pondera que se não tivesse cursado as duas graduações simultaneamente talvez não teria alcançado seu patamar atual.

Se a gente tivesse um país que desse condições para todas as pessoas, né, seguirem os seus sonhos, sabe, sem se preocupar com a questão financeira, com o depois, com o emprego, porque eu poderia ter feito uma faculdade, depois ter feito outra, mas na época, com as condições que eu tinha, com a visão de mundo que eu tinha, né, com o que eu acreditava, eu acreditava que eu tinha que fazer aquilo, então eu fiz o meu melhor (*Preta Maria*, entrevista à pesquisadora, 2023).

Uma das coisas que *Preta Maria* sente muito foi ter prestado um concurso para a Assembleia, ter realizado as duas primeiras etapas e não ter feito a última por desconhecimento do processo. “Chegou, na época chegava telegrama para a gente e eu não sabia olhar na internet como é que era. Eu perdi”. No entanto ela relata que por causa disso seguiu trajetórias incríveis que possivelmente não teria tido se tivesse passado naquele concurso, mas algo que também

marcou a sua vida foram as mudanças que fez com a família. “Uma coisa que eu odeio na minha vida, que eu tenho trauma, que é culpa do meu pai, é de mudança. Eu odeio mudança porque eu mudei a minha infância inteira”.

Preta Maria também conta, com orgulho, que a sua trajetória transformou a família toda. A mãe concluiu o ensino médio, o pai mudou a maneira de falar, aproximando-se de uma fala mais formal, e começou a incentivar o irmão a fazer o mesmo que ela. “Quando uma pessoa de uma família muda, ela assim, ela estuda, ela tem uma oportunidade de formação, de estudar, de evoluir financeiramente, evoluir intelectualmente, ela impacta a família inteira”.

O pai de *Preta Maria* manifestava dúvidas e não tinha confiança em relação aos planos dela. Ela afirma que, até então, não conseguia compreender plenamente a postura do pai, mas reconhece isso agora. Anteriormente, achava que o pai não a queria estudando devido a possíveis atitudes machistas, mas percebeu que era mais complexo que isso. Era um receio de que a filha se afastasse dos valores da família. Isso estava enraizado na geração do pai, que tinha uma mentalidade voltada para trabalhar em vez de estudar. O sucesso, para o pai, estava ligado ao trabalho árduo, não à busca por uma vida por meio da educação. “Estudar não é para nós não, é para gente rica”. Isso resultou em muitos conflitos entre *Preta Maria* e o pai, pois ela desejava estudar, enquanto ele queria que ela trabalhasse para contribuir financeiramente em casa. Hoje, ela compreende completamente a perspectiva dele: “ele estava cansado e hoje eu entendo ele, perfeitamente, sabe? Mas ainda bem que eu sou teimosa e desobediente, eu fui super desobediente porque eu não, pai eu vou estudar, eu quero estudar, então é, é, e minha mãe, não, minha mãe já pensava diferente”.

O pai de *Preta Maria*, depois que ela começou a ‘ganhar dinheiro’ por ter passado nos concursos públicos reconheceu que ela estava certa em estudar e começou a cobrar do irmão para que estudasse também. *Preta Maria* conta que, quando criança, morou com sua família em sítios porque seu pai era caseiro e ela relata que esse fato contribuiu muito para que tivesse uma boa infância e, na sua visão, evitou que ela pudesse ir por caminhos “não tão bons” caso tivesse tido a convivência da rua. “Eu vivi, de certa forma, isolada, mas no ambiente da escola, e convivendo com a natureza, então acho que eu tive uma infância muito, muito saudável nesse sentido”.

Preta Maria afirma que sempre foi muito pra frente e que resolvia suas coisas, mas mesmo assim, chegou a duvidar de si mesma algumas vezes. Mesmo acreditando que tinha potencial para ser aprovada no doutorado, houve um período em que ela se questionou se havia sido por causa da cor, por ser preta, pois não tinha um currículo lattes ‘tão bom’ quanto o dos demais concorrentes. Essa dúvida foi algo que a deixou triste num primeiro momento e que foi

assunto de terapia, mas depois a deixou feliz por imaginar que, caso tenha sido por sua identidade étnico-racial, seria como uma cota implícita, tendo em vista que nunca utilizou o sistema de cotas, tendo em vista o preconceito das outras pessoas com relação a quem entrava por cotas, ela sentia uma ‘certa vergonha’ de ingressar na reserva de vagas, é como se ela não tivesse capacidade para concorrer com os demais de igual para igual. “Hoje eu penso que se a banca pensou dessa forma e considerou a minha trajetória, a minha luta, o meu projeto, o meu esforço e considerou a minha cor, hoje eu fico plenamente feliz”.

Outro motivo de autoquestionamento foi quando *Preta Maria* foi chamada para o cargo de direção no IF no qual trabalha. Após enfrentar grandes dificuldades no exercício da atividade, ela se perguntou se o convite foi devido à sua capacidade profissional ou se seria para cumprir um discurso de inclusão na gestão, de ter uma mulher e ainda preta em um alto cargo na reitoria.

Preta Maria compartilhou reflexões sobre sua experiência no cargo de gestão e destacou o aprendizado adquirido. Ela expressou que a jornada envolve lidar com traumas, medos e imperfeições que acompanham uma pessoa negra e enfatizou que, independentemente da situação, as pessoas não são máquinas. Durante seu período no cargo, ela admitiu ter sentido insegurança ao falar e participar de reuniões, preocupada em dizer algo inadequado devido ao receio de ser julgada. Na sua visão, ao se nomear alguém negro para um cargo de gestão, também é essencial proporcionar treinamento e capacitação para os demais funcionários, a maioria dos quais são brancos. Essa ação não é para justificar erros ou dar privilégios, mas sim para promover um ambiente mais equitativo. “Eu me senti nesse período assim, a todo momento, as pessoas esperando que eu errasse feio, talvez para apontar o meu erro e para, de repente, ela ter uma justificativa para, para me tirar, sabe?”

Preta Maria é uma ativista no movimento negro, inclusive escrevendo sobre isso em coluna de jornal, e sente que o silenciamento diante do que experienciou no cargo de gestão é incoerente com esse posicionamento. “Eu permiti que alguém fizesse comigo o que eu falo com os outros que eles não podem permitir. Você entende?” O amadurecimento pessoal e profissional faz a jornalista refletir se, a situação fosse hoje, aceitaria o convite para o cargo de gestão, nas condições que ela aceitou, nas condições que lhe foram colocadas, como, por exemplo, a falta de servidores e a falta de estrutura.

Uma pessoa idealista. É assim que *Preta Maria* se define e que o fato de ter aceitado o cargo de gestão era por acreditar que realmente podia fazer algo muito maior. “Eu não entrei no cargo por causa do dinheiro, sabe? Eu trabalhei muito mais, muito mais do que antes, então

eu entrei no cargo por essa causa, porque eu sou uma pessoa idealista. Eu sou uma pessoa assim, sabe?”

Refletindo sobre si mesma, *Preta Maria* diz que está redescobrando seu valor.

Eu achava que eu me conhecia. Eu achava que eu era o máximo assim, sabe, mas na verdade, eu acho que nós somos, né, seres humanos em evolução, em aprendizado. [...] Não imaginava passar por essa situação, mas apesar de tudo, a gente tem que aprender a olhar para situações e retirar delas, é, aprendizados assim, é o que importa, sabe? (*Preta Maria*, entrevista à pesquisadora, 2023).

O amadurecimento está presente na avaliação que a profissional faz de sua trajetória. “Só eu sei a minha história, só eu sei tudo que eu trilhei para chegar até aqui, pra ser a jornalista que eu sou hoje, sabe?” Embora tenha nascido preta, *Preta Maria* garante que, ao longo do tempo, tem desenvolvido uma conscientização cada vez maior de sua identidade negra. “Cada vez mais eu tenho consciência de como o racismo estrutural opera na sociedade. Cada vez mais eu descubro como as pessoas agem na tentativa de nos aniquilar todos os dias, sabe?”

A participação das mulheres no mercado de trabalho, especialmente das mais escolarizadas, como é o caso de *Preta Maria*, não significa que conseguiram vencer as relações desiguais de gênero, principalmente quanto à interseccionalidade gênero/raça/classe. São diferentes barreiras para ascensão profissional, barreiras invisíveis ou mesmo visíveis, fenômeno conhecido na literatura como teto de vidro (*glass ceiling*) (Cotter et al, 2001; Stone, 2007; Noor; Faisal; Farooq, 2023). Essa expressão é uma metáfora que foi utilizada para falar sobre as barreiras que impossibilitavam as mulheres a se desenvolverem profissionalmente tal qual aos homens. O teto de vidro é um obstáculo transparente e sutil, mas forte o suficiente para impedir a ascensão das mulheres aos mais altos níveis da hierarquia organizacional e acontece em função do gênero e não pela incapacidade das mulheres de ocuparem tais posições.

Quando nos deparamos com uma situação que envolve uma mulher, negra e de origem pobre, estamos falando do teto de vidro gênero/raça/classe (Moura; Costa, 2018; Moura; 2019) que restringem as chances de alcance a melhores postos e rendimentos laborais. Nossa entrevistada chegou a atingir uma posição de destaque no Instituto Federal, um cargo de direção, o que não se manteve por muito tempo devido às inúmeras dificuldades que vivenciou. A configuração de empregos e responsabilidades familiares ou profissionais são diferentes para mulheres pobres e ricas, brancas e negras.

Na linha de trabalho que tem sido desenvolvida por Moura (2019) , a autora propõe a existência de, no mínimo, uma tripla camada (raça/gênero/classe) no teto de vidro das mulheres jornalistas negras brasileiras. Para a mulher negra obter o diploma para ingressar em

determinadas carreiras, ou seja, as dificuldades se constituem desde o acesso ao ensino superior até sua permanência na instituição, por isso, o triplo teto de vidro engloba de forma mais estruturada as dificuldades enfrentadas por mulheres negras no contexto brasileiro (Moura; Costa, 2018; Moura, 2019).

Diante das reflexões apresentadas neste tópico, é possível observar a complexidade e singularidade de cada história de construção de carreira profissional das jornalistas entrevistadas. O processo de feminização do jornalismo está inserido no contexto internacional de transformação e introdução da mulher no mercado de trabalho (Rocha; Sousa, 2011). Segundo os autores, as mulheres procuram mais por cursos universitários, o que contribuiu para elevar o número delas no jornalismo. Se, em 1999, as mulheres não eram maioria em nenhum dos segmentos da imprensa, a partir de 2005 ultrapassaram os homens somando, atualmente, 58% dos jornalistas brasileiros (Lima *et al.*, 2022).

Desde a ocupação no mercado jornalístico, as mulheres recebiam menos do que os homens. Em 2000, a mulher jornalista recebia cerca de 5% a menos do que os homens e, embora ingressassem em maior número nas faculdades, o mercado não acompanhou essa proporção. A participação feminina também se diferenciava de acordo com os veículos com maior incidência extrarredação e em revistas (Rocha; Sousa, 2011).

Compreender como essas mulheres jornalistas se enxergam, reconhecendo suas habilidades, superando desafios e valorizando suas conquistas, pode servir de inspiração para outras profissionais que também enfrentam suas próprias jornadas. A busca por uma identidade profissional positiva e saudável é um processo contínuo, que requer autoconhecimento, resiliência e determinação.

As histórias dessas profissionais reforçam a importância de valorizar a própria trajetória, reconhecendo o poder da percepção positiva sobre si mesma para impulsionar o crescimento pessoal e profissional. Cada uma dessas mulheres é única e tem muito a contribuir para o mundo, e é por meio desse reconhecimento que podem alcançar seu pleno potencial e deixar um legado significativo.

8.14 Ideologias partilhadas pelas jornalistas dos Institutos Federais

Ao confrontar as histórias de vida narradas pelas nossas quatro entrevistadas, buscamos reconstruir suas visões acerca do seu trabalho no Instituto Federal. O local de trabalho em comum orienta as formas distintas que as carreiras foram construídas. Falaremos de como as ideologias partilhadas orientam suas interações e inserção nesse segmento profissional.

Pereira (2020) interpreta as ideologias como parte de uma dimensão intermediária entre as motivações individuais e a base convencional, que integram o mundo social. As ideologias orientam as formas convencionais de agir no interior de um mundo social e o sistema de convenções abrange ainda: práticas, discursos, normas e acordos.

Podemos dizer que as jornalistas partilham a ideologia sobre o Instituto Federal, embora de maneira fluida. *Akemi*, por exemplo, quando fez o concurso, não conhecia o IF e se apaixonou pela instituição ao entrar, acreditando inclusive, que conseguia aprender mais dentro do instituto, pessoal e profissionalmente, do que em uma empresa de comunicação. “Até possibilidade de desenvolver ações que fazem bem [...] a questão, por exemplo, do projeto de extensão, acho que foi um aprendizado assim para mim, que nenhum trabalho nunca me deu para mim”. A afirmação de se ‘apaixonar’ pela proposta do IF situa as profissionais no contexto de uma coletividade que não está nesse local e torna-se uma justificativa para elas e para os outros do porquê permanecem na função.

Preta Maria diz que ama o Instituto Federal e o trabalho que fazem no setor de comunicação, que ela denomina como incrível. Para ela, divulgar o IF em uma região considerada muito pobre e carente é como se devolvesse aos adolescentes e jovens a oportunidade de poderem sonhar, de terem uma profissão, entrar no ensino superior.

Quando chega um edital, tipo assim, de oportunidade de vagas de bolsa, de monitoria, de... A gente já mandou vários alunos para o exterior, para França, ficar lá estudando de graça, aprendendo francês. Então, assim, toda vez que chega essas oportunidades eu escrevo na hora, com a maior alegria e fico, fico mandando para todo mundo, para todos os grupos, para chegar nos alunos, porque penso que uma ação dessa pode mudar a trajetória de vida do aluno para sempre (*Preta Maria*, entrevista à pesquisadora, 2023).

Podemos perceber o quanto a jornalista valoriza a educação. Sua história mudou em função dos estudos e, por isso, gostaria que também fizesse a diferença na vida de outros estudantes. *Preta Maria* destacou que o Instituto Federal representa a oportunidade que não teve no passado. Ela expressou que a instituição, assim como escolas e universidades em geral, oferece uma chance incrível de educação. Ela mencionou que, se tivesse tido acesso a um Instituto Federal ou a oportunidades similares durante sua juventude, teria alcançado um nível mais avançado em sua trajetória. “Talvez eu não teria os traumas e as consequências que eu carreguei do período que eu tive que lutar tanto para chegar onde eu cheguei, entendeu? Talvez é. Talvez eu teria tido uma vida mais confortável”.

Sobre o trabalho que o IF desempenha na sociedade, *Bianca* destaca que não há como prever o futuro, mas que muitas sementes estão sendo plantadas e isso em seis anos de

existência. “Eu não sei quantas vão, vão ou não crescer de verdade, mas eu creio que, como é que eu posso colocar? É um trabalho que está sendo feito e bem feito. É um investimento para o futuro. Eu, todo mundo tem esperança de que a coisa sim, né? Se, se, se coloque, cresça, a gente ainda está muito no começo”.

Ao analisarmos as ideologias partilhadas pelas jornalistas dos Institutos Federais, percebemos que crenças e valores orientam suas interações e inserção nesse segmento profissional. Podemos observar que as jornalistas compartilham uma forte identificação com o Instituto Federal, embora cada uma tenha sua própria história e percepção particular sobre a instituição.

A jornalista *Akemi*, por exemplo, relata ter se apaixonado pelo IF ao entrar e acredita que ali pode aprender mais, tanto pessoal quanto profissionalmente, do que em uma empresa de comunicação. Já a jornalista *Preta Maria* expressa seu amor pelo Instituto e o trabalho que realiza na área de comunicação, ressaltando a importância de divulgar o IF em uma região considerada carente, proporcionando oportunidades de sonhar e ingressar no ensino superior para os jovens. Para ela, cada oportunidade oferecida aos alunos é uma chance de mudar suas trajetórias de vida. A jornalista *Bianca* destaca a importância do trabalho realizado pelo IF na sociedade, ressaltando que, mesmo sem saber o que o futuro reserva, estão plantando sementes e investindo no futuro. Essas diferentes perspectivas revelam a motivação e a dedicação das jornalistas em relação à instituição, demonstrando como suas ideologias influenciam suas atitudes e a forma como percebem seu papel profissional.

8.15 À guisa de conclusão

As histórias de vida que trouxemos neste tópico representam muitas histórias similares de mulheres, inclusive jornalistas. Apesar de as jornalistas autodeclaradas branca e negra terem sido escolhidas de forma aleatória, seus depoimentos exemplificam diversas outras situações que acontecem a depender da identidade étnico-racial. Fica claro nos relatos o quanto as mulheres passam por situações de desrespeito e assédios, bem como essas situações se intensificam se a mulher em questão for de uma minoria étnico-racial, como exemplificado pela jornalista negra.

Embora a jornalista indígena não tenha vivido em uma aldeia, pois ela, assim como os irmãos e alguns primos, nasceu na ‘cidade grande’, tendo em vista que seus pais já haviam se mudado para São Paulo em busca de novas oportunidades, participa da luta que envolve os povos indígenas e tem dedicado parte de seus estudos para conhecer mais essa cultura.

A jornalista negra tem um depoimento carregado de exemplos de situações de lutas, de assédios e de preconceito racial, dos quais as pessoas negras são constantemente vitimadas. Quase como uma exceção à regra, ela faz parte de um pequeno grupo que conseguiu chegar não apenas ao ensino superior, mas avançar nos cursos de pós-graduação, chegando ao título de doutora.

Falando das minorias étnico-raciais do Brasil, podemos perceber que apenas as jornalistas indígena e negra precisaram trabalhar concomitantemente à graduação. A jornalista branca não conseguiu realizar estágios, mas também não teve que trabalhar para custear os estudos, assim como a jornalista amarela, que se difere na questão dos estágios, pois conseguiu realizá-los de maneira remunerada e em diferentes veículos e áreas da comunicação.

Nossa entrevistada indígena afirmou que não sofreu preconceito por sua identidade étnico-racial, mas, assim como a jornalista branca, passou por situações de desrespeito por ser mulher. A entrevistada amarela também não passou por situações de racismo, muito devido à região que vive, onde há forte presença da comunidade nipônica. Ela relata que nos seus locais de trabalho não era raro as pessoas se referirem a ela como ‘japa’, mas que não vê isso como ofensa. Já a entrevistada negra experienciou diversas situações de preconceito, seja na área privada ou mesmo no serviço público.

À sua maneira, todas encontraram formas de superarem os desafios ao longo da carreira e, assim, alcançarem um patamar de relativa satisfação com o atual trabalho no Instituto Federal, claro, sem deixar de lado a forte identificação com a profissão de jornalista, que mesmo exercida em uma instituição pública e em um contexto de comunicação organizacional, não se distancia das práticas e das rotinas da área. A qualidade de vida que o IF proporciona em termos de respeito à carga horária e assim conseguem conciliar vida pessoal e profissional, de licenças para cursos de pós-graduação, de ter um salário satisfatório e em dia, são fatores que contribuem para a atual satisfação com o trabalho.

Nossas entrevistadas têm em comum a valorização do trabalho que é desenvolvido no IF, não apenas na área de comunicação, mas também na visão do que essa instituição representa para a sociedade, uma possibilidade de crescimento e desenvolvimento, mas sem esquecer do fato de que existem problemas de falta de infraestrutura, equipamentos e de pessoal nos seus locais de atuação.

A ausência de mulheres em cargos de poder e liderança impacta não apenas o trabalho jornalístico e de assessoria realizado nos setores de comunicação dos IFs, como também na idealização e implementação de políticas e ações voltadas para a questão do gênero, como maternidade e assédios, por exemplo. A pouca participação de pessoas não brancas nesses

espaços também impacta no quesito representatividade e como pautas étnico-raciais são abordadas.

Finalizamos cientes de que, ao relatarem suas trajetórias, as pessoas olham para o passado do ponto de vista atual e podem mascarar, de forma consciente ou inconsciente, fatos que ocorreram, mas que não invalidam os relatos coletados. No próximo tópico, reuniremos outros pontos de discussão relativos aos dados da pesquisa que foram apresentados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho trouxe informações sobre como os elementos gênero e identidade étnico-racial influenciam nas escolhas de homens e mulheres jornalistas que buscam o serviço público nos Institutos Federais, bem como de que maneira esses marcadores estão presentes nos motivos que levam esses profissionais a optarem pela carreira jornalística no setor público. Em um cenário de passarálhos e enxugamento nas redações do país, o profissional que está no serviço público tem, em sua grande maioria, a garantia de um emprego proporcionada pela estabilidade.

O serviço público, mais em algumas áreas do que em outras, traz também uma marca de precarização em termos de estrutura física e composição de equipes e de disponibilidade de equipamentos. Por outro lado, o respeito à carga horária de trabalho e, conseqüentemente, maior tempo para se dedicar a outras atividades são fatores que aumentam a satisfação dos servidores.

O olhar voltado ao público, o representante da sociedade, e o comunicador público são características que se mostram presentes nesse papel desempenhado por esse jornalista. A atuação em uma assessoria de comunicação, em um ambiente de comunicação organizacional e em um contexto de comunicação pública, de prestação de contas à sociedade, tem marcadores de maior autonomia no trabalho e esse envolvimento, a atuação em órgão público, nos remete à *accountability* e a querer explorar a maneira que esse jornalista desenvolve essas práticas, se elas realmente acontecem ou se estão em um plano ideal.

A identificação com a categoria profissional parece estar ligada ao fato de ter o diploma em jornalismo e realizar as mesmas atividades básicas convencionadas para o campo principal, independentemente do local em que essas atividades serão realizadas. Isso está relacionado a como acontece a rotina produtiva, que já é variável.

As rotinas produtivas praticadas em cada instituição estão diretamente relacionadas às condições presentes em termos de pessoal. Os dados levantados no Portal da Transparência e Painel Estatístico de Pessoal apontam que, em alguns institutos, existe apenas um jornalista para atender a toda a instituição. Nesse contexto, sua rotina e as atividades desempenhadas serão diferentes daquele profissional que trabalha com outros jornalistas na equipe.

Além das mudanças pelas quais o mercado do jornalismo vem passando, no sentido de equipamentos e formas de transmissão, evolução dos públicos, precariedades em várias áreas e falta de credibilidade, é necessário olhar para o indivíduo que está vivendo essa situação, quem é ele, qual a sua história, seus porquês, o que pensa sobre esse tema e outros que se refletem no campo de atuação. A proposta desta pesquisa é olhar se o profissional que está no serviço

público se encontra diante das mesmas mudanças.

Neste momento de conclusão da tese, com os dados que foram coletados, chegamos a um perfil do jornalista do Instituto Federal que é mulher, branca, na faixa etária de 31 a 40 anos, casada, sem filhos, pós-graduada, trabalha exclusivamente no IF durante cinco horas por dia e tem remuneração entre seis e oito salários mínimos.

Essas jornalistas foram estagiárias de jornalismo, trabalharam em veículos de mídia e, principalmente, em assessorias de comunicação antes de ingressarem no IF, instituição na qual estão entre 9 e 12 anos. Estudaram para o concurso, que procuraram pela estabilidade, sendo esse o principal motivo para permanecerem no trabalho, e sairiam se passassem em outro concurso público. Identificam-se como jornalistas e atuam, principalmente, em assessoria de comunicação.

A análise comparativa entre mulheres jornalistas nos Institutos Federais, levando em consideração a identidade étnico-racial, revela importantes disparidades e desigualdades, que merecem atenção e reflexão. Os dados obtidos por meio da pesquisa com 173 jornalistas que atuam nos Institutos Federais brasileiros revelam uma verdadeira discrepância nas representações raciais. O grupo de mulheres jornalistas respondentes é composto principalmente por profissionais brancas (70%), enquanto mulheres jornalistas pretas, pardas, amarelas e indígenas somam apenas 30% do total. Esses números indicam a necessidade de se pensar em medidas e políticas que visem à inclusão e valorização das mulheres jornalistas de grupos étnico-raciais historicamente minorizados.

Além disso, as informações coletadas também revelam desigualdades socioeconômicas. As mulheres jornalistas pretas e pardas apresentam um percentual maior de mães com níveis de escolaridade menores em comparação com as mulheres jornalistas brancas. Esse cenário pode estar relacionado às dificuldades de acesso à educação e às oportunidades de ascensão profissional, que ainda são impactadas pelo viés racial.

Reforçando o olhar interseccional, outro aspecto importante é a diferença nos níveis de renda familiar entre as mulheres brancas e as mulheres pretas e pardas à época da formação em jornalismo. As jornalistas negras são maioria nas três faixas de renda menores, o que pode ter influência direta em suas oportunidades de ascensão na carreira e acesso à especialização e mestrado, por exemplo.

A presença de assédio no ambiente de trabalho é uma realidade preocupante e demanda atenção, que inclusive leva à tomada de decisões nas carreiras. As mulheres jornalistas, independentemente do critério étnico-racial, relatam ter sofrido assédio moral, porém, o assédio sexual afeta mais as mulheres negras do que as brancas. Essa questão está intimamente ligada

ao poder hierárquico exercido nas organizações e evidencia a necessidade de se criar ambientes de trabalho mais seguros e respeitosos para todas as profissionais.

Diante desses dados, ressaltamos a importância de políticas públicas, de inclusão e equidade racial, seja na iniciativa privada ou no serviço público. O investimento em programas de capacitação e formação, bem como a adoção de cotas e ações afirmativas para ampliar a representatividade de mulheres de grupos étnico-raciais minoritários, são medidas fundamentais para combater as desigualdades e promover a diversidade.

No intuito de combater a desigualdade no mercado de trabalho e promover uma inclusão mais ágil da população negra nos quadros funcionais do serviço público, foi promulgada a Lei nº 12.990/2014, em 9 de junho daquele ano, que estabelece a adoção de cotas nos concursos públicos de âmbito federal. Essa lei em vigor determina a reserva de até 20% das vagas para candidatos negros nos concursos da administração pública federal, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União.

A norma dispõe que os candidatos que se autodeclararem negros no momento da inscrição no concurso público, seguindo o critério étnico-racial utilizado pelo IBGE, poderão concorrer a essas vagas reservadas. Essa medida visa promover uma maior representatividade da população negra nos órgãos públicos e entidades controladas pelo governo federal, buscando reduzir as desigualdades existentes e proporcionar oportunidades mais justas no mercado de trabalho.

Seguindo o exemplo do governo federal e de outros estados que já adotavam as cotas para negros, governos dos demais estados e municípios também implantaram cotas raciais nos seus concursos públicos. As cotas são uma modalidade dentre as ações afirmativas, instrumentos pelos quais se tenta promover a igualdade material, por isso são destinadas aos grupos sociais marginalizados no acesso aos seus direitos, como ocorre com pessoas pretas, dado que o preconceito e a discriminação são fortes obstáculos à ascensão social desse grupo.

Como destacam Penha e Picanço (2021), ao longo do tempo, ingressar no setor público tem sido um mecanismo que possibilita a mobilidade socioeconômica para uma parcela significativa da população brasileira, por isso as políticas de ação afirmativa são tão essenciais para a luta da redução das desigualdades de gênero e raça no país.

Pelas entrevistas realizadas com quatro jornalistas que atuam em Institutos Federais, ao contar suas trajetórias, identificamos que todas têm situações que vivenciaram devido ao gênero, por serem mulheres. Casos de assédio e desrespeito, mudança de planos priorizando a família, oportunidades que lhe foram tiradas ou negadas por serem mulheres e associam-se ao gênero, fatores relacionados à classe e identidade étnico-racial.

Nossas jornalistas constroem a sua identidade profissional demonstrando técnicas do campo jornalístico e, com isso, vão se afirmando para si e seus colegas de instituição. Praticam atividades características dos jornalistas que atuam em veículos de mídia, reconhecendo que a natureza do trabalho é diferente e com maior qualidade de vida. Entre as atividades da rotina produtiva emergentes está a de produzir conteúdo ou cuidar e monitorar redes sociais, uma nova função no trabalho de jornalistas, principalmente das assessorias de comunicação. Essas profissionais afirmam que fazem comunicação pública por pautarem seu trabalho no interesse da sociedade, mas não tanto quanto acreditam que deveriam.

Em dados numéricos, temos uma superioridade feminina compondo o grupo de trabalho nos Institutos Federais, o que não representa que elas não tenham desafios a serem superados ou degraus a serem alcançados. Mesmo quando ocupam cargos de chefia, passam por descrédito e assédio de diferentes formas.

Autores como Penha e Picanço (2021) falam da presença feminina e da redução das desigualdades no funcionalismo público, no entanto destacam que a ampliação das mulheres no nível municipal está diretamente ligada ao trabalho na área da educação e da saúde. Os homens brancos seguem sendo maioria no funcionalismo em nível federal, em que há os maiores níveis de escolaridade média e remunerações.

As desigualdades de gênero são explicadas historicamente pela definição sociocultural de carreiras tipicamente femininas e masculinas, principalmente considerando que as tarefas domésticas e de cuidados com os dependentes, por exemplo, seriam atribuições tipicamente das mulheres. Já as desigualdades raciais têm raízes no acúmulo das desvantagens socioeconômicas e discriminação, assim, oportunidades e resultados também são desiguais em diferentes esferas da vida social (Penha; Picanço, 2021).

Estudos trazidos por Lelo (2019b) confirmam que a mera paridade entre homens e mulheres nas redações não conduz de forma direta à igualdade de condições ou à isonomia das condutas organizacionais, pois, mesmo em empresas chefiadas por uma maioria de mulheres, não houve transformações substanciais em direção à equidade de gênero. E isso pode se repetir também no serviço público em cargos nos quais a forma de ingresso é o concurso público.

O ingresso em cargos efetivos no serviço público é realizado majoritariamente por concurso público, sugerindo que todos têm as mesmas chances de passar na seleção, no entanto diversos outros fatores interferem nas questões consideradas meritocráticas e impessoais. A condição socioeconômica, as desigualdades e a estratificação social aumentam ou diminuem as chances de determinados grupos a ocuparem determinados cargos, como os de nível federal, por exemplo, demonstrando o impacto do triplo teto de vidro gênero/raça/classe na construção

das carreiras dos profissionais.

Diante dos resultados apresentados na pesquisa, construímos o perfil do jornalista que atua nos Institutos Federais, objetivo geral do nosso estudo. De maneira adjacente, pudemos perceber que, por meio da aplicação de um questionário respondido por jornalistas dessas instituições, também conseguimos identificar como esse profissional estabelece sua trajetória e sua carreira no jornalismo.

O questionário pontuou dados específicos e, com as entrevistas, pudemos estabelecer porquês. Embora houvesse questões abertas no questionário, com a entrevista foi possível explorar pontos das falas das entrevistadas e, com isso, obter aprofundamentos de questões, conhecer contradições.

O objetivo geral deste estudo, identificar como o elemento gênero e étnico-racial tensionam as relações de trabalho dos jornalistas no serviço público, especificamente dos Institutos Federais, foi alcançado com o questionário, portanto, nas entrevistas, conseguimos identificar práticas e percepções, como se dão as trajetórias dos jornalistas dos Institutos Federais; como o jornalista que atua no Instituto Federal constrói sua identidade profissional; a percepção do jornalista do Instituto Federal sob seu trabalho e como questões de gênero e étnico-raciais tangenciam e impactam nas carreiras.

O perfil sociodemográfico dos jornalistas que trabalham nos setores de comunicação dos IFs indica que são profissionais pós-graduados com um grande índice de mestres na área da comunicação. A maioria desses jornalistas é de mulheres com idade entre 31 e 40 anos, casadas, com atenção especial ao baixo número de profissionais com idades entre 50 e 60 anos. O esforço dos jornalistas é diário para administrar a tensão e conciliar as demandas dos gestores, dos colegas e da comunidade externa. Trabalhando com equipes reduzidas ou mesmo de forma solitária, equilibrar ações que envolvem divulgação externa, interna, científica e institucional não é uma tarefa fácil e, muitas vezes, é necessário elencar as prioridades durante a realização das atividades.

Em termos de realização de comunicação pública, embora tenha sido abordado de forma incipiente nesta pesquisa, os comunicadores acreditam que realizam essa atividade, no entanto, devido às outras tantas demandas que precisam ser executadas, tal ação torna-se uma preocupação secundária. O mesmo acontece com a *accountability* que está longe de ser realizada em termos contundentes, por isso, como uma das sugestões para pesquisas futuras, elencamos trabalhos que se dediquem a tratar de forma mais aprofundada essa temática.

Com as entrevistas, pudemos demonstrar como as desigualdades de gênero influenciam nas trajetórias profissionais das jornalistas e são explicadas pela construção sócio-

histórica da sociedade e do próprio campo do jornalismo. As diferenças se instauram nas oportunidades de acesso ao ensino superior, na entrada no mercado de trabalho, posteriormente se manifestam nas formas de manutenção no cargo, acesso a cargos de chefia, relações de poder entre os pares e assédio.

De uma forma geral, os jornalistas que participaram da nossa pesquisa afirmam que têm autonomia para realizarem suas atividades pensando sempre na sociedade, público de interesse dos IFs, no entanto uma parcela desses profissionais informou já ter sofrido algum tipo de censura em seu trabalho ou mesmo já ter deixado de realizar alguma atividade por medo de retaliação.

Embora os profissionais que atuam em assessorias de comunicação e nos setores de comunicação dos IFs se considerem, de certa forma, afortunados por trabalharem menos horas diárias, receberem uma remuneração melhor e viverem com mais qualidade de vida, os profissionais que atuam no campo midiático também se consideram afortunados por estarem no subcampo com maior prestígio do jornalismo, mas ambos partilham valores e princípios considerados próprios do campo jornalístico.

Concluimos que os jornalistas que atuam nos Institutos Federais brasileiros exercem atividades prioritárias em assessoria de comunicação, apesar da atividade de produção de conteúdo estar despontando como uma das mais realizadas. Esses profissionais se reconhecem e se identificam prioritariamente como jornalistas e procuram demarcar suas posições, sendo reconhecidos pela profissão de jornalista, como detentores desse saber exercendo rotinas e práticas que são inerentes da formação profissional em jornalismo. Muitos desses profissionais são oriundos de outros órgãos públicos, tendo pouca ou nenhuma passagem por empresas de comunicação privadas. Quando olhamos para o gênero desses profissionais e identificamos que o quantitativo feminino é o dobro do masculino, podemos afirmar que existe a feminilização do jornalismo nos IFs e que essa área é procurada pelos profissionais por proporcionar mais qualidade de vida e por apresentar uma estabilidade na carreira.

Por fim, constatamos que as mulheres jornalistas nos IFs convivem com desafios que se relacionam ao pertencimento étnico-racial e sua classe social, além de encontrarem diferentes obstáculos por serem mulheres. Apesar da feminilização do jornalismo, que se traduz no aumento do peso feminino na composição de uma profissão, as mulheres ainda não alcançaram mudanças qualitativas na carreira, como ocupar os cargos de maior prestígio e poder, serem respeitadas por sua competência e não serem vítimas de assédio de qualquer tipo. A pesquisa confirma a presença do triplo teto de vidro raça/gênero/classe (Moura e Costa, 2018; Moura, 2019) também nas carreiras das mulheres jornalistas nos IFs, pois fica evidenciado que

os aspectos de gênero, raça e classe social influenciam, de forma interseccional, e como um telhado de vidro interseccional, nas carreiras profissionais das jornalistas negras também no serviço público e não somente na mídia privada.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL. **Pesquisa Perfil do Profissional de Comunicação Corporativa no Brasil**. São Paulo: Aberje, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO. **Mulheres no jornalismo brasileiro**. 2017. Disponível em: mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf. Acesso em: 21 ago. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO. **Monitoramento de ataques a jornalistas no Brasil: relatório 2022**. Disponível em: https://abraji-bucket-001.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/publication_info/details_file/4d6cb1b2-ca1a-4d7b-9c7b-1edcea1bb294/ABRAJI_Monitoramento_de_ataques_a_jornalistas_no_Brasil_2022__PT_.pdf. Acesso em: 21 ago. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO **Violência de gênero contra jornalistas**. 2021. Disponível em: <https://violenciagenerojornalismo.org.br/>. Acesso em: 21 ago. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO. **Monitoramento de ataques a jornalistas no Brasil: relatório 2022**. Disponível em: https://abraji-bucket-001.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/publication_info/details_file/4d6cb1b2-ca1a-4d7b-9c7b-1edcea1bb294/ABRAJI_Monitoramento_de_ataques_a_jornalistas_no_Brasil_2022__PT_.pdf. São Paulo: Abraji, 2023. Acesso em 21 ago. 2023.

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

ADGHIRNI, Zélia Leal. **O Jornalista: do mito ao Mercado**. In: Estudos em Jornalismo e Mídia. V. II, n. 1 - 1º Semestre de 2005.

ADGHIRNI, Zélia; PEREIRA, Fábio. O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. In: **Intexto**, v. 1, n. 24. Porto Alegre: UFRGS, pp. 38-57, jan./jun. 2011.

AGNEZ, Luciane Fassarella. **Identidade profissional no jornalismo brasileiro: a carreira dos correspondentes internacionais**. 2014. (Tese) Doutorado em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

AGNEZ, Luciane Fassarella; MOURA, Dione Oliveira. Correspondentes internacionais: a permanência do mito do repórter nas estratégias em defesa da identidade profissional **Sur le journalism**, vol 5, n. 1, 2016.

ALMEIDA, Valéria Cristina Castanho de. **Os jornalistas assessores, encontros e desencontros: uma contribuição ao estudo das assessorias de imprensa no Brasil**. 2001.128 p.. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Brasília: Universidade de Brasília, 2001..

ALVES, José Eustáquio Diniz. D. Desafios da equidade de gênero no século XXI. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 24, p.629-638, maio-ago. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p629>. Acesso em: 28 dez. 2023.

ARANTES, Ana Kelly; COSTA, Márcia Helena Batista Corrêa. Dos Liceus aos Institutos Federais: 110 anos de história da rede federal. **ForScience**: revista científica do IFMG, Formiga, v. 7, n. 2, e00697, 2000. DOI: 10.29069/forscience.2019v7n2.e697. Acesso em: 28 set. 2023.

ARAÚJO, Paulo. O Nordeste corre atrás de professores universitários. **Exame**. 55 anos. 2013. Disponível em: <https://exame.com/carreira/mais-cerebros-para-a-educacao/>. Acesso em: 21 jan. 2023.

ARAÚJO, Tatiane. Os desafios da Assessoria de Comunicação Social na Contemporaneidade. **Anais Intercom**. 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0306-1.pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

BANDEIRA, Ana Paula Bornhausen da Silva. **Jornalismo e feminização da profissão**: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2019.

BANDEIRA, Ana Paula; VIZEU, Alfredo. A mulher na redação em Portugal: o processo de feminização do jornalismo. p. 35-52. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Mônica (org.). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. São Paulo, SP: Life Editora, 2018. 434p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições, v. 70, p. 225, 1977.

BARRETOS, Dayane do Carmo; MAIA, Marta. Confinadas com seus próprios agressores: narrativas jornalísticas de violências contra as mulheres no contexto da pandemia. In: MAIA, Marta; PASSOS, Mateus Yuri (org.) **Narrativas midiáticas contemporâneas**: epistemologias dissidentes, pp. 81-97). Santa Cruz do Sul: Catarse, 2020.

BARROS, Antônio Teixeira de; LIMA, Maria Érica de Oliveira. Da comunicação organizacional à comunicação pública: discussões preliminares. **Anais Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Campina Grande – PB. 2010. Pp. 1-14.

BATINDER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BECKER, Howard S. 2008 [1963]. **Outsiders. Estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar. 232pp.

BECKER, Beatriz; SILVA, Rafael Pereira da. Representações e (in) visibilidades da negritude no telejornalismo brasileiro: o negro e as relações étnico-raciais são notícias na TV? p. 208-223. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Mônica (org.). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. São Paulo, SP: Life Editora, 2018. 434p.

BENDASSOLLI, Pedro F. Recomposição da relação sujeito-trabalho nos modelos emergentes de carreira. **RAE**. V. 49. Out/Dez. São Paulo: 2009. pp. 387-400.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BITTAR, Danielle Tristão. **O poder da assessoria de comunicação nos momentos de crise**, 2012. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bittar-danielle-o-poder-da-assessoria-de-comunicacao.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2023.

BOTTREL, Rachel do Monte. A Contribuição do Acesso à Informação Pública para a Comunicação Pública no Brasil. **Comunicação Pública [Online]**, V. 13, n. 24, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cp/2234>; DOI: <https://doi.org/10.4000/cp.2234>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 10. ed., 2007.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Usos e significados do conceito comunicação pública. **Anais Intercom**. 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1037-1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo, SP: Atlas, 2007, p. 01-33.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília, DF, dez 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/lei/111892.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.892%2C%20DE%2029%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202008.&text=Institui%20a%20Rede%20Federal%20de,Tecnologia%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em 05 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasil, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em: 28 dez. 2023.

BRASIL. **Políticas Sociais** - acompanhamento e análise, nº 19, Brasília: IPEA/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.990**, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm. Acesso em: 5 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNP 2020 (Ano Base 2019)**. Brasília: 2020a. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em: 1º set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Rede Federal atendeu a mais de 1 milhão de estudantes em 2019**. 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/rede-federal-atendeu-a-mais-de-1-milhao-de-estudantes-em-2019>. Acesso em: 1º set. 2021.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Portal da Transparência. **Dados Abertos**. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/download-de-dados>. Acesso em jun. 2021.

BREWER, Marilyn B. Optimal distinctiveness theory: its history and development. In: **The Handbook of Theories of Social Psychology**, 2, 81–98, 2012.

BRIN, Colette; CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean. **Natureza e transformação do jornalismo. Teoria e pesquisa empíricas**. Tradução livre de Márcia Marques e Rogério Dy La Fuente. Nature et transformation du journalisme – Théorie et recherches empiriques. Quebec: Les Presses de L'Université Laval, 2007.

BUCHER, Rue, STRAUSS, Anselm. Professions in Process. **American Journal of Sociology**, 66, 325-334, 1961. <https://doi.org/10.1086/222898>.

BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, v. 15, n. 1, 2010. DOI: 10.5433/1981-8920.2010v15nesp.p1. Acesso em: 10 jun. 2021.

BUITONI, Dulcilia Schoroeder. Prefácio. p.11-17. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Mônica (org.). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. São Paulo, SP: Life Editora, 2018. 434p.

CAMPOS, Évilin; GROHMANN, Rafael. Mulheres Estagiárias em Jornalismo: análise a partir da perspectiva interseccional. **Mídia e Cotidiano**, v. 16, n. 3, p. 159-177. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/54619/32955>. Acesso em: 30 dez. 2023.

CARNEIRO, Sueli. Prefácio. In: BERNARDINO-COSTA, José. **Saberes subalternos e decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil**. Brasília: Editora da UnB, 2015, p. 13-19.

CARRERA, Fernanda. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, v. 24, jan–dez, 2021, p. 1–22. doi.org/10.30962/ec.2198ID2198. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2198/2025>. Acesso em 30 dez. 2023.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CHAPARRO, Manoel Carlos. Jornalismo da Fonte. In: **Jornalismo Brasileiro: no caminho das transformações**. Brasília: Banco do Brasil, 1996.

CHAPARRO, Manoel Carlos. Cem anos de assessoria de imprensa. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. 2. de. São Paulo: Atlas, 2006. p. 33-51.

CHARRON, Jean; DE BONVILLE, Jean. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2016.

CIAMPA, Antonio da Costa. Identidade. In: CODO, Wanderley; LANE, Silvia T. M. (Orgs). **Psicologia Social: o homem em movimento** (pp. 58-75), São Paulo: Brasiliense, 1984.

COCKBURN Cynthia. Strategies for gender democracy: strengthening the representation of trade union women in the European social dialogue. **European Journal of Women's Studies** 3(1), 1996, pp. 7–26, 1996. doi:10.1177/135050689600300102.

COORDENAÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA. Disponível em: <http://www.coiab.com.br/site/>. Acesso em: 28 dez. 2023.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. **A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica não para e não pode parar**. 2021. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/br/component/content/article/84-ultimas-noticias/4207-a-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica-nao-para-e-nao-pode-parar?Itemid=609>. Acesso em: 1º set. 2021.

COTTER, David. A.; HERMSEN, Joan. M.; OVADIA, Seth.; VANNEMAN, Reeve. The glass ceiling effect. **Social Forces**, 80(2), 2001, pp. 655-681.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum 1989:139-167.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.

CURVELLO, João José Azevedo. A dimensão *interna* da comunicação pública. **Anais Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN. 2008**. Pp. 1-16.

CURVELLO, João José Azevedo. Os estudos de comunicação organizacional e as novas abordagens sistêmicas. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM. 32., Curitiba – PR, 2009. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2746-1.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2019.

CURVELLO, João José Azevedo; SCROFERNEKER, Cleusa Maria Andrade. A comunicação e as organizações como sistemas complexos: uma análise a partir das perspectivas de Niklas Luhmann e Edgar Morin. **E-compós**. Brasília, v.11, n.3, set./dez. 2008.

CURVELLO, João José Azevedo. **O ensino de teorias da Comunicação Organizacional em cursos de Comunicação no Brasil**. ISSN: 21743681, 726. 2018.

DAMIAN-GAILLARD, Béatrice; FRISQUE, Cégolène; SAITTA, Eugénie. Le journalisme au prisme du genre: une problématique féconde. **Questions de Communication** [En Ligne]. n. 15, pp.175-201, 2009. Disponível em: <http://questionsdecommunication.revues.org/544>. Acesso em: 20 maio 2022.

DANCOSKY, Andressa Kikuti; MICK, Jacques; ROCHA, Paula Melani. Masculização e desfeminização no jornalismo em crise no Brasil (2012-2017). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 2, e75032, 2022.

DANTAS, Juliana Bulhões Alberto. O *ethos*, a identidade e as reflexões deontológicas do jornalista assessor de imprensa no contexto da atuação simultânea em redações e assessorias de Natal-RN. **Revista Eletrônica Inter-Legere**, n. 14. Jan-Jun 2014, pp 1-22.

DANTAS, Edmundo Brandão; LIMA, Samuel Pantoja. **Pesquisa de mercado**: fundamentos teórico-metodológicos aplicados a estudos de publicidade e de opinião. Brasília: SENAC, 2018. 224 p.

DESLAURIERS, Jean-pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, p. 127-153, 2008.

DEUZE, Mark. **What is journalism?**: Professional identity and ideology of journalists reconsidered. *Journalism*, v. 6 (4), pp. 442-464, 2005.

DI BELLA, Priscilla Pompeu Piva. **Jornalistas, Relações Públicas e Assessoria de Imprensa**: um problema de comunicação. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/JornalistasRela%C3%A7%C3%B5es-P%C3%ABlicas.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **BRASIL**: a inserção da população negra no mercado de trabalho. 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/populacaoNegra2022/index.html?page=3>. Acesso em: 26 ago. 2023.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **MULHERES**: Inserção no mercado de trabalho. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/infograficosMulheres2023.html>. Acesso em: 3 ago. 2023.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Trabalho doméstico no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html>. Acesso em: 30 ago. 2023.

DUARTE, Jorge. Assessoria de Imprensa, o caso brasileiro. **INTERCOM** - Revista Brasileira de Comunicação, São Paulo, v. XXIV, n. 1, p. 79-105, 2001.

DUARTE, Jorge (Org). **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. São Paulo: Atlas S.A, 2008. 480 p.

DUARTE, Jorge. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009, p.59-71.

DUARTE, Jorge; MONTEIRO, Graça. Potencializando a comunicação nas organizações. In: KUNSCH, Maria Margarida Krohling (Org.). **Comunicação organizacional: linguagem, gestão e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 333-359.

DUARTE, Jorge.; VERAS, L. (orgs). **Glossário de Comunicação Pública**. Brasília: Casa das Musas, 2006.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades: a interpretação de uma mutação**. Porto: Afrontamento, 2006.

ELIAS, Norbet. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1980.

FAUSTO NETO, Antônio. Fragmentos de uma “analítica” da mitiatização. **MATRIZES**. N. 2, p. 89-105. Abril 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/38194/40938/44949>. Acesso em: 4 set. 2021.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Manual de assessoria de comunicação**. Brasília: Federação Nacional dos Jornalistas, 2007. Disponível em https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/03/manual_de_assessoria_de_imprensa.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

FERREIRA, Dôuglas Aparecido. **O jornal que subiu as escadas** [recurso eletrônico]. 1. ed. - Cuiabá: EdUFMT, 2021. 201 p.

FÍGARO, Roseli. Considerações sobre os resultados da pesquisa de recepção: a construção dos sentidos do trabalho pelos receptores dos meios de comunicação. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**. Año II, n.2 enero/junio, 2005. p.138-148. ISSN 1807-3026.

FIGUEIREDO, Bianca Araci de; FERNANDES, Hylio Laganá. Segregação Horizontal: um desafio para a educação de mulheres. **Ensaio Pedagógicos**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. p. 56–62, 2018. Disponível em: <https://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/109>. Acesso em: 5 jan. 2024.

FONTOURA, Natália; REZENDE, Marcela Torres. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015**. Ipea: 2016. Disponível em: <https://bancariosdf.com.br/portal/wp-content/uploads/2017/03/retrato-das-desigualdades-de-genero-raca.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2023.

- FRANÇA, Vera Regina Veiga. Representações, mediações e práticas comunicativas. In: **Comunicação, representação e práticas sociais**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, p. 13-26, 2004.
- FRANÇA, Vera Regina Veiga. Contribuições de G.H. Mead para pensar a comunicação. In: **Anais do XVI Encontro Anual da Compós**. Curitiba: UTP, 2007.
- FREIDSON, Eliot. Para uma análise comparada das profissões. A institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 31, ano 11, p. 141-155, jun. 1996.
- GARCIA, José. (Org.). **Estudos sobre os Jornalistas Portugueses: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI**. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 2009.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê!, 1987.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. [3. Reimp.]. São Paulo: Atlas, 2019.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GOFFMAN, Erving. Gender advertisements. **Studies in the Anthropology of visual communication**, v. 3, n. 2, p. 69-154, 1976.
- GOMES, Wilson **Jornalismo, fatos e interesses**. Ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.
- GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020. 375 pp.
- GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de Gênero e Sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**, n. 24, Florianópolis, PPGAS/UFSC, 1998.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HASWANI, Mariângela. O discurso obscuro das leis. In: MATOS, Heloiza (Org.) **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2013. Cap.3, p. 53-70.
- HENRIQUES, Márcio Simeone. A comunicação e a condição pública dos processos de mobilização social. **Revista Ação Midiática - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**. Paraná, v.2, nº 1, p.1-12, 2012.
- HOSS, Lúcia Schwantes; SCHUSTER, Patrícia Regina; OLIVEIRA, Vanessa Costa. O jornalismo e os silenciamentos na relação de gênero: um estudo a partir do caso Marielle Franco. p. 369-382. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Mônica (org.). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. São Paulo, SP: Life Editora, 2018. 434p.

IASBECK, Luiz Carlos Assis. **Identidade**. In: MARCONDES FILHO, Ciro (Org.). Dicionário da Comunicação. São Paulo: Paulus, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: características gerais dos domicílios e dos moradores 2019. 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf. Acesso em 30 set 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)** – Microdados. IBGE, 2022.

JOHN, Valquíria Michela; GUMS, Elyson Richard; COIMBRA, Dieize Carol. Jornalismo esportivo e a (in)visibilidade feminina: análise da cobertura dos portais espnW e Lance! durante e após as Olimpíadas 2016. p. 397-412. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Mônica (org.). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. São Paulo, SP: Life Editora, 2018. 434p.

JORNALISTAS&CIA *et al.*. **Perfil Racial da imprensa brasileira**. 2021. Disponível em: https://www.jornalistasecia.com.br/files/perfilracialdaimpensabrasileira.pdf?utm_scroll=0. Acesso em: 21 ago. 2023.

KANTORSKI, Luciane Prado *et al.* Gênero como marcador das relações de cuidado informal em saúde mental. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 27, n. 1, p. 60-66, jan. 2019. <https://doi.org/10.1590/1414-462X201900010071>.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia**. Bauru, SP: Edusc, 2001.

KIKUTI, Andressa; ROCHA, Paula Melani. Mercado de trabalho e trajetória profissional de jornalistas mulheres entre 2012 e 2017 no Brasil. **Anais 16º SBPJor**. São Paulo: 2018.

KIRTON, Gil. Unions and equality: 50 years on from the fight for fair pay at Dagenham. **Employee Relations** 41(2): 344–356, 2018.

KOÇOUSKI, Marina. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, Heloiza (Org.) **Comunicação pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2013. Cap.4, p.71-96.

KÖHLER, Maria Luiza Kraft. **Barreiras residuais ao direito educacional em cursos integrados do Instituto Federal do Paraná**. Tese de doutorado – Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2023. 326 f.

KOPPLIN, Elisa; FERRARETTO, Luiz. A. **Assessoria de Imprensa**. Teoria e Prática. 3.ed. Porto Alegre: Sagra, 2000.

KOSHIYAMA, Alice Mitika; REIMBERG, Cristiane Oliveira. Sentido do trabalho, sofrimento e prazer para as trabalhadoras jornalistas. p. 19-34. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Mônica (org.). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. São Paulo, SP: Life Editora, 2018. 434p.

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid; BANDEIRA, Lourdes M.; ALMEIDA, Tânia Mara C. A categoria gênero nas ciências sociais e sua interdisciplinaridade. **Revista do Ceam**, v. 3, n. 1, jan/jul. 2015.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Relações públicas e modernidade: novos paradigmas da comunicação organizacional**, 5. ed. São Paulo: Summus, 1997.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. 4. ed. São Paulo: Summus, 2003.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: MATOS, Heloiza (Org.) **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2013. Cap.1, p.13-29.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica de reportagem, entrevista e pesquisa jornalística**. 2017. Disponível em: <http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/Teterep-1.pdf> . Acesso em: 21 abri. 2021.

LAGO, Cláudia.; MARTINEZ, Mônica. **Quem são e o que Estudam as-os Pesquisadores-as de Gênero na Comunicação**. In: Anais do 13º Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero 11. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499529493_ARQUIVO_LAGOEMARTINEZ.pdf. Acesso em: 23 dez. 2023.

LAGO, Cláudia; KAZAN, Evelyn; THAMANI, Manuela. Jornalismo e estudos de gênero: e a interseccionalidade, onde está? p.124-140. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Mônica (org.). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. São Paulo, SP: Life Editora, 2018. 434p.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LE CAM, Florence. **L'identité du groupe des journalistes du Québec au défi d'Internet**. Thèse (Doctorat en Histoire et Communication publique). Université Laval / Québec, Université de Rennes 1 / France, julho 2006.

LELO, Thales Vilela. **Reestruturas produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas: precariedade, tecnologia e manifestações da identidade profissional**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil, 2019a.

LELO, Thales Vilela. A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. **Revista Estudos Feministas**, 27 (2), 2019b. Disponível em: SciELO - Brasil - A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero>. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254225>. Acesso em: 17 set. 2023.

LIEDTKE, Paulo; CURTINOVI, Jéfferson. Comunicação pública no Brasil: passado, presente e futuro. **Comunicação Pública**. V. 11, n. 20. 2016.

LIMA, Patrícia; ARRAES, Djenane, COSTA, Alfredo José Lopes da; PATRÍCIO, Laura. Jornalismo como profissão: identidade e imaginário dos jornalistas policiais de Brasília e de Goiânia. **Anais...** SBPJor. 2017, pp: 1-16.

LIMA, Samuel Pantoja et al. (coord.). **Perfil do jornalista brasileiro 2021**: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. 1. ed. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022. 220 p.

LIMA, Samuel; FERREIRA, Vinícius Augusto Bressan. Perfil dos Jornalistas na Mídia (2021): Mudanças e Permanências. In: ANAIS DO 20º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2022, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2022. Disponível em: <https://proceedings.science/encontros-sbpjor/sbpjor-2022/trabalhos/perfil-dos-jornalistas-na-midia-2021-mudancas-e-permanencias?lang=pt-br>. Acesso em: 5 mar. 2023.

LOPES, Fernanda Lima. **Ser Jornalista no Brasil**: identidade profissional e formação acadêmica. São Paulo: Paulus, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MACHADO, Maria Helena. Sociologia das profissões: uma contribuição ao debate teórico. In: MACHADO, Maria Helena (org.). **Profissões de saúde**: uma abordagem sociológica [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995, pp. 13-33

MACHADO, Hilka Vier. A identidade e o contexto organizacional: perspectivas de análise. **Revista de Administração Contemporânea**, 7(spe), 51-73, 2003.

MACÊDO, Márcia dos Santos. Resenha YANNOULAS, Silvia Cristina (org.). Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília: Abaré, 2013. 302p. In: **Revista Feminismos**, v.1, n. 3, set.-dez. 2013.

MAFEI, Maristela. **Assessoria de imprensa**: como se relacionar com a mídia. São Paulo: Contexto, 2007.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; MIOLA, Edna; SIEBRA, Nayana. Jornalismo, assessoria de imprensa e seus condicionantes organizacionais: uma reflexão a partir das teorias do jornalismo. **Revista Interamericana de Comunicação Midiática**. Santa Maria, v. 13, n. 25, p.145-166. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/9068>. Acesso em: 24 abr. 2019.

MARTINEZ, Mônica; LAGO, Cláudia.; LAGO, Mara Coelho Souza. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia** (Online). Porto Alegre, v. 23, n. 2, maio, junho, julho e agosto de 2016. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2016.2.22464>.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Comunicação e identidade: quem você pensa que é?** São Paulo: Paulus, 2010.

MATOS, Heloíza. Comunicação Política e Comunicação Pública, **Organicom**, n. 4. ECA/USP. São Paulo, 2006.

MATOS, Heloíza. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: Duarte, J. (Org.). **Comunicação pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. 3. ed. São Paulo: Atlas: 2012, pp. 47-58.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**. 2010, 44 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&Itemid=30192. Acesso em: 1º maio 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instituições da Rede Federal**. 2023. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em: 30 set. 2023.

MEMORIAL da Democracia. **O Brasil chega à Unversidade: expansão e interiorização**. 2023. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/o-brasil-chega-a-universidade/2>. Acesso em: 26 jul. 2021.

MENESES, Gabriela Silva. **O jornalista nas universidades federais brasileiras: identidade, ideologias e negociações**. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2019.

MICK, Jacques. **Detalhamento metodológico da pesquisa “Perfil profissional do jornalismo brasileiro”**. Florianópolis: UFSC, 2012. Disponível em: https://perfildojornalista.ufsc.br/files/2012/04/PerfilJornal_Metodologia.pdf.

MICK, Jacques; ESTAYNO, Sabina. Jornalistas na crise: as carreiras interrompidas na mídia e a estrutura dual da profissão (2012-2017). **Anais SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2018/paper/viewFile/1497/890>. Acesso em: 13 maio 2021.

MICK, Jacques; KIKUTI, Andressa. O mundo do trabalho de jornalistas no Brasil: uma agenda de pesquisa. **Plural**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 210-239, 2020. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs. 2020. 179830. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/179830>. Acesso em: 2 out. 2021.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro - características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis (SC): Insular, 2013.

MICK, Jacques; PONTES, Felipe. Crise e mercado de trabalho: trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil (2012-2017). **Anais XXVII Encontro Anual da Compós**. Belo Horizonte, 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Nota informativa nº2/20233**. Secretaria Nacional de Cuidados e Família: Trabalhadora domésticas e políticas de cuidado. 2023. Disponível em: https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/7_Orgaos/SNCF_Secretaria_Nacional_da_Politica_de_Cuidados_e_Familia/Arquivos/Nota_Informativa/Nota_Informativa_N_2.pdf. Acesso em: 5 jan. 2024.

MOLIANI, João Augusto. **O trabalho em agências de comunicação**: processos produtivos e densificação da atividade no jornalismo de rabo preso com o cliente. 2020. 270 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

MOLIANI, João Augusto; NAVA, Mariane; ZACARIOTTI, Marluce Evangelista Carvalho. Mudanças no mundo do trabalho: o perfil dos jornalistas brasileiros fora da mídia. In: ANAIS DO 20º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2022, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2022. Disponível em: <https://proceedings.science/encontros-sbpjor/sbpjor-2022/trabalhos/mudancas-no-mundo-do-trabalho-o-perfil-dos-jornalistas-brasileiros-fora-da-midia?lang=pt-br>. Acesso em: 5 mar. 2023.

MONTEIRO, Graça. A singularidade da comunicação pública. In: Duarte, J. (Org.). **Comunicação pública**: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. São Paulo: Atlas, 2009, pp. 34-46.

MORAES, Carla Viana de, et al. A experiência da perda ocupacional de mulheres cuidadoras dos companheiros tetraplégicos. In: **Anais...** III Jornada Científica Integrativa da Agir: Ciência e Consciência em Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/cienciaeconscienciaemsaude/528379-A-EXPERIENCIA-DA-PERDA-OCUPACIONAL-DE-MULHERES-CUIDADORAS-DOS-COMPANHEIROS-TETRAPLEGICOS>. Acesso em: 5 jan. 2024.

MOURA, Dione Oliveira; PEREIRA, Fábio Henrique; ARGHIRNI, Zélia Leal (org.). **Mudanças e permanências do jornalismo**. Série Jornalismo e Sociedade volume 1. Insular: 2015. 352 p.

MOURA, Dione; ROCHA, Paula M.; DAMIAN-GALLIARD, Béatrice; LE CAM, Florence. Gender Intersectionality and horizontal and vertical concentration of women journalists in Brazil, France and Belgic Francophone's journalism. An introduction to the question. In: 1st BRAZIL-FRANCE - FRANCOPHONE BELGIUM JOURNALISM RESEARCH, 2018, São Paulo,. **Anais... SBPJor**, São Paulo: SBPJor, 2018, p. 1-11.

MOURA, Dione Oliveira; COSTA, Halhana Moreira R. da. Mulheres jornalistas e o 'teto de vidro raça/gênero/classe' a tensionar a carreira das jornalistas negras brasileiras. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Mônica. (Org.). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. 1. ed. São Paulo: Life Editora, 2018, p. 193-207.

MOURA, Dione Oliveira. Excluídas dentre as excluídas: as jornalistas negras perante o teto de vidro gênero/raça/classe no processo de feminização do jornalismo no Brasil. In: BELISÁRIO, Kátia; MOURA, Dione O.; GUAZINA, Liziane S. (Org.). **Gênero em pauta**: desconstruindo violências, construindo novos caminhos. 1. ed. Curitiba: Appris Editora, 2019, p. 139-151.

NASSAR, Paulo. Conceitos e processos de comunicação organizacional. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). **Gestão estratégica em comunicação organizacional e relações públicas**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2008.

NASSIF, Luís. **Jornalismo dos anos 90**. Futura: 2003. 320 p.

NOGUEIRA, Henry Antônio Silva; AGUIAR, Rucelino de Sousa; GISI, Maria Lourdes. A importância dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para a redução da desigualdade educacional no Brasil. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 27, n. 00, p. e023029, 2023. DOI: 10.22633/rpge.v27i00.18005. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/18005>. Acesso em: 10 abr. 2024.

NONATO, Cláudia; LAGO, Claudia. A pesquisa em pós-graduação no jornalismo a partir da base de dados dos congressos SBPJor (2014 a 2016). **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 14, n. 2, p. 22-35, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2017v14n2p22>. Acesso em: 3 jan. 2024.

NICOLETTI, Janara. **Reflexos da precarização do trabalho dos jornalistas sobre a qualidade da informação**: proposta de um modelo de análise. 2019. 298 p. Tese (Doutorado em Jornalismo) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

NOOR, Nadia; FAISAL, Farida; FAROOQ, Mahnoor. Horizontal hostility: a subset of glass ceiling. **Journal of Development and Social Sciences**. V. 4, N. 3, 2023, pp. 649-663. DOI: [http://dx.doi.org/10.31703/gssr.2018\(III-II\).01](http://dx.doi.org/10.31703/gssr.2018(III-II).01).

OLIVEIRA, Maria José da Costa. (Org.) **Comunicação pública**. Campinas: Editora Alínea, 2004.

OLIVEIRA, Maria José da Costa. Comunicação organizacional e comunicação pública: Interações, convergências e conflitos em ações voltadas à saúde pública. In: MATOS, Heloiza (Org.) **Comunicação pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2013. Cap.2, p.31-52.

OLIVEIRA, Michelle Roxo. **Profissão jornalista**: um estudo sobre representações sociais, identidade profissional e as condições de produção da notícia. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista. Bauru, 2005.

ORTIS, Andréa Corneli; STEFFEN, Lauren Santos; HENRIQUES, Mariana Nogueira; LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. Uma transexual na Superliga feminina de vôlei: representações de gênero no telejornalismo esportivo. p. 141-156. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Mônica (org.). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. São Paulo, SP: Life Editora, 2018. 434p.

PACHECO, E. **Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: São Paulo: Fundação Santillana, Editora Moderna, 2011.

PARASURAMAN, A. **Marketing Research**. 2. ed. Addison Wesley Publishing Company, 1991.

PASSOS, Luana; GUEDES, Dyeggo Rocha. Participação feminina no mercado de trabalho e a crise de cuidados da modernidade: conexões diversas. **Planejamento e Políticas Públicas**, 2021, n. 50. Recuperado de [//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/847](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/847). Acesso em: 28 dez. 2023.

PAULINO, Fernando Oliveira; GUAZINA, Liziane; OLIVEIRA, Madalena. Serviço público de mídia e comunicação pública: conceito, contextos e experiências. **Comunicação e Sociedade**, 30, 2016, 55-70. [https://doi.org/10.17231/comsoc.30\(2016\).2485](https://doi.org/10.17231/comsoc.30(2016).2485).

PEIXOTO, Clarissa do Nascimento. **Hegemonia, Jornalismo e Conhecimento**: possíveis leituras sobre práxis contra-hegemônica. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

PENHA, Pedro Henrique Elgaly da; PICANÇO, Felícia Silva. Desigualdades de Gênero e Raça no Funcionalismo Público Federal: uma análise exploratória dos efeitos da lei nº 12.990/2014. p. 21-36. In: **Boletim de Análise Político-Institucional**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. n. 1, 2011, Brasília: Ipea, 2021.

PEREIRA, Fábio Henrique. **Os jornalistas-intelectuais no Brasil**: identidade, práticas e transformações no mundo social. 2008. Tese (Doutorado em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2008.

PEREIRA, Fábio Henrique. Possibilidades de aplicação do conceito de carreiras profissionais nos estudos sobre jornalismo. In: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, 2011, Recife. **Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom**, 2011. p. 15p.

PEREIRA, Fábio Henrique. Três estatutos, uma identidade. Comparação das carreiras profissionais de jornalistas, assessores de imprensa e professores de jornalismo em Brasília. In: 11º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2013, Brasília. **Anais Brasília: SBPJor**, 2013. p. 19p..

PEREIRA, Fábio Henrique. Os estágios e a construção da carreira jornalística. In: 13º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2015, Campo Grande. **Anais do 13º Encontro Nacional de Pesquisador em Jornalismo**, 2015. v. 13. p. 16 p.

PEREIRA, Fábio Henrique. As notícias como prática colaborativa e convencional: a abordagem beckeriana aplicada aos estudos do jornalismo. **Revista Observatório**, v. 4, n. 4, 2018a, p. 389-419. Disponível em: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n4p389>. Acesso em: 28 abr. 2019.

PEREIRA, Fábio Henrique. Tornar-se um jornalista on-line no Canadá: modalidades de inserção profissional em um mercado em crise. **Anais...** SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. São Paulo, 2018b. Disponível em: <http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2018/paper/viewFile/1497/891>. Acesso em 13 maio 2021.

PEREIRA, Fábio Henrique. **As diferentes maneiras de ser jornalista: um estudo sobre as carreiras profissionais no jornalismo brasileiro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020. DOI 10.26512/9786558460404. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/82>. Acesso em: 30 ago. 2023.

PEREIRA, Fábio; COUTINHO, Iluska; MAIA, Kênia; MOURA, Dione. Jornalismo e identidade profissional. **Brazilian Journalism Research**, Volume 9, N. 2. 2013. Pp 1-6.
PETRARCA, Fernanda Rios. **O jornalismo como profissão: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre (RS), 2007.

PONTES, Felipe Simão; LIMA, Samuel Pantoja. Impactos do mercado jornalístico na vida de seus trabalhadores: um estudo sobre indicadores de saúde dos jornalistas brasileiros. **Revista FAMECOS**, v. 26, n. 2, p. e31729, 17 dez. 2019.

PONTES, Felipe Simão. Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras. **E-Compós**, Brasília, DF, v. 20, n. 1, p. 1-15, jan./jul. 2017. DOI: 10.30962/ec.1310.

REBECHI, Claudia Nociolini. **Prescrições de comunicação e racionalização do trabalho: os ditames de relações públicas em diálogo com o discurso do IDORT (anos 1930-1960)**. São Paulo: USP, 2014. 351 p. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-20102014-110342/pt-br.php>. Acesso em: 28 abr. 2019.

REIMBERG, C. O. **O exercício da atividade jornalística na visão dos profissionais: sofrimento e prazer na perspectiva teórica da psicodinâmica do trabalho**. Tese (Doutorado em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital/acervodigital/detalhe/2015/7/o-exercicio-da-atividade-jornalistica-na-visao-dos-profissionais-sofrimento-e-prazer-na>. Acesso em: 5 jan. 2023.

ROCHA, Paula Melani. **A mulher jornalista no estado de São Paulo: o processo de profissionalização e feminização da carreira**. 2004. 241 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

ROSSO, Aline Louize Deliberali. **O capital simbólico do campo jornalístico: disputas e códigos compartilhados entre jornalistas de mídia e assessores da ALESC**. 2017. 304 p. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC), 2017.

ROSSO, Aline Louize Deliberali; MICK, Jacques. Trajetórias profissionais de assessores de imprensa e jornalistas de mídia. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 27, p. 1 -14, jan-dez. 2020, p. 1-14.

RUELLAN, Denis. **Le Professionnalisme du Flou**. Identité et savoir-faire des journalistes français. Grenoble: PUG, 1993.

RUELLAN, Denis. A roupa justa do jornalista: o estatuto profissional à prova da jurisprudência. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós Graduação em Comunicação – Compós, 12, São Bernardo do Campo, 2004. **Anais...** Compós, 2004. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_663.pdf. Acesso em: 24 maio 2020.

RUELLAN, Denis. A pesquisa em jornalismo e o interesse público: pensar o corte e a costura. **IV Encontro Nacional de Pesquisadores de Jornalismo**. Porto Alegre, 2006.

RUELLAN, Denis. Um ser profissional ou como percebê-lo. **Brazilian Journalism Research**. Vol 3, n. 1, jan-abr 2017. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/>. Acesso em: 13 set. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero e Patriarcado. pp.35-76. In: **Marcadas a Ferro**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: Brasília. 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANT'ANNA, Francisco. **Mídia das fontes: o difusor do jornalismo corporativo**. 2006. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/santanna-francisco-midia-fontes.pdf>. Acesso em: 24 maio 2020.

SANT'ANNA, Francisco. **Mídia das fontes: um novo ator no cenário jornalístico brasileiro: um olhar sobre a ação midiática do Senado Federal**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, 20 (2). 2017. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>.

SILVA, Tatiana Dias; LOPEZ, Felix. **Perfil racial do serviço civil ativo do executivo federal (1999-2020)**. Nota técnica, n. 49. Ipea: Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia, 2021.

SILVA, Ana Paula Melo da; SILVA, Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da. Uma geografia do trabalho de empregadas domésticas negras no Brasil. **Anais...** XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. 2021.

SILVEIRA, José Ricardo. **O jornalista na comunicação das organizações: cultura profissional e autopercepção**. 2010. Tese (Doutorado em Comunicação). Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2010.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO CEARÁ. **Sindjorce lança a campanha “Assessor de imprensa é Jornalista”**. 2018. Disponível em: <https://www.sindjorce.org.br/sindjorce-lanca-a-campanha-assessor-de-imprensa-e-jornalista/>. Acesso em: 3 jul. 2021.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SOUZA, Raquel Santiago de; AUAD, Daniela. Territórios e feminismos: gênero, classe e raça na vida das mulheres. **Anais... XVIII Encontro Nacional de Geógrafos**. 2016. Disponível em: https://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467566498_ARQUIVO_Santiago_Auad_ENG_2016corrigido.pdf. Acesso em: 5 jan. 2024.

STEINER, Linda. Glassy architectures in journalism. In: CARTER, Cynthia; STEINER, Linda; McLAUGHLIN, Lisa (Orgs.). **The Routledge Companion to Media and Gender** London and New York: Routledge, 2014. p. 620-631.

STELLMANN, Renata. **A masculinidade na clínica**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

STONE, Erin A. **Women and workplace communication: a study of horizontal hostility**. Master's dissertation, Oregon State University. 2007. Retrieved from: <http://www.oregonstate.edu>.

STRAUSS, Anselm L. **Espelhos e máscaras: a busca de identidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

SWEET, Paige L. The Sociology of gaslighting. **American Sociological Review**. 2019, pp 1-25. DOI: 10.1177/0003122419874843

TAKENAKA, Edilene Mayumi Murashita. **Raízes de um povo: a colônia japonesa de Álvares Machado-SP**. 2003. 165 p. Dissertação (Mestrado em Ciências e Tecnologia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2003.

TARGINO, Maria das Graças; TORRES, Názia Holanda. Comunicação científica além da ciência. **Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**, n. 7, 2014, p. 1-12.

TAVARES, Camilla Quesada; XAVIER, Cintia; PONTES, Felipe Simão. Os jornalistas brasileiros em contextos de crises: uma análise das trajetórias profissionais de 2012 a 2017. **E-Compós**, v. 24, jan-dez, p.1-24, 2021. doi.org/10.30962/ec.2040.

TORQUATO, Gaudêncio. **Tratado de Comunicação: organizacional e política**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 1993.

TUCHMAN, Gaye. **Making News: a study in the construction of reality**. New York: The Free Press, 1978.

VEIGA, Márcia. **Masculino, o gênero do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2014.

WEILER, Aline. **Comunicação interna e gestão de pessoas: facilitando os relacionamentos em um ambiente organizacional diversificado**. Monografia (Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação Social) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

WELS, Ana Maria Córdova. Estudos sobre Assessorias de Comunicação Social na esfera pública estadual: práticas profissionais e processo comunicacional. In: **Organicom – Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas**, São Paulo: Gestcorp – ECA-USP, Abrapcorp, ano 3, n.4, p. 144-163, 2006.

WILLMS, Eldi Inês. **Uma reflexão sobre o perfil do profissional de comunicação organizacional na atualidade**. Monografia. Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

WOHNRATH, Vinícius Parolin. Relatos dos usos da sócio-história como ferramenta para análise da construção dos direitos infantojuvenis – o arcabouço teórico de uma pesquisa em ciências humanas. **Revista Segurança Urbana e Juventude**, v. 4, p. 1-23, 2011.

WOITOWICZ, Karina Janz; ROCHA, Paula Melani. Repensar os parâmetros hegemônicos no jornalismo: a perspectiva de gênero na produção jornalística e na formação profissional. p. 53-68. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Mônica (org.). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. São Paulo, SP: Life Editora, 2018. 434p.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 271–292, 2011. DOI: 10.22422/2238-1856.2011v11n22p271-292. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368>.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Trabalhadoras**: Análise da Feminização das Profissões e Ocupações Brasília: Abaré, 2013.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil**: um debate. 2007. 212 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis/SC, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90380/241321.pdf?sequence>. Acesso em: 28 nov. 2023.

APÊNDICE A – CONSTRUÇÃO DO QUESTIONÁRIO

As perguntas a seguir, da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro, de Mick e Lima (2013)²⁶, foram mantidas na íntegra:

- *Você está estudando atualmente?;*
- *Você foi estagiário de jornalismo?;*
- *Quantos empregos ou fontes de renda têm atualmente?;*
- *É filiado a sindicato(s)?;*
- *Se não é filiado a sindicato de jornalistas, por que não é?;*
- *Atua em associações ou organizações sociais de algum desses tipos?;*
- *Você utiliza mídias sociais para divulgar o seu trabalho como jornalista?;*
- *Qual a sua opinião sobre a exigência de formação superior em jornalismo ou comunicação social – jornalismo para o exercício da profissão?*

Outras foram modificadas, seja na pergunta ou nas opções fornecidas aos respondentes.

Ao invés de perguntarmos:

- *Pertence a qual faixa etária?;*
- *Sexo?;*
- *Em que estado reside atualmente?*
- *Como você define a sua cor/raça?*
- *Qual o seu estado civil?*
- *Qual o seu grau de instrução?*
- *Qual é a sua área de graduação?*
- *Você cursou ou está cursando que tipo de universidade/faculdade?;*
- *Você fez/faz trainee em jornalismo?;*
- *Em média quantas horas você trabalha por dia em funções jornalísticas?;*
- *Qual a sua renda mensal proveniente do trabalho como jornalista?;*
- *Por quanto tempo trabalha/trabalhou como jornalista profissional? (Anos completos);*
- *Ao longo da carreira como jornalista, quantos vínculos profissionais diferentes (incluindo empregos com carteira assinada, freelancers ou contratos de PJ, concomitantes ou subsequentes) você já teve?;*
- *É filiado a partido político?;*

²⁶ Destaca-se que, quando o questionário pré-teste foi elaborado, o questionário da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro ainda não havia sido disponibilizado, por isso utilizamos o desenvolvido em 2013.

- *Como você define seu posicionamento ideológico?;*
- *Você tem acesso a que outros benefícios vinculados a esse trabalho?;*
- *Há quanto tempo você trabalha nessa atividade jornalística?;*
- *Qual(is) o(s) tipo(s) de atividade(s) jornalística(s) exercida(s) no trabalho?;*
- *Onde você executa seu trabalho normalmente?;*
- *Quantos jornalistas trabalham no mesmo local que você?;*
- *Qual o seu grau de satisfação com o seu trabalho jornalístico atual, tendo em vista as seguintes dimensões:;*
- *Qual é o seu projeto para o futuro próximo em relação à sua atuação profissional como docente que mais corresponde a sua situação atual?*

Perguntamos:

- *Idade;*
- *Com qual gênero você se identifica?;*
- *Estado atual de residência;*
- *Qual a sua raça/cor/etnia?;*
- *Estado civil;*
- *Escolaridade (responda somente o curso que estiver completo);*
- *Em qual curso de graduação se formou?*
- *Em que tipo de instituição você cursou a graduação?;*
- *Você fez trainee em jornalismo?;*
- *Atualmente, no Instituto Federal, quantas horas você trabalha por dia?;*
- *Qual a sua renda bruta mensal proveniente do trabalho como jornalista no Instituto Federal?;*
- *Há quanto tempo trabalha como jornalista profissional?;*
- *Ao longo da sua carreira como jornalista, quantos vínculos profissionais diferentes você já teve?;*
- *É filiado a partido político? Se sim, qual?;*
- *Como você define seu posicionamento ideológico em relação à política?;*
- *Você recebe algum tipo de benefício ou suporte vinculado ao seu trabalho como jornalista no Instituto Federal?;*
- *Há quanto tempo trabalha no IF como jornalista? (Anos completos);*
- *Quais atividades jornalísticas você desempenha atualmente no seu trabalho?;*
- *Nos últimos seis meses (março a setembro de 2021), onde você executou o seu trabalho como jornalista do Instituto Federal na maior parte do tempo?;*

- *Ainda considerando o setor que você atua como jornalista no Instituto Federal, quantos jornalistas trabalham no mesmo local?;*
- *Qual seu grau de satisfação com o seu trabalho como jornalista no Instituto Federal?;*
- *Qual o seu projeto em relação à sua atuação profissional em um futuro próximo (dois anos).*

As demais questões da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro não foram utilizadas por não se aplicarem ao nosso estudo ou, no caso de informar a religião, por exemplo, por não ser um fator a se relacionar com as demais respostas. Algumas questões que não estavam no questionário da pesquisa no ano de 2012 e que foram introduzidas em 2021 no estudo nacional conduzido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) também foram introduzidas no questionário pré-teste.

O restante do questionário para o pré-teste foi desenvolvido considerando pesquisas já realizadas sobre o tema e instrumentos de pesquisa produzidos, além de perguntas originais.

Perguntamos:

- Qual Instituto Federal o participante trabalha;
- se está lotado em reitoria ou campus;
- que nome recebe o setor em que trabalha;
- se autodeclara negra(o) quando respondeu ser preto ou pardo;
- se possui outro curso de graduação;
- se possui pós-graduação, em qual área, que tipo de instituição se formou e quando;
- estado em que residiu a maior parte da vida;
- se, em caso de não residir no estado/cidade em que nasceu, mudou-se em virtude de ter passado no concurso público;
- qual meio de transporte utiliza para se locomover até o trabalho;
- qual o tempo médio gasto nesse deslocamento;
- se possui cargo em comissão;
- se reforçou os estudos para prestar o concurso e por quanto tempo;
- por que prestou o concurso; o que o motiva a continuar trabalhando no IF;
- o que o motivaria a sair;
- como se apresenta em relação à profissão que exerce no Instituto Federal;
- se considera que, enquanto jornalista de uma instituição pública, faz comunicação pública, se sim, como e porquê; e
- o que considera como sendo mais importante na trajetória profissional.

Após a banca de qualificação, realizada em novembro de 2021, percebeu-se que algumas questões presentes no questionário aplicado no pré-teste não seriam mais necessárias

na continuidade da pesquisa, pois eram questões que pretendiam averiguar uma vertente diferente da que optamos por seguir. Assim, excluímos 15 perguntas (11; 26; 27; 28; 29; 30; 39; 44; 55; 58; 60; 67; 68; 69 e 70) e acrescentamos outras 12 com o objetivo de entendermos mais sobre o trabalho dos jornalistas na área privada e condições familiares em que se encontravam²⁷.

As perguntas inseridas foram:

- *Qual a escolaridade da sua mãe?*
- *Qual a escolaridade do seu pai?*
- *Qual era a renda familiar (aproximada) da sua família no momento da sua formação em jornalismo?*
- *Quantas pessoas compartilhavam desta renda familiar?*
- *A residência que moravam era?*
- *Você teve experiência de trabalho como jornalista no mercado privado, por pelo menos um período de seis meses, antes de ingressar no IF?*
- *Se sim, por que saiu da área privada?*
- *Você sofreu alguma experiência de assédio na sua experiência na área privada antes de entrar no IF?*
- *O fato de ter sofrido alguma experiência de assédio moral ou sexual ou ter tido dificuldades nas condições de trabalho fez com que procurasse a carreira pública?*
- *O fato de ter filhos foi um fator definidor para a escolha na carreira no serviço público?*
- *Você aceitaria participar de uma entrevista (on-line por videoconferência onde você não terá sua imagem ou nenhum dado pessoal divulgado) sobre esta temática comparando sua atuação em ambos os ambientes sob uma perspectiva de gênero?*
- *Você considera que as mulheres enfrentam desafios maiores ou diferentes dos homens pela condição de ser mulher? Em caso afirmativo, escreva abaixo quais são.*

²⁷ O questionário final, que foi respondido por 173 jornalistas de diversos IFs, está disponível no Apêndice C.

APÊNDICE B - ROTEIRO – ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE

1. Idade, gênero, estado civil, raça/cor, carga horária diária/semanal, possui outro emprego, tem filhos.
2. Trajetória acadêmica e profissional (desde antes do IF até o momento atual).
3. Por que prestou o concurso para jornalista do IF?
4. O que te motiva a continuar trabalhando no IF?
5. Qual seu grau de satisfação com seu trabalho no IF?
6. Qual a estrutura do setor em que trabalha atualmente? Posição hierárquica do setor e do jornalista.
7. Como é sua relação com os gestores da sua instituição? Colegas em geral? Outros jornalistas de IFs?
8. Quais atividades você executa no seu trabalho? Descreva sua rotina.
9. Em uma escala de intensidade, de 0 a 5, classifique as ações que você realiza no seu dia-a-dia.

<input type="checkbox"/> redação/reportagem	<input type="checkbox"/> assessoria de imprensa
<input type="checkbox"/> divulgação científica	<input type="checkbox"/> cerimonial
<input type="checkbox"/> assessoramento de gestores	<input type="checkbox"/> cinegrafia
<input type="checkbox"/> comunicação pública	<input type="checkbox"/> accountability
<input type="checkbox"/> monitoramento/conteúdo de redes sociais	<input type="checkbox"/> design gráfico
10. Você já se sentiu pressionado ou já foi censurado no IF? Como você avalia a autonomia do seu trabalho?
11. Qual é o papel do jornalista no Instituto Federal hoje?
12. Você faz comunicação pública? Como?
13. Você se identifica como jornalista, servidor público, assessor de comunicação?
14. Você tem frustrações na sua carreira? Quais suas maiores conquistas?
15. Quem é o (nome do entrevistado)? Como você se define?
16. Relembra situações onde você se empenhou quando você estava na área privada e situações onde você se empenhou no serviço público. Você considera que o nível de resposta, de reconhecimento foi o mesmo? Exemplifique, por gentileza.
17. Relembra situações de assédio que você possa ter vivido na área privada (pode ser uma entrevista, uma coletiva de imprensa, um contato com uma fonte) e no serviço público você viveu situações assim, com a mesma intensidade, mesma frequência ou tem intensidades e frequências diferentes entre as áreas? Exemplifique.

**APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PERFIL DO JORNALISTA DO INSTITUTO
FEDERAL**

Perfil do Jornalista do Instituto Federal

Bem vindo(a) ao questionário "Perfil do Jornalista do Instituto Federal". Esta pesquisa procura conhecer quem são os jornalistas que atuam nos setores de comunicação dos Institutos Federais (IFs). O objetivo é levantar qual o perfil e carreira deste jornalista, para, em um segundo momento da pesquisa, analisar a construção identitária deste profissional.

Este estudo é realizado pela doutoranda em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB), *Ana Maria Teles*, sob a orientação da Professora Titular Dione Moura.

Para participar, de forma anônima, basta clicar em Sim abaixo. Seus dados serão agregados aos de todos os respondentes.

Muito obrigada por sua participação.

***Obrigatório**

1. Você concorda em participar desta pesquisa? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Questionário perfil do Jornalista do Instituto Federal - Identificação

2. 2. Em qual Instituto Federal você trabalha? *

Marcar apenas uma oval.

- Instituto Federal do Acre
- Instituto Federal de Alagoas
- Instituto Federal do Amapá
- Instituto Federal do Amazonas
- Instituto Federal da Bahia
- Instituto Federal Baiano
- Instituto Federal de Brasília
- Instituto Federal Catarinense
- Instituto Federal do Ceará
- Instituto Federal do Espírito Santo
- Instituto Federal Farroupilha
- Instituto Federal Fluminense
- Instituto Federal Goiano
- Instituto Federal de Goiás
- Instituto Federal do Maranhão
- Instituto Federal de Mato Grosso
- Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
- Instituto Federal de Minas Gerais
- Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
- Instituto Federal do Pará
- Instituto Federal da Paraíba

- Instituto Federal do Paraná
- Instituto Federal de Pernambuco
- Instituto Federal do Piauí
- Instituto Federal do Rio Grande do Norte
- Instituto Federal do Rio Grande do Sul
- Instituto Federal do Rio de Janeiro
- Instituto Federal de Rondônia
- Instituto Federal de Roraima
- Instituto Federal de Santa Catarina
- Instituto Federal de São Paulo
- Instituto Federal de Sergipe
- Instituto Federal do Sertão Pernambucano
- Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
- Instituto Federal do Sul de Minas Gerais
- Instituto Federal Sul-rio-grandense
- Instituto Federal do Triângulo Mineiro
- Instituto Federal do Tocantins

3. 3. Você está lotado em: *

Marcar apenas uma oval.

- Campus
- Campus Avançado
- Reitoria
- Polo de Inovação
- Outro: _____

4. 4. Idade *

Marcar apenas uma oval.

- Até 30 anos
- 31 a 40 anos
- 41 a 50 anos
- 51 a 60 anos
- Acima de 60 anos

5. 5. Com qual gênero você se identifica? *

Marcar apenas uma oval.

Feminino

Masculino

Outro: _____

Declaração de raça/etnia

6. 6. Qual a sua raça/cor/etnia? *

Marcar apenas uma oval.

Amarela *Pular para a pergunta 8*

Branca *Pular para a pergunta 8*

Indígena *Pular para a pergunta 8*

Parda *Pular para a pergunta 7*

Preta *Pular para a pergunta 7*

Autodeclaração racial

7. 7. Você se autodeclara negra (o)? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Questionário perfil do Jornalista do Instituto Federal - Perfil

8. 8. Estado civil: *

Marcar apenas uma oval.

Solteiro (a)

Casado (a)

Divorciado (a)

Em união estável

Viúvo (a)

9. 9. Possui filhos? *

Marcar apenas uma oval.

- Não
- 1
- 2
- 3
- Mais de 3

10. 10. Escolaridade (responda somente o curso que estiver completo) *

Responda com o curso que estiver completo

Marcar apenas uma oval.

- Graduação
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-doutorado

11. 11. Em que tipo de instituição você cursou a graduação? *

Marcar apenas uma oval.

- Privada
- Pública
- Parte em instituição privada e parte em instituição pública

12. 12. Ano da conclusão do curso de graduação *

Marcar apenas uma oval.

- Antes de 2000
- Entre 2000 e 2005
- Entre 2006 e 2010
- Entre 2010 e 2015
- Entre 2016 e 2021

13. 13. Possui outro curso de graduação? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

14. 14. Está estudando atualmente? *

Marcar apenas uma oval.

- Não
- Sim. Curso de aperfeiçoamento/capacitação
- Sim. Graduação
- Sim. Especialização
- Sim. Mestrado
- Sim. Doutorado
- Sim. Pós-Doutorado

15. 15. Se você possui pós-graduação, em qual área é o seu curso de maior título? *

Marcar apenas uma oval.

- Não tenho curso de pós-graduação *Pular para a pergunta 18*
- Administração
- Comunicação/Jornalismo
- Ciências da Informação
- Educação
- Outro: _____

Responda sobre o curso de maior título já concluído

Sobre pós-graduação

16. 16. Em que tipo de instituição você concluiu o curso de pós-graduação? *

Marcar apenas uma oval.

- Privada
- Pública
- Parte em instituição privada e parte em instituição pública

17. 17. Quando concluiu o curso de pós-graduação? *

Marcar apenas uma oval.

- Antes de 2005
- Entre 2005 e 2010
- Entre 2011 e 2015
- Entre 2016 e 2021

Questionário perfil do Jornalista do Instituto Federal - Perfil II

18. 18. Estado onde nasceu ou em que residiu a maior parte da vida: *

Marcar apenas uma oval.

- Acre (AC)
- Alagoas (AL)
- Amapá (AP)
- Amazonas (AM)
- Bahia (BA)
- Ceará (CE)
- Distrito Federal (DF)
- Espírito Santo (ES)
- Goiás (GO)
- Maranhão (MA)
- Mato Grosso (MT)
- Mato Grosso do Sul (MS)
- Minas Gerais (MG)
- Pará (PA)
- Paraíba (PB)
- Paraná (PR)
- Pernambuco (PE)
- Piauí (PI)
- Rio de Janeiro (RJ)
- Rio Grande do Norte (RN)
- Rio Grande do Sul (RS)

- Rondônia (RO)
- Roraima (RR)
- Santa Catarina (SC)
- São Paulo (SP)
- Sergipe (SE)
- Tocantins (TO)

19. 19. Estado atual de residência *

Marcar apenas uma oval.

- Acre (AC)
- Alagoas (AL)
- Amapá (AP)
- Amazonas (AM)
- Bahia (BA)
- Ceará (CE)
- Distrito Federal (DF)
- Espírito Santo (ES)
- Goiás (GO)
- Maranhão (MA)
- Mato Grosso (MT)
- Mato Grosso do Sul (MS)
- Minas Gerais (MG)
- Pará (PA)
- Paraíba (PB)
- Paraná (PR)
- Pernambuco (PE)
- Piauí (PI)
- Rio de Janeiro (RJ)
- Rio Grande do Norte (RN)
- Rio Grande do Sul (RS)

- Rondônia (RO)
- Roraima (RR)
- Santa Catarina (SC)
- São Paulo (SP)
- Sergipe (SE)
- Tocantins (TO)

20. 20. Se não reside no estado/cidade em que nasceu, você se mudou em virtude de ter passado no concurso público? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não me mudei

21. 21. Sua residência atual é: *

Marcar apenas uma oval.

- Emprestada/cedida
- Alugada
- Própria
- Financiada

22. 22. Você mora: *

Marcar apenas uma oval.

- Sozinho (a)
- Com pais apenas
- Com pais e irmãos
- Companheiro(a) / esposo(a)
- Companheiro(a) / esposo(a) e filhos
- Outros parentes
- Outras pessoas

23. 23. Qual meio de transporte utiliza para se locomover até o trabalho? *

Marcar apenas uma oval.

- A pé
- Bicicleta
- Carona
- Carro de aplicativo
- Veículo próprio
- Transporte público
- Outro: _____

24. 24. Qual seu tempo médio de deslocamento até o trabalho? *

Marcar apenas uma oval.

- Até 30 minutos
- De 30 minutos a 1 hora
- Entre 1 hora e 1h30
- Mais de 1h30

Sobre sua família no momento da sua formação no curso superior

25. 25. Qual era a renda familiar (aproximada) da sua família no momento da sua formação em jornalismo? *

Marcar apenas uma oval.

- Um salário mínimo
- Até 3 salários mínimos
- Entre 3 e 5 salários mínimos
- Mais de 5 salários mínimos

26. 26. Quantas pessoas compartilhavam desta renda familiar? *

Quantas pessoas moravam na casa

Marcar apenas uma oval.

2

3

4

5

Mais de 5 pessoas

27. 27. A residência que moravam era: *

Marcar apenas uma oval.

Própria

Alugada

Cedida

Financiada

28. 28. Qual a escolaridade da sua mãe? *

Marcar apenas uma oval.

- Analfabeta
- Fundamental Incompleto (1º ao 9º ano)
- Fundamental completo
- Médio incompleto
- Médio completo
- Superior incompleto
- Superior completo
- Pós-graduada

29. 29. Qual a escolaridade do seu pai? *

Marcar apenas uma oval.

- Analfabeto
- Fundamental Incompleto (1º ao 9º ano)
- Fundamental completo
- Médio incompleto
- Médio completo
- Superior incompleto
- Superior completo
- Pós-graduado

Questionário perfil do Jornalista do Instituto Federal - Perfil III

30. 30. Quantos empregos ou fontes de renda tem atualmente? *

Marcar apenas uma oval.

- Apenas o Instituto Federal
- Dois
- Três
- Mais de três

31. 31. Qual a sua renda bruta mensal proveniente do trabalho como jornalista no Instituto Federal? *

Marcar apenas uma oval.

- Até 5 salários mínimos
- Entre 6 e 8 salários mínimos
- Entre 8 e 10 salários mínimos
- Mais de 10 salários mínimos

32. 32. Sua remuneração líquida mensal, como jornalista do IF, é suficiente para sempre arcar com suas despesas mensais? *

Marcar apenas uma oval.

- Não
- Sim
- Às vezes

33. 33. Possui cargo em comissão? *

Marcar apenas uma oval.

- Não
- Sim. Função gratificada (FG)
- Sim. Cargo de direção (CD)

34. 34. Você recebe algum tipo de benefício ou suporte vinculado ao seu trabalho como jornalista no Instituto Federal? *

Pode marcar mais de uma opção

Marque todas que se aplicam.

- Apoio jurídico
- Apoio psicoterápico
- Auxílio Alimentação
- Auxílio Creche
- Auxílio Saúde (Saúde Complementar)
- Auxílio Transporte
- Incentivo à qualificação
- Plano de Previdência Complementar
- Treinamentos in-company relacionados à atividade que desempenha ou outras relevantes
- Nenhum
- Outro: _____

35. 35. Há quanto tempo trabalha como jornalista profissional? *

Todo o tempo de carreira profissional como jornalista

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 1 ano
- Entre 1 e 3 anos
- Entre 3 e 6 anos
- Entre 6 e 9 anos
- Entre 9 e 12 anos
- Acima de 12 anos

36. 36. Há quanto tempo trabalha no IF como jornalista? (Anos completos) *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 1 ano
- Entre 1 e 3 anos
- Entre 3 e 6 anos
- Entre 6 e 9 anos
- Entre 9 e 12 anos
- Acima de 12 anos

Experiências privadas antes do IF

37. 37. Você teve experiência de trabalho como jornalista no mercado privado por, pelo menos, um período de seis meses, antes de ingressar no IF? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

38. 38. Você sofreu alguma experiência de assédio na sua experiência na área privada antes de entrar no IF? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não *Pular para a pergunta 43*

39. 39. O fato de ter sofrido alguma experiência de assédio moral ou sexual ou ter tido dificuldades nas condições de trabalho fez com que procurasse a carreira pública? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Parcialmente

40. 40. O fato de ter filhos foi um fator definidor para a escolha na carreira no serviço público? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não tenho filhos

41. 41. Por que saiu da área privada? *

Marcar apenas uma oval.

- Pelo excesso de trabalho
- Pela não cumprimento da carga horário de trabalho
- Pelo estresse
- Por ter sofrido algum tipo de assédio
- Por falta de valorização
- Por falta de perspectiva de crescimento na carreira
- Outro: _____

42. 42. Você aceitaria participar de uma entrevista (online por videoconferência onde você não terá sua imagem ou nenhum dado pessoal divulgado) sobre esta temática, comparando sua atuação em ambos os ambientes sob uma perspectiva de gênero? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Experiências gerais antes do IF

43. 43. Você foi estagiário/estagiária de jornalismo? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

44. 44. Você chegou a trabalhar como jornalista em veículos de mídia? Se sim, por quanto tempo trabalhou em empresas de mídia? *

Marcar apenas uma oval.

- Não.
- Até um ano
- Entre 1 ano e 3 anos
- Entre 4 e 6 anos
- Entre 7 e 9 anos
- Mais de 10 anos

45. 45. Em que tipo(s) de veículo(s)? *

Pode assinalar mais de uma opção

Marque todas que se aplicam.

- Não se aplica
- Agência de notícias
- Jornal impresso local/regional
- Jornal impresso nacional
- Portal de conteúdo/sites de notícias/internet
- Rádio
- Revista
- TV regional
- TV nacional
- TV pública
- Outro: _____

46. 46. Você trabalhou como jornalista em assessoria de imprensa/comunicação antes de trabalhar no IF? Se sim, por quanto tempo trabalhou em assessoria? *

Marcar apenas uma oval.

- Não
- Menos de um ano
- Entre 1 e 3 anos
- Entre 4 e 6 anos
- Entre 7 e 9 anos
- Mais de 10 anos

47. 47. Ao longo da sua carreira como jornalista, quantos vínculos profissionais diferentes você já teve? *

Marcar apenas uma oval.

- Entre 2 e 4
- Entre 4 e 6
- Entre 6 e 8
- Acima de 8

48. 48. Por que prestou o concurso público para jornalista no Instituto Federal? *

Marque até 5 motivos

Marque todas que se aplicam.

- Pela estabilidade
- Pela remuneração acima do mercado
- Pelos benefícios não salariais
- Pelo status de ser um servidor público concursado
- Pela carga horária
- Por ser menos estressante
- Para ter mais autonomia no meu trabalho
- Pela perspectiva de crescimento na carreira
- Por falta de opções
- Para ter mais qualidade de vida
- Para passar mais tempo com minha família
- Outro: _____

Sobre a rotina de trabalho no IF

49. 49. Atualmente, no Instituto Federal, quantas horas você trabalha por dia? *

Marcar apenas uma oval.

- 5 horas
- 6 horas
- 7 horas
- 8 horas
- Mais de 8 horas

50. 50. Em geral, considerando seu trabalho no IF, quantas folgas você tem em um mês de trabalho (ao menos 24h de descanso sem interrupção)? *

Marcar apenas uma oval.

- Entre 2 e 4
- Entre 4 e 6
- Entre 6 e 8
- Acima de 8

51. 51. Atualmente, no Instituto Federal, qual a sua área de atuação como jornalista? *

Marcar apenas uma oval.

- Assessoria de imprensa
- Assessoria de comunicação
- Audiovisual - Rádio e/ou TV
- Cerimonial
- Chefia de setor
- Marketing
- Redes Sociais
- Relações-públicas
- Repórter/editor
- Outro: _____

52. 52. Como você se apresenta normalmente em relação à profissão que exerce no Instituto Federal? *

Marcar apenas uma oval.

- Jornalista
- Assessor de comunicação
- Assessor de imprensa
- Servidor público
- Servidor público federal
- Outro: _____

53. 53. Que nome recebe o setor em que você trabalha no Instituto Federal? *

Marcar apenas uma oval.

- Assessoria de Comunicação (Ascom)
- Assessoria de Comunicação Social
- Assessoria de Comunicação Social e Eventos
- Coordenadoria de Comunicação Social
- Diretoria de Comunicação
- Setor de Comunicação
- Setor de Comunicação Social e Eventos
- Outro: _____

54. 54. Considerando o SETOR que você atua como jornalista no IF, quantas PESSOAS trabalham com você? *

Marcar apenas uma oval.

- Apenas eu
- Mais 2 ou 3 pessoas
- Mais 4 ou 5 pessoas
- Mais 6 ou 7 pessoas
- Mais de 8 pessoas

55. 55. Ainda considerando o setor que você atua como jornalista no Instituto Federal, quantos JORNALISTAS trabalham no mesmo local? *

Marcar apenas uma oval.

- Apenas eu
- De 2 a 4
- De 5 a 10
- Mais de 10

56. 56. Quais atividades jornalísticas você desempenha atualmente no seu trabalho no IF? *

Pode marcar mais de uma opção

Marque todas que se aplicam.

- Assessoria de imprensa/comunicação
- Cinegrafia
- Concepção de pauta
- Diagramação/design gráfico
- Edição
- Ensino
- Fotografia
- Gestão
- Marketing Digital
- Monitoramento de redes sociais
- Produtor de conteúdo
- Redação
- Relações públicas
- Reportagem
- Outro: _____

Satisfação no trabalho

57. 57. Em relação ao seu trabalho como jornalista no IF: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1 = discordo totalmente	2 = discordo um pouco	3 = não concordo nem discordo	4 = concordo um pouco	5 = concordo totalmente
O ritmo de trabalho é muito intenso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Levo trabalho para terminar em casa com frequência	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Considero ruins as condições de infraestrutura e equipamentos disponíveis no meu ambiente de trabalho atual	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Me sinto desvalorizada no trabalho em relação aos homens	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não tenho liberdade para expressar opiniões/pensamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Considero que o trabalho das jornalistas mulheres recebe o mesmo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**status que o trabalho
de jornalistas
homens**

58. Qual seu grau de satisfação com o seu trabalho como jornalista no Instituto Federal? *

Marque todas que se aplicam.

	Insatisfeito	Parcialmente satisfeito	Muito insatisfeito	Nem satisfeito nem insatisfeito	Satisfeito	Parcialmente insatisfeito	Muito satisfeito	Não se aplica/Não sei
Carga de trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Espaço físico e infraestrutura do campus e de trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Funções que realiza (tipo de trabalho)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Qualidade de vida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Remuneração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tratamento que recebe dos colegas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

59. 59. Em relação a conciliação entre o seu trabalho como jornalista no IF e família: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1 = discordo totalmente	2 = discordo um pouco	3 = não concordo nem discordo	4 = concordo um pouco	5 = concordo totalmente
Consigo estabelecer limites claros entre a minha vida familiar e meu trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Consigo falar abertamente do meu trabalho no meu ambiente familiar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Consigo planejar, gerir e priorizar minha vida pessoal e familiar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tenho tempo para cuidar de mim mesmo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Trabalho em um ambiente saudável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Realizo uma	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**avaliação
contínua da
minha vida
pessoal e
familiar**

**Minha atividade
profissional
influencia
negativamente
na minha atual
situação
conjugal**

60. 60. Qual o seu projeto em relação à sua atuação profissional em um futuro próximo (dois anos): *

Marcar apenas uma oval.

- Seguir na mesma organização em que estou e nas funções que exerço
- Seguir na mesa organização em que estou e ser promovido (exercer cargo de chefia)
- Ingressar na carreira pública como docente
- Continuar como técnico administrativo e ingressar na carreira de docente
- Deixar o serviço público e atuar na iniciativa privada como jornalista
- Deixar o serviço público e atuar na iniciativa privada em funções não-jornalísticas
- Deixar o serviço público e abrir minha própria empresa
- Pretendo me aposentar em breve
- Pretendo cursar mestrado ou doutorado
- Outro: _____

61. 61. Se deseja ingressar em cursos de mestrado ou doutorado nos próximos dois anos, o que motiva sua busca? *

Marcar apenas uma oval.

- Não desejo cursar mestrado ou doutorado
- Aumento salarial e progressão na carreira.
- Aquisição de conhecimento.
- Possibilidade de obter licença remunerada e estudar.
- Obter reconhecimento dos meus colegas jornalistas.
- Possibilidade de mudar de carreira.
- Outro: _____

62. 62. Que características do seu trabalho como jornalista no Instituto Federal o/a motivam a continuar atuando no IF? *

Marque até 5 motivos

Marque todas que se aplicam.

- Autonomia nas decisões que dizem respeito ao meu trabalho
- Benefícios não salariais (vale alimentação, transporte, creche)
- Carga horária de trabalho
- Estabilidade profissional
- Menos estresse
- Remuneração compatível com a atividade
- Satisfação profissional (reconhecimento)
- Possibilidades de progressão na carreira
- Qualidade de vida
- Outro: _____

63. Considerando seu trabalho como jornalista no Instituto Federal o que o(a) motivaria a deixar a instituição? *

Marque até 5 opções

Marque todas que se aplicam.

- Benefícios não salariais insuficientes
- Estresse
- Falta de autonomia nas decisões que dizem respeito ao meu trabalho
- Insatisfação com minha remuneração
- Insatisfação profissional (reconhecimento)
- Passar em outro concurso público
- Ser vítima de assédio
- Outro: _____

64. 64. Com relação a sua saúde: *

Responda considerando o momento e o trabalho atual como jornalista no Instituto Federal

Marque todas que se aplicam.

	Sim	Não	Prefiro não dizer
Você se sente estressado no trabalho?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Você já foi diagnosticado com estresse em decorrência do seu trabalho atual?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Já precisou tirar licença do trabalho por quaisquer problemas de saúde?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Você já sofreu assédio moral no trabalho?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Você já sofreu assédio sexual no trabalho?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Já formalizou algum tipo de denúncia relacionada a assédio, ameaça ou agressão?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Você já foi agredido
fisicamente no
trabalho ou em
decorrência dele?**

**Já se sentiu
constrangido no
trabalho por gestores,
superiores ou
colegas?**

**Já realizou alguma
atividade profissional
sob algum tipo de
coação?**

**Já deixou de realizar
alguma atividade
profissional por
receio de sofrer
retaliação?**

65. 65. Com que frequência você realiza atividade física? *

Marcar apenas uma oval.

- Nunca
- Às vezes
- Sempre

Questões abertas

Gostaríamos de contar com sua opinião em três questões abertas.

66. 66. Você considera que, enquanto jornalista de uma instituição pública, você faz comunicação pública? Se sim, como e porquê?

67. 67. Qual a principal dificuldade que você encontra para realizar seu trabalho? *

68. 68. Você considera que as mulheres enfrentam desafios maiores ou diferentes dos homens pela condição de ser mulher? Em caso afirmativo, escreva abaixo quais são.

69. Deixe aqui quaisquer comentários que você desejar a respeito desta pesquisa.

Gratidão por ter participado desta pesquisa!

Agradecemos imensamente por contribuir com esta pesquisa e com a ciência brasileira dedicando o seu tempo na resposta a este questionário.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

